

**TEMPOS DOS CAMINHOS
E DESCAMINHOS DE UMA
CIDADE DO INTERIOR
PAULISTA: BROTAS 1839-1920**

Editora Brazil Publishing

Conselho Editorial Internacional

Presidente:

Rodrigo Horochovski (UFPR - Brasil)

Membros do Conselho:

Anita Leocadia Prestes (Instituto Luiz Carlos Prestes - Brasil)

Claudia Maria Elisa Romero Vivas (Universidad Del Norte - Colômbia)

José Antonio González Lavaut (Universidad de La Habana - Cuba)

Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS - Brasil)

Milton Luiz Horn Vieira (UFSC - Brasil)

Marilia Murata (UFPR - Brasil)

Hsin-Ying Li (National Taiwan University - China)

Ruben Sílvio Varela Santos Martins (Universidade de Évora - Portugal)

Fabiana Queiroz (UFLA - Brasil)



© Editora Brazil Publishing
Presidente Executiva: Sandra Heck

Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei – Curitiba PR – 80050-270

+55 (41) 3022-6005

www.aeditora.com.br

**TEMPOS DOS CAMINHOS E
DESCAMINHOS DE UMA CIDADE
DO INTERIOR PAULISTA:
BROTAS 1839-1920**

Flávia Arlanch Martins de Oliveira



BRAZIL PUBLISHING

Comitê Científico da área Ciências Humanas

Presidente: Professor Doutor Fabrício R. L. Tomio (UFPR – Sociologia)
Professor Doutor Nilo Ribeiro Júnior (FAJE – Filosofia)
Professor Doutor Renee Volpato Viaro (PUC – Psicologia)
Professor Doutor Daniel Delgado Queissada (UniAGES – Serviço Social)
Professor Doutor Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA – Sociologia)
Professora Doutora Marlene Tamanini (UFPR – Sociologia)
Professora Doutora Luciana Ferreira (UFPR – Geografia)
Professora Doutora Marlucy Alves Paraíso (UFMG – Educação)
Professor Doutor Cezar Honorato (UFF – História)
Professor Doutor Clóvis Ecco (PUC-GO – Ciências da Religião)
Professor Doutor Fauston Negreiros (UFPI – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel – Sociologia)
Professor Doutor Mario Jorge da Motta Bastos (UFF – História)
Professor Doutor Israel Kujawa (PPGP da IMED – Psicologia)
Professora Doutora Maria Paula Prates Machado (UFCSPA- Antropologia Social)

Editor Chefe: Sandra Heck
Diagramação e Projeto Gráfico: Brenner Silva
Capa: João Neto
Revisão de Texto: A autora
Revisão Editorial: Editora Brazil Publishing



DOI: 10.31012/978-65-5016-028-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINAZS, CRB9 / 626

Oliveira, Flávia Arlanch Martins de
O48t Tempos dos caminhos e descaminhos de uma cidade do interior paulista: Brotas 1839-1920 /
Flávia Arlanch Martins de Oliveira - 1.ed. – Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
352p.: il.; 23cm

ISBN 978-65-5016-027-2

1. Brotas (SP) – História – 1839-1920. 2. São Paulo (SP) – História. I. Título.

CDD 981.61 (22.ed)
CDU 981.61

Curitiba / Brasil
2019

*Para todos aqueles, lembrados ou esquecidos,
que ao longo da história de Brotas, nas suas lutas pela sobrevivência,
com o trabalho contribuíram para esta cidade ser o que é hoje.*

APRESENTAÇÃO

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.

Walter Benjamin

O lugar em que viemos ao mundo corporifica significados que nos marcam profundamente com traços indelévels e misteriosos, os quais não podemos subestimar, pois permanecem como paradigmas do ato fundador de nossa memória. É o afeto que brota da ligação com este local que nos ajuda a determinar as diferentes formas de como olhamos o mundo e direcionamos um sentido à nossa vida. Nasci em Brotas pelas mãos da parteira Ema Bicaletto e, embora tenha saído da cidade aos oito anos de idade, laços familiares sempre me envolveram estreitamente, impulsionando minhas raízes a nunca se desprenderem dessa terra. A este chão sempre retornei.

Da mesma maneira que percebo a necessidade de apoiar minhas vivências no presente, buscando seus sentidos nos fragmentos da memória construídos e reconstruídos ao longo de minha vida, isso se dá com a cidade do presente com relação à sua memória/história. A diferença está no fato de ser este um trabalho coletivo. Sem a história para indicar os laços que unem e desunem as ligações entre passado e presente, a cidade perde sua identidade. E sem os estímulos para manutenção dos referenciais da memória, em grande parte sinalizados pelo patrimônio urbano da cidade, este pode ser desprezado e aniquilado por demolições ou ainda sofrer alterações irreparáveis. Foi o caso do jardim público da Praça Amador Simões, orgulho dos brotenses quando construído e referência de várias gerações, demolido no início da década 1970 pelas autoridades municipais que não perceberam sua importância e pela população que não se mobilizou para defendê-lo. Dele apenas restou o relógio de sol, que sobrevive marcando, além das horas, o tempo de sua existência. Sempre é preciso buscar as pontas dos fios que

emergem do passado e, por meio de sinais que este nos envia, reconstruir o pano de fundo de uma realidade que o tempo deixou fugidia, muitas vezes convenientemente esquecida, e nela buscar o sentido da história da cidade e o porquê de seu presente. Uma cidade sem história vive à deriva.

Tendo como trabalho a ciência histórica, sempre senti uma dívida para com Brotas por nunca ter escrito nada sobre ela. Muitas vezes, cheguei até a ser provocada para tal intento, e em outras ocasiões, em face de informações que chegavam até mim sobre seu passado era instigada a voltar os olhos sobre ele, no entanto, nunca arregacei as mangas para pôr em prática essa tarefa.

A iniciativa em agora analisar seu passado não adveio de um projeto pensado, mas sim por ter sido estimulada por informações sobre a cidade que chegavam até mim ao consultar, para outra pesquisa, o jornal *A Província de São Paulo*¹. À medida que os dados afloravam, fui percebendo que, com certa frequência, apareciam pequenas notas ou informações de correspondentes brotenses sobre a cidade tratando dos mais diversos assuntos como vida política, econômica, social, cultural e religiosa do passado, informações essas que desconhecia. Frente a isso, quase que por instinto comecei a anotá-los. Ao avolumarem-se estes registros percebi que dispunha de uma quantidade significativa de informações que permitiriam a elaboração de um texto. Diante disso, comecei a sistematizar aqueles subsídios e ao mesmo tempo fui despertada para começar a escrever algo sobre eles. Quando me dei conta estava escrevendo a história de Brotas.

Mesmo assim, para efetivamente elaborar um texto com fundamentos da ciência histórica, necessitava de mais informações, referente tanto à história de caráter geral como local, bem como cercar-me de princípios metodológicos que norteassem o trabalho. Para essa empreitada, lancei mão de uma bibliografia sobre a Província, depois Estado de São Paulo e, em termos locais, a princípio, utilizei o livro organizado por Adriana Ramos e outros². Achava que poderia parar aí, mas quanto mais questionava os dados que vinham à baila delineando o perfil desse pas-

1 Até 1890, o jornal *O Estado de S. Paulo* tinha como título *A Província de São Paulo*, e o primeiro número saiu em janeiro de 1875. O jornal disponibiliza *on-line* todos os seus números.

2 RAMOS, Adriana *et al.* Brotas: Cotidiano e História. Brotas: Prefeitura Municipal de Brotas, 1996.

sado, mais me dava conta da sua obscuridade, e que, portanto, a pesquisa precisaria avançar mais. Lendo as notícias enviadas de Brotas para o jornal *A Província de São Paulo* percebi que, sobretudo quando das disputas políticas no intuito de expor seus pontos de vista nas controvérsias locais, correspondentes brotenses recorriam também a outros jornais da capital, como o *Correio Paulistano* e o *Diário de S. Paulo*. Encontrei esses jornais *on-line* na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, disponíveis desde o primeiro número, ou seja, respectivamente, 1854 até o término da pesquisa em 1920, e 1865 até 1878 quando o jornal parou de circular, o que permitiu coletar algumas informações a respeito de Brotas desde a década de 1850. Também consultei *O Commercio de São Paulo* e *A Gazeta de Campinas* igualmente disponíveis *on-line* na mesma Biblioteca, bem como um número da *A Gazeta de Brotas* referente ao ano de 1895 e *O Piratininga* do ano 1849. Fui também ao Centro Cultural de Brotas e lá fiz um levantamento da documentação existente sobre o passado da cidade, por sinal, exígua. Posteriormente, tive à minha disposição o *Nosso Álbum*, publicado em 1933, o *Livro Tombo* da igreja Matriz de Brotas e o *Almanach de Brotas* para o ano de 1906, que trouxeram informações importantes sobre o passado da cidade. Vale aqui lembrar que, pelo próprio caráter das fontes históricas disponíveis, que prioriza setores mais privilegiados da sociedade, não foi possível dar conta da vida de todos os segmentos sociais da cidade, em especial das camadas menos favorecidas.

Entretanto, mesmo tendo dados disponíveis para a história de Brotas nos seus primeiros cinquenta anos de existência, foi uma tarefa difícil, pois, quando fui realizar o levantamento no acervo que abriga documentação sobre a cidade no Centro Cultural, percebi que os documentos oficiais anteriores a 1890, como Atas, Requerimentos e Ofícios da Câmara Municipal haviam desaparecido.

Diante disso, o que proponho aqui é apresentar uma avaliação com base em uma costura de dados esparsos encontrados em documentos diversos, especialmente em jornais, ou seja, alguns sinais que o passado nos deixou nessas fontes de informação. Assim, os fios condutores de uma parte das questões aqui apresentadas alinhavam-se, como sugere Carlo Ginsburg, com muitos “talvez”, “é possível”, “pode ser”, uma vez que irei

trabalhar com subsídios nem sempre diretos para captar a reconstrução dos sujeitos sociais aqui tratados, contudo, com evidências bastante óbvias³. As inter-relações com a história da Província e depois Estado de São Paulo, bem como com a da região da qual Brotas faz parte permitiram inserir certas determinações no contexto da história local. Por fim, quero dizer que não pretendo cortejar o passado da cidade e sim entendê-lo em suas determinações históricas.

É preciso aqui fazer alguns esclarecimentos a respeito da organização do texto. Decidi que não iria trabalhar o passado da cidade alongando até os dias presente. Delimitei um período específico: do início de sua fundação, 1839 até 1920. A primeira, por ser o início do povoado, e a segunda, o marco inicial da década de 1920, quando entraram em jogo outras determinações históricas, abrindo um leque diverso para a pesquisa e análise, e que nesse momento não estava disposta a embrenhar-me. Também, pelo fato de o período compreendido dentro dos parâmetros propostos para este estudo ser aquele sobre o qual desenvolvi todas as minhas pesquisas durante minha vida acadêmica, portanto, um período que tenho um certo conhecimento.

Quanto à organização dos capítulos, dividi o livro em três partes. O capítulo 1 compreende assuntos que se estendem da fundação do povoado em 1839 até o momento em que a freguesia foi elevada à categoria de vila em 1859. Nesse capítulo, abordo alguns aspectos como a chegada do homem branco ao local, as vias de acesso à região, o aparecimento do povoado e ângulos da vida econômica e política. Os itens que compreendem o capítulo 2 não aparecem demarcados por uma única cronologia, alguns deles iniciam com o período em que Brotas se constitui vila, ou seja, 1859, e terminam com a principal mudança política do país, a Proclamação da República, em 1889. São os que tratam do crescimento da vila, do desenvolvimento econômico do município, das tramas da organização da sociedade e dos embaraços da política local, além da escravidão e de impasses religiosos. O item sobre escravidão inicia-se em 1844, com a primeira menção a escravos e termina com a abolição em 1888. O item

3 GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

sobre religião tem início em 1859 e se prolonga pelo período republicano, uma vez que, mesmo com a separação da igreja e do Estado, quando da implantação do governo republicano, não ocorreram grandes mudanças em termos de comportamentos religiosos. Quanto ao capítulo 3, abordo a questão das discussões a respeito do prolongamento da ferrovia até Brotas, a partir de 1876, a chegada da ferrovia em 1886 e o avanço para o período republicano com a instalação da estação ferroviária junto à vila, em 1892. A introdução do imigrante europeu para suprir a mão de obra na lavoura cafeeira também foi tratada em um item específico. Em outro subitem, as acomodações da política local frente à nova ordem republicana, e ainda dois outros tratam da modernização e as implicações sociais da introdução dos valores ditos modernos desencadeando novas sociabilidades ditas burguesas.

Por fim, quero deixar meus agradecimentos ao Mauro de Albuquerque Pinheiro, que deixou à minha disposição importante fonte histórica sobre a cidade. Também ao João Carlos Geraldo que, não só disponibilizou fontes e bibliografia sobre o tema, bem como se dispôs a ler a primeira versão deste trabalho. O mesmo à Miriam Cláudia Lourenção Simonetti, que também aceitou ler a primeira versão do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

CAPÍTULO I - ENTRADAS EM TERRAS DO SERTÃO

Terra, ocupação, povoado, lavoura, política.

CAPÍTULO 2 - A CONSOLIDAÇÃO DA VILA E MUNICÍPIO DE BROTAS (1859-1889)

Vila, café, religião, sociedade, escravidão.

CAPÍTULO 3 - A MODERNIDADE NO HORIZONTE

modernização, ferrovia, imigração, política, modernidade.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – ENTRADAS EM TERRAS DO SERTÃO	17
1.1 O lugar do índio ocupado por brancos e negros	17
1.2 Caminhos em direção às terras brotenses	21
1.3 A emergência do povoado: memória embaralhada	26
1.4 A lavoura e a propriedade da terra	46
1.5 A política toma forma no sertão	52
 CAPÍTULO 2 – A CONSOLIDAÇÃO DA VILA E MUNICÍPIO DE BROTAS (1859-1889).....	59
2.1 A vila em construção	59
2.2 Ajustes da economia frente à nova realidade	79
2.3 Religião: a fé dividida	97
2.4 Vida e sociedade na vila	129
2.5 A escravidão em foco	172
2.6 A política e seu avesso	193
 CAPÍTULO 3 – A MODERNIDADE NO HORIZONTE	219
3.1 O Café chama a ferrovia	219
3.2 Reflexos da grande imigração europeia em Brotas.....	228
3.3 A política: mudar para permanecer	246
3.4 A modernização como propósito político	275
3.5 O leve sopro da modernidade	302
 CONCLUSÃO.....	341
REFERÊNCIAS	345
ÍNDICE REMISSIVO.....	349
SOBRE A AUTORA.....	351



CAPÍTULO 1

ENTRADAS EM TERRAS DO SERTÃO

1.1 O lugar do índio ocupado por brancos e negros

SERTÃO. Cravei as esporas no meu cavalo e, em pouco, alcançava a orla da mata. Era grande a inexplorada selva primitiva, a venerável floresta das eras bárbaras, templo augusto das tribos. A alma forte, a alma selvagem e ingênua da raça banida parecia errar peregrina, pelos meandros obscuros, fazendo com que a selva contasse a sua tradição gloriosa.

Coelho Neto

O planalto Paulista, no qual está inserido o município de Brotas, até meados do século XVIII estava recoberto por florestas, seja pela Mata Atlântica seja pelo cerrado, mas nem por isso desabitado, uma vez que indígenas estavam ali fixados dispondo dessas terras e mantendo constante contato com tribos mais distantes por intermédio de uma malha de trilhas que se estendia por grandes distâncias, portanto dispunham de um vasto conhecimento sobre as terras que o governo português, com o chamado descobrimento do Brasil, instituiu como pertencentes à Capitania de São Vicente⁴.

A presença de número significativo de indígenas no interior de São Paulo, quando do avanço da conquista pelo homem branco, ao longo do século XIX, pode ser avaliada pelo fato de até ter existido naquele momento um órgão voltado para a questão indígena, que dispunha de um Diretor Geral dos Índios atuando no âmbito da Província. Esse órgão tinha como tarefa principal lidar com os índios quando o branco avançava

4 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

por suas terras, que geralmente significava desarticulá-los na sua própria cultura, ao forçá-los à aculturação, ou exterminá-los fisicamente. Nas duas situações, os indígenas eram os perdedores, tanto da sua cultura, como das suas terras.

Mesmo com a ocupação do homem branco, por algum tempo, indígenas permaneceram na região de Brotas convivendo ou entrando em confronto com o homem branco, que era visto como invasor de seus espaços de sobrevivência. Quando os indígenas passaram a ter contato amistoso com a população branca, além de perderem os parâmetros de sua cultura, adquiriam frequentemente doenças como a varíola ou simplesmente a gripe, e por não disporem de anticorpos, ocorria o extermínio de tribos inteiras. Há notícia de que, em 1875, em Brotas, índios foram acometidos pela varíola, o que trouxe preocupação às autoridades locais⁵. Pelo menos até a década de 1880, quando a maior parte de suas terras já haviam sido apropriadas pelos considerados civilizados, índios perambulavam pelo município de Brotas, pois, em dezembro daquele ano,

[...] selvícolas atacaram a casa do cidadão Manoel Ferreira resultando de a agressão terem morrido duas filhas deste e ficarem gravemente feridas a mulher e outras duas filhas. O Presidente da Província logo que soube desse fatal acontecimento fez seguir para aquela freguesia uma força a fim de, reunida a alguns cidadãos em número suficiente, ir no encalço dos índios e afugentá-los⁶.

Não restam dúvidas de que o ato violento praticado pelos indígenas era para causar indignação, porém não se punha em questão o fato de que os indígenas estavam sendo acuada dos espaços dos quais dependiam para a sua sobrevivência. A pergunta que fica é: Se fosse cumprida a ordem do Presidente da Província para afugentá-los, para onde eles iriam, uma vez que todas as terras da região na década de 1880 já estavam sendo apropriadas para a lavoura ou para a pecuária? Trabalhos historiográficos mostram que, nessas ocasiões, frequentemente, a prática era exterminá-los.

5 Diário de S. Paulo, São Paulo, ano X, n. 2898, 21 ago. 1875. p. 1.

6 Correio Paulistano, São Paulo, ano XXVII, n. 7203, 01 dez. 1880. p. 2.

Por outro lado, desde que Portugal assegurou diante de outras monarquias europeias ter descoberto o Brasil, todo território brasileiro foi declarado legalmente como domínio português. Para ocupá-lo economicamente, a coroa portuguesa passou a doar terras sob a forma de sesmarias a quem dispusesse de recursos, sobretudo para adquirir escravos. Contudo, essa doação não tinha o caráter de propriedade privada uma vez que a coroa mantinha sob seu domínio a terra, além do que se desconhecia o caráter da propriedade privada da terra que só emergiu enquanto tal na Europa, em fins do século XVIII. As doações eram realizadas somente com as terras conhecidas, as demais eram consideradas terras devolutas.

No início do século XVIII, ou mais precisamente na segunda década desse século, as sesmarias doadas na capitania de São Paulo já haviam atingido pontos avançados do Planalto Paulista como as regiões de Itapetininga e Araraquara⁷, o que indicava que as doações estavam sendo feitas em áreas localizadas muito distantes daquelas em processo de ocupação econômica efetiva. Além da área litorânea, o vale do Paraíba e o entorno da vila de São Paulo, as terras ocupadas economicamente restringiam-se ao chamado quadrilátero do açúcar, delimitado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, área de produção do açúcar para exportação.

Portanto, qualquer um que tivesse o intento de embrenhar-se pelo interior desconhecido da então Província de São Paulo antes da segunda metade do século XIX, necessitava dispor de alguém com um bom conhecimento do território ou lançar mão do aporte de um guia, em geral um índio, grande conhecedor das trilhas que cruzavam as terras recobertas por mata virgem ou de cerrado, ou utilizar percursos de rios navegáveis. Tanto que a notícia de uma expedição, que em 1825 avançou pela região “em direção à Araraquara chefiada por um tal Andrade [...]” para acompanhá-los “foram destacados dois de seus membros, com 4 índios”⁸.

A região na qual está localizado o atual município de Brotas até a década de 1820 ou 1830 estava englobada no que era considerada terra desconhecida, depois, com o início da ocupação branca, passou a ser deno-

7 Levantamento realizado no Livro de Doações de Sesmarias, DAESP.

8 Nosso Álbum. Brotas: Editado pelo jornal *O Progresso*, 1933.

minada sertão, um conceito elaborado pela geração dos literatos românticos dos meados do século XIX, que significava “área em que a civilização ainda não havia chegado”. Porém, sabia-se que era uma área ocupada por povos indígenas e para o apossamento das terras devolutas era preciso desalojá-los de seus espaços de sobrevivência.

A população indígena encontrada no interior de São Paulo, durante o século XIX, era formada por guaranis, caiuías, xavantes e caingangues [...] As sociedades indígenas não tratavam a terra como propriedade individual, era um recurso natural que dava suporte à vida social de todos, e, embora o produto do trabalho pudesse ser familiar, o acesso aos recursos, era coletivo. O sentido de limites territoriais era estranho às sociedades indígenas⁹.

Essa, portanto, foi a primeira história da região de Brotas, convenientemente apagada da memória coletiva, pois o que restou de informações desse período foram alguns raros indícios da presença dos selvícolas nessas terras que viviam em termos de uma sociedade organizada.

A área correspondente ao município de Brotas fazia parte da sesmaria de Araraquara que havia sido doada ainda nos inícios do século XVIII, porém a extensão efetivamente ocupada pelos primeiros pioneiros era exígua, uma vez que se desconhecia a maior parte do que consistia em terras doadas, somando-se ao fato de seus limites serem imprecisos.

A informação mais remota que faz menção às terras, as quais depois passaram a pertencer ao município de Brotas, foi mencionada no *Nosso Álbum*. Trata-se de uma indicação referente ao ano de 1818, que aparece nos seguintes termos:

Suas terras principiavam em um marco pião nas proximidades na vila de Itaquery (atual) e avançava pelos campos abaixo, cerca de 4 léguas. Em direção de Brotas (atual) caminhava cerca de três léguas e meia, formando assim uma formidável propriedade com cerca de 20 000 alqueires¹⁰.

9 GHIRARDELLO, Nilson. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista* (1850-1900). São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 141.

10 *Nosso Álbum*, 1933.

Por outro lado, há informações em declarações de proprietários, no momento dos registros de suas terras na década de 1850, afirmando que nessa região outras sesmarias haviam sido doadas na mesma época que a de Araraquara ou talvez, áreas dessa grande sesmaria foram dividida e receberam outras denominações à medida que foram sendo ocupadas, mas foi mantida a referência de ter sido uma sesmaria. É preciso ter certo cuidado em considerar as declarações de alguns proprietários que disseram ter suas terras originadas de sesmarias, pois, com o início da ocupação econômica e a consequente valorização das terras, uma das justificativas dadas para garantir a legalidade de terras apossadas era o proprietário dizer que sua ocupação era bastante remota e, para tanto, atribuía sua origem a uma sesmaria. Na realidade, a quase totalidade das terras da região de Brotas foi ocupada por meio da posse indiscriminada, ou seja, pela invasão das terras devolutas.

1.2 Caminhos em direção às terras brotenses

E a estrada, sanguejante, com vincos de carros de bois e o molde de cascos de animais, prolonga-se à minha frente, orlada de lançarias bambas de cipós florescidos [...] Nas vertentes o caminho abaúla-se em facões [...] Já do oriente, tangenciando a lombada da serra, e premido sob uma nuvem rosa e ouro, filtra-se o primeiro raio de sol. Pelas barrancas sombrias da estrada, em moitas de barba de bode, rebrilha aqui e além oblíquo fio alvíssimo.

Godofredo Rangel

A primeira via de acesso à região era chamada de “Picadão” que ligava Constituição (Piracicaba) ao Rio Grande, ao norte da Província, passando pelo local onde se constituiria a futura cidade de Brotas. O que permaneceu na memória da cidade é que o núcleo inicial do povoado surgiu de um pouso de tropeiros, portanto, uma parada das tropas de burro para descanso e reabastecimento, no percurso do referido “Picadão”.

Consta que os

“Campos de Araraquara”, cada vez mais famosos à medida que os iam devassando a intensidade da busca de terras sem dono e as tentativas de ligação com o Mato Grosso, que se renovava. De uma destas fora incumbido Joaquim Francisco Lopes [...] que empreendera em 1837, a abertura de Piracicaba ao Rio Paraná. Levou dois anos no seu trabalho [...] No seu rumo [...] no qual situavam provavelmente, alguns dos quarenta “fogões”, que assinalou como pertencentes ao “distrito de São Bento”. Um desses “fogões” devia ser a morada de Antônio Dutra, que a esse tempo já se achava na bacia do Rio Jaú e nas proximidades do pequeno córrego a Onça no lugar mais tarde chamado Fazenda Velha¹¹.

A Fazenda Velha, como será visto mais à frente, correspondia a terras englobadas no futuro município de Brotas. A referência a “fogões” significava uma casa de moradia habitada. Portanto, o que se pode inferir dessa informação é que o acesso ao local onde Dona Francisca Ribeiro dos Reis levantaria sua pousada e a primeira capela, já estava disponível em 1837. A partir de Brotas essa picada dividia-se em duas: uma que seguia em direção ao rio Grande, ao norte, e outra em direção ao oeste, com destino ao rio Paraná.

A importância que essa picada passou a ter em termos de acesso para o interior da Província pode ser avaliada pela preocupação e esforço do governo provincial em mantê-la conservada. Em 1843, o Presidente da Província fez menção a ela, pois em seu relatório nessa data, disse que

[...] proposições de cidadãos dessa Província com outros da de Mato Grosso para fazerem a estrada que se projeta desde a vila de Constituição até o Paraná [...] por motivo importante [...] pois ela tem de facilitar-lhes muito a exportação dos produtos de suas propriedades¹².

Portanto, a picada aberta em 1837 seria melhorada quando de seu prolongamento até o rio Paraná, ou seja, a picada que só possibilitava

11 FERNANDES, José. *Vultos e fatos da História de Jaú*. Edição conjunta extraordinária do Correio da Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça. abr. 1955. p. 4.

12 DISCURSO recitado pelo Exmo. Presidente José Carlos Pereira de Almeida Torres, em 7 de janeiro de 1843. São Paulo: Typographia do Governo, 1843, p. 25. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

a passagem de animais de carga, certamente passou a permitir com a nova abertura, a passagem de carros de boi. Provavelmente o percurso dessa estrada seria mais ou menos o mesmo da atual estrada municipal que liga Brotas a São Pedro passando pelo Patrimônio de São Sebastião.

Dois anos depois, em 1845 apareceu o Presidente da Província afirmando que contratou “a fatura da nova estrada dessa Província à de Mato Grosso, desde à vila de Constituição até às margens do Paraná, pelo preço de 20:000\$000¹³”. Pelo visto essa estrada seria aberta, pelo menos até Brotas no percurso do antigo “picadão”. Possivelmente, os restos de cabeças de ponte, construídos em pedras, existentes até nossos dias no rio Jacaré, logo acima do local onde tem início a Av. Rodolfo Guimarães, datem dessa época, pois esta ponte está fora do arruamento da cidade realizado quando o povoado se estendeu para a margem direita do rio. Certamente visava atender a passagem das tropas e carros de boi que iam em direção ao norte da Província, e que faziam a parada no pouso de Dona Francisca Ribeiro dos Reis, a fundadora da cidade.

A preocupação do Presidente da Província com a manutenção dessa estrada não era tanto por dar ela o acesso a Brotas, mas, sobretudo, pela interseção que ela fazia a partir de Brotas, não só com Mato Grosso/Cuiabá, mas também com Avanhandava, onde foi construída a colônia militar de Itapura, que desempenhou um importante papel durante a Guerra do Paraguai.

Uma ordem dada pelo Presidente da Província, em abril de 1854, autorizava o inspetor da estrada de “Constituição (atual Piracicaba) à freguesia de Brotas para abrir a picada necessária para verificação da vantagem do atalho projetado na dita estrada¹⁴”, três meses depois o mesmo enviava um outro ofício ao inspetor dizendo que estava inteirado deste “ter dado começo aos consertos da estrada de Constituição a Brotas” e complementava, “espero esforçar-se cada vez mais¹⁵”. Um ano depois, em janeiro de 1855, o Presidente da Província demonstrava novamente

13 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Exmo. Presidente da mesma Manoel da Fonseca Lima e Silva, em 7 de janeiro de 1845. São Paulo: Typographia de Silva e Sobral, 1845, p. 14. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo). Correio Paulistano, ano XXVII, n. 7203, 01 dez. 1880. p. 2.

14 Correio Paulistano, ano I, n. 80, 29 set. 1854, p. 1.

15 Id., ano I, n. 134, 29 dez. 1854, p. 1.

empenho na manutenção dessa estrada, pois ordenava que se fizessem os mais urgentes consertos¹⁶. Em 1856 o Presidente da Província destinou uma verba de 300\$000 para reparo da estrada de Constituição até Brotas¹⁷, e em 1858 encaminhou um ofício em que dizia: “ao inspetor da estrada de Brotas ao Paraná (rio) para lhe transmitir a conta das despesas com a estrada de Mato Grosso desde Brotas até o dito Avanhanda [...] remetendo-me igualmente o recibo [...] das quatro léguas que empreitou além do rio Jacaré”¹⁸.

Apesar de toda preocupação do Presidente da Província em manter essa estrada em ordem, no ano de 1859 as suas condições eram muito ruins, já que “achava-se em péssimo estado [...] principalmente na serra”¹⁹. Logo depois disso a picada a partir de Brotas em direção a Avanhanda foi abandonada, pois, para esse local, o Governo Provincial construiu outra via que partia de Botucatu, cuja distância era menor do que aquela que passava por Brotas.

No ano de 1858 teve início a abertura de uma estrada que principiava em Rio Claro, ligando-na às vilas de Araraquara, Itaqueri e Brotas, uma vez que nessa data a câmara de Rio Claro reclamava à Assembleia Legislativa a falta de recursos para dar andamento à construção da referida estrada²⁰. Com as novas estradas de Botucatu até Avanhanda e o acesso à Araraquara a partir de Rio Claro, Brotas ficou à margem das principais vias de acesso ao interior da Província. Também, quando do término da construção da estrada de Rio Claro, essa passou a ser a principal via de comunicação entre Brotas, São Paulo e Santos. Em 1864, foi aberta uma picada ligando Brotas a Jaú²¹. Em debate na Assembleia Legislativa, em 1865, um dos deputados argumentava que

[...] a estrada que vai de Brotas à Constituição é por um terreno coberto de matas, e terras de boa qualidade [...] Esta estrada [...] há

16 Id., ano I, n. 177, 27 jan. 1855, p. 1.

17 Id., ano IV, n. 746, 09 set. 1858, p. 2.

18 Ibid., p. 2.

19 Correio Paulistano, ano V, n. 838, 11 jan. 1859, p. 1.

20 Id., ano V, n. 784, 11 jan. 1859, p. 1.

21 FERNANDES, José. *Vultos e fatos da História de Jaú*. Edição conjunta extraordinária do Correio da Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça. abr. 1955. 1º caderno, p. 9.

muitos anos se acha abandonada pelo governo, está quase intransitável. Entretanto a estrada que vem de Brotas até Rio Claro passa por um terreno arenoso e descoberto [...]”²².

Também em 1865, um viajante que percorreu a estrada de São João do Rio Claro até Brotas fez um relato de como essa estrada se encontrava. A este respeito, disse ele:

De São João para Brotas as estradas continuam de facilíma construção; é quase uma continuidade de planos horizontais, em terreno arenosíssimo. Os caminhos conservam-se sem trabalho de entretenimento, com um único inconveniente de, com as grandes secas, os areais tornarem-se soltos, e assim muito fatigante para os animais²³.

Em 1870, a Câmara Municipal de Brotas comunicava ao governo provincial as péssimas condições das estradas da região, pedindo a reparação “das estradas dessa cidade ao Jahu, Rio Claro, Araraquara, Constituição e São Carlos do Pinhal”²⁴. Relatório do Presidente da Província para os anos de 1871, 1872 e 1873 registraram a distribuição de verbas para melhoramentos de alguns trechos das estradas de Rio Claro a Jaú e Brotas a Jaú.

A estrada de Rio Claro a Jaú, passando por Brotas, despendeu 8:538\$760. Além das obras que foram feitas para melhoramentos do leito da estrada, foi mudado alguns pontos do antigo traçado, bem como construídos uma ponte sobre o rio Corumbataí e dois pontilhões na várzea de Itaqueri. Na seção compreendida entre Brotas e Jaú ainda está por concluir o trabalho começado para melhorar a passagem da serra²⁵.

Essas estradas, que não passavam de simples picadas por onde circulavam tropas de burros e carros de boi, se constituíam em grandes

22 Correio Paulistano, ano XII, n. 2662, 07 abr. 1865, p. 1.

23 Diário de S. Paulo, ano I, n. 48, 28 set. 1865, p. 2.

24 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província Antônio Cândido da Rocha. São Paulo: Typographia Americana, 1870, p. 16. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

25 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior. São Paulo: Typ Americana, 1871, p. 51. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

sorvedouros de verbas provinciais, pois suas manutenções necessitavam de constantes reparos, e mesmo assim eram precárias, o que dificultava a circulação de pessoas e mercadorias. A solução definitiva para o acesso à região só ocorreu quando a ferrovia estendeu seus trilhos para o interior de São Paulo.

1.3 A emergência do povoado: memória embaralhada

Enquanto uma lembrança existe, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança.

Maurice Halbwachs

De imediato, é preciso deixar claro que o aparecimento de Brotas não seguiu o padrão da maioria das cidades que emergiram no chamado Oeste Paulista, cujo início deu-se a partir de um patrimônio religioso. Como já foi mencionado, Brotas surgiu de um pouso de tropeiros.

Quando os primeiros pioneiros²⁶ começaram a chegar em número mais significativo à região na qual a futura freguesia de Brotas estava incluída, a disputa por terras teve início, uma vez que eles tinham como objetivo principal a ocupação econômica delas. Uma parcela dos que chegaram era de paulistas que se deslocaram das áreas de ocupação mais antiga, porém, a maior parte advinha da expansão de mineiros que, desde a época da decadência da mineração, iniciaram lentamente a marcha para oeste, primeiro fundando cidades no território mineiro e depois penetrando em São Paulo pelo Leste. Um grande número de cidades paulistas nessa fase de expansão foi fundado por mineiros. Em geral, esses pioneiros migravam com a família e os escravos e dispunham de um capital para iniciar suas atividades, seja na lavoura seja na pecuária, ou eram ainda simples posseiros sem recursos

26 Definição daqueles que abriam fronteiras.

que levantavam seu casebre em meio à mata e viviam da caça, da pesca e da agricultura de subsistência. De Portugal também chegou uma importante leva de imigrantes aventureiros que se dispunham a embrenharem-se no chamado sertão: alguns para desenvolverem atividades agrícolas e outros, preferiram dedicar-se ao comércio no povoado.

Quando em torno do pouso de tropeiros já havia se aglutinado vários habitantes, formou-se o bairro. Em seguida, com ereção da primeira capela dedicada a Nossa Senhora das Brotas e a abertura de um incipiente comércio que oferecia gêneros de primeira necessidade, mais pessoas ali também foram levantando suas casas de morada, permitindo que o bairro passasse à categoria de arraial.

Com o crescimento do arraial formou-se o povoado, logo passando a ser mais conhecido e atrair aventureiros, muitos dos que chegavam, sem recursos, como os pequenos comerciantes, se lançavam nas bocas de sertão na esperança de construir uma vida melhor. Além de pequenos comerciantes e aqueles que tinham conhecimento de algum ofício para atender a comunidade emergente, esse espaço inicial foi também marcado pela presença de fugitivos da justiça, prostitutas, pessoas que praticavam pequenos furtos, trabalhadores braçais que aceitavam qualquer tipo de serviço, escravos libertos, enfim, todo tipo de forasteiros. Formou-se assim uma sociedade marcada pela instabilidade.

Dessa maneira, na formação inicial de Brotas, pelo próprio caráter da sociedade e disputas por melhores espaços, o povoado e seu entorno foi caracterizado por uma alta criminalidade. Depoimento do Sr. L. Moraes na Assembleia Legislativa de São Paulo em 16/02/1859 expressa bem a dimensão do que era a criminalidade nas frentes pioneiras na região onde Brotas estava inserida. Dizia ele:

Quando viajo pelo interior da província, da cidade de Constituição (Piracicaba) em diante e pelo Rio Claro, Brotas, Araraquara e Jaboticabal nutro imediatamente esta convicção que é necessário em cada uma dessas povoações uma força permanente de pelo menos dez guardas; porque a audácia dos criminosos chega a ponto que de dia, nas ruas cometem assassinatos e depois vão dizer adeus à autoridade pública encarregada de velar pela ordem social²⁷.

27 Ata da Assembleia Legislativa de São Paulo reproduzida no Correio Paulistano, ano V, n.

Aqueles que dispunham de maiores recursos, que praticamente se restringia aos proprietários rurais, de forma geral não residiam no povoado. Por lá passavam apenas para os deveres religiosos, abastecerem-se no comércio, ou depois de instituída a freguesia, cumprirem deveres assumidos com as instituições locais.

O surgimento do povoado foi possível, como já foi visto, graças ao primeiro acesso à região quando da construção do “Picadão”, em 1837. Quanto aos primórdios da sua história, é bastante turvo. Além de serem muito minguadas as informações escritas sobre esse passado, a memória dos acontecimentos iniciais, em decorrência das disputas, sem que se sobrepusesse um vencedor, foi sendo deliberadamente apagada e relegada ao esquecimento, restando dela apenas alguns sinais. Gerson Mendonça e C. Yantok²⁸ quando organizaram o *Almanach* para o ano de 1906, elaboraram um resumo histórico do período inicial da cidade e afirmaram que, “eram pouquíssimos e deficientes os dados para fazer um histórico da cidade e município de Brotas” e que o início dessa história se apresentava bastante nebuloso²⁹. Portanto, escrevendo em um período não tão distante da fundação do povoado, ou seja, pouco mais de sessenta anos após aquele evento, quando certamente ainda havia para serem consultadas pessoas que vivenciaram aqueles primórdios, bem como seus filhos repositórios da memória dessa época, os autores do *Almanach de Brotas* preferiram descartá-los para coleta de informações e argumentar que a memória que restava daquele passado era incerta e já se apresentava embaralhada.

A esse respeito, chama atenção a declaração dos organizadores desse *Almanach* quando disseram: “Se por um lado nos faltaram cabedais, faltou-nos por outra parte o tempo necessário para indagarmos dos velhos habitantes, sobre tudo quanto se refere a um trabalho dessa natureza”³⁰. A pergunta que fica é: Será que foi efetivamente falta de tempo? Não tiveram a mínima curiosidade em indagar pessoas ainda vivas que guardavam

868, 16 fev. 1859. p. 4.

28 Yantok, pseudônimo de Nicola Cesarino, que posteriormente saiu de Brotas e dedicou-se à caricatura política, “ficando célebre no Brasil inteiro”. Informação dada no jornal O Progresso. Brotas, 25 out. 1964. (Recorte de uma página do jornal).

29 MENDONÇA, G.; YANTOK, C. *Almanach de Brotas*. Brotas, 1906. p. III. (Centro Cultural de Brotas).

30 Ibid., p. 9.

a memória daquele início “nebuloso” para avançar um pouco mais no desvendamento daquele passado, ou, não quiseram aventurar-se a seguir por um caminho dificultoso. Diante disso, a pergunta que se faz é: Por quê? Certamente entre aqueles primeiros habitantes ou de seus descendentes, ainda havia disputas em torno da memória dos inícios do povoado, um caminho espinhoso para quem, naquela época, quisesse buscar explicações de cunho histórico sobre a constituição da cidade. Ao que tudo indica era uma questão ainda temerária ousar registrar no papel para o futuro quem efetivamente fundou a cidade e em que data, uma vez que as disputas ainda mantinham-se em aberto. Certamente o que ocorreu naquele passado inicial estava dentro da assertiva de que trata Andreas Huyssen quando aborda a questão da hipertrofia da memória. Diz ele: “o esquecimento continua suspenso sob uma nuvem de suspeita moral, como uma falta evitável, uma regressão indesejável e uma negligência crítica”³¹.

É no que ficou na memória e nos escassos documentos existentes que se pode começar a montar o quebra-cabeça dessa história. O aludido *Almanaque de 1906* se constitui a mais remota referência escrita que fixou parte da memória que circulava em meio aos habitantes da cidade na primeira década do século XX. Os próprios organizadores desse *Almanach* a esse respeito disseram: “resta-nos a satisfação íntima de sermos os ‘primeiros’ a levar avante um empreendimento desta natureza nessa boa terra”.

Ao remeterem a origem da cidade afirmaram que foi no ano de “1839, mês dia que não se pode precisar, que fez Dona Francisca Ribeiro dos Reis erigir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores de Brotas, sendo este o verdadeiro princípio da povoação”³². Importante aqui lembrar que Dona Francisca era proprietária de um pouso para tropeiros, muito possivelmente ali instalado a partir de 1837 quando foi aberto o “Picadão”, ligando Piracicaba ao Rio Paraná, passando por Brotas.

Quanto ao levantamento da capela, de imediato aparece uma primeira questão, ou seja, não há nenhuma referência de doação de uma área de terras à igreja para a constituição inicial do patrimônio religioso. Esta era uma prática na fundação das cidades paulistas no século XIX,

31 HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*: Modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. p. 157.

32 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 3 e p. 5.

tanto que a maioria delas advinha da doação de terra à igreja feita por um ou mais fazendeiros que dispunham do domínio dessas terras. Na condição de patrimônio religioso, “as terras da vila quando arruadas, seriam administradas e transmitidas pela fábrica paroquial [...] A fábrica, se constituía numa corporação formada por clérigos e leigos que administravam os bens da paróquia, disporia da terra doada em datas urbanas³³”. Quando alguém pretendia levantar uma casa dentro do patrimônio, solicitava ao fabriqueiro da igreja uma gleba para esse fim. Ghirardello cita várias cidades da região que tiveram esse começo como Araras, Botucatu, Lençóis, Bariri, Ribeirão Preto, São Carlos e Jaú. Não há nenhuma referência de que Dona Francisca, em 1839, bem como em seguida Lourenço José de Araújo Bicudo e José Venâncio Carneiro, que levantaram a segunda capela em louvor a Nossa Senhora das Dores, em 1842, tenham feito esse tipo de doação.

Importante aqui destacar que em relato que consta do *Livro Tombo* da Igreja Matriz de Brotas, realizado pelo padre Vicente Pereira Passos, em 1904, e que remete à origem da paróquia, vem ao encontro dessa afirmativa quando informa:

De longa data, não há Fabriqueiro, nem do arquivo consta escrituração alguma da receita e despesa da Fábrica. Sou informado que em vista de atritos e dificuldades outras, na cobrança do foro das datas pertencentes ao Patrimônio, ninguém quer aceitar ou exercer o cargo [...] Os benfeitores mais antigos têm seus nomes referidos na descrição da fundação do lugar, da doação do Patrimônio é de um quadro arrolado entre os bens móveis.³⁴

Vê-se que a própria igreja admitiu em seu *Livro Tombo* que não havia nenhuma descrição de doação de terras para ela, dispondo apenas de um quadro arrolado entre os bens móveis. Portanto, o “passado nebuloso” que os autores do *Almanach de 1906* não quiseram se embrenhar advinha,

33 GHIRARDELLO, 2010, p. 75.

34 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas. Brotas, [1904-1910]. Data em que constam as informações dadas pelos padres da paróquia. Como os livros anteriores foram perdidos, em 1904, o padre Vicente Pereira Passos recupera a memória do período anterior. Manuscrito cujas páginas não foram todas numeradas.

como o padre Vicente Pereira Passos asseverou, “dos atritos e dificuldades outras” nos primórdios do povoado.

Todavia, a data oficial da fundação do povoado que aparece no mesmo *Almanach de 1906* não é a de 1839 e sim a de 1842, quando foi erguida a capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, que passou a ser considerada a padroeira da cidade. O que se nota é que na referência dada à capela levantada por Dona Francisca, no *Almanach de 1906*, há uma sobreposição do nome da padroeira, ou seja, o de Nossa Senhora das Dores que era da padroeira da capela levantada em 1842 ao nome de Brotas. Foi essa forma que a própria igreja passou a se referir à paróquia de Brotas depois de erguida a segunda capela, ou seja, Nossa Senhora das Dores de Brotas.

O que se nota é que, nas referências presentes no *Almanach de 1906*, duas datas se sobrepõem. A primeira, de 1839, aparece especificando o nome da fundadora, ou seja, Dona Francisca e o levantamento da primeira capela, mas não há menção a quem ela foi dedicada. A segunda data, de 1842, indica o levantamento da capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, porém não aparece citado o nome de quem tomou a iniciativa de erguê-la. Dessa forma, têm-se aí dois mitos fundadores referendados por duas datas: uma com o nome da fundadora e a outra com a data do levantamento da capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. Diante dessas informações, surgem as questões: Quando efetivamente o povoado teve início e qual a origem do nome de Brotas? Quanto à data oficial da fundação, o embaralhamento estava dado: 1839, quando Dona Francisca levantou a primeira capela dedicada a Nossa Senhora das Brotas; ou 1842, com a ereção da capela em louvor a Nossa Senhora das Dores.

Primeiro, propõe-se centrar nas datas. Entre as já apontadas de 1839 e 1842, outra se interpõe a elas. Trata-se de um documento oficial datado de 8 de junho de 1841, por meio do qual “a Câmara Municipal da Vila de Araraquara define e encaminha para o Presidente da Província as divisas do distrito da Capela de Brotas, que ainda pertencia ao Município de Araraquara”³⁵. Em face dessa informação, cabe perguntar: A que capela esse documento se refere? Não poderia ser a que se considera oficialmente como a que deu origem de Brotas, pois esta foi levantada no ano 1842,

35 RAMOS *et al.*, 1996, p. 17.

ou seja, um ano depois da emissão desse documento. Portanto, a capela a qual o documento de 1841 faz referência só poderia ter sido a erguida por Dona Francisca Ribeiro dos Reis, em 1839, dedicada a Nossa Senhora das Brotas, o que leva a inferir que ela, por algum tempo, foi considerada como a capela do povoado. Essa é a prova documentada mais contundente da existência da capela de Nossa Senhora das Brotas levantada anteriormente à de Nossa Senhora das Dores.

Também é certo que, até janeiro de 1844, atividades religiosas eram realizadas na capela de Nossa Senhora das Brotas, pois consta que “em vinte e nove janeiro de mil oitocentos e quarenta e quatro, nesta capela de Nossa Senhora das Brotas [...] o Reverendo Vigário José Joaquim Ferreira [...] se receberam em matrimônio Manoel e Manoela, ambos escravos de Leonel Francisco Terra [...]” Tratou-se do primeiro casamento efetivado pela igreja em Brotas³⁶. Portanto, mesmo com a capela de Nossa Senhora das Dores tendo sido curada em outubro de 1843, práticas religiosas continuaram a ser realizadas na primeira capela do povoado. Teria sido essa capela também curada pela igreja?

A data oficial da fundação da cidade admitida pela administração local é a informação que consta no Livro Tombo da Paróquia de São Bento de Araraquara, que tratava do levantamento da capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, em 1842. Esse documento dizia: “Provisão da ereção da capela do bairro das Brotas em 1842”³⁷, no qual aparece uma solicitação ao Bispo de São Paulo D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade tendo em vista à [...]

[...] ereção da capela do bairro das Brotas a favor de Lourenço José de Araújo Bicudo, José Venâncio Carneiro e outros moradores do dito bairro [...] com invocação de Nossa Senhora das Dores, construção que seja em lugar alto, descente e livre de humidade [...] não sendo, porém, ermo e despovoado. O lugar será assinalado pelo Muito Reverendo da Paróquia da Vila de Araraquara, a quem por essa mesma damos permissão [...] depois de acabada não se poderá nela celebrar as Missas sem nossa licença.

36 FERNANDES, 1955, p. 442.

37 RAMOS *et al.*, 1996. Anexo, p. 130.

Esse documento traz a data de 14 de fevereiro de 1842. Na verdade, os termos da solicitação do pedido para o levantamento da capela estavam apoiados em

[...] uma indicação bastante antiga, estabelecida pelas constituições primeiras do arcebispado da Bahia, que determinava claramente que o templo deveria estar ‘em lugar decente, alto, livre de humidade, desviado quanto possível de lugares imundos’ e com espaço ao redor para as diversas manifestações religiosas, como procissões, celebrações campestres e mesmo as prosaicas quermesses³⁸.

Outro documento da Cúria de São Paulo, datado oito dias depois, ou seja, 22 de fevereiro, traz outra provisão: “Bispo D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade que concedia a faculdade ao muito Reverendo Pároco de Araraquara ou outro Reverendo Sacerdote para benzer a capela de Brotas”³⁹. Adriana Ramos e outros, analisando esses documentos, constataram a já existência de outra capela no bairro, e argumentam que o que pode ter ocorrido é que a construção da capela tenha sido iniciada em 1839 e só terminada em 1842, quando então os moradores oficializaram junto à igreja a existência da capela, seguindo a burocracia⁴⁰; e que a existência dessa capela, também documentada, seria a levantada por Dona Francisca Ribeiro dos Reis, no mesmo bairro, em 1839. Com relação a essa questão, esclarece-se melhor logo abaixo a existência de duas capelas e em lugares diferentes: uma erigida em 1839 e outra de 1842.

Primeiramente, pelo que consta no próprio documento do *Livro Tombo* da Paróquia de São Bento de Araraquara quanto ao levantamento da referida capela, cabe argumentar que não pode ter sido a mesma erguida por Dona Francisca, uma vez que na própria solicitação feita por Lourenço José de Araújo Bicudo e outros, consta que o lugar onde seria erguida a capela seria “assinalado pelo Muito Reverendo da Paróquia da Vila de Araraquara, a quem por essa mesma damos permissão”. Portanto, o que fica evidente é que os solicitantes estavam dando ao Reverendo de

38 GHIRARDELLO, 2010, p. 136.

39 RAMOS *et al.* op. cit., p. 30.

40 Ibid., p. 30.

Araraquara a liberdade de escolha do local onde seria erguida a capela, e que essa seria levantada em um lugar novo.

A presença, por um período, de duas capelas dedicadas a duas Nossa Senhoras deu início à disputa da futura memória da fundação da cidade. O próprio nome da cidade advindo dessa capela original reforçava as controvérsias. Tanto que, por mais que se relegou a um segundo plano essa primeira capela, sua memória persistiu. A preservação de uma imagem bastante tosca de Nossa Senhora das Brotas, já avaliada como sendo de meados do século XIX⁴¹, depois abrigada na capela de Santa Cruz, quando esta foi levantada em 1880, demonstra bem qual era o seu lugar de origem. Seria ela uma imagem que havia pertencido a Dona Francisca, ou foi trazida por portugueses radicados no povoado, ou fora confeccionada por alguém da comunidade para ser venerada na capela a ela dedicada? Seja como for, na memória da cidade, foi Dona Francisca, e não Lourenço Bicudo e outros, que permaneceu oficialmente como fundadora da cidade.

Não resta dúvida de que o nome da cidade se vinculou a Nossa Senhora da primeira capela, ou seja, Brotas. O tempo, ou a intervenção de poderosos na construção da segunda capela levou a devoção a Nossa Senhora das Dores a se impor como protetora da cidade, e a memória da primeira capela foi se tornando difusa, tanto que em algumas referências a esse passado, como o *Almanaque de 1906*, apresenta o nome das duas Nossa Senhoras sobrepostos, ou seja, Nossa Senhora das Dores de Brotas, fundidos depois da construção da segunda capela.

Oficialmente, em meados da década de 1850, Nossa Senhora das Dores já era nomeada a padroeira de Brotas, uma vez que, o levantamento feito pelo governo provincial em julho de 1856 indicava que a freguesia de Brotas tinha “por paróquia a igreja consagrada a Nossa Senhora das Dores, que” era “servida pela confraria de Nossa Senhora do Rosário. São lhe sujeitas as capelas da serra e a do Jaú”⁴². A Capela Curada em 1843, foi a de Nossa Senhora das Dores, que se deu mais precisamente em 30 de

41 RAMOS *et al.*, 1996, p. 124. Há informação mais recente de que essa imagem, por volta de 2000, foi roubada e queimada. Essa imagem está hoje abrigada na capela de Nossa Senhora das Brotas, levantada recentemente pelo vigário local.

42 Correio Paulistano, ano III, n. 440, 17/07/1856, p. 3.

outubro daquele ano “como registrada no livro 11 a fls. 157⁴³”. De acordo com o *Livro Tombo* da Igreja Matriz de Brotas, que traz informações a respeito, a primeira capela dedicada a Nossa Senhora da Dores “era coberta de colmo, foi situada onde é hoje a Rua 1”⁴⁴, atualmente, a Avenida Mário Pinotti.

Quanto à explicação da origem do nome Brotas, sabe-se que permaneceram por muito tempo algumas versões e, entre elas, a que advinha dos brotos da mata depois de uma poda feita pelos tropeiros numa de suas passagens pelo lugar e, assim, as brotas da mata passaram a ser a referência do lugar. Porém, ao que tudo indica, o nome de Nossa Senhora das Brotas, dado à primeira capela, foi uma homenagem à padroeira da cidade portuguesa que também levava o mesmo nome. Adriana Ramos *et al.*, no livro *Brotas Cotidiano e História*, já havia suscitado essa hipótese.

O que chama atenção é que, embora tenha sido o nome do povoado oriundo da homenagem a Nossa Senhora das Brotas portuguesa, essa referência tenha sido apagada da memória. Todavia, é intrigante que uma das explicações divulgada por muito tempo sobre a origem do nome da cidade de Brotas – o grande número de brotas de plantas estar no local onde surgiu a cidade – seja a mesma explicação dada pelos habitantes da Brotas portuguesa quanto à origem do nome da sua cidade. Foi só mais recentemente, quando se tomou conhecimento da existência da Brotas portuguesa, com sua Nossa Senhora do mesmo nome, é que se começou a remeter o nome da cidade à Brotas portuguesa. Assim, fica a pergunta: Foi a Nossa Senhora das Brotas que se pretendeu apagar da memória ou de Dona Francisca que ergueu a capela em sua homenagem? Como será abordado mais adiante, acredita-se que foi o nome de Dona Francisca que se pretendeu riscar da história. Para aniquilar o papel de Dona Francisca como fundadora da cidade, era preciso esquecer a primeira capela e a sua referência, ou seja, desarticulá-la da Nossa Senhora Portuguesa. Conseguiu-se apagar, em parte, a história da origem da primeira capela e sua Nossa Senhora, no entanto, não o de Dona Francisca como a fundadora da cidade, bem como o nome do início do povoado, ou seja, Brotas.

43 FERNANDES, 1955, p. 42.

44 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910]. Relato do Padre Bento Monteiro, em 1890.

É quase certo que o primeiro arraial contasse, entre seus habitantes, um número significativo de portugueses, daí a devoção a uma Nossa Senhora de origem portuguesa. Fortalece essa tese o fato da rua Cubatão, na margem esquerda do rio Jacaré, possivelmente a primeira rua do arraial original, ser um nome que advém da tradição portuguesa dado a lugares localizados ao lado de uma queda abrupta de terreno. A rua Cubatão na cidade está ao lado da pirambeira, onde se localiza o salto do rio Jacaré.

Há outros indícios importantes que apontam para uma presença significativa de portugueses nos inícios do povoado. Em 1856, um brotense, que assinou como sendo “Um de Brotas”, enviou ao redator do *Correio Paulistano* um relato para denunciar maus tratos impetrados por Francisco Gomes Botão a colonos portugueses em sua propriedade e que por ordem do mesmo haviam sido presos na freguesia de Brotas. Nesse relato, enfatiza que eles só foram soltos graças à intervenção de José Antônio de Oliveira Marques e João Antunes da Silva Castro⁴⁵. Gomes Botão, para se defender, publicou um longo arrazoado no qual disse que João Antunes “era um português encarregado pelo vice-cônsul de Portugal em Santos [...] decidir sobre os colonos”⁴⁶. A presença de um representante do vice-cônsul português radicado na localidade tinha como função defender interesses de portugueses, e isso só poderia se dar se a comunidade de portugueses natos fosse representativa. Em 1865, o mesmo João Antunes foi nomeado agente consular de Portugal, em Brotas⁴⁷, e até 1877, quando faleceu, manteve-se nessa função⁴⁸. Nessa época, a comunidade portuguesa ainda era importante na vila, pois, em 20 de novembro de 1877, “o governo imperial concedeu a nomeação de Francisco Soares da Maia para vice-cônsul de Portugal”, em Brotas “com reconhecimento do juiz municipal e do delegado de polícia”⁴⁹.

Esclarecidas a presença da capela de Nossa Senhora das Brotas e a origem do nome da cidade, permanece outra questão: Em qual lugar havia sido levantada essa primeira capela? Informações constantes no *Almanach de Brotas* para o ano de 1906 indicam que o

45 Correio Paulistano, ano II, n. 421, maio 1856, p. 4.

46 Id., ano II, n. 427, 27 maio 1856, p. 3.

47 Id., ano XII, n. 2761, 09 ago. 1865, p. 1.

48 A Província de São Paulo, São Paulo, ano III, n. 678, 19 maio 1877. p. 2-3.

49 Diário de S. Paulo, ano XIII, n. 3586, 01 dez. 1877, p. 1.

[...] local dessa capela era no sítio então conhecido por salto, de propriedade da referida senhora Dona Francisca Ribeiro dos Reis e de seu irmão Antônio Ribeiro da Silva, filhos ambos e herdeiros de José dos Reis que foi o primeiro possuidor de terras no local”, sítio “que também teve por muito tempo o nome de Fazenda Velha⁵⁰.

O sítio do salto remete à ideia de que essa capela não estava distante do salto do rio Jacaré. O nome do sítio – Fazenda Velha – também se estendeu ao povoado em seus inícios, de acordo com informação dada no *Almanach de Brotas de 1906*. Pelo visto, Fazenda Velha era um arraial constituído antes de 1839 e que talvez sua origem remeta à década de 1820, pois a informação que consta do *Nosso Álbum* indica que havia quem recuasse esse “fato para as proximidades da Independência⁵¹”.

No *Nosso Álbum* há um comentário referente à primeira Santa Cruz, erguida em Brotas, que aparece da seguinte forma: “descendo ao fundo da verdade, podemos afirmar sua existência desde os primórdios dessa terra [...] e esta afirmação [...] não é senão o reflexo da voz de muitas vozes e da consonância que a tradição se afirmar assim⁵²”. Em seguida completa que missionários Capuchinos vindos à região por volta de 1846, “ergueram um cruzeiro para lá da ponte de Brotas que não era mais que um pobre e desconhecido arraial”⁵³. Essas informações deixam inequívoca a existência de um povoado na margem esquerda do rio, ou seja, o início da cidade. A esse respeito diz mais, que esse era um povoado decadente. Portanto, se era decadente é porque já tivera importância no passado. Vale a pena destacar que os capuchinhos compunham uma ordem religiosa de origem italiana que foi autorizada a entrar no Brasil pelo governo imperial em 1843, e em 1844 foram estabelecidas as regras para sua distribuição nas províncias⁵⁴. Assim sendo, passaram por Brotas logo depois da entrada da ordem no Brasil.

Necessário destacar, aqui, que o levantamento desse cruzeiro no arraial decadente se deu no mesmo ano em que a capela curada de Nossa

50 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 5-6.

51 *Nosso Álbum*, 1933.

52 *Nosso Álbum*, 1933.

53 *Ibid.*

54 GHIRARDELLO, 2010, p. 143.

Senhora das Dores fora elevada à freguesia, ou seja, 1846. Logo, a escolha feita pelos Capuchinhos do local para levantar um cruzeiro, não seria para marcar o espaço sagrado do primeiro cruzeiro e da primeira capela, ou seja, o largo e seu entorno? Deste modo, esse largo quase abandonado, com o levantamento do cruzeiro reforçou seu espaço sagrado quando do início da povoação e, posteriormente, com construção da capela dedicada à Santa Cruz, o reconduziu à sua função original, a de abrigar uma capela que, por sua vez, também passou a abrigar a imagem tosca de Nossa Senhora das Brotas do início da fundação do povoado.

Voltando à questão da capela de Nossa Senhora das Brotas ter sido levantada no largo de Santa Cruz, atual Praça Cel. Cherubim Vieira, temos outro indicativo. Trata-se de o fato desse espaço ser propriamente um largo, e é sabido que, de forma geral, nos inícios dos povoados que deram origem às cidades no Brasil, quase sempre tiveram como marco inicial uma capela e em seu entorno um largo que a abrigava. O arruamento viria depois. Portanto, há fortes indícios de que esse seria o largo original do início da cidade. Só um pouco depois é que ocorreu o deslocamento de parte do núcleo do povoado para a margem direita do rio Jacaré.

Ao que tudo indica, a outra capela, ou seja, a de Nossa Senhora das Dores, foi erguida na área nova do povoado, na margem direita do rio, e quando esta capela foi erigida seu levantamento deu-se posteriormente ao arruamento do povoado em um terreno alinhado na atual Avenida Mário Pinotti. O local preciso dessa capela perdeu-se na memória, mas permaneceram duas indicações: uma de que estaria na esquina das atuais ruas Eliseu Lourenção e Mário Pinotti; e outra de que estaria na própria Mário Pinotti, duas quadras acima dessa primeira referência. Aqui uma nova pergunta se apresenta: Por que ocorreu o deslocamento de parte do povoado para outra margem do rio?

Nas especificações da construção do local da nova capela, embora seguindo os princípios estabelecidos pela igreja, ou seja: “que a construção que seja em lugar alto, decente e livre de humidade”⁵⁵, como foi visto, seguiu uma regra, o que foi conveniente para levantar a capela distante do antigo arraial que estava localizado em lugar baixo. Assim, o “lugar

55 GHIRARDELLO, 2010, p. 136.

alto”, era onde estava situada a área nova do povoado; lugar “decente” determinado pela igreja, também lhes convinha em seus propósitos, e aqui suscita-se uma questão importante: Seria o lugar onde estava a primeira capela marcado pela falta de decência? Afinal, era o espaço onde paravam os tropeiros e Dona Francisca os abrigava no seu pouso.

Este tipo de pouso, na época, não passava de um rancho coberto de sapé que dispunha de catres sobre o qual os viajantes forravam com seus pelegos e capas para em cima dormirem. Também, como já foi visto, Brotas era um importante lugar de intersecção de estradas, pois ligava Constituição (Piracicaba) ao Mato Grosso até Cuiabá. Portanto, por ali passavam ou permaneciam por alguns dias, tropeiros que se dirigiam para o Mato Grosso e o atual Triângulo Mineiro e mais todo tipo de aventureiros que incluía criminosos que fugiam da justiça. Talvez esteja aí a razão do parcial abandono do arraial original, ou seja, rejeição ao convívio com forasteiros que frequentemente por ali passavam e, de certa forma, também para com Dona Francisca, que abrigava esses tipos de pessoas, rejeição essa que se estendeu igualmente para sua capela. Sabe-se que a moral dessa época era preconceituosa e excludente. Seria essa a razão do esquecimento da primeira capela? Ou pelo fato de o povoado original ser dominado por portugueses, incomodando os pioneiros de origem mineira que também possuíam terras na região e resolveram formar um povoado paralelo na outra margem do rio e, para tanto, ter a proteção de outra Nossa Senhora que não tivesse um vínculo direto com Portugal? Seja como for, na referência a então freguesia, manteve-se o nome de Brotas.

No documento da construção da nova capela há indicação de que ela deveria estar “livre de humidade”, também um princípio determinado pela igreja e que, pelo visto, serviu de apoio para excluir a primeira capela, localizada mais próxima ao rio. Portanto, três argumentos contundentes foram apresentados para que a nova capela não fosse erguida no local da primeira. Por outro lado, ao determinar que o lugar a ela ser erguida não fosse ermo, compelia sua construção na área nova do povoado. Todavia, um dos princípios indicados pela igreja não foi levado em consideração, ou seja, “o espaço ao redor para as diversas manifestações religiosas, como

procissões, celebrações campais e quermesse”⁵⁶, tanto que no documento de solicitação para o erguimento da capela esse item foi excluído. O espaço disponibilizado para a capela estava alinhado ao arruamento e era pequeno, e foi em decorrência desse exíguo espaço que em 1870 procurou-se um lugar mais amplo para o levantamento da igreja Matriz. Certamente, o trabalho de esquecimento da capela e de Dona Francisca como fundadora já estava em andamento quando do levantamento da nova capela. Mas a quem isso interessava?

Paralelamente, outra questão pode ser levantada, tendo em vista a exclusão da primeira capela, ou seja, uma disputa entre homens poderosos que se opuseram à fundação do povoado atribuída a uma mulher, e que talvez não dispusesse de grande poder econômico e nem *status* social. Entre os que ergueram a segunda capela, em 1842, estava José Venâncio Carneiro, que foi não só um crente da fé católica, mas também um dos grandes proprietários de terras, pois lhe pertencia a fazenda Santa Joana⁵⁷. E o outro, foi Lourenço José de Araújo Bicudo, além de ser proprietário de uma fazenda com engenho de açúcar⁵⁸, em 1852 ocupou o lugar de quarto suplente do juiz municipal e dos órfãos do termo de Brotas, e foi também um dos votantes no regime eleitoral monárquico. Sabe-se que, durante o Império brasileiro, para fazer parte dos votantes, os homens (mulheres estavam excluídas de votarem) deveriam dispor de rendimentos expressivos, ou seja, serem grandes proprietários escravocratas, pois o valor econômico não estava nas terras e sim nos escravos que possuíam.

De qualquer forma, quando se erigiu a capela a Nossa Senhora das Dores, as ruas da área do novo povoado já estavam alinhadas e, por esta razão, improvisou-se um lugar para ela na rua principal. Por outro lado, a devoção religiosa da população local até nossos dias divide-se entre duas datas comemorativas, o três de maio, dedicado a Santa Cruz e quinze de setembro a Nossa Senhora das Dores. No entanto, a maior festa religiosa da cidade, a realizada para a Santa Cruz que, desde 1886, dá-se nome ao local onde a cidade teve origem, quando ainda a população tinha claro na

56 GHIRARDELLO, 2010, p. 136.

57 Correio Paulistano, ano XVII, n. 4111, 13 mar. 1870, p. 3.

58 FERNANDES, 1955, p. 42.

memória a origem do povoado e da primeira capela. Embora, posteriormente, o referido largo tenha recebido o nome de Cherubim Vieira de Albuquerque, a população da cidade ainda hoje se refere a ele como largo de Santa Cruz.

Por outro lado, atritos e desencontros, entre os fundadores da cidade e pessoas que vivenciaram esse início, impuseram “um passado nebuloso”, interferindo na sua memória/história. Também as disputas sobre qual seria a capela inicial para ser reverenciada como marco fundador deixaram marcas que a geografia da cidade reproduz: o largo inicial está fora do que é considerado centro; e mais, sua conformação não se apresenta alinhada à rua que dá acesso a ele, ou seja, está ligeiramente deslocado para a esquerda na sua parte alta, e a direita na sua parte baixa, o que vem corroborar que sua conformação primeira antecede o arruamento do povoado da margem direita do rio Jacaré. A igreja dedicada a Nossa Senhora das Dores, que havia sido construída no alinhamento da rua principal, em um espaço inicial pequeno, quando necessitou ser ampliada foi erguida em local ainda mais afastado do centro. Diferentemente da maioria das cidades, Brotas não tem um marco de sua origem, ou seja, a igreja matriz com seu largo ajardinado no centro da cidade como marco inicial. O centro da cidade, para os brotenses, é a praça dedicada a um político do século XIX, Amador Simões, no entanto está abrigada ao seu lado a escola cujo nome foi dedicado à fundadora, Dona Francisca Ribeiro dos Reis. A data comemorativa oficial da cidade não é nem 1839, quando da ereção da primeira capela e nem 1842, quando foi levantada a segunda, e sim é considerado o dia 3 de maio, a data da emancipação da cidade, ou seja, sua elevação a vila, tendo como ano referência 1859. No entanto, a data da emancipação se deu pela Lei Provincial nº 1 de 14/02/1859 e a instalação do Município em 22 de agosto do mesmo ano. Assim acoplou-se a emancipação ao dia 3 de maio, que é a comemoração da Santa Cruz, portanto, uma referência ao cruzeiro e à capela da Santa Cruz, que se encontram no largo onde foi erigida a primeira capela dedicada a Nossa Senhora das Brotas. Certamente a escolha dessa data foi uma decisão política.

Portanto, os embates e as disputas ocorridos nos inícios do povoado embaralharam as balizas da memória, comprometeram sua história

e não permitiram aos brotenses reverenciarem um marco da fundação da cidade, bem como ter a data inicial do povoado dividida entre 1839 e 1842. O nome Brotas dado à cidade, advindo da primeira capela e do primeiro arraial, permaneceu o mesmo, mas sua origem foi forçosamente esquecida, o que permitiu a emergência de explicações sem fundamentos, como bolotas, bolinhos feitos por Dona Francisca do que derivou Brotas, ou ainda brotos de nascentes próximos ao povoado, e brotos de roçados feitos por tropeiros. Chama atenção que todas essas referências remetem ao início do primeiro povoado, seja como menção aos tropeiros, seja à Dona Francisca.

Com o crescimento populacional da área do povoado da margem direita do rio Jacaré os proprietários rurais com maior poder pleitearam a implementação de instâncias do poder instituído e, assim, não só assegurariam meios para suas reivindicações, bem como o exercício do controle sobre a população que ali vivia. Depois da elevação à Capela Curada, em 1843, o segundo passo seria a elevação à freguesia⁵⁹, contudo, para tanto era preciso justificar um crescimento populacional. Foi o que ocorreu em 1846, quando o povoado já dispunha de “400 a 500 fogos, ou seja, casas e de 4000 a 5000 almas, dado de um levantamento feito pela Comissão de Estatística da Província, que deu bases para a elevação da Capela Curada de Brotas à Freguesia em 6 de março de 1846”⁶⁰.

Na condição de freguesia, Brotas pôde dispor de alguns benefícios advindos do poder provincial, como a obtenção de cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, em 1854⁶¹, bem como a nomeação, em 25 de julho de 1854, de José Antônio de Moraes como professor interino de primeiras letras⁶². Em 1857, a freguesia passou a contar também com uma escola particular com 28 alunos do sexo masculino matriculados⁶³.

59 Uma instituição de origem portuguesa que correspondia a menor divisão administrativa.

60 RAMOS *et al.*, 1996, p. 17.

61 Correio Paulistano, ano I, n. 111, 6 nov. 1854, p. 1.

62 Id., ano I, n. 25, 25 jul. 1854, p. 2.

63 DOCUMENTOS com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor, senador José Joaquim Fernandes Torres, presidente da província de S. Paulo, instruiu o relatório da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 2 de fevereiro de 1858. São Paulo: Typographia Dous de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858. Mapa n. 12. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

Uma agência do correio foi criada em 06 de março de 1855 por “ordem do “Tesouro Nacional”⁶⁴. A classe de primeiras letras significava um oásis em meio à população analfabeta, e o serviço de correio mantinha a vila, em pleno sertão, em contato com o mundo. Em 1858, “por ordem do Presidente da Província”, foi enviada para a Câmara Municipal de Rio Claro uma solicitação “para estabelecer-se uma capitação na freguesia de Brotas em benefício das obras da igreja matriz da mesma freguesia”⁶⁵.

Contudo, embora os tentáculos institucionais chegassem ao sertão brotense, o povoado e seu entorno era constituído por uma sociedade em formação, com pessoas provenientes dos mais diferentes lugares e com experiências advindas de outras culturas, além de ali afluírem os fugitivos da justiça, gerando constante tensão, o que dificultava a aplicação de normas amparadas nas instituições e, dessa forma, a violência grassava nas relações sociais com o desrespeito à lei sendo quase que uma norma. Os desmandos que ocorriam em Brotas eram tão notórios que se sabia na Província o que lá ocorria, como pode ser constatado em nota publicada no *Correio Paulistano* em 16 de fevereiro de 1854, que informava: “Então Sr. Subdelegadinho, em que país estamos nós? Estamos em Brotas ou no Jaboticabal, em que o código é o vilão e o vilão mata o código?”⁶⁶. Portanto, em Brotas, a lei não era impedimento para as ações fora dela. Atos de descumprimento das normas legais não se davam somente com os chamados fora da lei, mas ainda com poderosos se impondo aos mais fracos, bem como nas disputas entre eles.

Foi o que ocorreu no ano de 1856, quando o vice-cônsul interino de Portugal, em Santos, pediu “providências acerca dos fatos praticados no distrito de Brotas contra diversos portugueses ali residentes”⁶⁷. Tratava-se de ações postas em prática pelo já mencionado Francisco Gomes Botão, em sua propriedade agrícola em relação a colonos portugueses. Botão, posteriormente, fez parte da primeira Câmara de vereadores de Brotas, portanto, uma autoridade local. Foi um informante de Brotas que expôs no *Correio Paulistano* o que havia ocorrido: “Botão, tendo uma colônia,

64 *Correio Paulistano*, ano I, n. 194, 20 fev. 1855, p. 2.

65 *O Publicador Paulistano*, São Paulo, n. 59, 24 fev. 1858, p. 1.

66 *Correio Paulistano*, ano I, n. 69, 16 fev. 1854, p. 3.

67 *Correio Paulistano*, ano III, n. 442, 23 jun. 1856, p. 1.

tem feito dela verdadeiro inferno onde os infelizes colonos sofrem toda sorte de martírio”, no caso colonos portugueses. Arrolou a seguir uma série de violências praticadas por ele em relação aos colonos, e completou:

[...] não param aí suas atrocidades, ele serve-se das próprias autoridades iludindo-as para satisfazer seus danados sentimentos contra os colonos [...] Um de seus colonos pedindo licença para vir à freguesia com mais companheiros e com algum dinheiro por conta de seu salário [...] mas quando os pobres homens se achavam muito tranquilos na freguesia preparando-se para voltarem à colônia, eis que são levados a cadeia [...] presos como fugitivos [...] e assim permaneceram por 48 horas até que os Srs. José Antônio de Oliveira Marques e João Antunes da Silva Castro[...] conseguiram sua soltura [...] Botão como uma víbora teve mais esses mais dois alvos contra quem atirar suas iras [...] intentou um processo que acusava os Srs. João Antônio e José Antunes de aliciadores de seus colonos [...] Soltos os dois colonos [...] três horas depois foram eles de novo encarcerados porque a astúcia de Botão conseguiu do subdelegado nova ordem de prisão.⁶⁸

Os colonos, certamente com orientação de José Antunes, agente consular português em Brotas, chamaram o “Sr. Botão diante do Juiz para mostrar qual o contrato que a ele os prendia. Patenteou-se a fraude desse homem [...] e viu-se que nem ao menos eram seus colonos porque não havia um contrato [...] Botão reconheceu que não podia fazer esses homens voltarem a sua colônia”.⁶⁹

Alguns dias depois, saiu no mesmo *Correio Paulistano* um longo arrazoado feito por Botão levantando ponto por ponto o acontecido e, entre outras coisas, desqualificava José Antônio e João Antunes. Este último, português que logo depois assumiu a condição de agente consular português em Brotas e José Antônio comerciante na cidade, também português. Se houve mais embates entre eles depois dessa ocorrência, nada se sabe, no entanto, dois anos depois, em janeiro de 1858, como notificou o *Correio Paulistano*, José Antônio sofreu um atentado, do qual saiu gravemente ferido. Consta que as autoridades da freguesia “havia expedido

68 Id., ano II, n. 421, 06 maio 1856, p. 4.

69 Ibid., p. 4.

uma escolta para prender a uma pessoa importante [...] a quem se atribuía o mandato desse crime”⁷⁰. José Antônio que sobreviveu a esse atentado, em uma carta publicada no *Correio Paulistano* em que contestava as justificativas apresentadas por Botão disse: “Logo que foi preso, Vicente da Costa, homem que sobre mim desfechou o tiro, e declarou que fora mandado por Botão”⁷¹. A repercussão desse atentado deveu-se ao fato dos envolvidos terem sido pessoas importantes na freguesia, pois é sabido que, nas frentes pioneiras, crimes praticados contra os que não dispunham de nenhuma forma de poder se davam praticamente no cotidiano e eram encarados como banais.

Portanto, o que se vê em Brotas nesse período é a violência sendo praticada em todos os segmentos da sociedade, e mesmo assim a freguesia não podia ainda dispor de uma segurança policial. Quando a violência grassava de forma mais acintosa, era solicitado ao governo provincial um destacamento policial provisório. É o que pode ser visto em nota no *Correio Paulistano* em 16/09/1854 informando que “os destacamentos estacionados em diferentes pontos tem feito grande serviço, já sobre repressão do crime, já sobre a prevenção”, e que o destacamento que serviu Brotas havia sido recolhido⁷². Pouco mais de um ano depois, em 11 de dezembro de 1855, o Presidente da Província, “atendendo a uma representação feita pelo delegado de polícia de São João do Rio Claro [...] expede ordem ao comandante do corpo de permanente a fim de mandar um cabo e três soldados do mesmo corpo para a freguesia de Brotas [...]”⁷³.

Após ter sido instituída à freguesia, o próximo passo seria reivindicar o status de vila. Os interesses envolvidos para que Brotas fosse elevada à categoria de vila não se restringiam aos brotenses, pois proprietários de terras de Jaú, que ainda sequer era freguesia, também solicitaram a mesma proposição, uma vez que, dessa forma, também passariam a dispor de uma vila mais próxima para encaminharem suas reivindicações. Tanto que na sessão da Assembleia Provincial de São Paulo, de 10 de fevereiro de 1859, foi lida “uma representação dos habitantes de Jaú pedindo que se

70 *Correio Paulistano*, ano V, n. 611, 13 jan. 1858, p. 3.

71 *Id.*, ano V, n. 804, 26 nov. 1858, p. 3.

72 *Id.*, ano I, n. 69, 16 set. 1854, p. 1.

73 *Ibid.*, p. 1.

elevasse esta capela à freguesia e Brotas à Vila”⁷⁴. Embora no pedido especifique “habitantes de Jaú”, na verdade eram os proprietários rurais mais poderosos lá residentes que solicitavam esse pedido. De qualquer forma, brotenses foram atendidos pela promulgação da Lei Provincial nº 1 de 14/02/1859 que, em seu artigo 1º, dizia: “Fica elevada à categoria de Vila, a freguesia de Brotas, do Município do Rio Claro, conservando a mesma denominação e divisas que atualmente tem”⁷⁵. Na categoria de vila, a vida institucional de Brotas passou a ser normatizada por outros parâmetros, como será visto mais à frente.

1.4 A lavoura e a propriedade da terra

O terreiro é fechado a pau-a-pique
com porteiros de cedro em cada lado que ringem roucamente;
ficam num canto o engenho e o alambique,
onde fazem açúcar e melado,
garapa e aguardente.
Carros de bois atravessando as roças
trazendo canas aos montões ceifadas,
passam a chiar-chiando.

Paulo Setubal

As transformações pelas quais começou a passar a Província de São Paulo, na década de 1850, refletiram também no distante povoado de Brotas. Quando a expansão da lavoura cafeeira ultrapassou o vale do Paraíba e alcançou a região entorno da cidade de São Paulo, por volta de 1850, a lavoura canavieira que ocupava o já mencionado quadrilátero do açúcar rapidamente foi substituída pela cafeeira. Em seis anos, entre 1850-1856, fazendeiros dessa região trocaram o açúcar pelo café, uma vez que este havia obtido uma expressiva valorização no mercado internacional. Dessa forma, o café encontrou ali terras desbravadas, mão de obra escrava disponível, infraestrutura de produção e capital disponível, além do fácil

74 Id., ano V, n. 866, 13 fev. 1859, p. 4.

75 Correio Paulistano, ano V, n. 892, 18 mar. 1859, p. 4.

escoamento da produção, uma vez que as instalações do porto de Santos haviam sido efetuadas para a exportação do açúcar, bem como a construção de uma estrada na descida da serra de Santos, a famosa Estrada do Lorena, hoje conhecida como a estrada Velha de Santos. Depois de conquistar o quadrilátero do açúcar os fazendeiros de café, dispondo de capital, passaram a investir em sua expansão em direção ao chamado Oeste Paulista, o que permitiu que em trinta anos essa lavoura já ocupasse um arco de terras compreendendo Ribeirão Preto, São Carlos, Jaú e Botucatu. Brotas estava incluída nessa nova área cafeeira.

Contudo, havia um problema para a plena expansão do café em moldes capitalistas, ou seja, estabelecer a posse da terra como propriedade privada. Em 1822, um mês antes da independência, o governo imperial suspendeu as doações das sesmarias, uma vez que toda terra conhecida já havia sido doada. Com isso, abriu-se um vácuo legal, e a forma de aquisição de novas terras passou a ser a posse indiscriminada. Nas áreas mais antigas, a terra já vinha há algum tempo sendo vendida, herdada ou doada, mesmo que legalmente ela continuasse a permanecer como domínio da coroa portuguesa.

Com o capitalismo iniciando uma nova fase, a partir do final do século XVIII, impulsionando as nações do mundo ocidental a ver a terra como mercadoria, ou seja, a necessidade de tornar-se propriedade privada e, para tanto, dispor de base legal para sustentá-la, com registro em cartório, e consequentemente adquirir valor econômico. Em 1850, o governo imperial brasileiro decidiu enfrentar essa questão com a criação de uma Lei de Terras, regulamentada em 1852 e posta em ação entre 1852 e 1854. A lei dizia que todos que dispusessem de terras, fosse sob a forma de sesmarias, compra, herança, doação ou posse, desde que estivessem ocupadas economicamente, poderiam registrá-las. As terras não registradas passariam a pertencer ao Estado Imperial como terras devolutas, e o acesso a esta se daria pela compra realizada do próprio Estado. Ao estabelecer a compra como forma legal de acesso à terra, estava implícito que a única forma de sua aquisição pressupunha o poder econômico. Para tanto, o Estado estabeleceu o preço das terras devolutas num alto patamar, o que imediatamente valorizou toda terra sob a forma de propriedade

privada. Essa medida levou os grandes proprietários a adquirirem vastas extensões de terras conformando latifúndios para a grande lavoura e, ao mesmo tempo, tinha o propósito de impedir o acesso à terra ao pequeno proprietário, especialmente aos imigrantes estrangeiros que chegassem.

Depois de 1850, com abolição do tráfico negreiro, sabia-se que a continuidade da expansão cafeeira dependeria da introdução da mão de obra imigrante em larga escala e essa deveria ser compelida ao trabalho na grande lavoura. Por outro lado, essa regra para aquisição de terras impediria também acesso a ela pelo trabalhador nacional que não dispusesse de recursos para adquirir escravos. Foi assim que a maioria dos trabalhadores nacionais ficou à margem do sistema produtivo escravista, perambulando na procura de trabalhos avulsos como jornaleiros. Foram eles que engrossaram a população pobre dos povoados emergentes como o caso de Brotas. No entanto, vale lembrar que alguns entre eles conseguiram, no momento dos registros, manter pequenas propriedades que foram cruciais para produção de alimentos em meio à grande lavoura cafeeira.

Coube à igreja proceder aos registros das terras de acordo com a referida Lei, uma vez que igreja e Estado estavam unidos. O Estado delegou à instituição religiosa essa tarefa, pois seus braços se estendiam por todo território nacional, o que facilitava os detentores de terras fazerem seus registros. A paróquia de Brotas ficou responsável pelos registros de uma área muito vasta, incluindo Jaú, Dourado, Ribeirão Bonito e Torrinha. Importante que se diga que parte significativa dos que dispunham de terras, mesmo ocupadas economicamente, não efetivou o registro delas. É bem provável que muitos dos posseiros e mesmo aqueles que tinham uma base legal da aquisição de suas terras eram analfabetos e sem contatos que lhes permitissem ter acesso a informações, não tenham tomado conhecimento da referida Lei. Em debate ocorrido na Assembleia Legislativa, no ano de 1859, essa questão veio à tona. A esse respeito um dos deputados argumentou:

Quero falar sobre a necessidade da reforma da Lei de Terras [...] Muitas vezes um possuidor de muitas terras, distando do município léguas, tendo as vias de comunicação completamente intransitáveis, quase nunca pode ter conhecimento dos editais que marcam prazo

dentro do qual devem as terras serem registradas [...] Isto acontece em Piracicaba, em Brotas, em Araraquara e muitas vezes em Botucatu⁷⁶.

A esse respeito, o exemplo de Jaú é elucidativo. Dos 94 proprietários existentes na região, no período previsto para os registros, ou seja, entre 1852 e 1854, somente 55 efetivaram seus registros na Paróquia de Brotas⁷⁷.

Importante destacar que essa Lei de Terras de 1850 não resolveu o problema da propriedade privada da terra, pois, além daqueles que não efetivaram seus registros, somou-se o fato de não se dispor de agrimensores para levantar os limites exatos das propriedades. Esses registros foram marcados pela imprecisão ocasionando a sobreposição de muitas terras registradas. As descrições dos limites nos referidos registros eram muito precárias, por exemplo, indicar uma grande árvore no alto do espigão, o próprio espigão, ou um proprietário mencionar como limite de suas terras o vizinho fulano de tal, sendo que este também não tinha seus limites definidos. Sem o preciso conhecimento das áreas das propriedades, deu-se continuidade ao processo de compra e venda, intensificado com a chegada da lavoura comercial do café, o que tornou a situação da propriedade fundiária cada vez mais caótica, criando-se um emaranhado legal de difícil saída. O início da solução das propriedades de terras deu-se somente com a República, quando foi promulgada uma lei com parâmetros mais precisos para resolver esse problema e, por outro lado, já era mais fácil encontrar, sobretudo entre imigrantes europeus, agrimensores para demarcar limites. Mas mesmo assim, os que dispunham de maior poder econômico para pagar bons advogados ou manipular documentos cartoriais, asseguraram maiores áreas de terras. Nesse momento, muitos pequenos proprietários perderam suas terras ou, no remanejamento desses processos divisórios suas áreas originais iam parar em mãos dos grandes proprietários cabendo a eles outras de má qualidade. Durante esse período, a disputa por terras se intensificou mais ainda, também a criminalidade alcançou altos patamares com frequentes crimes de morte envolvendo grandes proprietários. Brotas não fugiu à regra.

76 Correio Paulistano, ano V, n. 867, 15 fev. 1859, p. 2.

77 OLIVEIRA, Flávia Arlanch M. de. *Faces da Dominação da Terra* (Jaú 1890-1910). Marília: UNESP Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 6.

O descalabro ocorrido pela disputa de terras, como a prática de forjar documentos cartoriais, embora de conhecimento público, foi uma questão que se procurava camuflar, uma vez que envolvia, na maioria dos casos, poderosos que controlavam a política local. Quando as disputas políticas se aprofundaram, como nos momentos eleitorais, as ilegalidades dos adversários eram expostas. Em Brotas, quando da eleição de 1878, acusações de um lado e de outro ocorreram, cada um deles procurando desvendar o que de pior o opositor praticara. Uma dessas acusações saiu na imprensa da capital enviada por um informante de Brotas, e que remetia exatamente à questão da falsificação de documentos referentes à posse de terra. Disse ele: “É bom não esgravatar muito nas coisas velhas, porque no cartório há bem boas marmeladas de que se pode tirar cópias e manda-las a imprensa e com isso alguém perderá o lugar de que tira o pão cotidiano⁷⁸”. Quem fez a acusação não apontou nomes, pois sabia que com isso poria em risco a sua própria vida.

Também em 1878, no município de Brotas, quando se abriu um processo judicial para averiguar o assassinato de um fazendeiro de nome José Modesto de Abreu, o advogado de defesa do réu procurou mostrar como no passado a vítima violou as leis para ampliar suas terras: “Em uma só noite, fato ainda notório, conseguiu ele em uma questão de terras, derrubar uma grossa árvore, descrita em um título, cavar um largo fosso, e fazer desaparecer o último vestígio do objeto, que contrariava suas pretensões⁷⁹”.

Na década seguinte, as disputas por terra em Brotas continuaram. Em 1887, Zeferino Barbosa protestava pelo fato de “D. Maria de Nazaré de Oliveira e seus filhos José Sebastião D’Aguirra e Lourenço José d’Araújo, pretenderem esbulhar-lhe de uma parte de terra em cima da Serra neste município⁸⁰”. A pretensão era unir o lugar denominado Boa Vista e Dois Saltos, terra que Zeferino havia adquirido “por compra de Dona Maria de Nazaré de Oliveira e seu finado marido Manoel de Aguirra Camargo, tudo conforme consta da respectiva carta de venda que me passaram em data de 7 de outubro de 1849⁸¹”.

78 A Província de São Paulo, ano IV, n. 1040, 10 ago. 1878, p. 1.

79 Id., ano IV, n. 1126, 20 nov. 1878, p. 1.

80 A Província de São Paulo, ano XIII, n. 3653, 03 jun. 1887, p. 2.

81 Ibid., p. 2.

O que estava ocorrendo nessa disputa não foi exceção. A maioria dos embates sequer veio a público pela imprensa. No caso, o documento de compra a que se refere Zeferino datava do ano de 1849, portanto anterior à Lei de Terras. Era o momento em que não se dispunha de agrimensores e a área posta à venda, como já foi dito, era indeterminada. Portanto, ficava difícil até para a Justiça mediar tal questão. A área questionada era na serra, portanto, terra de alto valor no município, uma vez que era a mais apropriada ao cultivo do café. Não foi encontrada informação a respeito de como finalizou essa questão, mas certamente venceu quem dispunha de maior poder econômico e/ou sustentação pelo poder político local.

Com a instalação do governo republicano foi promulgado o “Decreto 720, de 5 de setembro de 1890 tendo em vista ajustamentos da nova ordem política, econômica e social que objetivava uma ação direta na definição da propriedade privada⁸²”, com abertura de processos divisórios apoiados no referido decreto. Nesse momento, as tensões entre proprietários se aprofundaram. Chamaram-se “processos divisórios”, pois sua base jurídica para dar início a tal procedimento eram as terras registradas quando da Lei de Terras na década de 1850. Todavia, ao longo dos quarenta anos que separavam as duas leis referentes à propriedade da terra, as terras foram retalhadas por vendas, doações e heranças sem que se realizasse uma demarcação precisa das áreas, muitas vezes sobrepondo-se propriedades. E se um proprietário dentro daquela grande área original registrada pela Lei de Terras de 1850 entrasse na justiça solicitando o processo divisório, todos os demais que ali possuísem terras, compulsoriamente também deveriam entrar no mesmo processo. Ainda que o tal decreto tenha sido promulgado em 1890, os processos divisórios se alongaram por décadas avançando até os inícios do século XX. Nesse período, em Brotas, pode-se constatar, por publicação no jornal *Correio Paulistano*, o anúncio da divisão de várias fazendas com apoio no mencionado decreto: 1915, Fazenda Santa Joana; 1916, Sesmaria do Aterrado, Fazenda Ribeirão do Veado, Fazenda Varjão, Fazenda Rio do Peixe, Fazenda Gramado de Fora, Fazenda Água Branca, Fazenda Lobo; 1918, Fazenda Cruz Vermelha, Fazenda Três Saltos, Fazenda Bom Fim, Fazenda Capão do Engenho.

82 OLIVEIRA, 1999, p. 2.

Em geral, os proprietários mais interessados na partilha judicial das terras eram os detentores das grandes áreas, coagindo os demais que tivessem terras em comum nos registros da década de 1850 a participarem da referida ação. Os pequenos proprietários foram os mais prejudicados, pois não contavam com advogados competentes para defender seus interesses. Porém, quando a disputa por uma área em litígio envolvia grandes proprietários e com poder político, as lutas eram ferozes, com ameaças de lado a lado. Foi o caso do assassinato em julho de 1894, de Remigio Cerqueira Leite e seu filho, que de acordo com nota publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, a versão que correu na cidade foi que o motivou desse crime teve por trás a disputa por terra⁸³. Segundo o relato de um genro de Remigio, publicado no mesmo jornal, menos de dois meses antes do crime, dizia que seu sogro vinha sendo ameaçado desde março daquele ano, “quando foi preso por parte do Delegado de Polícia João Dias Pereira Sobrinho e do Coronel Amador Flávio Simões⁸⁴” e passou depois disso a sofrer repressões. Numa delas refugiou-se na casa de comércio Cesarino & Irmãos, quando intervieram a seu favor alguns amigos. No final desse relato pediu justiça ao governo do Estado⁸⁵. Pelo visto nada foi feito e Remigio e seu filho foram assassinados quando regressavam da vila para sua propriedade.

Portanto, a disputa pela terra em Brotas em nada foi diferente das outras regiões cafeeiras do Planalto Paulista onde a violência pela posse da terra foi feroz.

1.5 A política toma forma no sertão

O ponto mais obscuro desse negócio é a atitude moral dos dois novos partidos, a linguagem recíproca, as mútuas recriminações. Cada um deles vê o adversário metade de si próprio... Nenhum deles podia acusar o outro de se haver ligado ao adversário, porque esse mal ou essa virtude estava em ambos.

Machado de Assis

83 O Estado de S. Paulo, São Paulo, ano XX, n. 5772, 19 jul. 1894, p. 1.

84 Id., ano XX, n. 5725, 21 maio 1894, p. 2.

85 Ibid., p. 2.

Quando da organização da política na freguesia de Brotas e sua inserção no Estado Monárquico brasileiro, representantes do poder local já se posicionavam com suas opções partidárias afinadas com os dois partidos do império: liberal e conservador. Embora ideologicamente esses dois partidos não se diferenciasssem em termos de propostas à nação, eram acirradas as disputas entre seus membros, uma vez que em torno deles aglutinavam-se grupos oligárquicos que disputavam as instâncias do poder. Em Brotas não foi diferente.

É bem possível que parte dos militantes do partido liberal, nos começos da história política de Brotas, fossem de origem mineira, pois, como foi visto, boa parte dos primeiros pioneiros que se fixaram na região nos inícios da década de 1840 veio da província mineira. Muito provavelmente que entre eles pudessem estar apoiadores da Revolução Liberal de 1842 que, como é sabido pela historiografia, derrotada, obrigou parte de seus membros a se embrenhar no sertão diante de perseguições políticas. Minas foi um importante centro de resistência dessa revolução⁸⁶. Nota-se que em Brotas já haviam pioneiros de origem mineira fixados ali antes de 1842. Além da família de Dona Francisca Ribeiro dos Reis, que era de origem mineira, obteve-se informação segura de que pelo menos um outro pioneiro – João Ramos da Silva –, de lá chegou antes de 1842, uma vez que, em 19/06/1888, declarou que: “era filho da província de Minas, e que há mais de cinquenta anos havia estabelecido seu domicílio neste Município”. Portanto, os cinquenta anos remetem a 1838, quando dos inícios do povoado. A família Simões, radicada em Brotas desde seus inícios, também provinha de Minas, pois, como ver-se-á adiante, em 1849 Manoel Joaquim Simões declarou que viera daquela Província.

Importante destacar que, em termos da ocupação na Província de São Paulo, o poder econômico consubstanciado no controle e na exploração da terra gerou disputas políticas marcadas pela violência e alta criminalidade. Essas práticas adentraram pelo período republicano recebendo a designação de “coronelismo”.

Em Brotas é possível verificar a presença dessas características ainda quando era uma freguesia. Em 1849, Manoel Joaquim Simões,

86 OLIVEIRA, 1999, p. 85.

como subdelegado local, em carta enviada ao jornal *O Piratininga*, para se defender de acusações a ele imputadas, expôs de forma clarividente as disputas de poder que vinham ocorrendo desde os inícios da constituição política de Brotas. Pelas contestações por ele narradas, é possível perceber as várias práticas de atuação dos que detinham o poder no âmbito local. Vale a pena transcrever essa carta quase na sua íntegra. Disse ele:

Sendo eu bastante conhecido nessa província onde há muitos anos resido, como na de Minas d'onde sou natural, e na do Rio onde negoceio, devia eu deixar sem resposta tais falsidades que contra mim se publicaram, não só porque o tempo é próprio para aparecerem tais publicações, porque também uma folha tão frenética da oposição, como é o *Ypiranga*, pouco cuidado mesmo empregará em colher notícias principalmente de empregados públicos de política oposta, e é o eu ter sido demitido do cargo de subdelegado de Brotas no mesmo tempo em que apareceu aquela publicação, e como alguém pode atribuir que minha demissão proveio dela; devo mostrar o quanto ela é falsa [...] e inteiramente caluniosas as imputações que se me fazem naquela publicação do "*Ypiranga*" [...] Nunca tive e nem usei andar rodeado de capangas e menos consenti criminosos armados em tempos que exerci a subdelegacia da Freguesia de Brotas [...] Também é inteiramente falso que eu prendesse caixeiro algum de Serafim Bueno de Oliveira, pois a pessoa que prendi como se vê no documento junto, era um camarada, e agora acrescento que era homem de cor, e como tive denúncia que era desertor e tinha eu ordens para promover o recrutamento e como aquele indivíduo se apresentasse na freguesia sem o passaporte mandei-o prender, depois a vista do requerimento do Serafim, e de outras informações [...] mandei-o soltar [...] Da mesma laia é imputação sobre o camarada de Manoel Antônio Pinheiro [...] mas nunca teve ele trabuco aos peitos e se não diga Manoel Antônio Pinheiro que vivo está e eu o interpelo a esse respeito, sendo o seu silêncio a confirmação do que aqui exponho. Sobre o tópico daquela publicação onde diz que com licença minha se podia matar, e roubar, os atestados que junto a esta desmentem[...] Também é falso o que se diz a respeito o escravo que se figurou roubado a Manoel de Oliveira Matozinho, pois a este homem nunca ninguém roubou escravo algum, e quando ele andou nesta freguesia com tais alegações eu procedi a inquirição de testemunhas a requerimento dele, quatro testemunhas foram inqueridas, mas

nada disseram contra o sujeito de quem Matozinho se queixava, depois não havia mais testemunhas, umas referidas não compareceram por não se saber onde estavam por isso não conclui tal sumário, fui demitido [...] Quanto ao negócio do sr. delegado Vicente do Amaral Salles cumpre-me explicar como isso foi. Sou sincero respeitador da lei [...], por isso não pude, a sangue frio, ouvir o sr. Amaral Salles dizer o que lhe parecia contra o atual Governo, principalmente contra o Exmo. Sr. Presidente [...]⁸⁷

Arrola a seguir uma série de acusações que Amaral Salles disse contra o governo. E prosseguiu dizendo:

Quanto a dizer [...] que não gozo da menor estima em Brotas [...], porém prezo-me de gozar da estima das autoridades da freguesia e da vila de Araraquara [...] Quanto minha demissão entendo que Exmo. Governo estava no seu direito [...] Muito obrigado [...] Assinado, Manoel Joaquim Simões⁸⁸.

Sabe-se que dois dos nomes mencionados, Manoel Antônio Pinheiro e Manoel de Oliveira Matozinho, eram agricultores importantes na região, cujos descendentes posteriormente assumiram o poder político em Brotas e Jaú. Manoel Antônio Pinheiro foi quem doou terras em 1868 para o levantamento da igreja matriz.

Voltando ao teor da carta, verifica-se que, um a um dos argumentos apresentados por Manoel Joaquim Simões corporificam práticas comuns àqueles que detinham o poder. Vejamos. Quando ele afirma que “falsidades que contra mim se publicaram, não só porque o tempo é próprio para aparecerem tais publicações, porque também uma folha tão frenética da oposição, como é o Ypiranga”⁸⁹. O tempo próprio a que ele se refere é o da ocasião das eleições, quando as disputas políticas se acirravam e as práticas de desrespeito em uso por quem estava no poder ou na disputa por ele se afloravam, como as demissões dos cargos daqueles que estavam politicamente do lado mais fragilizado. Simões, certamente indicado para

87 O Piratininga, São Paulo, n. 40, 04 dez. 1849, p. 2-4.

88 Ibid., p. 2-4.

89 O Estado de S. Paulo, ano XX, n. 5725, 21 maio 1894, p. 2.

o referido cargo pelo chefe político local, deve ter descontentado com algumas de suas atitudes alguém ligado ao controle do poder local. Nota-se que Simões estava publicando em um jornal e fazendo críticas a outro, no qual foram feitas denúncias contra ele, o que se deduz que cada um desses jornais representava os partidos conservador e liberal.

Depois de situar o momento em que se deram as disputas, Simões começou a se defender dos atos atribuídos a ele, fazendo suas justificativas: 1- nunca tive e nem usei andar rodeado de capangas e menos consenti criminosos armados em tempos que exerci a subdelegacia da Freguesia de Brotas. 2 - Falso que eu prendesse caixeiro algum de Serafim Bueno de Oliveira. 3 - Da mesma laia é imputação sobre o camarada de Manoel Antônio Pinheiro [...], mas nunca teve ele trabuca aos peitos. 4 - Com licença minha se podia matar, e roubar. 5 - Falso o que se diz a respeito o escravo que se figurou roubado a Manoel de Oliveira Matozinho. 6 - Não pude, a sangue frio, ouvir o sr. Amaral Salles dizer o que lhe parecia contra o atual Governo, principalmente contra o Exmo. Sr. Presidente.

Não é possível avaliar se Simões cometeu ou não tais atos, no entanto pode-se assegurar que todas as práticas por ele mencionadas, corriqueiramente eram realizadas por aqueles que detinham o poder no âmbito local. Como os partidos liberal e conservador não tinham propostas que os diferenciasssem, a manutenção do poder se fazia pela força e violência. Nota-se que, como Simões havia perdido sustentação na esfera do poder local, apelava para o poder maior, o provincial, quando disse que Salles fez críticas ao Governo e ao Próprio Presidente da Província. Como será visto mais adiante, essas práticas foram frequentes na condução da política em Brotas, até mesmo depois da instalação do governo republicano.

Quanto ao povoado, até o final da década de 1850, quando a freguesia foi elevada à categoria de vila, pouca coisa havia sido realizada dentro do seu espaço, embora a igreja Matriz no ano de 1852 houvesse passado por uma grande reforma. Nessa data, o vigário Francisco de Paula Camargo enviou um ofício ao Presidente da Província, prestando contas das obras dos serviços da matriz, no qual informava que “esta achava-se em obra como nova: achava-se coberta, assoalhada e barreada toda externamente, com coro, tribunas e arcada da parte de baixo [...] Corpo de

comprimento de 90 palmos e largura de 70 palmos”⁹⁰. Por essa informação, é possível pensar-se que essa reforma se deu na capela levantada na década de 1840, que fora construída de forma muito rústica necessitando de constantes reparos, tanto que a referência não era da construção e sim de uma reforma, pois o vigário comunicava que “esta achava-se em obra como nova”. A referência de que era barreada por fora, pressupõe de que sua construção fora feita em taipa e, além disso, muito pequena, pois cada palmo medindo vinte e dois centímetros, seu comprimento não chegava a vinte metros e sua largura a seis metros. Com certeza, essa igreja construída em taipa reformada em 1852 ainda não havia sido concluída, ou passou por nova reforma em 1855, uma vez que nessa data o Presidente da Província destinou o valor de 4:000\$000 para a conclusão da matriz de Brotas⁹¹.

Pelo que consta nas discussões da Assembleia Provincial no ano de 1859, muitas vilas do interior de São Paulo das quais Brotas fazia parte, foi “o fervor religioso” que levou “felizmente seus habitantes a concorrer para a construção de seus templos”⁹². Foi o caso da de Brotas.

90 RAMOS *et al.*, 1996, p. 32.

91 DOCUMENTOS com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo, instrui o relatório da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo: Typographia Dous de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1855, p. 6. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

92 Correio Paulistano, ano V, n. 911, 10 abr. 1859, p. 2.

CAPÍTULO 2

A CONSOLIDAÇÃO DA VILA E MUNICÍPIO DE BROTAS (1859-1889)

2.1 A vila em construção

As suas casas, apesar de serem de chão e telha vã, são asseadas, bem varridas, ostentando nas linhas enxadas de cabos envernizados pelo uso, ficando atrás da porta os machados e foices. Nas estanqueiras não faltam a espingarda, a patrona de couro de jaguatirica, o laço, o cabresto, o bernal, o freio, serigote ou socado, o corote, o samburá e uma pala.

Cornélio Pires

Com a mudança da categoria institucional de Brotas, passando de freguesia à vila, em 1859, havia chegado a hora daqueles que dispunham de poder econômico montar também as instâncias do poder político, e assim teve início a organização das instituições com o preenchimento dos devidos cargos. A primeira Câmara Municipal foi “constituída pelo presidente Juventino Paiva Bueno e pelos vereadores Severino José Gouvêa, José Antônio de Almeida Leite, Florêncio Francisco da Silva Terra, Francisco Antônio Machado Júnior, Joaquim de Oliveira Matosinho”⁹³. Jauenses que também haviam reivindicado a elevação da freguesia à vila de Brotas obtiveram espaço na organização dessa primeira Câmara, pois Joaquim de Oliveira Matosinho, que os representava e era genro de um dos fundadores de Jaú, o Tenente Joaquim Lopes⁹⁴. José Antônio de Almeida Leite já detinha uma forma de poder, pois ocupava o posto de Capitão do 28º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Rio Claro⁹⁵.

Além da composição da Câmara Municipal, outras instâncias do poder foram sendo implementadas. Ainda em 1859, ou seja, em 22 de

93 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 6.

94 OLIVEIRA, 1999.

95 Correio Paulistano, ano V, n. 991, 27 jul. 1859, p. 2.

agosto, foi instalado o Município⁹⁶, e em 8 de novembro o Presidente da Província propôs “criar o foro cível e o conselho de jurados”⁹⁷, bem como no “respectivo termo um ofício do tabelião do judicial e notas... e uma delegacia de polícia”⁹⁸. Os cargos preenchidos advinham de sugestões dos que detinham o poder local, e cabia ao Presidente da Província nomeá-los. Dessa forma, em 19/12/1859, foram designados, para o cargo de “Delegado de Polícia Severino José Gouvêa e para suplentes do mesmo 1º a Antônio do Amaral Abreu, 2º a José Antônio Machado, 3º a Antônio José de Oliveira Pinheiro, 4º a Francisco Antônio de Oliveira, 5º a José Rodrigues Simões, e 6º a Antônio Francisco Macedo”⁹⁹. Três dias depois, ou seja 22/12/1859, o Presidente da Província nomeou para preenchimento dos cargos de suplentes do juiz municipal e dos órfãos para o termo de Brotas, os seguintes cidadãos; “1º Francisco Xavier de Mendonça, 2º Fernando de Almeida Leme, 3º Capitão José Venâncio Carneiro, 4º Lourenço José de Araújo Bicudo, 5º José Maria Xavier de Mendonça, 6º Lourenço José de Araújo Ribeiro”¹⁰⁰. Com a composição dos quadros dos poderes constituídos fica mapeada também parte das famílias mais poderosas de Brotas, em seus primórdios, pois todos os cargos foram ocupados por aqueles que se projetavam com poder na localidade, ou seja, grandes proprietários de terras. Nota-se que os dois solicitantes do levantamento da capela de Nossa Senhora das Dores estavam nesse quadro: Capitão José Venâncio Carneiro e Lourenço José Bicudo, o primeiro dispendo de título da Guarda Nacional.

Para coroar o poder da elite econômica local, em 1863, seus representantes passaram a deter mais um poder, ou seja, um comando da Guarda Nacional local sancionado pelo Decreto nº 3.138 de 31 de julho daquele ano¹⁰¹. Assim, coronel, capitão, tenente, alferes passariam a ter maior desenvoltura nas ações que esse poder lhes oferecia, fortalecendo o poder na esfera local. A Guarda Nacional foi instituída em 1831, no

96 RAMOS *et al.*, 1996, p. 18.

97 Correio Paulistano, ano VI, n. 1076, 13 nov. 1859, p. 1.

98 *Ibid.*, p. 1.

99 Correio Paulistano, ano VI, n. 1085, 24 nov. 1859, p. 2.

100 *Id.*, ano VI, n. 1086, 25 nov. 1859, p. 2.

101 *Id.*, ano X, n. 2187, 29 ago. 1863, p. 1.

período regencial do Império Brasileiro, momento de intensa luta política. Essa instituição visava criar braços para garantir o fortalecimento do poder central e conciliar os interesses do governo imperial com o dos mandatários locais. Na verdade, o que se objetivava era manter a grande propriedade em mãos de poucos para assegurar a produção agrícola em larga escala visando ao mercado internacional e à acumulação de capital. A ambição dos que tiveram acesso à terra somada ao poder concedido pela Guarda Nacional permitiu a conformação de um poder desmedido aos seus oficiais e subordinados, que passaram a fazer de suas vontades lei.

O funcionamento das instituições na vila dispunha do respaldo das leis anteriormente estabelecidas no âmbito provincial, contudo, uma parcela ou talvez a totalidade dos ocupantes dos novos cargos nem sempre tinha o conhecimento dessas leis e muitas vezes, por ignorância ou interesses escusos, a lei era mal interpretada ou desprezada. Esse desconhecimento pode ser constatado em uma resposta dada em agosto de 1862, pelo Presidente da Província, a uma solicitação do presidente da Câmara Municipal de Brotas, José Francisco de Paula Eduardo a respeito de como deveria proceder diante de várias situações criadas durante as suas sessões, como falta de assinaturas de vereadores que estavam presentes, ata não aprovada, vereadores que se retiravam antes do término da reunião da Câmara. Diante disso o Presidente da Câmara de Brotas perguntava qual a pena que deveria ser dada aos vereadores ¹⁰². Essa solicitação também pode ter visado à resposta do Presidente da Província para que, com ela, o Presidente da Câmara tivesse respaldo para impor aos demais membros o cumprimento das regras daquela instituição. Em parte, a dificuldade de reunir a Câmara advinha de o fato da maioria desses homens serem agricultores e residirem em suas propriedades.

De qualquer forma, irregularidades ocorriam. Em junho de 1862, o Presidente da Província encaminhou ao Juiz de Paz Serafim da Costa Machado um ofício para verificar uma “representação de Francisco Antônio Simões e outros sobre [...] a eleição para vereadores e juízes na freguesia de Brotas ocorrida em setembro de 1860”¹⁰³. Como descrito

102 Correio Paulistano, ano IX, n. 1893, 29 ago. 1862, p. 2.

103 Ata da Assembleia Legislativa de São Paulo reproduzida no Correio Paulistano, ano IX, n.

anteriormente, tais irregularidades poderiam ter sucedido por desconhecimento de quem fez o encaminhamento da referida eleição, ou propositalmente desrespeitando a lei para atender interesses de um segmento do poder. Há indicativo de tal requerimento estar vinculado às disputas do poder local, pois a já mencionada eleição havia ocorrido em setembro de 1860 e o encaminhamento do referido requerimento deu-se somente em junho de 1862, portanto, quase dois anos depois. Seja como for, as irregularidades foram comprovadas, pois, passados dois meses do aludido encaminhamento, o Presidente da Província expediu um ofício à Câmara de Brotas em que informava:

S.M o Imperador tendo se conformado com sua imediata resolução de 30 do mês findo, depois de ter ouvido a secção dos negócios do império do conselho do estado, houve por bem mandar anular a eleição de vereadores e juizes de paz a que se procedeu nessa paróquia em setembro de 1860, pelas irregularidades de que trata o mesmo aviso¹⁰⁴.

A despeito das disputas políticas, a vila que já vinha crescendo em termos demográficos e a decorrente expansão da área urbana, ainda que diminuta, e com as instituições do estado monárquico em funcionamento, começou também a receber alguns poucos melhoramentos. Contudo, seguindo o padrão de praticamente todos os povoados das frentes pioneiras, certamente o aspecto da vila de Brotas ainda estava muito distante do que se conhece hoje por uma vila urbanizada.

O conjunto arquitetônico era formado por edificações térreas, com pé direito baixo, construídas de taipa, ou mesmo de capim trançado, geralmente com estrutura de bambu e barro, cobertas de sapé e de chão de terra batida. Segundo Ghirardello¹⁰⁵, esse tipo de construção era de influência mineira. A vegetação de cerrado em torno da cidade não oferecia árvores de grande porte para disponibilizar madeira para a construção de casas. Como se verá mais adiante, até a construção da primeira igreja matriz da vila foi levantada de taipa. Ainda em 27 de agosto de 1859, dezoito anos depois da fundação do povoado a aparência das ruas

1822, 02 jun. 1862, p. 2.

104 Correio Paulistano, ano X, n. 2179, 20 ago. 1862, p. 2.

105 GHIRARDELLO, 2010, p. 130.

da vila estava longe de se enquadrar dentro de parâmetros urbanizados. Um ofício da Câmara Municipal, nessa data, encaminhado pelo vereador Gouvêa endereçado ao fiscal da vila, dizia para que mandasse “avisar os proprietários da povoação para prepararem suas frentes e fazerem suas testadas visto estar-se em véspera de um festejo no lugar¹⁰⁶”. O festejo mencionado certamente era a comemoração da padroeira Nossa Senhora das Dores, que ocorreria no mês seguinte, ou seja, em setembro. O que se pode inferir dessa ordem é que, embora os traçados das ruas estivessem feitos, os alinhamentos dos terrenos das propriedades não estavam demarcados em relação à rua, pois organizar as testadas das propriedades significava demarcar seus terrenos em relação ao espaço público. Certamente essa demarcação era provisória, realizada apenas com a própria terra com uma valeta ou montículo de terra, ambos desfeitos nas primeiras chuvas. O leito das ruas de terra batida mostrava profundas valas abertas pelas enxurradas e eram alternadas por enormes formigueiros. As formigas saúvas eram consideradas uma praga que assolava a capital e todo interior paulista e, em Brotas não foi diferente. Tanto que em 1862 constava, entre as despesas da Câmara, gastos com a extinção dos formigueiros¹⁰⁷.

Na década de 1860 foram obtidas informações de que a vila era composta por oito ruas e uma praça, e apenas uma delas é possível identificar, ou seja, a rua do Commercio, a então principal rua da vila que é a atual Avenida Mário Pinotti. As demais eram: Direita, do Pescador, de Cima, Manoel Joaquim Simões, Nova, rua e Beco do Chico Lima e o Largo da Cadeia. Pode-se levantar hipóteses da localização de duas delas: a rua de Cima, seria a que estava acima da rua do Commercio, portanto a atual Rodolfo Guimarães; e a rua Direita, seguindo a tradição portuguesa seria a que passava à direita da igreja. Se for levado em consideração uma das referências da localização da primeira matriz, ela estaria na esquina das atuais ruas Mário Pinotti com a Eliseu Lourenção. Dessa forma a rua Direita seria a atual Eliseu Lourenção. O largo da Cadeia poderia ser a atual praça Amador Simões, uma vez que era o único espaço aberto na conformação da vila em seus inícios. Nessa informação, o largo de Santa Cruz estava excluído.

106 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 9.

107 Correio Paulistano, ano IX, n. 1855, 13 jul. 1862, p. 2.

A igreja Matriz, que havia passado por uma grande reforma em 1852 e uma manutenção em 1855, em fevereiro de 1864 novamente a Câmara Municipal de Brotas solicitava à Assembleia Legislativa de São Paulo verba “para ser aplicada as obras da [...] matriz”. No relato que consta no *Livro Tombo* da Igreja Matriz de Brotas feito pelo padre Vicente Pereira Passos, em 1904, este disse que “depois da primeira igreja erigida em 1844 [...] situada onde hoje é a rua 1, mais tarde em 1848 por doativo de Dona Francisca teve o começo da atual num largo da cidade¹⁰⁸”. A atual, a que ele se refere, era a igreja matriz que foi demolida na década de 1920 e onde no mesmo local foi levantada a atual igreja matriz. Seu relato é contraditório pois, se a princípio disse que a doação do terreno foi feita por Dona Francisca, logo a seguir afirmou que, em 1868, Manoel Antônio Pinheiro, em seu inventário, doou um terreno para a construção da nova igreja¹⁰⁹. Também a data do levantamento da primeira capela no caso, estava sendo considerada a de Nossa Senhora das Dores não pode ser de 1844, uma vez que em 1843 ela já era uma capela curada.

Nota-se que, aqui, novamente a memória se embaralha. Teria Dona Francisca doado o terreno para o levantamento da igreja Matriz, ou aqui a confusão entre a primeira e a segunda capela estava estabelecida, pois a referência data de 1904. Seja como for, essas informações confirmam que a área onde foi constituído o povoado não pertencia à igreja, pois para levantar a matriz ela recebeu a doação do respectivo terreno feita por Manoel Antônio Pinheiro em 1868 e tendo sido iniciado seu levantamento em julho de 1870, no mesmo local onde está a atual matriz. Para supervisionar essa construção, de acordo com uma ordem do Presidente da Província, foi formada

[...] uma comissão composta pelo rvd. Vigário, José de Arruda Leite e o Capitão José Rodrigues Simões para se encarregarem da fiscalização e útil emprego das quantias concedidas por duas loterias em benefício das obras da matriz da vila de Brotas, bem como para dirigir as mesmas obras¹¹⁰.

108 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910]. Descrição feita pelo padre Vicente Pereira Passos.

109 Ibid., p. 40. Descrição feita pelo padre Vicente Pereira Passos.

110 Diário de S. Paulo, ano V, n. 1461, 30 jul. 1870, p. 1.

O vigário mencionado seria o padre Antônio Speranza. Em 1875 essa obra não havia sido concluída, já que aparece a informação a respeito da correção de um balancete publicado, referente à construção de uma nova igreja que dizia: “onde se diz 3 milheiros de tijolos a 4\$800 rs., diga-se 48.000, que perfaz 144\$000 rs.”¹¹¹. O que se retém dessa informação é que a construção da igreja, dessa vez, estava sendo levantada de forma mais sólida do que a anterior, ou seja, em alvenaria.

Porém, dez anos depois, 1884, foi formada outra comissão composta pelo vigário, padre Antônio Speranza, tenente José Ribeiro de Almeida e pelo tenente Amador Flávio Simões, para dirigir as obras da igreja matriz, da vila de Brotas¹¹². Tudo indica que essa reforma seja a mesma mencionada no *Livro Tombo* da Igreja Matriz, como sendo de 1874, portanto, um equívoco de datas, pois nele aparece que:

[...] o reverendo vigário Antônio Sperança, auxiliado pelo governo provincial e pelos fiéis aumentou o último lance, onde foram levantadas as torres, ficando em mal estado o interior no templo devido a morte do referido pároco. Estes melhoramentos foram continuados pelo padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim¹¹³.

Novamente, aqui, outra imprecisão no *Livro Tombo*, que certamente foi um equívoco. Na conclusão, o relato feito pelo padre Vicente Pereira Passos afirmou “que o interior da igreja tenha ficado em mal estado desde 1874 devido a morte do Padre Sperança¹¹⁴”. Há informações seguras de que esse padre faleceu mais de uma década depois, ou seja, em 1888. Desse modo, o levantamento das duas torres deu-se na reforma de 1884 e não 1874. Essas duas torres, quando na década de 1920 a igreja foi demolida e construída a atual matriz, foram preservadas com algumas alterações. Portanto, as torres da atual matriz foram levantadas em 1884.

A nova condição da vila levou Brotas a ser um atrativo maior para novos aventureiros que queriam se estabelecer em frentes pioneiras com algum tipo de atividade de caráter urbano. Foi o caso do comercian-

111 A Província de São Paulo, ano I, n. 149, 14 jul. 1875, p. 2.

112 Id., ano XI, n. 2796, 17 jul. 1884, p. 2.

113 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

114 Ibid.

te José Ribeiro de Camargo Barros que, no ano de 1864, abriu sua casa comercial, casa essa que, aos poucos, foi ampliada e se consolidou como destacada casa comercial, tanto que em 1883, era uma importante casa comercial, ofertando mercadorias diversificadas¹¹⁵.

A par da preocupação com a melhora das condições da igreja matriz também havia, por parte de algumas pessoas, esforços para implementar melhoramentos no espaço da vila, mas pouco se conseguia. Em 1864 a Câmara Municipal de Brotas, em resposta a uma circular endereçada às autoridades provinciais fez um relato do aspecto do conjunto urbano visando ampliá-lo. Esse relato propicia se fazer uma ideia de como era conformada a vila:

A planta da vila é bastante irregular, constando de uma rua mais ou menos completa e outras adjacentes, porém com muitos poucos edifícios, convindo, portanto, que seja concedido ao menos um quarto de légua de Leste a Oeste e quarto e meio de Norte a Sul, devendo ser o centro médio desta linha a Igreja Matriz¹¹⁶.

A igreja matriz mencionada era a que estava localizada na atual avenida Mário Pinotti. Pelo que consta nessa informação a vila, na década de 1860, dispunha de apenas uma rua efetivamente ocupada, e com alinhamento entre espaço público e particular muito mal delimitado. As demais ruas, pelas poucas construções nelas levantadas, sequer davam a ideia de ruas. E ainda não se pode esquecer de que fazia parte da vila a concentração de residências no lado esquerdo do rio, ou seja, a atual Praça Cherubim Vieira com a rua Cubatão, atual Sebastião Soares.

A disposição em dar à vila um aspecto de espaço urbano organizado deu-se por meio de uma imposição do governo provincial, pois, observando informações constantes na documentação pertinentes à Assembleia Legislativa de São Paulo, a partir do ano de 1862, verificou-se que a maioria das Câmaras Municipais do interior da Província foi obrigada a encaminhar a aprovação de seus códigos de posturas, tendo em vista a regulamentação de vários aspectos da vida urbana. Brotas fez

115 A Província de São Paulo, ano XI, n. 2358, 28 jan. 1883, p. 4.

116 RAMOS *et al.*, 1996, p. 18.

parte desse rol. Na verdade, o que estava ocorrendo era uma nova forma de projetar a cidade, advinda de uma filosofia de vida burguesa que remetia à Europa. As novas condições impostas pela revolução industrial e ascensão da burguesia, que diferentemente da aristocracia passou a viver nas cidades, viu-se a necessidade de implementar reformas urbanas radicais, em especial nas grandes cidades como Londres, Paris, Viena, rasgando-se avenidas em meio ao amontoado de ruelas medievais e impondo normatizações para se viver mais confortavelmente no meio urbano. Copiando essas normas, administradores brasileiros ansiavam impor parâmetros europeus às emergentes vilas e cidades, como as da Província de São Paulo, que viviam uma realidade muito distante da europeia. A maior parte da população radicada nas cidades ou vilas, como a de Brotas, tinha como prioridade a sobrevivência, as questões estética e higiênica sequer se delineavam em seus horizontes.

Entre os Presidentes das Províncias e deputados, certamente, de forma direta ou indireta, já haviam tomado contato com as grandes reformas urbanas que estavam ocorrendo nas cidades europeias, e tendo as mesmas como parâmetros, propalaram a necessidade de impor novos códigos de posturas às cidades e vilas, tendo em vista a modernização desses lugares. Contudo, no encaminhamento das normas a serem postas em ação não se chegava a acordos definitivos e as discussões se prolongaram pelas décadas de 1860, 1870, adentrando a de 1880. Importante destacar que o rigor das normas apresentadas nesses primeiros códigos tornava praticamente impossível de serem implementadas, tanto que o próprio código da cidade de São Paulo, aprovado em 1873, foi rejeitado e o que efetivamente vingou data de 1883.

No segundo semestre de 1866, a Assembleia Legislativa de São Paulo decidiu estabelecer uma normatização com aprovação de uma Lei Provincial que dava parâmetros para que as cidades elaborassem seus códigos de posturas. Nela foram arrolados detalhes de como se deveriam criar normas para os mais diferentes aspectos físicos e vida social, econômica e cultural da cidade. Importante destacar que tudo aquilo que se pretendia impor como norma, era o que efetivamente não existia. Alguns exemplos permitem avaliar quais eram as condições do meio urbano na

maioria das cidades paulistas, inclusive Brotas: “fica proibido a conservação de cães, porcos e cabritos soltos nas ruas das povoações; [...] é proibido lançar nas ruas imundices, águas pútridas ou quaisquer líquidos que exale cheiro; [...] fica proibido os de fora pedir esmolas no Município, ou seja com bandeiras ou folias, ou sem elas”¹¹⁷.

Alguns dos itens eram adaptados à realidade brasileira, como esse último, pois a folia a que se refere era a Folia de Reis, uma prática cultural popular no interior da sociedade brasileira, contudo outros eram cópias fieis dos códigos europeus, como o que dizia: “a Câmara mandará fechar convenientemente uma parte do rocio da vila, do lado da fortaleza, para nela serem postos os animais muares, cavalares ou vacum [...]”¹¹⁸. Sabe-se que a fortaleza era o conjunto de muros que cercavam cidades medievais europeias, inexistentes no Brasil.

Com relação a Brotas, em termos de seu código de postura, o que consta na documentação da Assembleia Legislativa Provincial foi o que a Câmara local encaminhou no ano de 1860, porém, ele só começou a ser discutido pela referida Assembleia em abril de 1863. As informações de que se dispõe a respeito de sua primeira versão são exíguas, pois se consubstanciam apenas em emendas propostas pela comissão da referida Assembleia. Entre elas estão o Art. 1º, que dizia, “depois de alinhadas (ruas), nivelar”, e o 8º que tratava da demarcação entre os terrenos e as ruas dizia que deveria ser feito um

[...] valo ou cerca de lei, o valo de dez palmos de boca e dez de fundo; cerca de seis varas horizontais amarradas com cipó ou taquaras em mourões ou estacas afincadas na distância de três ou quatro palmos; ou cerca de pau a pique ou trincheira, devendo os paus estarem unidos. Toda e qualquer cerca terá nove palmos de altura.¹¹⁹

O excerto acima permite notar que a preocupação era dar à vila uma harmoniosa aparência estética que, na realidade, era impraticável tanto em termos de orçamento público, uma vez que os recursos eram es-

117 Correio Paulistano, ano XIII, n. 3094, 16 set. 1866, p. 1.

118 Id., ano XIII, n. 3095, 28 set. 1866, p. 1.

119 Correio Paulistano, ano XIII, n. 3095, 28 set. 1866, p. 1.

cassos, como por particulares, pois, como visto, a maioria das pessoas que morava na vila era de trabalhadores, dispondo de poucos recursos que mal davam para a sobrevivência. E mais, como já foi mencionado, a questão estética não fazia parte da cultura dos pioneiros.

Outro artigo, o 14º, estava apoiado em sugestão da comissão da Assembleia para os assuntos relativos à postura de Brotas que dizia “todo escravo que for apanhado jogando, sofrerá dois dias de prisão ou pagará a multa de 2\$000¹²⁰”. O jogo aqui não era o futebol, pois este esporte sequer havia sido introduzido no Brasil, mas baralho ou bilhar. Este último já era muito popular nesse momento, qualquer bar dispunha de um bilhar para seus fregueses. A proibição de o escravo jogar era uma forma de afastá-lo do espaço de convívio do homem livre. Por outro lado, a referida multa só podia ser paga pelo proprietário do escravo já que esse não dispunha de recursos, a não ser dinheiro que guardava para a possível alforria. O proprietário dos escravos era o mais interessado em não os manter presos, uma vez que, em virtude de seu alto preço no mercado, constituíam um grande investimento para o trabalho.

Outro artigo sobre as posturas de Brotas apontado pela referida comissão foi o de nº 32, que dizia:

[...] as estradas deste município serão feitas de mão comum anualmente no mês que for designado pela câmara, e terão trinta palmos de largura, devendo dez deles serem o leito das ditas estradas. Os moradores do município que se utilizarem para irem a matriz de sua paróquia, sendo avisados pelo inspetor da estrada, comparecerão com suas ferramentas no lugar em que devem começar os trabalhos, e desde esse lugar trabalharão até a encruzilhada de suas moradas. São obrigados a este serviço dois terços dos escravos de cada senhor, e todos os homens livres que trabalham por suas mãos, quer sejam donos, assalariados, agregados ou colonos; excetuando-se os menores de quatorze anos e mulheres [...]¹²¹.

A preocupação aqui era facilitar o acesso à vila daqueles que habitavam o meio rural, no entanto, era difícil cumprir os rigores das normas

120 Ibid., p. 1.

121 Correio Paulistano, ano IX, n. 2073, 11 abr. 1863, p. 1.

estabelecidas. Interessante observar a especificação em melhorar o acesso à vila para os moradores do meio rural irem à matriz. Era sabido que esses moradores, de modo geral, só se dirigiam à vila em ocasiões especiais, sobretudo eventos religiosos como nos casamentos, batizados, páscoa e natal, ou para suprir suas necessidades, como abastecimento de algum produto.

Pelas informações constantes nas atas da Assembleia Legislativa Provincial, o código de posturas encaminhado pela Câmara Municipal de Brotas foi aprovado em 1863, contudo não foi publicado para ser posto em vigor. Em 1865, essa era uma questão em aberto, pois a falta de uma regulamentação urbana incomodava àqueles brotenses que ansiavam por uma vila mais organizada, como o caso de um assinante do jornal *Correio Paulistano* que encaminhou uma carta ao redator desse jornal dizendo:

Permita que diga duas palavras sobre essa vila, de que ninguém fala, tão retirada da capital, mas que também merece que nela se fale. No dia sete do corrente tomou posse a nova Câmara Municipal, que trabalha ativamente em reformar o seu código de posturas. Dizem alguns que ela pretende pôr em execução tal reforma de posturas; julgo, porém, que isso é inexato, porque sem aprovação definitiva da Assembleia Provincial ou provisória, do Exmo. Governo provincial as posturas não têm vigor¹²².

Assim sendo, a manifestação desse assinante visava divulgar o anseio de parte dos brotenses quanto à referida questão, bem como, de certa forma, alertar as autoridades provinciais que certamente eram leitores desse jornal, para que agilizassem a aprovação definitiva do mencionado código de posturas. Tanto que, na mesma data em que o assinante do *Correio Paulistano* remeteu a carta ao redator desse jornal, a Câmara Municipal de Brotas encaminhou um ofício ao Presidente da Província, como pode ser constatado pelo “Expediente da Presidência”, datado de 15 de fevereiro de 1865, em que constava um encaminhamento à Câmara de Brotas nos seguintes termos: “Comunico a vmcs. para seu conhecimento que serão remetidos à Assembleia Legislativa provincial, logo que ela se reunir, os artigos de posturas que acompanharam o seu ofício de 16 de janeiro próximo pas-

122 Id., ano XII, n. 2603, 25 jan. 1865, p. 3.

sado”¹²³. Portanto, a publicação do assinante do jornal visava tornar pública a reivindicação da Câmara de Brotas referente à publicação oficial dela mesma, para que efetivamente pudesse ser posta em vigor. Todavia, observando as discussões da Assembleia Legislativa, verificou-se que esse código foi modificado em 1871, e assim como ocorreu nos processos da maioria das cidades e vilas paulistas, a publicação do referido código foi postergada. Como foi visto, a maior dificuldade dos códigos em discussão nessa época estava no rigor das normas a serem implementadas.

Enquanto isso, a vida da vila e município seguia seu curso de acordo com a realidade criada e vivida pelos seus habitantes. Foi visto que as pessoas que dispunham de mais posses eram os fazendeiros e sitiantes, que em geral residiam em suas propriedades rurais e, por outro lado, os habitantes da cidade eram em sua maioria forasteiros com poucos recursos que, chegando ao local, levantavam seus casebres, em geral de taipa ou capim trançado. Muitos entre eles eram jornaleiros que se dispunham a trabalhar em propriedades rurais mais próximas à vila ou em qualquer serviço que aparecesse. Ao lado deles estavam pequenos comerciantes, e muitos entre eles viviam às raias da miséria, pois poucos dispunham de melhores condições econômicas para abastecer devidamente sua casa comercial. Portanto, era difícil para a administração local levantar recursos expressivos por meio de impostos. Por outro lado, para qualquer melhoria a ser feita na vila, mesmo com recursos locais, era preciso fazer uma solicitação ao governo provincial, como pode ser observado na resposta dada pelo Presidente da Província a um pedido feito pela Câmara Municipal de Brotas em 1863:

Em reposta ao officio de vmcs. fazendo ver a necessidade de construir-se em lugar apropriado um novo cemitério nessa vila, e consultando se pode despende nessa obra a quantia de 90\$000 reis em que são orçados os respectivos fechos, tenho a significar-lhes que podem fazer essa despesa¹²⁴.

123 Correio Paulistano, ano XII, n. 2628, 25 fev. 1865, p. 1.

124 Id., ano X, n. 2017, 28 jan. 1863, p. 1.

Pelo visto, foi efetivamente realizada a construção do novo cemitério, pois em 10 de abril de 1864 o Rev. José Gonçalves, vigário encomendado da vila de Brotas, recebeu ordens de São Paulo para benzer o novo cemitério e a capela fundada no mesmo recinto. O primeiro cemitério da vila estava localizado

[...] próximo a primitiva capela, onde foi sepultado o padre Serafim Francisco; hoje o terreno ocupado por ele é de propriedade particular. O segundo era situado na avenida próximo do mercado; atualmente seu terreno pertence a particulares e sobre ele foram edificados pequenos prédios. O terceiro, mais amplo nas proximidades dessa matriz, faz parte do largo que a circunda. O quarto, cujo terreno foi obtido por doação, feita por José Venâncio Carneiro, foi murado de taipas [...] foi secularizado em 1890 e acha-se em completo abandono. O quinto, atualmente em atividade, é distante da cidade, murado a tijolos e foi construído pelo governo do município¹²⁵.

Ao que tudo indica, o quarto cemitério seria o local onde se encontram, hoje, entre outros edifícios, a Casa da Criança e o Correio, uma vez que entre essa data de 1864 e a de 1894, quando esse cemitério foi desativado, não há menção de nenhuma outra construção nesse sentido. Chama atenção que, quem doou o terreno para o cemitério foi José Venâncio Carneiro, um dos que propôs, em 1842, o levantamento da capela em louvor a Nossa Senhora das Dores.

Voltando à década de 1860, no ano de 1863 foi encaminhado à Assembleia Provincial um ofício da Câmara Municipal de Brotas “fazendo ver a necessidade de designar uma cota para construção de uma casa que sirva para cadeia e onde também tenha lugar as seções da Câmara e audiência das autoridades”¹²⁶. No entanto, nada foi feito nesse sentido e por muito tempo a Câmara Municipal de Brotas continuou encaminhando essa reivindicação. Em outubro de 1866, o Presidente da Província autorizou uma verba de 200\$000 para “obras precisas”, para a devida segurança da cadeia¹²⁷, portanto, disponibilizou verba para uma pequena reforma no prédio em que ela funcionava precariamente.

125 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

126 Correio Paulistano, ano X, n. 2025, 07 fev. 1863, p. 1.

127 Id., ano XIII, n. 3116, 12 out. 1866, p. 1

A partir de 1870, as informações disponíveis sobre a vila dão indícios de que ela estava passando para um outro patamar de desenvolvimento, embora nada expressivo. Não se pode dizer que ocorreram grandes transformações, todavia foram realizadas algumas intervenções pontuais perceptíveis aos que viviam na então vila. Na relação de impostos cobrados pela Câmara Municipal há sinais disso, pois demonstra certa diversificação de atividades, bem como a presença de profissionais liberais atuando na vila. Entre os impostos cobrados constava o levantado sobre espetáculos públicos, o que se pode inferir que poderia ser sobre circos que por ali passavam ou apresentações de grupos dramáticos locais¹²⁸, corridas de cavalos e touradas. Quanto ao comércio local, aparecem arrolados açougues, boticas, oficinas, padarias e lojas. Constam também profissionais liberais, entre eles advogados, solicitadores, escrivães e médicos. É provável que não houvesse mais que um desses profissionais atuando na vila. E, por fim, aparecem ainda alambiques e engenhos de serra, que poderiam estar tanto no meio rural como na vila.

No início da década de 1870, também estava em andamento a reforma da ponte do rio Jacaré que, para a época, foi uma obra muito bem-feita. O trabalho realizado por pedreiros das cabeças da ponte indica ser uma estrutura de pedras sobre a qual se apoiava uma armação de madeira. Em 1871, novamente em balancete da Câmara Municipal, constou das despesas a manutenção da rua do Commercio, certamente no trecho mais próximo ao rio pois, aparece especificado o conserto dessa rua, paredões e aterros, e ponte sobre o rio Jacaré¹²⁹.

Em 1871, novos serviços foram executados contribuindo para mudar o aspecto da vila, tanto que o Presidente da Câmara, o capitão Antônio Joaquim de Souza Pinheiro, recebeu elogios por parte de um brotense que encaminhou informações a respeito das suas realizações no *Diário de S. Paulo*, exaltando os melhoramentos por ele realizados. Tratou-se de ações de limpeza nas margens do Jacaré, que

[...] hoje graças aos desvelos do sr. capitão Pinheiro, oferece uma linda perspectiva, digna de um primoroso pincel, mormente quando ao cair

128 Não era incomum pessoas das vilas e cidades organizarem um grupo dramático, praticamente formado por homens, que improvisavam espetáculos se apresentando publicamente.

129 *Diário de S. Paulo*, ano VI, n. 1723, 04 jul. 1871, p. 1.

da tarde, reúnem-se ali diversas famílias que, [...] procuram respirar um ar mais puro [...] contemplando essa natureza risonha e alcatifada que orla as margens do rio”. Também paralelamente a maior parte das ruas foram bem aterradas¹³⁰.

O aterramento das ruas decorria do fato de, como já mencionado, elas sofrerem ação das enxurradas que abriam profundas valas. Pelo visto, era a primeira vez que um administrador se preocupava em oferecer um espaço de lazer à população e aprimorar a aparência estética da vila. Esta área das margens do rio aberta para o lazer pertencia a particulares, pois, no ano seguinte, a Câmara de Brotas solicitava à Assembleia Provincial “autorização para desapropriar uma parte dos terrenos na margem do rio Jacaré para servir de seu patrimônio¹³¹”, área localizada “numa das extremas da vila para logradouro público¹³²”. Ainda no ano de 1872 o governo provincial liberou uma verba de 1000\$000 para a matriz e para a “canalização de águas para servidão pública¹³³”. Portanto, além da manutenção das ruas o poder público começava a dar atenção a outros serviços para atender melhor a população da vila. A canalização da água implicava um atendimento importante para os habitantes da vila, tanto no sentido de facilitar as condições da vida cotidiana, bem como de contribuir para uma melhora na prevenção da higiene pública, embora essa canalização tenha sido para abastecer um chafariz, pois a canalização para atender a população em suas casas só se deu no início do século XX. Outra construção em andamento, em 1874, que viria atender melhor a população em termos de higiene pública foi a edificação de um matadouro municipal¹³⁴.

Também no ano de 1874 teve início a construção da capela de Santa Cruz “edificada num pequeno terreno doado por Antônio Francisco cujo término da construção se deu em 1880 com auxílio de esmolas angariadas pelo capitão Joaquim Dias de Almeida¹³⁵”. *Nosso Álbum* acrescenta que José Pinto de Oliveira e Silva também contribuiu para o levantamen-

130 Id., ano VI, n. 1675, 02 maio 1871, p. 2.

131 Id., ano VII, n. 1926, 15 mar. 1872, p. 1.

132 Id., ano VI, n. 1946, 13 abr. 1872, p. 1.

133 Id., ano VI, n. 1929, 19 mar. 1872, p. 1-2.

134 Diário de S. Paulo, ano VIII, n. 2524, 28 mar. 1874, p. 4.

135 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

to da capela. Essa informação da doação de terreno para a construção da capela de Santa Cruz leva a pensar que a capela edificada por Dona Francisca se localizava na parte mais baixa do largo, pois a nova capela foi construída na sua parte mais alta em área que pertencia a particular.

Balancete apresentado pela Câmara Municipal de Brotas em meados da década de 1870 permite averiguar o que estava sendo feito em termos de melhoramentos públicos na vila. Estava em andamento o conserto provisório de rua e ponte e, para tanto, constava verbas para cinco baldrames de 55 palmos cada um, e o trabalho de carpinteiro e pedreiros da cabeça da ponte, bem como conserto do cemitério, construção de um matadouro, calçada do matadouro. Ainda constavam os trabalhos de roçar e capinar a rua do matadouro, conservação do rego do matadouro, conserto do rego da rua de Cima, aluguel da casa do mercado, conserto provisório da rua e beco de Chico Lima, limpar e capinar a rua Nova¹³⁶. Portanto, além do matadouro que estava sendo construído, os demais itens referiam-se à manutenção das ruas e do cemitério. Eram, portanto, melhoramentos pontuais que estavam sendo feitos na vila.

Informações a respeito do crescimento demográfico da vila apareceram em 1875, com dado fornecido pelo censo realizado no Município, cujo montante obtido foi de 8.307 habitantes¹³⁷, porém dados levantados pelo governo do Estado em 1895, a respeito da população do termo de Brotas em 1886 mostrava que sua população era de 6.500 habitantes¹³⁸, menor, portanto, que a de 1875. As informações contraditórias certamente decorriam das incertezas de como eram feitos os levantamentos populacionais, ou seja, feitos por representantes da igreja.

Como foi visto, na década de 1870, embora tenham aparecido alguns melhoramentos pontuais na vila, o lugar continuava necessitando de melhores condições para o funcionamento dos serviços públicos. A precariedade desses edifícios era um fato, tanto que em 1875 um brotense, narrando as condições da vila de Brotas no jornal *A Província de São Paulo*, enfatizava: “Aqui, como em outras partes, todos pagam direitos, obedecem a lei e reconhecem o governo; [...] Uma vila como essa que não tem

136 Diário de S. Paulo, ano X, n. 2874, 13 jun. 1875, p. 2.

137 A Província de São Paulo, ano VI, n. 1545, 25 ago. 1875, p. 2.

138 O Estado de S. Paulo, ano XXI, n. 6015, 22 abr. 1895, p. 2.

camarista tendo câmara, não tem escola tendo alunos, que não tem cadeia tendo criminosos por toda parte [...]”¹³⁹. O que esse correspondente queria pôr em evidência era a precariedade e a improvisação dos edifícios públicos, além disso, a melhora e manutenção dos mesmos dependia do empenho do poder público local que, na sua visão, não voltava os olhos para essa questão. A ênfase ao abandono da vila pelo poder local é dada no final do relato, a respeito da epidemia de varíola que se propagou pela vila e município, sem que as autoridades locais tomassem qualquer providência. A esse respeito disse:

Não bastam as lições que todos os dias se registram em toda parte e que muitas vezes presenciamos; não basta tudo isso para regenerar e inspirar aqueles que por um defeito de princípios não conhecem, não admitem outros direitos e obrigações que o da sua vontade indiferentes ao bem-estar alheio. Coube-me aqui o dever de classificar a nobreza desses ilustríssimos fidalgos que eu designarei a raça caduca de espíritos enfezados e perniciosos. Registrar o nome de quatro distintos cavalheiros – Capitão, José Vieira de Albuquerque, Manoel Vieira Monteiro, Francisco Soares da Maia, Francisco José de Oliveira Castro, que no dia quatro do corrente mês, promoveram nesta vila uma subscrição que em poucas horas rendeu a quantia de 491:000 para mandarem tratar aqueles que estão atacados do terrível mal das bexigas.¹⁴⁰

No entanto, é preciso tomar certo cuidado não só quanto às acusações, mas também quanto aos elogios, já que os embates políticos locais pela disputa do poder eram muito acirrados e frequentemente se utilizavam da grande imprensa para exporem acusações mútuas. Será mostrado mais à frente que os que estavam na oposição viam qualquer ação empreendida por quem estava no poder como motivo de crítica, apropriada ou não. Vale notar que o nome de Simões, chefe político local não estava entre os “quatro distintos cavalheiros”. Talvez a crítica tivesse sido dirigida a ele. Por outro lado, os nomes arrolados eram de jovens políticos que, como será comentado adiante, tiveram importância maior no final do Império e início da República.

139 A Província de São Paulo, ano I, n. 157, 23 jul. 1875, p. 1-2.

140 Ibid., p. 1-2.

A veracidade do relato acima quanto à precariedade dos edifícios públicos pode ser constatada pelas preocupações por parte das autoridades em melhorar as condições dessas construções. Tanto que, no mesmo ano em que apareceu o relato supramencionado, ou seja 1875, o delegado de polícia local “solicitou verba ao Presidente da Província para compra de um prédio onde seria instalada a nova cadeia, porque a já existente estava em estado miserável e não era conveniente ao poder público destinar qualquer quantia ao seu conserto”¹⁴¹. No mesmo ano uma carta encaminhada “pelo vice-presidente da Câmara Municipal ao Presidente da Província, solicitava mudança desta câmara para o prédio da cadeia nova, uma vez que a casa que a sediava já era velha quando comprada, e encontrava-se sem condições de uso”¹⁴².

Durante mais de dez anos não apareceu nos jornais consultados nenhuma informação no tocante a melhoramentos públicos na vila, porém, no ano de 1885, Amador Simões afirmava que, quando em setembro assumiu o cargo de delegado de polícia,

[...] a cadeia pública achava-se em estado deplorável: portas sem cadeados e escancaradas, fechaduras imprestáveis, paredes a cair, tudo enfim, apresentando um aspecto de ruína e abandono. Fiz o que me foi possível, correndo as despesas respectivas a minha custa; e o mais requisitei ao governo, tendo se autorizado a despesa até a quantia de 265\$000 para os reparos mais urgentes, os quais, entretanto, até agora não foram feitos¹⁴³.

Dois anos depois, Relatório do Presidente da Província de São Paulo para o ano de 1887 trouxe um apanhado sucinto a respeito do município de Brotas. Entre os dados apontados constava que sua população montava em 6.546 habitantes, e que havia no município 1.200.000 pés de café plantados. Quanto ao comércio relatou que havia 32 lojas de fazendas, 60 negócios de secos e molhados, 6 tabernas, 3 hotéis, 3 farmácias, 2 casas de comissões e 3 bilhares¹⁴⁴. Com relação ao número de habitantes,

141 RAMOS *et al.*, 1996, p. 61.

142 *Ibid.*, p. 61.

143 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3348, 25 maio 1886, p. 1.

144 Nosso Álbum, 1933.

é necessário ter em mente que esses dados, como já apontado, não eram muito precisos. Tanto que dados levantados onze anos antes, ou seja, em 1876, indicavam uma população de 7.116 almas¹⁴⁵, portanto maior que onze anos depois. Esses dados não permitem uma avaliação precisa do movimento do comércio na vila, uma vez que grande parte das lojas de fazendas e negócios de secos e molhados arrolados, certamente estava localizada no meio rural. Era frequente os fazendeiros abrirem um pequeno negócio dentro de sua propriedade para facilitar o abastecimento dos que trabalhavam para eles. Também muitos comerciantes abriam negócios ao longo das estradas rurais onde havia maior movimento. É bom lembrar que parte significativa da população do município, ou seja, de 80% a 90% se achava concentrada no meio rural. Portanto, dos 6.546 habitantes, somente mais ou menos 1.200 residiam na vila.

Os principais melhoramentos na vila só iriam de fato ocorrer a partir da década de 1890, após a Proclamação da República. O que é possível avaliar nesse período compreendido entre o final da década de 1850 até a de 1880, é que os políticos da localidade, que praticamente eram todos grandes fazendeiros residindo em suas propriedades agrícolas, viam a vila como um apêndice, ou seja, um lugar onde resolviam algumas questões de seus interesses e, portanto, não tinham a preocupação em implementar uma política de melhoramentos urbanos.

Em uma avaliação do que foi feito nos quarenta anos que se seguiram desde a fundação do povoado e da depois vila, os melhoramentos resumiram-se em abertura de salas de aula para o sexo masculino e feminino; serviço de correio; manutenção das ruas, ainda que precárias; construção e reforma da igreja; reformas dos prédios improvisados para cadeia e Câmara Municipal; construção do novo cemitério; ponte sobre o rio Jacaré; canalização da água para o chafariz; e construção do matadouro. Dessa forma, só foram realizadas obras emergenciais. Como se verá adiante, foi somente na década de 1890, quando os mais importantes fazendeiros começaram a construir suas residências na cidade, que os políticos abraçaram um projeto de intervenção urbana.

145 Ibid.

2.2 Ajustes da economia frente à nova realidade

A fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse de seu proprietário é tê-la intata, para não desvalorizar as suas terras. Deve ter uma parte de matas virgens, outra parte de capoeira, outra de pastagens, tantos alqueires de pés de café, casa de moradia, de colonos, currais, etc.

Lima Barreto

Nos primórdios da ocupação das terras do futuro município de Brotas, a lavoura cafeeira ainda não estava nos horizontes dos fazendeiros e sitiantes. Como a maioria das ocupações das frentes pioneiras, a primeira atividade econômica das terras brotenses foi a criação de porcos. Ficou na memória da família Gouveia que com frequência seus antepassados conduziam varas de porcos, partindo de Brotas em direção ao Rio de Janeiro. Elsie Lessa, neta de Antônio Francisco de Gouveia, um dos primeiros pioneiros que se estabeleceu em Brotas, em um artigo publicado no jornal *O Progresso*, assevera que nas primeiras décadas do povoado seu avô fazia “caminhadas de 80 dias a pé, de Brotas ao Rio de Janeiro, para vender sua porcada”, no montante de 300 porcos¹⁴⁶. Certamente, em paralelo a essa atividade, os primeiros habitantes desenvolveram uma agricultura de subsistência, bem como uma pequena produção de cana-de-açúcar, mandioca e milho. Posteriormente, há informações de que as pecuárias bovinas e cavalar também se desenvolveram em Brotas ao lado da suína.

Sabe-se que, efetivamente por volta do início da década de 1850, estava entre as principais atividades agrícolas a produção do açúcar. Comprova isso documento enviado pelo delegado de polícia de Araraquara, José Joaquim de Sampaio, em 3 de janeiro de 1852, que dizia que

[...] na freguesia de Brotas contavam-se onze fábricas de açúcar, todas administradas por seus donos, tendo feitor [...] Essas fábricas nada exportavam e toda sua pequena produção era para consumo local. Em

146 O Progresso, 25 out. 1964 (Recorte de uma página do jornal).

algumas os proprietários trabalhavam com dois e quatro escravos e a família, mas havia também as que empregavam de 12 a 20 escravos.¹⁴⁷

Embora nesse documento aparecesse a informação de que a produção do açúcar era apenas para o consumo, acredita-se que a referida produção atendia a um mercado regional, já que produzir açúcar com mão de obra escrava, e mais, com até vinte escravos, certamente o resultado era de muito açúcar para se restringir apenas a subsistência. Por outro lado, é certo que essa produção não era encaminhada para exportação, em decorrência das dificuldades do transporte, pois uma tropa de burros com carga para se deslocar de Brotas até ao porto de Santos demandava de 30 a 40 dias, e o precário acondicionamento do açúcar fazia com que azedasse.

É certo que na década de 1850, agricultores brotenses também desenvolveram uma significativa lavoura de fumo, bem como dispunham de conhecimento no seu preparo para comercialização que se dava não só no âmbito da província, mas ainda para exportá-lo. É o que mostram os dados levantados pela coletoria de Santos a respeito dos recursos advindos com a exportação para o ano 1859-1860, no qual aparece Brotas, que havia exportado 661 arrobas de fumo no valor de 8:186\$031¹⁴⁸. A qualidade do fumo brotense era bastante conhecida, pois um anúncio no *Diário de S. Paulo* em 1866 informava que, na capital paulista, “no armazém de Joaquim Mariano Borba, na rua do Comercio n. 3 vende-se fumo de Brotas, muito superior para cigarro”¹⁴⁹.

Embora a questão da propriedade privada da terra, mesmo com a Lei de Terras de 1850, ainda não estivesse bem definida, as lavouras cafeeiras aos poucos foram avançando para o interior. Até os primeiros anos da década de 1870 era sabido que não compensava plantar o café comercialmente além de Rio Claro, pois a morosidade e as condições do transporte pelas das tropas de burros encareciam demasiadamente o produto. Em 1863, o Barão do Rio Claro afirmava que desde Rio Claro até Santos os tropeiros não encontravam mais

147 FERNANDES, 1955, p. 42.

148 DISCURSO com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conselheiro Antônio José Henriques, presidente da província de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no ano de 1861. São Paulo: Typographya Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861, Mapa SN. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

149 *Diário de S. Paulo*, ano I, n. 145, 28 jan. 1866, p. 4.

[...] que três pousos onde não tivessem que pagar pastos para suas tropas, visto que todos os terrenos nas laterais das estradas pertenciam a particulares [...] Hoje uma tropa não faz uma viagem redonda do Rio Claro a Santos em menos de 28 a 30 dias [...] As tropas que são tratadas com a conveniência dão sete viagens por ano¹⁵⁰.

Desde quando as lavouras cafeeiras começaram a avançar para o interior de São Paulo sabia-se que grande parte das terras do município de Brotas não eram propícias para essa lavoura. No relato de um viajante que percorreu a região em 1865 consta que: “Estes campos não se prestam a criação, por ser massêga de muito má qualidade, e as terras boas para lavoura, existem em pontos destacados e em menor qualidade do que o existente em outros lugares de que tratamos”¹⁵¹. Contudo, ele afirmava que encontrou “em Brotas a maior animação”.

Quando em 1869 a Cia Paulista de Estradas de Ferro começou a averiguar se era lucrativo estender seus trilhos até Rio Claro, fez um levantamento da produção cafeeira dos municípios que poderiam conduzir sua produção até aquela cidade, e entre eles estava Brotas, como se pode verificar, a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1 - Produção de café para o ano de 1869

Localidade	Arrobas
Limeira	350 000
Rio Claro	250 000
Pirassununga	150 000
Constituição (Piracicaba)	150 000
Belém do Descalvado	80 000
São Carlos do Pinhal	60 000
Araraquara	25 000
Brotas	20 000
Jauú	20 000

Fonte: Correio Paulistano.¹⁵²

150 Ata da Assembleia Legislativa de São Paulo reproduzida no Correio Paulistano, ano X, n. 2077, 16 abr. 1863, p. 2.

151 Diário de S. Paulo, ano I, n. 48, 28 set. 1865, p. 2.

152 Correio Paulistano, ano XVI, n. 4017, 11 nov. 1869, p. 1.

O que se pode inferir com base nos dados do Quadro 1, é que a fraqueza econômica do município de Brotas já se configurava em decorrência da maior parte de suas terras ser recoberta pelo cerrado, ou seja, terra considerada imprópria para o café. No referido Quadro, mesmo não levando em conta os quatro primeiros municípios que eram de ocupação mais antiga e mais próximos da ponta dos trilhos, os quais estavam nesse momento em Jundiaí, contavam com uma produção acima de cem mil arrobas. Por outro lado, verifica-se que entre os outros cinco municípios com produção abaixo de cem mil arrobas estava Araraquara, que embora fosse de ocupação mais antiga (1817) contava com uma produção de apenas 25 000 arrobas, por outro lado, era o que estava mais distante da ponta dos trilhos da ferrovia.

Propõe aqui uma comparação com os municípios de ocupação mais ou menos contemporâneos a Brotas, ou seja, os que surgiram nas décadas de 1840 e 1850. A produção de café de Brotas em 1869 montava 20 000 arrobas: Descalvado, fundado em 1845, com uma produção de 80 000 arrobas; São Carlos, fundado em 1857, com 60 000 arrobas; e Jaú, de 1853, com 20 000 arrobas. Portanto, Brotas e Jaú eram os municípios que mostravam a menor produção. No entanto, o município de Jaú não só era de ocupação posterior a Brotas como ainda estava mais distante da ponta dos trilhos. Portanto, estava claro para as autoridades provinciais que Brotas, mesmo com a chegada dos trilhos, não seria um grande município produtor de café.

Importante destacar que, nessa primeira fase de existência da vila, os recursos municipais eram escassos, uma vez que pouco se produzia no meio rural para o mercado, o que refletia diretamente na exiguidade dos impostos recolhidos. Em relatório do orçamento municipal enviado à Assembleia Legislativa, correspondente ao ano de 1862 – expresso na Tabela 1 –, é possível perceber o acanhamento da economia local.

Tabela 1 - Receita da Prefeitura Municipal de Brotas em 1862

Impostos Cobrados	Réis
Aferição de pesos e medidas	70\$000
Novo imposto de 6\$000.	320\$000
Ramo de aguardente	450\$000
Licenças para negócios de lojas	30\$000
Dita para negócios nas estradas	50\$000
Dita a mascate de ouro	60\$000
Imposto sobre cabeças de rezes que se cortam na vila	10\$000
Multas diversas	50\$000
Imposição sobre carros	12\$000
Imposto sobre aguardentes, carnes verdes e subsídio literário, com aplicação especial	139\$000
Total	1: 182\$000

Fonte: Correio Paulistano.¹⁵³

Na avaliação desse orçamento, é preciso tomar certo cuidado porque, de forma geral, eram manipulados, no entanto, o que era apresentado não poderia fugir muito do efetivamente real. Portanto, é possível abalizar um pouco a dimensão da vida econômica de Brotas nos primeiros anos da década de 1860. Nota-se que o ramo de aguardente era o que propiciava maior recolhimento de impostos, assim, a lavoura canavieira se constituía a principal base econômica do município. As licenças dos negócios de lojas, ou seja, o comércio da vila era muito pequeno, menor do que o de negócios nas estradas, que correspondia a comércios fixados nas estradas municipais ou nas fazendas, ou ainda mascates que percorriam o meio rural. Impostos sobre carros eram certamente sobre as carroças que faziam o transporte das mercadorias das fazendas para a vila e vice-versa, bem como os troles que conduziam pessoas. Deveria aparecer nesse quadro a comercialização de gado vacum, cavalos e de porcos, que em termos locais eram importantes. Também é preciso ter em conta que a maior parte da produção rural se constituía em lavoura de subsistência.

153 Correio Paulistano, ano X, n. 2153, 18 jul. 1863, p. 2.

Para se ter a dimensão da vida econômica de Brotas nesse momento, vale a pena comparar os recursos levantados por outras câmaras municipais, cujos municípios estavam próximos ao de Brotas. Embora os dados disponíveis não correspondam aos do mesmo ano daqueles apresentados para Brotas, estão muito próximos, pois referem-se ao ano de 1865, ou seja, três anos depois.

Quadro 2 - Recursos levantados pelas Câmaras Municipais em 1865

Localidade / Ano	Recursos
Brotas em 1862	1: 182\$000
Limeira em 1865	7: 092\$681 ¹
São João do Rio Claro em 1865	5:647\$739 ²
Araraquara em 1865	1:758\$400 ³
São Carlos do Pinhal em 1865	1:448\$400
Belém do Descalvado em 1865	1:176\$000

Fonte: Correio Paulistano.

Nas especificações dos recursos levantados em impostos pelos municípios de Limeira e Rio Claro, a lavoura comercial do café ainda não havia sido neles implantadas, pois não constam impostos sobre o café, no entanto, a proximidade maior dos centros consumidores possibilitava que eles encontrassem mais amplos mercados para seus produtos, como de aguardente, cuja arrecadação em Limeira alcançou o montante de 1:5000\$000¹⁵⁴, maior do que o total de recursos levantados em Brotas. Em Rio Claro, a aguardente juntamente com carnes verdes e subsídio literário montou 1:200\$00¹⁵⁵. Araraquara, embora não levantasse recursos expressivos com o que produzia o meio rural, mostrava um meio urbano mais desenvolvido do que o de Brotas, uma vez que o imposto sobre negócios na vila era quatro vezes maior que o de Brotas. Dado importante relativo à vila de Araraquara é que, na referida relação, apareceu registro de impostos sobre torneiras de água concedidas a proprietários, ou seja, a água encanada era um importante benefício público disponibilizado à população da vila

¹⁵⁴ Id., ano XIII, n. 3016, 12 jun. 1866, p. 1.

¹⁵⁵ Id., ano XIII, n. 3017, 13 jun. 1866, p. 1.

já em 1865. Quanto aos recursos levantados pela vila de São Carlos, os dados são muito semelhantes aos de Brotas e Descalvado. Com relação a este último, o maior montante recaía sobre impostos de portas e janelas que correspondia mais ou menos ao nosso imposto predial, uma indicação de que a vila era mais desenvolvida em comparação a de Brotas. Portanto, no cômputo 3 geral, apenas o município de São Carlos estava mais próximo ao de Brotas em termos econômicos.

Em meados da década de 1860, um viajante a serviço do Presidente da Província descreveu em seu relatório aspectos do solo e da paisagem do interior da Província, no qual também apareceu uma avaliação do município de Brotas, dando indicação a respeito das condições geográficas do município:

[...] tomamos o caminho de Brotas, Jaú e Sapé, para explorarmos os terrenos e sítios entre o Jaú e o Jacaré [...] O solo nas vizinhanças do rio Jaú é de superior qualidade [...] ao passo que os terrenos que assentam junto ao rio Jacaré [...] cobertos de abundantes árvores apropriadas a feitura de cercas – e outras domésticas necessidades. O solo desta região não é bom [...] produz, no entanto bem [...] Este território é escassamente povoado¹⁵⁶.

O que se denota nesse relato a respeito da região de Brotas é uma área rarefeita em termos de ocupação populacional e que chamava atenção pela má qualidade do solo. Solo bom correspondia ao solo adequado à lavoura cafeeira. Portanto, era sabido que o município de Brotas não seria um grande produtor de café.

Receita da Prefeitura Municipal de Brotas (Quadro 3), publicada no ano de 1869 com o recolhimento de impostos, indica as condições econômicas local no final dessa década.

Quadro 3 - Receita da Prefeitura de Brotas no ano de 1869

Impostos	Réis
Imposto sobre carne verde	300\$000

156 Correio Paulistano, ano XII, n. 2848, 23 nov. 1865, p. 2.

Impostos	Réis
Imposto sobre porcos	36\$000
Imposto sobre trole e outros	60\$000
Imposto sobre sal	150\$000
Imposto sobre café, com aplicação especial	2 000\$000
Imposto sobre lojas, alambiques, mascates, açougues, boticas, jogos, oficinas, engenhos de serra, pastos, tabernas de estradas, cães	2 000\$000

Fonte: Diário de S. Paulo.¹⁵⁷

Como já mencionado, não se pode confiar muito nesses dados já que eram frequentemente manipulados pelas Câmaras Municipais. Não era incomum o Presidente da Província solicitar desses órgãos um novo orçamento mais preciso. Por exemplo, o relatório apresentado pela Câmara de São Carlos do Pinhal no ano de 1869, quando o município já produzia mais café que Brotas, não constava em seu balanço impostos sobre o produto. Em Brotas sabe-se que a criação de porcos era ainda importante em termos econômicos, no entanto, é exíguo o imposto sobre esta atividade, e a produção de fumo, também importante, sequer consta nesse rol, tanto que no relato logo abaixo é destacada essa produção. Alambiques indicam a produção de aguardente e engenhos de serra o corte de madeira que foi muito presente nas frentes de expansão com a derrubada da mata para utilizá-la para o plantio da lavoura.

Também essa relação dos produtos taxados para o recolhimento de impostos permite se ter um vislumbre da vida econômica da vila como a presença de lojas, açougues, boticas, oficinas, bem como oficinas de troles e carroças. Referência a jogos, embora não os especifique, certamente era os de bilhar, como visto, muito comum no interior nos bares e vendas. Havia também pessoas residentes na vila que eram representantes de algum tipo de produto vendido em sua própria residência. No início da década seguinte, mais especificamente em 1872, apareceu a informação de que Pedro Simões Cavalheiro era representante de uma casa de fogos de

157 Diário de S. Paulo, ano V, n. 1236, 17 out. 1869, p. 1.

artifício, vendendo o produto em sua residência, como mostra o anúncio a seguir:

Os senhores que me quiserem honrar com qualquer pedido de fogos, como sejam, baterias de pistolões, e mais, quaisquer fogos próprios para as noites de Santo Antônio, São João ou São Pedro por preços cômodos. Assim como pólvora fina [...] e grossa [...] terão a bondade de se dirigirem [...] em Brotas, em casa de Pedro Simões Cavalheiro¹⁵⁸.

Portanto, o perfil da economia do município até meados da década de 1870 não era muito diferente da época do início de sua ocupação na década de 1840, certamente, apenas havia se ampliado um pouco.

Anúncio da venda da fazenda São José em 1872 por Manoel Rodrigues Simões, que estava distante da vila uma légua e meia, constam nomeadas as benfeitorias, o que permite avançar um pouco mais a respeito da economia rural do município. Além da casa de morada incluiu-se o paiol, monjolo, moinho e oitenta alqueires de pasto¹⁵⁹. O cultivo ali se restringia a milho, mandioca e demais produtos para subsistência. O café estava ausente. Ao que parece, essas terras não eram propícias à lavoura cafeeira, pois na especificação aparece mencionado que possuía mil alqueires mais ou menos, metade de terras superior e metade regular. Não consta no registro terras adequadas para o plantio do café.

O relato de um brotense, em 1875, vem ao encontro dessa informação, bem como do que demonstrava o Quadro 3, referente aos impostos.

Este município, além de ser de uma fertilidade exuberante, ainda com vastos terrenos e matas de primeira qualidade para todos os misteres da lavoura, tendo já um grande número de fazendeiros e lavradores importantes produzindo anualmente uma elevada exportação de gado, porco, fumo e café, não tem até hoje merecido os cuidados de um governo mais zeloso e paterno¹⁶⁰.

158 A Gazeta de Campinas, Campinas, ano III, n. 240, 14 mar. 1872, p. 3.

159 Diário de S. Paulo, ano VII, n. 1956, 24 abr. 1872, p. 3.

160 A Província de São Paulo, ano I, n. 157, 23 jul. 1875, p. 1.

Percebe-se que o autor do texto enfatiza as possibilidades de que as terras do município ofereciam para desenvolvimento de diferentes lavouras, no entanto, ao nomear o que era produzido, o café aparece em último lugar. Por outro lado, é preciso ter certo cuidado com a ideia exposta pelo autor desse relato no que toca à “elevada exportação”, pois sabe-se que, em face da precariedade das vias de comunicação, que muito encareciam o transporte das mercadorias, a comercialização do que se produzia em Brotas era muito restrita. A fazenda posta à venda, supramencionada, comprova isso.

Anúncios de vendas de outras propriedades rurais em Brotas a partir do início da década de 1870 registravam a presença de lavouras de café, mas estas estavam sempre localizadas nas serras, seja do lado de Torrinha, e Dois Córregos, seja do lado de Ribeirão Bonito e Dourado. Um deles, datado de 1870, dizia: “Sítio denominado Boa Vista, distante desta vila duas léguas na estrada dos pinheiros, em cima da serra [...] Tem cafezal e parte já dando fruto e toda beira da serra é de terra roxa¹⁶¹”.

Outra propriedade posta à venda no município de Brotas em 1874, distava dessa vila 4 léguas, 3 de São Carlos, e 9 de Rio Claro, continha “250 alqueires de terra roxa superior, toda em mato virgem, própria para café e cana, 250 alqueires de campo para criar, 80 mil pés de café formados e novos, [...] morada, senzala [...]”¹⁶². Destacar a distância de Rio Claro era um importante fator, uma vez que significava não estar muito longe da ferrovia que se aproximava desta cidade e, portanto, o transporte da produção seria menos custoso; mencionar a lavoura cafeeira e terras roxas era a principal atrativo para despertar interesse para o futuro comprador. Ao que parece, a área dessa propriedade se estendia por terras da serra a terras baixas recobertas pelo cerrado, entre Brotas e Itirapina. O fato de indicar que as terras de mata virgem eram propícias ao café e à cana, demonstra que para muitos fazendeiros, como nesse caso, não estava claro se seria o café o principal investimento em lavoura. A lavoura canavieira ainda era um atrativo.

Outro anúncio de venda de fazenda, no ano de 1875, traz um relato das benfeitorias de que dispunha, o que permite divisar um pouco

161 Diário de S. Paulo, ano V, n. 1456, 24 jul. 1870, p. 3.

162 Id., ano X, n. 2713, 08 dez. 1874, p. 3.

mais a situação da lavoura cafeeira no município, bem como indicar as áreas nas quais o café estava sendo plantado, ou seja, próximas às serras de Dourado e à Serra de Brotas. Vale observar a descrição da venda dos sítios, um localizado na serra de Dourado e dois outros na serra de Brotas.

BROTAS. Na serra de Dourado, com setenta e tantos alqueires de terra primeira sorte, própria para plantar café e já com alguma plantação feita. Tem matas virgens [...] e dista de Brotas quatro léguas e meia [...]. Outro, distando duas léguas e meia de Brotas, bem situado em cima da serra de Brotas, com pastagens e morada, terras roxas e livre de geadas, com duas águas muito abundantes, algum café formado. Outro divisando com o sitio acima, com cento e tantos alqueires de terra de cultura ótimos campos para criar e naturalmente fechado. Este sitio pode ser vendido todo, o que compreende trezentos alqueires¹⁶³.

Nota-se que, na primeira propriedade posta à venda, o destaque é para a qualidade da terra para o plantio de café, no entanto, em termos de lavoura efetiva existia apenas “alguma plantação feita”. Na segunda, a menção da presença de terra roxa na propriedade era seu principal atrativo para venda, pois já era sabido que esse tipo de terra era o melhor para o plantio do café. Tanto que se deu ênfase que nela já havia “algum café formado”. Quanto ao terceiro, sequer foi apontada a existência de lavoura do café. Portanto, o que se conclui é que a lavoura cafeeira, em meados da década de 1870, em Brotas, começava a despontar, porém, sem ter ainda importância econômica.

É bem possível que a venda destas propriedades fazia parte de uma prática comum entre alguns pioneiros nessa época. Abriam fazendas em áreas ainda não valorizadas pelo café e quando a sua produção se tornava factível economicamente valorizando-as, as vendiam por altos preços em relação ao que tinham despendido na compra, e prosseguiram mais para o interior do sertão repetir essa mesma prática.

Levantamento que consta no “*Almanack da Província de São Paulo* para o ano de 1873”, tendo em vista verificar quais eram as atividades econômicas realizadas pelos proprietários rurais na Província de São Paulo,

163 A Província de São Paulo, ano I, n. 200, 24 nov. 1875, p. 4.

aparece o município de Brotas constando: quatro fazendeiros de criar; cinco lavradores de algodão; seis lavradores de açúcar¹⁶⁴. Certamente só foram arrolados os fazendeiros que se destacavam nos respectivos setores citados. Nessa avaliação não foi incluído nenhum lavrador de café. Quanto à menção da lavoura de algodão, é sabido que nos anos da década de 1860 ela foi desenvolvida em todo interior paulista em face da abertura do mercado inglês que havia perdido o fornecimento desse produto dos Estados Unidos em virtude da “Guerra Secessão”, quando o sul-americano deixou de fornecer algodão para abastecer a indústria da tecelagem de algodão na Inglaterra. Tanto que, para muitos agricultores do interior paulista, até os meados da década de 1860, não estava claro se o futuro da economia paulista estaria no café ou no algodão. No entanto, finda a guerra americana em 1865, o mercado de algodão no Brasil foi minguando, porém, como o caso de Brotas, alguns agricultores mantiveram sua produção, sobretudo para o mercado interno.

Embora a produção da lavoura cafeeira em Brotas até antes da ferrovia se avizinhar do município fosse pequena, despertava atenção para o que era produzido, pois a grande lavoura ainda não havia tomado todo o chamado “Oeste Paulista”. Isto pode ser visto em 1875, em um anúncio dirigido a tropeiros que dizia: “Chama atenção dos senhores tropeiros e carreiros [...] para os bons e fabulosos preços em que se acha a condução de café para Campinas, nos termos do Rio Claro, São Carlos, Descalvado e Brotas [...] Havendo em Campinas grande quantidade de cargas para o interior da província¹⁶⁵”. Campinas nesse momento já era servida pela ferrovia. Portanto, até esse momento Brotas, em termos econômicos, se equivalia mais ou menos aos municípios citados, embora, como já foi visto, com uma produção menor.

No ano de 1877 apareceu no jornal *A Província de São Paulo* outra propriedade rural no município de Brotas posta à venda, e entre os atrativos para quem fosse comprá-la estava a especificação de possuir ela boas terras para o café. Nota-se que esta propriedade também estava localizada na serra de Dourado.

164 LUNÉ, Antônio José Batista de; FONSECA, Paulo Delfino da. (Org.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873. p. 508.

165 Diário de S. Paulo, ano XI, n. 2926, 22 ago. 1875, p. 4.

BROTAS. O abaixo assinado vende uma Fazenda na serra de Dourado; esta fazenda é a bem mais montada, de boas terras que se pode desejar para lavoura do café e é contemplada como a melhor que existe nos municípios de Brotas, Dois Córregos e Jaú, tem boa plantação de café e todo o preciso para beneficiar e os necessários cômodos para o serviço do lavrador. Assinado por Jeronymo Lopes da Silva¹⁶⁶.

Ainda que apareça nomeada uma “boa plantação de café” não constava especificada a quantidade, portanto, não devia ser tão expressiva, caso contrário esse montante seria um importante atrativo para venda. O “todo preciso para beneficiar” certamente incluía a tulha, o terreiro, que nessa fase quase sempre era de terra batida.

Outra avaliação das condições econômicas do município de Brotas aparece no *Nosso Álbum*, numa citação reproduzida dos “Apontamentos Históricos e Geográficos, Biográficos e Noticiosas da Província de São Paulo de Eufrásio de Azevedo Marques Manoel”, com dados levantados no ano de 1876. A descrição aparece nos seguintes termos:

A fertilidade do solo e o estabelecimento de algumas fazendas de café nesse município prometem torna-lo muito importante em um futuro próximo [...] Além da criação de gado vacum, cavalar e suíno, os terrenos são também próprios para o cultivo de todos os cereais que produzem com abundância¹⁶⁷.

O que se concluiu é que, nessa data, a mudança do perfil econômico do município com o café era apenas uma promessa. O primeiro impacto que ocorreu relativo ao desenvolvimento da lavoura cafeeira no chamado “Oeste Paulista”, ainda que limitado, deu-se exatamente a partir de 1876, quando a Companhia Paulista de Estradas de Ferro concluiu “a linha férrea [...] até a cidade de Rio Claro”¹⁶⁸. A região de Brotas foi beneficiada com esse avanço da ferrovia, pois Rio Claro distava dessa vila, pelas estradas da época, por volta de oitenta quilômetros.

166 A Província de São Paulo, ano III, n. 662, 29 abr. 1877, p. 3.

167 *Nosso Álbum*, 1933.

168 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província Sr. Dr. Sebastião José Pereira, em fevereiro de 1877. São Paulo: Typ. do Diário, 1877, p. 59.

O projeto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro era estender seus trilhos para áreas novas do “Oeste Paulista”, porém antes de tomar a decisão por onde eles passariam, fez um minucioso levantamento da produção de café dos municípios que poderiam entrar no seu plano de expansão. No início do ano de 1878 publicou um relatório no *Diário de S. Paulo* no qual constava o levantamento da produção de café e o número de cafeeiros dos municípios localizados dentro da área de interesse dessa Cia ferroviária. Com base nesses dados elaborou-se a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Referencial da expansão das lavouras de café em 1878

Localidade	Colheita @	Café já formado	Com 3 anos	Com 2 anos	Com 1 ano	Total
Cuscuzeiro ¹	200 000					
S. Carlos do Pinhal	236 228	2 441 500	1 238 200	1 005 700	1 153 130	6 074 758
Araraquara	67 550	671 500	244 000	353 000	677 000	2 013 050
Dois Córregos	26 100	298 000	293 000	709 000	211 000	1 537 100
Jaú	44 450	504 000	293 200	677 000	783 000	2 301 650
Brotas	100 000	1 263 500	80 000	184 000	626 500	2 254 000

¹ Estação dista de Rio Claro 5 léguas, sendo parte do município de Rio Claro e parte de Descalvado.

Fonte: Diário de S. Paulo.¹⁶⁹

Os dados da Tabela 2 permitem averiguar, além do montante da produção de café, também o ritmo de seu avanço nos respectivos municípios. Embora Cuscuzeiro (atual Analândia) ainda não fosse município, aparecia nessa relação, uma vez que o então Barão do Pinhal, deputado na Assembleia Provincial, era o maior proprietário de terras ali localizadas e com extensa plantação de café nessa área, e como será visto no item em que se tratará da expansão ferroviária, fazia uma grande pressão para que a ferrovia passasse por suas terras.

(Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

169 Diário de S. Paulo, ano XIII, n. 3643, 12 fev. 1878.

Para melhor avaliar as condições das lavouras cafeeiras no município de Brotas foi elaborada a Tabela 3, com os dados da Tabela 2, porém considerando apenas as condições das lavouras nos últimos dois anos, tendo como referencial o ano de 1878.

Tabela 3 - Referencial dos últimos dois anos da expansão das lavouras de café em 1878

Localidade	Com 2 anos	Com 1 ano	Total
S. Carlos do Pinhal	1 005 700	1 153 130	2 158 830
Araraquara	353 000	677 000	1 030 000
Dois Córregos	709 000	211 000	920 000
Jaú	677 000	783 000	1 460 000
Brotas	184 000	626 500	810 500

Fonte: Diário de S. Paulo¹⁷⁰.

São Carlos do Pinhal, município de ocupação posterior ao de Brotas, já no final da década de 1870 possuía uma lavoura cafeeira muito mais extensa que a dos demais municípios, tanto em termos do total de pés de café como consta na Tabela 2, e ainda os plantados nos últimos dois anos. Importante destacar que era o município mais próximo de Rio Claro onde estavam as pontas dos trilhos. Em termos de número total de cafeeiros formados, depois de São Carlos estava Brotas (cf. Tabela 2), no entanto, quando se compara os cafeeiros novos plantados nos últimos dois anos, Brotas aparece em último lugar. Na comparação com Dois Córregos e, em especial Jaú, o que pode ser notado é que, no tocante ao número de café formados, Brotas também estava na frente, contudo em número de cafeeiros novos plantados nos últimos dois anos Brotas ficou atrás.

O que podemos inferir disso tudo é que Brotas, por ser o município antigo, até inícios da década de 1870, fazendeiros ali radicados vinham investindo no café já há algum tempo. Porém, quando a construção da ferrovia se aproximou de Rio Claro, grandes capitalistas, como se dizia na época, especialmente de São Paulo e Campinas, começaram a investir pesadamente nos municípios que assinalavam dispor de terras propícias

¹⁷⁰ Diário de S. Paulo, ano XIII, n. 3643, 12 fev. 1878.

ao café, comprando-as, e Brotas não atraiu esses investidores. Como visto, desde a década de 1860 sabia-se que a maior parte das terras brotenses não era adequada ao café, e por essa razão praticamente os lavradores de café restringiam-se àqueles já radicados no município. A Tabela 3, apresentada anteriormente, é o espelho que reflete essa situação.

Porém, isso não significava que a lavoura cafeeira não continuasse a expandir em Brotas. A aproximação da ferrovia e a certeza de seu prolongamento levaram fazendeiros com recursos a investir no plantio de novas lavouras de café. A resposta do incentivo econômico com a ferrovia se avizinhandando de Brotas foi imediata. Uma propriedade do município posta à venda em 1880 confirma essa nova realidade.

Vende-se um sitio vinte e uma léguas e meia desta vila (Brotas), de São Carlos quatro ditas, e Morro Pelado quatro ditas. Tem 32 000 pés de café, sendo porção formados que já tem dado safra para mais de mil arrobas. Todo cafezal é em terras de superior qualidade. Tem lugar para plantar de 50 a 60 mil pés, benfeitorias, casa de morada, tulha de café, casa construída para assentar máquina¹⁷¹.

Percebe-se que essa propriedade localizava-se a apenas quatro léguas do Morro Pelado (Itirapina), onde estavam as pontas dos trilhos. O montante de 32.000 pés de café significava uma lavoura expressiva, no entanto, a maior parte desta era de plantio recente, ou seja, plantado já contando com o barateamento do transporte pela ferrovia. O café formado já dando fruto, havia sido plantado por volta de 1874, pois o cafeeiro demanda seis anos para começar a produzir, portanto, dois anos antes das pontas dos trilhos chegarem a Rio Claro. Essa antecipação demonstra a sincronia entre a aproximação da ferrovia e o desenvolvimento da lavoura cafeeira.

A certeza da chegada da ferrovia impulsionou fazendeiros brotenses que dispunham de boas terras para a lavoura cafeeira a investirem em melhor infraestrutura para o café em suas propriedades. Foi o caso do capitão José Vieira de Albuquerque, que em 1875 instalou “a primeira máquina de beneficiar café movida à vapor que se estabelecia na região¹⁷²”.

171 A Província de São Paulo, ano VI, n. 1476, 24 jan. 1880, p. 3.

172 O Estado de S. Paulo, ano XXXIX, n. 12649, 06 ago. 1913, p. 10.

Pouco depois foi o tenente José Ribeiro de Almeida, que inaugurou em 1880 em sua fazenda uma máquina de beneficiar café, um feito tão importante naquele contexto que até a marca dessa máquina foi anunciada, ou seja, “sistema Lidegerwood”. Para sua inauguração estavam presentes as principais autoridades e fazendeiros do município e até mesmo o padre. O relato de um informante de Brotas para o jornal *A Província de São Paulo* mostrou a importância dada a essa inauguração:

[...] no dia 14 do corrente ao meio dia chegávamos a fazenda daquele sr. e aí encontramos um grande número de convidados: às duas horas da tarde o sr. tenente Ribeiro mandou aumentar o vapor o quanto bastasse para fazer funcionar todo o mecanismo, cujo serviço foi de pronto executado pelo inteligente maquinista o sr. Afonso Hartung, que deu o sinal de que tudo se achava pronto; a este sinal o sr. Ribeiro acompanhando o rev.dm. Vigário dr. Esperança, e de seus convidados em número de mais de duzentas pessoas dirigiram-se para casa de máquina; ali passou o ver.dm. Vigário a celebrar o benzimento da máquina, e, concluindo esse ato, o sr. Afonso abrindo as válvulas do vapor fez este dar sinal de alerta, que ecoou por aquelas serranias além, mostrando que naquelas paragens já se achava introduzido o progresso[...]¹⁷³.

A seguir houve discursos e logo depois um jantar oferecido aos convidados e para finalizar um baile. Foi dado também um brinde à Cia Paulista de Estradas de Ferro pelos esforços em se propor estender os trilhos da ferrovia até Brotas.

A forma como foi descrita essa inauguração, especificando o número e a importância das pessoas presentes e o tom de certo encantamento dado pelo autor do texto quando foi posta a máquina em funcionamento, demonstra muito bem o que significavam os prenúncios da modernização em local no qual sequer o trem havia chegado. Era a percepção de algo novo, um emblema do progresso que maravilhou todos os presentes.

A chegada da ferrovia em Brotas deu-se em 1886 e, embora tivesse como principal objetivo o escoamento do café, a facilitação e o barateamento do transporte das demais mercadorias, permitiu o crescimento da confiança

173 *A Província de São Paulo*, ano VI, n. 1476, 24 jan. 1880, p. 2.

nos comerciantes da vila, que passaram a realizar novos investimentos nesse setor. Foi o que fez a Casa Cesarino & Irmãos, que em 1887, em grande anúncio publicado no jornal da capital informava que participava

[...] aos seus amigos e fregueses, e ao público em geral que lhes havia chegado um variado sortimento de: fazendas, ferragens, armarinho, louças, molhados, tintas e óleo, ricas mobílias austríacas, máquinas de costura de pé e de mão, açúcar de todas as qualidades, sal de Sorocaba. O que tudo vendem por diminuto preço, sem receio de concorrência, por serem suas compras a dinheiro em casas importadoras. Armazém Grande perto da estação de Brotas¹⁷⁴.

Os irmãos Cesarino eram oriundos do sul da Itália, “onde a família já era proprietária de uma importante casa comercial no centro de Sapri na província de Salerno”¹⁷⁵, portanto com conhecimento no setor. Além do comércio a sociedade desses irmãos atuava como comissários de café, bem como agentes bancários remetendo dinheiro dos imigrantes para Itália e Portugal¹⁷⁶.

Atenta-se para o fato de que esta casa comercial, ao se localizar próxima à estação, ficava a uma distância de três quilômetros da vila. Pelo visto, esses comerciantes haviam apostado no desenvolvimento urbano próximo à estação, o que de fato não se deu, pois quatro anos depois, a referida casa foi deslocada para junto da vila.

Na relação das mercadorias ofertadas observa-se que além de gêneros de primeira necessidade, já constavam produtos diferenciados e importados que incluíam, entre outros, louças, máquinas de costura de pedal e com destaque para a mobílias austríacas. Isso mostra o início de uma diferenciação do consumo e um aburguesamento de camada da população que já se preocupava com o luxo e a estética na apresentação da casa, como no caso da mobília austríaca, nome dado a móveis confeccionados com vime.

Tudo faz crer que a abertura da casa Cesarino, em Brotas, incomodou seus concorrentes, como o caso do negociante José Ribeiro de

174 Id., ano XIII, n. 3629, 05 maio 1887, p. 3.

175 Depoimento de Raquel Cesarino de Moraes Navarro, neta de Vitor, dado a Flávia Arlanch Martins de Oliveira em 22 jan. 1992.

176 A Província de São Paulo, ano XIII, n. 3749, 20 nov. 1888, p. 1.

Camargo Barros que, como foi visto, atuava na vila nesse setor desde 1864. O impacto da abertura da casa Cesarino estimulou que se espalhasse em meio aos habitantes da vila um boato de que a casa de comércio de José Camargo iria fechar em Brotas. Em face disso, esse comerciante publicou, logo após a abertura da casa Cesarino, um anúncio em que dizia:

Abaixo assinado declara a seus amigos e fregueses que é falsa a notícia que se tem espalhado por essa localidade que muda-se para outro lugar. E aproveita a ocasião para participar a seus amigos e fregueses que segue para Corte (Rio de Janeiro), para fazer sortimento para sua bem conhecida casa “República dos Índios” que há 23 anos existe nessa vila¹⁷⁷.

Contudo, a partir de 1890, com a ampliação do consumo diante das novas imposições estimuladas pela modernização, houve uma expansão do comércio local com novos comerciantes abrindo casas no setor do comércio, como será mostrado mais especificamente no item 3.4 – “A modernização como propósito político” –, no capítulo 3.

2.3 Religião: a fé dividida

A torre estreita de pobre templo
Ressoa o sino da freguesia,
Abrem-se as flores, Vésper despona,
Cantam os anjos: – Ave, Maria!

Fagundes Varella

Pelo fato de que durante o Império brasileiro a Igreja e o Estado estiveram unidos intercambiando poderes, desde o início da fundação do povoado de Brotas houve envolvimento de segmentos da população com a igreja que necessariamente não implicavam somente questões de fé. Como nas demais vilas e cidades do interior paulista, as atividades religiosas criavam importantes espaços de socialização e coesão social não só com as liturgias obrigatórias aos católicos, como missas e rezas, mas

177 Id., ano XII, n. 3636, 11 maio 1887, p. 2.

também batizados, casamentos, a benção aos mortos, bem como nas comemorações festivas da igreja que envolviam toda a comunidade. Como assevera Ghirardello, “embrenhada no Estado, a religião estava presente no dia a dia da cultura caipira e dos fiéis [...] As festas que sincretizavam rituais eram momentos especiais, que regiam a cultura caipira desses pequenos arraiais¹⁷⁸”. Essa forma de comportamento estava presente em Brotas como indica um relato publicado no jornal *Correio Paulistano* por um informante que se identificou como um “velho católico”, cujo principal objetivo foi a crítica ao vigário que atuava na vila em 1865. Dizia ele:

Outrora houve missa todos os dias; no domingo o povo da vizinhança e da vila caminhava e se reunia no *templo do senhor* [...] Quem tem dado impulso ao lugar, quem edificou a Matriz, quem criou irmandades, quem deu vida aos atos religiosos, foram e são aqueles que desaprovam seus atos (do vigário) [...] os festejos que estavam e estão dispostos a fazerem e que hão de faze-los [...].¹⁷⁹

Por trás do lamento desse “velho católico” a respeito do comportamento dos fiéis se percebe a presença de uma comunidade católica integrada e ativa. Tanto que ao fazer referência à construção da matriz ele acrescentou:

A Matriz que estava em obras desde 1861 e teve todo envolvimento do povo da vila e que não foi dada andamento pelo vigário, que ameaçou F [...] que dirigiu as obras da igreja pelo espaço de... [ininteligível]; que criou irmandades ainda existentes; que mandou vir da Europa a padroeira N. S. das Dores de altura de sete palmos e uma pia de mármore e a importância de 1:6000\$000, donativo que ofereceu a Matriz¹⁸⁰.

Como será visto mais adiante, essa situação de descontentamento do “velho católico”, resultava de uma fissura em meio à comunidade católica, em decorrência das sequelas resultantes da emergência do protestantismo em Brotas.

178 GHIRARDELLO, 2010, p. 76.

179 Correio Paulistano, ano XI, n. 2793, 19 set. 1865, p. 3.

180 Correio Paulistano, ano XXV, n. 6543, 04 set. 1878, p. 1-2.

Uma festa religiosa importante que envolvia a participação da comunidade católica e que se realizava em Brotas nessa mesma época era a de São Sebastião, que ocorria em 20 de janeiro, data comemorativa. Os preparativos para o evento começavam com bastante antecedência. Para o ano de 1866 foi encaminhado o seguinte procedimento:

[...] para agenciar esmolos foram nomeados quatro procuradores, os quais contribuíam com quantias precisas para festa, como festeiros, caso não arranjassem esmolos ou estas não chegassem para as despesas das mesmas festas foi tudo aprontado, fogos, cera, música tratada, sermão encomendado¹⁸¹.

Como a população da vila era diminuta, um festejo como esse envolvia a participação praticamente de toda sua população, bem como afluíam para ela aqueles que residiam no meio rural. Os principais financiadores desse tipo de festa, em geral, eram os fazendeiros detentores de maior poder econômico ou comerciantes melhor situados na vila, mas também grande parte da população que contribuía mediante o levantamento de esmolos.

A devoção religiosa era tão importante para aquela população, que até em uma das versões encaminhada para aprovação do código de posturas de Brotas, como foi visto, eram levadas em conta as condições para melhor atendê-la em suas práticas religiosas, pois entre suas cláusulas estava a de possibilitar melhor acesso à vila para que as pessoas pudessem realizar suas necessidades religiosas. Como visto anteriormente, o referido código dizia:

Os moradores do município que se utilizarem para irem a matriz de sua paróquia, sendo avisados pelo inspetor da estrada, comparecerão com suas ferramentas no lugar em que devem começar os trabalhos, e desde esse lugar trabalharão até a encruzilhada de suas moradas.¹⁸²

Pelo fato de a igreja católica estar vinculada ao Estado durante o período imperial, ela ainda abrigava outros papéis, como colaborar com o Estado em algumas atividades, tais como nos registros de terras quando

181 Diário de S. Paulo, ano I, n. 221, 04 maio 1866, p. 2.

182 Correio Paulistano, ano XIII, n. 3095, 28 set. 1866, p. 1.

a Lei de Terras foi posta em ação entre 1852 e 1854. Também cabia a ela realizar os registros de nascimentos, casamentos e mortes, o que lhe permitia realizar o levantamento de dados a respeito da população, dados esses que serviam para assessorar a Comissão de Estatística da Província nos seus levantamentos de sobre a população que vivia na Província, e assim auxiliar tomadas de decisões administrativas por parte do governo provincial e imperial.

Por essas razões, somadas à tradição do catolicismo imposto desde o início da colonização portuguesa, a entrada do protestantismo presbiteriano em Brotas, uma vila em pleno sertão, ainda na década de 1860, causou um terremoto na comunidade católica, sobretudo pelo fato de que o principal articulador da nova religião teria sido o vigário que havia conduzido até então a paróquia local, o padre José Manoel da Conceição. No *Livro Tombo* da Igreja Matriz de Brotas há registro de que esse padre foi pároco em Brotas no ano de 1858, seguido do padre Joaquim Feliciano Amorim¹⁸³. Sabe-se que retornou comandar a paróquia em 1862, uma vez que, em expediente do Inspetor do Tesouro Provincial, há uma solicitação feita ao “coletor de Brotas que para que pagasse ao vigário encomendado José Manoel da Conceição em exercício de 1862 a 1863”¹⁸⁴. Contudo, em Relatório do Presidente da Província de 1861, com dados correspondentes ao ano de 1860, consta a indicação para esse padre assumir o vicariato de Brotas naquela data¹⁸⁵. Portanto, o padre José Manoel da Conceição estava no comando da paróquia de Brotas desde 1860.

A importância que esse padre teve na divulgação do protestantismo no Brasil é evidenciada no próprio portal da Igreja Presbiteriana do Brasil que, ao remontar historicamente sua entrada no Brasil, assevera:

[...] sua história iniciada com a vinda de Ashbl Green Simonton o fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil, que juntamente com o Rev. José Manoel da Conceição (1822-1873), o primeiro pastor evangélico brasileiro, foram as personagens mais notáveis nos primórdios do presbiterianismo no Brasil”¹⁸⁶.

183 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

184 Correio Paulistano, ano XI, n. 2294, 08 jan. 1864, p. 2.

185 DISCURSO..., 1861. Mapa H.

186 IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. **História**. Disponível em: <www.IPB.org.br/ipb/historia/>. Acesso em: 29 jul. 2017.

Alder de Matos assevera que Manoel de Conceição já vinha de algum tempo simpatizando-se com a forma como os protestantes ingleses, com os quais havia tomado contato em Ipanema, perto de Sorocaba, interpretavam a Bíblia e guardavam o domingo. E acrescenta que

Em 1863, em seu sítio em Corumbataí recebeu a visita do Rev. Alexander Latimer [...] depois de vários contatos com esse missionário decidiu abraçar a fé evangélica [...] Em meados de 1865 escreveu sua Profissão de Fé Evangélica. No dia 13 de novembro daquele ano graças à colaboração dos missionários, foi organizada a Igreja Presbiteriana de Brotas, terceira Igreja Presbiteriana do Brasil¹⁸⁷.

Trecho do Livro de Atas da Igreja Presbiteriana de Brotas reproduzido em anexo no livro de Adriana Ramos explicita bem o caminho percorrido pelo Reverendo José Manoel da Conceição ao se deslocar da fé católica para ao protestantismo presbiteriano, relatado da seguinte forma:

Ao princípio de novembro de 1863, o Sr. Blackford encontrou em sua (?) perto de São João do Rio Claro o Rem. José Manoel da Conceição, que havia pouco tempo deixado de ser Vigário de Brotas e era ainda Vigário da (?) ali, onde tinha muita influência. Deu algumas cópias da escritura (?) e uns livros e folhetos, os quais o Sr. Conceição levou para Brotas e ali distribuiu-os. Tinha esse padre há muito nutrido e ensinado ideias e sentimentos mais ou menos evangélicos. A esta entrevista seguia-se uma correspondência entre os dois senhores. Em maio de 1864, apresentou-se na casa do Sr. Blackford [...]. Aos 23 de setembro de 1864 o Sr. Conceição visitou São Paulo com o fim de deixar inteiramente a Igreja Romana; o que efetivamente fez professando sua fé na Igreja Evangélica do Rio de Janeiro aos 23 de outubro de 1868¹⁸⁸.

Várias famílias brotenses aderiram à fé evangélica, como Cerqueira Leite, Gouvêa, Costa Santos, Barbosa Martins, Mendonça. Tanto a família Cerqueira Leite como a Gouvêa dispunham de poder em Brotas, a primeira tinha como um de seus representantes o Tenente José

187 MATOS, Alder de Souza. *Biografia Rev. José Manoel da Conceição*. Disponível em: <www.ipparqueguarus.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/>. Acesso em: 08 mar. 2018.

188 RAMOS *et al.*, 1996, Anexo, p. 142.

Rufino Cerqueira Leite, integrante da Guarda Nacional, e a segunda, seu representante era Severino José Gouveia que ocupou o cargo de vereador na primeira Câmara Municipal de Brotas. O impacto desses acontecimentos na então vila foi muito grande já que além da comunidade católica ter perdido seu pároco para o protestantismo, este arrastou parte dos representantes da elite brotense para a nova religião. Importante destacar que José Rufino Cerqueira Leite havia se casado com a irmã do padre José Manoel da Conceição em 1864.

Depois da saída do padre José Manoel da Conceição como pároco local, para substituí-lo foi indicado pela diocese o padre Cândido José Corrêa. Esse novo pároco no comando da igreja da vila gerou uma profunda divisão entre os católicos polarizando, de um lado, os que o apoiavam e, de outro, os que faziam ferrenha oposição a ele. Os jornais da capital, *Correio Paulistano* e *Diário de S. Paulo* abriram em suas páginas amplos espaços para que brotenses emitissem suas opiniões a respeito. Afinal, o que estava acontecendo em pleno sertão era algo muito inusitado.

Em janeiro de 1865, um católico brotense, identificando-se como um assinante preocupado com o rumo que estava tomando a vida religiosa em Brotas, escreveu uma carta ao *Correio Paulistano* na qual relatou sua opinião sobre o que estava acontecendo na vila. Nela dizia:

Ouçõ dizer que parte das ovelhas do Senhor estão se tresmalhando [...] e que conspiram contra o seu pastor o digno vigário da paróquia. Algumas pessoas não estranham esse proceder, e nem o podem estranhar, porque dizem, tiveram tais ovelhas bom mestre na igreja protestante, e por isso querem fazer da igreja instrumento de capricho as suas pretensões. Assim é sem dúvida digna de lástima a pobre vila de Brotas [...] As provisões do Bispo Diocesano não são respeitadas. Convém, pois, que s.ex.revma. olhe com atenção para essa pobre vila¹⁸⁹.

De certa forma, havia veracidade no que esse católico expunha, pois os protestantes estavam no trabalho de conquista de novos fiéis para sua igreja e, nesse intento, dispunham de pessoas preparadas para o convencimento como o antigo padre, com precedente formação religiosa no

189 *Correio Paulistano*, ano XII, n. 2603, 25 jan. 1865, p. 3.

catolicismo somada à doutrinação recebida dos pastores protestantes que vinham dos Estados Unidos aptos para essa missão.

Expor publicamente esses acontecimentos em um jornal da capital, de grande penetração na época, incomodou os protestantes. A frase inicial do texto publicado – “Ouço dizer que as ovelhas estão se tresmalhando” –, pelo visto foi entendida como uma banalização da fé daqueles que estavam aderindo à nova religião, pois a resposta de um deles foi praticamente imediata, já que em pouco mais de um mês, o mesmo jornal publicou sua versão, na qual dizia:

Sr. Redator_ desejo ter a honra de servir-me de sua imprensa para dizer algumas palavras. Ouvi o que disse seu jornal em 25 de janeiro próximo passado [...] a respeito da vila de Brotas e seus habitantes [...] Julgue-se primeiro, e conhecer-se-á inabilitado, pois só a Deus pertence, e é a quem o fará também sobre a de s.s. Mestre em Brotas! Dando lições de protestantismo!! E quem tresmalhou o rebanho do senhor!!! não consta senão pelo ilustre assinante, e se ninguém mais sabe disso, e se só s.s. fala nisso como acreditar-se-á! [...] Entendo que o ilustre assinante disse que querem fazer da igreja, instrumento de capricho, errou a bola, e deixou de fazer pontos, ou quer s.s. que o carro rode adiante dos bois? Pois só estava no caso de praticarem esse abuso o revm. pároco, e o sacristão por pertencerem mais a ela. E assim sr. Redator o ilustre assinante derramando tudo quanto tinha nos ouvidos deve estar com eles vazios e se acaso fosse exigido que se justificasse para o público, onde buscaria documentos? Nos ouvidos já não existem nem mesmo acharia palavras soltas por cidadãos probos que justificar pudessem suas maquinações ¹⁹⁰.

Antes mesmo de sair no jornal essa carta do representante protestante se opondo às críticas feitas “aos fiéis que estavam se tresmalhando”, um terceiro assinante de Brotas encaminhou, em 24/02/1865, uma carta em que dizia ser *uma das ovelhas* e na qual também fez duras críticas à primeira carta:

Sr. Redator, não com pequeno espanto, no seu muito conceituado jornal do dia 25 do mês expirante, [...] uma pequena correspondência

190 Correio Paulistano, ano XII, n. 2630, 28 fev. 1865, p. 3.

dessa vila assinada por um seu assinante em que diz sua senhoria que consta por parte das ovelhas do Senhor estão se tresmalhando, e o que é mais, que se conspiram contra seu pastor, o digno vigário da paróquia [...] Não é as ovelhas que conspiram-se contra o pastor; mas sim este contra aquelas[...] É público que o muito digno vigário dissera (logo que aqui chegou) que havia amansar o povo dessa localidade e como de fato tem sua reverendíssima lançado mão dos meios que lhe são favoráveis para bem cumprir sua palavra. Sendo assim quem o que quer conspirar-se: as ovelhas ou digno pastor? [...] Quando que o mestre da seita protestante (como o vigário da vara) deixa de fazer casamentos só por não querer servir com o atual escrivão da vara, por ser este irmão de alguns de seus desafeiçoados? Quando que o mestre da seita protestante fez seus paroquianos passar horas na igreja sem que lá aparecesse para fazer batizados ou casamentos? Quando que o mestre da seita protestante deixou de acompanhar cadáveres á suas últimas moradas só porque não podiam ou não queriam a sua música favorita? Quando foi que o mestre da seita protestante chegou a suprimir festas, só porque os festeiros não queriam a música predileta? Quando foi, pois, que o mestre da seita protestante disse as missas conventuais pelas nove e meia e as dez horas da manhã deixando assim seus paroquianos sem ouvir missa? Quando, pois, enfim que o mestre da seita protestante procedeu como procede o digno e atual vigário da seita católica de Roma? Ora, a vista disto tudo será mesmo as ovelhas que querem-se conspirar contra o digno pastor?¹⁹¹.

Pelo teor dos argumentos presentes na carta do terceiro assinante que deflagrou críticas às ações do novo vigário, infere-se também que a preocupação do primeiro assinante não era um julgamento direcionado aos protestantes que estavam conquistando fiéis para sua crença, mas referia-se à presença de uma fissura que estava ocorrendo em meio à comunidade católica. Muitos católicos estavam aflitos e talvez até em pânico ao perceberem no seio da vila que criaram e deram andamento, até aquele momento, sempre tendo como norma a fé católica, depararem-se com o florescimento do protestantismo, e mais ainda, ver o seu próprio pároco desertar e ser o pastor atuante das ovelhas desgarradas da fé católica. Por outro lado, como será exposto mais à frente, a inabilidade do novo vigário

191 Id., ano XII, n. 2636, 07 mar. 1865, p. 4.

em lidar com as questões postas pela sua paróquia estava provocando uma divisão em meio à própria comunidade católica. Tanto que, três meses depois, em 21 de junho de 1865, um outro brotense expunha na imprensa mais um ato que considerava desabonador do vigário. Disse ele:

Pede-se ao muito reverendo sr. Cândido José Corrêa, vigário de Brotas, haja de mandar pôr na igreja matriz desta vila uma porção de tábuas e barras de proba e cedro igual à que mandou de aí tirar para construir uma casinha de recreio no seu quintal, assim como a mesa para sua particular serventia. O sr. Vigário deve saber que essas madeiras foram compradas para as obras da dita igreja, com dinheiro de esmolos coletado com bastante sacrifício entre o povo deste distrito¹⁹².

Certamente essa questão foi dita pessoalmente ao padre. Levar ao público além das fronteiras de Brotas tais informações certamente objetivava alertar as autoridades eclesiásticas a respeito do que estava ocorrendo no âmbito local.

Essa atitude em divulgar esses acontecimentos não parou aí, pois o “velho católico” supramencionado, não só confirmou a crítica feita pelo defensor do protestantismo ao vigário local como também acrescentou, na sua opinião, outros atos que estavam afetando profundamente os católicos da vila. Disse ele: “Aqui, o catolicismo [...] prende-se a si, e aos seus, os mais são protestantes!”. Em seguida arrolou nomes das pessoas que o vigário deixou de atender em atos religiosos, inferiu que não foi a comunidade local que criou essa situação, e relembrou a chegada do vigário, dizendo que, quando “entrou nessa vila [...] foi acompanhado por 120 cavaleiros além de grande número de pessoas a pé que foram ao seu encontro”¹⁹³. Certamente, todo esse aparato para recepcioná-lo, em parte decorreu da esperança que católicos locais depositaram no novo vigário em reverter o avanço do protestantismo na conquista de fiéis.

Em novembro de 1865, na coluna intitulada “Noticiário”, do *Correio Paulistano*, numa nota intitulada “Protestantismo”, o redator do próprio jornal se manifestou a respeito dos acontecimentos de Brotas nos seguintes termos:

192 *Correio Paulistano*, ano XII, n. 2722, 21 jun. 1865, p. 3.

193 *Id.*, ano II, n. 2793, 19 set. 1865, p. 2-3.

Foi-nos apresentada uma carta escrita do interior e da qual publicamos abaixo um estrato. Julgamos conveniente não citar nomes, nem lugares, porque estamos convencidos que o exm. Bispo já a estas horas deve conhecer dos fatos exarados nessa carta e terá sem dúvida dado providências, afim de que as ovelhas confiadas a sua guarda não se desmandem levadas pela sanha dos lobos protestantes. Eis o pequeno estrato que julgamos de mais conveniente publicidade. “Tem andado por aqui o apostata ex padre [...] com outros pastores protestantes; creio que com o destino de converter mais alguém para essa seita, e vejo o nosso vigário bem propenso a virar a casaca. Bem desejava que todos a virassem, e que eu só ficasse católico, porque assim livrava-me da pressão do alto clero. Em [...] esses senhores protestantes me obsequiaram com alguns cadernos que servirão para melhor me convencer do contrário do que eles dizem [...] Se o exmo. revm. sr. bispo se descuidar do seu rebanho, os lobos lhe carregarão com as ovelhas [...]”¹⁹⁴

Vários artigos a respeito do tumulto religioso em Brotas continuaram a aparecer nos jornais da capital ainda nos inícios do ano de 1866, até que em abril daquele ano o pároco brotense foi transferido para Jundiaí. A recepção a ele nessa cidade foi calorosa, como expõe um correspondente de Jundiaí que disse ter contado com a presença “do juiz municipal e suplentes, vereadores, juizes de paz, subdelegado e suplentes de delegado e oficiais da guarda nacional. Esta demonstração prova que procedeu com acerto s.exc.rvm. reintegrando naquela paroquia”¹⁹⁵. Essa recepção por certo teve o caráter de demonstrar não só um carinho especial para com o vigário que foi espezinado em Brotas, como ainda o apoio irrestrito das autoridades locais. Por outro lado, fica a pergunta: O que de fato aconteceu em Brotas com esse vigário para ter desencadeado tamanha rejeição em meio à comunidade católica local?

Essa questão pode começar a ser desvendada pelo conteúdo de um artigo publicado no mês seguinte à saída do vigário por um brotense, que resolveu escrever um longo arrazoado mostrando a origem dos desentendimentos da população para com seu pároco. Segundo ele, havia uma corporação musical com seu mestre de capela provisionado, que estipulava com

194 Correio Paulistano, ano XII, n. 2854, 30 nov. 1865, p. 3.

195 Diário de S. Paulo, ano I, n. 195, 03 abr. 1867, p. 3.

a autorização do vigário quais músicas poderiam ser tocadas nas diferentes cerimônias religiosas. Saindo um dos músicos daquela corporação uniu-se a outro músico, e estando desmembrados da mesma foram prevenidos pelo vigário de que não poderiam tocar na igreja sem sua licença. Outro fato deu-se na ocasião do enterro de um parente dos mesmos músicos, em que o vigário os proibiu de tocarem dentro da igreja, e diante disso tocaram do lado de fora da mesma igreja, fazendo provocações. Depois, na festa de São Sebastião, no dia 20 de janeiro, apareceu “um intruso estranho à direção dessa festa ofertando música à sua custa, somente afim de admitir aqueles dois músicos”¹⁹⁶. E disseram se o vigário não admitisse os músicos haveria uma “estralada”. Diante disso, o vigário procurou dois procuradores que moram na vila, e acordaram a supressão da festa.

A partir desses fatos os inimigos do vigário se uniram e passaram a colher assinaturas com doações para a realização da referida festa. Pessoas importantes da vila aderiram à causa liderados por João Antônio da Silva Castro, cônsul português na vila que para fazer a festa dispunha de muito dinheiro. Divulgaram que “o vigário não cumpria com seus deveres, não acudia ao chamado das confissões, não se lembrando que o vigário tem ido a toda parte que é chamado”¹⁹⁷. Depois da publicação desse texto na defesa do vigário, outras informações com mesmo teor saíram no jornal visando à desmoralização daqueles que difamaram o antigo vigário.

O que é possível avaliar disso tudo é que nesse momento as oposições entre católicos e protestantes, bem como a divisão entre católicos que apoiavam o vigário e aqueles que a ele faziam oposição se tornaram tão polarizadas e as animosidades tão exacerbadas, que o que foi escrito a respeito pelos envolvidos na questão dificulta uma avaliação mais precisa dos acontecimentos.

Pelo fato desses acontecimentos ocorridos em Brotas terem sido expostos em jornais de grande circulação, representantes católicos de outras cidades tomaram a defesa do vigário e se expressaram a respeito, como o caso do relato enviado de Jundiáí supracitado. Também de Bragança Paulista o vigário recebeu apoio expresso de um correspondente que assi-

196 Id., ano I, n. 221, 04, maio 1866, p. 2.

197 Diário de S. Paulo, ano I, n. 221, 04 maio 1866, p. 2-3.

nou como “um católico de Bragança”, em um texto enviado para o *Diário de S. Paulo*, que dizia: “Esteve nesta cidade o célebre padre renegado (que com caluniosas correspondências procurou vingar-se do digno vigário de Brotas, por não querer este aceitar para padrinhos protestantes, com o que cumpriu seu dever)”¹⁹⁸. Referindo-se a atitudes do padre que se tornou protestante prosseguiu dizendo que este, “da janela de uma casa que lhe servia de púlpito, com outros ministros do erro pregava contra a religião católica, tendo por auditório meretrizes, escravos e rapazes desenvoltos que da rua ouviam atentos”¹⁹⁹.

Nessa manifestação de apoio do católico, vinda de Bragança, fica demonstrado que não era só com o protestantismo em Brotas que o correspondente se preocupava, e sim com o fato dessa religião continuar a açambarcar mais fiéis além dos limites de Brotas. E mais, a preocupação dele não se limitava à questão de fé, pois, na sua visão, essa doutrina abalava a ideologia escravista dando brecha ao escravo de matar o seu senhor. Isso fica posto quando disse que os referidos rapazes, assistindo à pregação,

[...] mostravam-se firmes da moral da doutrina protestante que acabam de ouvir, que a simples fé em Jesus Cristo, independente das boas obras, é suficiente para a salvação [...] Esta doutrina pode ser prejudicial com os escravos que faziam parte do auditório, porque podem muito bem entender que crendo em Jesus Cristo, ainda que matem seus senhores, irão para o céu.

Importante dizer que nessa mesma época apareceu com certa frequência nos jornais da capital a questão da má formação dos clérigos que atuavam no interior da Província de São Paulo, bem como as condições precárias das próprias igrejas. Esse assunto também foi tratado pelo Presidente da Província, em 1865, quando disse que “muitas das igrejas da província, se acham arruinadas e não possuem os paramentos indispensáveis a decente celebração dos ofícios divinos”²⁰⁰. Essas informações fazem

198 Id., ano I, n. 259, 21 jun. 1866, p. 3.

199 Id., ano I, n. 255, 16 jun. 1866, p. 2.

200 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na segunda sessão da decima quinta legislatura, no dia 2 de fevereiro de 1865, pelo presidente da mesma província, o conselheiro João Crispiniano Soares. São Paulo: Typ. Imparcial de J.R.A. Marques, 1865,

conjeturar a respeito de que os acontecimentos em Brotas acima mencionados estavam relacionados a essa questão. Ao que tudo indica, a maioria dos vigários que precederam o padre Cândido José Correa não dispunha de uma formação sólida e aceitava que seus fiéis pusessem em prática comportamentos que permitiam o afrouxamento das condutas religiosas. De certa forma, isso pode ser confirmado em um relato que consta no *Livro Tombo* da Matriz de Brotas, datado de 20 de novembro de 1859, realizado pelo padre Joaquim Feliciano de Araújo, que então assumiu a paróquia da vila, e descreveu detalhadamente as condições em que encontrou a igreja, até então conduzida pelo padre Francisco de Paula Camargo:

[...] a Pia Batismal que encontramos com água muito suja, e tanto sedimentos de lodo, que era como uma mostra do estado de abandono desta Matriz. Não encontramos Santos óleos Novos [...] Temos de enviar um Diretório como Zeladores de Obras da Matriz, que deve ser reformada em seu tamanho, altura, e se tornará uma boa Igreja da Diocese. Esta freguesia digna de melhor sorte encontrou [...] dezenas de casamentos nulos já sendo Pároco, e já não sendo, para ele foram destinados, unicamente levado do pedido de ganho de dinheiro, ou do que valesse²⁰¹.

Esse relato é uma evidência do despreparo do sacerdote responsável por essa igreja e também, vem ao encontro do que estava sendo propalado em artigos que saíram nos jornais a respeito da má formação dos clérigos que atuavam no interior da Província.

Ao que parece, diante da ameaça do protestantismo açambarcar seus fiéis, a diocese encaminhou para Brotas um padre mais rigoroso no cumprimento dos preceitos religiosos, o padre Cândido José Corrêa, o que levou muitos católicos, especialmente aqueles que se viam no direito de interferir na condução de certas regras da igreja, entrarem em confronto com o religioso. Por outro lado, há fortes indícios de que o novo vigário não dispunha de habilidade para debelar a situação conflituosa então gerada.

A interferência de poderosos locais nas condutas religiosas pode ser constatada nas ações do citado João Antônio da Silva Castro, repre-

p. 12. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

201 Documento do *Livro Tombo* da Matriz de Brotas, reproduzido por RAMOS *et al.*, 1996, p. 138-139.

sentante consular português em Brotas e pessoa com muitas posses. Foi ele que mandou vir de Portugal, por sua conta, a

[...] imagem da Nossa Senhora das Dores, de oito palmos de altura com coroa e espada de prata; uma maquete dourada e envidraçada e uma pia de pedra de mármore de Lyon lavrada e com algumas peças de metal – pesando 30 arrobas mais ou menos, tudo no valor de 2:000\$000²⁰².

Vale lembrar que essa imagem é a que permanece no altar mor da igreja matriz até nossos dias, bem como a pia batismal nela abrigada que, desde então, tem servido de amparo para batizados de gerações de brotenses.

A chegada da Nossa Senhora, em Brotas, que se deu no dia 25 de dezembro de 1866, ocorreu em meio à polêmica com o vigário Cândido José Corrêa. Quem organizou a recepção de Nossa Senhora foi João Antunes e seus amigos e não o vigário, ou seja, a ala dos católicos em oposição ao padre, deixando o vigário excluído dessa recepção. A narrativa desse acontecimento deixa muito bem entrever a disputa ora em andamento:

O dia 25 de dezembro de 1866 foi para esta vila do maior regozijo à quase todos os seus habitantes. O Ilmo. Sr. Comendador João Antunes da Silva Castro, depois de sua chegada de São Paulo, tinha comunicado a alguns de seus amigos que nossa padroeira, Virgem Senhora das Dores, chegava nesse dia. Não obstante s.s. não convidar pessoa alguma, alvorecendo esse famoso dia, muitas girandolas de fogos anunciaram ao nobre povo brotense que sua padroeira estava a um quarto de légua de distância, no lugar denominado Gouvêa. Apesar do receio da maior parte de seus habitantes, por causa do recrutamento e chamada da Guarda Nacional, assim mesmo concorreram ao encontro quase todas as pessoas gradas desse município, – os ilmos. Ser. José Venâncio Carneiro, José Rodrigues Simões, Lourenço José de Araújo Bicudo, Domingos José Carneiro, Francisco Antônio Simões, Antônio Francisco de Macedo e muitas pessoas de importância, que difícil se torna enumerá-las. Os quais acompanhados de imenso concurso do povo, e a pé, acompanharam sua Padroeira, que, puxada a bois ajaezados com viçosas flores, pareciam anunciar aos brotenses a primavera

202 Correio Paulistano, ano XIII, n. 3165, 12 dez. 1866, p. 2.

eterna. Finalmente, o povo à porfia, cada qual queria primeiro ver a sua Padroeira. O sr. José Venâncio Carneiro mostrou desejos de falar ao vigário desta vila afim de ser a imagem recolhida a igreja; o sr. comendador respondeu que alguém lhe dissera que o mesmo sr. Vigário proferira em tempo, que a guardasse o mesmo sr. por enquanto [...] Terminou o encontro na maior ordem: devendo-se ao importante fazendeiro desta vila, o ilm. Sr. João Garcia de Almeida, muitos favores e trabalho, afim de que a nossa Padroeira chegasse com felicidade a sua residência, que mais tarde o bispo diocesano se lembrar deste povo, será a mãe destas ovelhas. Deus nos proteja²⁰³.

Entre as pessoas enumeradas nessa narrativa estavam aquelas que detinham poder econômico e político em Brotas. Vale destacar que, em meio aos presentes, estava José Venâncio Carneiro, um dos solicitantes da ereção da capela de Nossa Senhora das Dores em 1842, e como consta na narrativa, foi ele quem fez uma tentativa de levar a Nossa Senhora à igreja, no entanto, o sr. comendador João Antunes se contrapôs a tal intento.

De qualquer forma, o que fica manifesto diante dos acontecimentos que tumultuaram a vida religiosa em Brotas foi o fato de esta cidade ter sido posta em evidência por ter se tornado um posto avançado do protestantismo no interior de São Paulo, preocupando não só as autoridades eclesiásticas, mas também católicos. O espaço dispensado pela imprensa a essa questão é a prova disso.

A situação conflituosa no interior da igreja católica em Brotas permaneceu, mesmo com a saída do vigário Cândido José Corrêa, uma vez que o vigário que assumiu a paróquia depois dele, o padre Antônio José Gonçalves também teve dificuldade em estabelecer o apaziguamento entre os católicos. De acordo com um correspondente, esse padre havia passado por Rio Claro, no dia 16 junho de 1867, afirmando que para lá (Brotas) não voltaria²⁰⁴. Apesar disso, sabe-se que até novembro daquele ano permaneceu em Brotas, já que um expediente do Presidente da Província datado de 05/11/1867 comunicava “ter sido nomeado o vigário Antônio José Gonçalves para exercer interinamente o lugar de inspetor do distrito de

203 Diário de S. Paulo, ano II, n. 418, 05 jun. 1866, p. 2.

204 Id., ano II, n. 558, 26 jun. 1867, p. 2.

Brotas”²⁰⁵. No entanto, no ano seguinte, mais precisamente em setembro de 1868 o “rvd. Antônio José Gonçalves foi dispensado do paróquio da igreja de Brotas e de vigário da vara”²⁰⁶. Foi mais um padre que desistiu de permanecer em meio à tumultuada comunidade católica de Brotas.

No ano seguinte, 1869, faleceu o comendador João Antunes da Silva Castro, o cônsul de Portugal que havia entrado em confronto com o vigário Cândido José Correia e que doou a imagem de Nossa Senhora das Dores e a pia batismal à igreja. Sequelas das querelas entre ele e o vigário permaneciam, uma vez que o informante da notícia acrescentou: “consta-nos que alguns dos miseráveis adversários do falecido se regozijaram com o seu passamento”²⁰⁷.

Quem finalmente conseguiu dar um rumo certo à paróquia de Brotas foi um novo vigário, o padre Antônio Speranza e, pelo visto, foi escolhido a dedo pela diocese, tanto que ali permaneceu por vinte anos, até sua morte em 1888. Antes de seguir para Brotas, no ano de 1868, apareceu no *Diário de S. Paulo* uma nota informando que o padre Speranza “como súdito italiano, apresentou na Câmara Municipal a carta imperial que lhe conferiu as prerrogativas de cidadão brasileiro” e acrescentou que: “O padre Speranza, sacerdote recomendável por seu saber e virtude, acha-se nomeado vigário de Brotas”²⁰⁸. Esse padre, pela sua competência apoiada em sólido saber e habilidade no trato com as pessoas, efetivamente impôs a autoridade da igreja na paróquia de Brotas.

Informações mais precisas a respeito desse padre apareceram em 1873, em um debate na Assembleia Provincial, quando foi posto em questão o ensino protestante em Brotas. Nesse debate, um dos deputados dissera em seu discurso “que era preciso que o vigário de Brotas fosse um homem inteligente, bastante ilustrado, para combater os princípios protestantes que porventura se desenvolvam ali”²⁰⁹. Em resposta Luiz Alves, representante brotense presente nessa reunião com o fim de expor o que de fato estava ocorrendo em Brotas, argumentou:

205 Id., ano III, n. 667, 08 nov. 1867, p. 2.

206 Id., ano IV, n. 921, 20 set. 1868, p. 3.

207 Id., ano IV, n. 1149, 03 jul. 1869, p. 2.

208 *Diário de S. Paulo*, ano IV, n. 976, 25 nov. 1868, p. 3.

209 Id., ano VIII, n. 2262, 08 maio 1873, p. 1.

[...] o atual vigário de Brotas, o ver. Padre dr. Speranza, satisfaz plenamente seus desejos: é um homem formado em Direito, muito inteligente, muito ilustrado e que tem conquistado a estima das pessoas daquela localidade pelo mérito de suas ações, pelas qualidades que o caracterizam. O vigário de Brotas é um verdadeiro pastor que dedica todos os seus cuidados exclusivamente a bem de suas ovelhas; despidido de toda ambição, destituído de todo interesse, que quase sempre é o móvel que domina os vigários, principalmente os italianos, aquele honrado pároco leva uma vida modesta, sem ostentação; afastado de todas as lutas e paixões pequeninas, empregando-se unicamente no cumprimento de seus deveres; enfim o vigário de Brotas é um modelo dos vigários, é um ornamento do clero, e haja vista o elogio que lhe faz pelo *Omnibus*²¹⁰.

Efetivamente a igreja necessitava de um vigário do porte do padre Speranza para impor as normas da igreja e reunificar a comunidade católica esgarçada desde que o vigário José Manoel da Conceição aderira ao protestantismo, levando consigo parte da comunidade católica. Depois das experiências negativas dos dois padres que para lá foram sem conseguirem dar conta da profunda fissura aberta no interior daquela comunidade, a igreja sabiamente para lá encaminhou um padre à altura para enfrentar aquela ordem de problemas – o padre Speranza. Quando da notícia de sua morte, em 1888, apresentou-se uma breve biografia dele:

Faleceu no dia 26 do corrente, às 10 horas da noite, o Rev. Dr. Antônio Dei Baroni Speranza [...] Natural do sul da Itália, formou-se em direito na Universidade de Nápoles, estabelecendo-se como advogado. Mais tarde, perseguido pela revolução italiana, refugiou-se em um seminário onde recebeu as ordens sacras, vindo para o Brasil. Foi vigário na paróquia de Paraibuna nesta província e dali removido para Brotas, paróquia cuja administração parecia impossível, já pela apostasia de um vigário, já por muitos abusos de outros²¹¹.

Em 1873, paroquianos da comunidade se percebiam unidos e seguros convivendo com os protestantes que também mantiveram sua

210 Ibid., p. 1.

211 Correio Paulistano, ano XXXIV, n. 9500, 04 maio 1888, p. 2.

igreja na vila. Foi o que disse Luiz Alves, quando contrapôs a afirmativa do deputado acima apontado, na Assembleia da Província, que asseverou que a vila de Brotas não era uma colônia protestante. Em resposta, Luiz Alves disse:

Está muito enganado; o nobre deputado não tem maior conhecimento daquela comunidade do que eu, que ali resido, e garanto-lhe que isso não é exato [...] não há na vila de Brotas mais de 200 protestantes; e o vigário daquela localidade tem toda força, toda capacidade para impedir o progresso daqueles princípios²¹².

Portanto, cinco anos após sua chegada em Brotas, que se deu em 1868, o padre Speranza já havia conseguido restabelecer a unidade em meio aos católicos. A importância que teve na condução da igreja diante das incertezas decorridas dos embates com os protestantes ficou marcada na memória da cidade por muitos anos, pois até a década de 1960 ainda se ouvia falar a respeito do padre Speranza²¹³. Também é preciso lembrar que ressentimentos e oposições com relação aos protestantes se mantiveram por muito tempo na memória dos brotenses, avançando pelo século XX.

Quando em 1873 o *Almanack da Província de São Paulo* apresentou um panorama dos municípios paulistas no tocante à religião, no qual apareceu a informação a respeito do catolicismo em Brotas, relatou que havia uma irmandade do Santíssimo Sacramento que tinha como Provedor, Antônio Joaquim de Camargo; Secretário, Inocêncio Pinheiro de Oliveira Vasconcelos; Tesoureiro, Tenente Coronel José Manoel de Aguirra; Capelão, Padre Dr. Antônio Esperança; Procurador, Vicente Ferreira do Carmo; Andador, João Batista da Silveira. Apareceu também a informação de que a igreja protestante tinha como pastor Roberto Lenington²¹⁴.

Relato de um paroquiano feito em 1876 consta a informação de que naquela data passaram por Brotas dois missionários que deram um importante alento à comunidade católica local. Disse ele que

212 Diário de S. Paulo, ano VIII, n. 2262, 08 maio 1873, p. 1.

213 Eu, Flávia, quando criança, ouvia falar dele e na juventude li um livro – *Solilóquios de Santo Agostinho* – que, segundo seu proprietário, pertenceu ao padre Speranza.

214 LUNÉ; FONSECA, 1873, p. 544.

[...] depois de uma demora de dias, tendo aproveitado esse tempo em administrar o sagrado sacramento da comunhão, e explicar a verdadeira e ortodoxa doutrina. Quem escreve essas linhas [...] sentiu sua fé tanto mais a vigorar-se quando viu o fervor religioso com que o povo de Brotas acolheu a benfazeja visita daqueles apóstolos da verdade²¹⁵.

Em seguida, em um adendo que deixava vir à tona novamente a questão dos protestantes, quando acrescentou:

Aqui, onde existe um culto protestante que conta não pequeno número de crentes e onde o culto católico [...] infelizmente não se tem mantido com aquele esplendor digno dos fiéis de uma religião tão sublime [...] foi grato ver a palavra de Deus de tais ministros, produzindo a mais evidente prova de que a fé católica não estava arrefecida no coração do povo²¹⁶.

Prosseguiu dizendo que, no curto período em que lá estiveram esses missionários, “mais de três mil pessoas se confessaram e receberam a comunhão [...] Na sua retirada para Itu foram eles acompanhados algumas léguas além de Brotas por mais de cinquenta pessoas”²¹⁷.

É certo que esse católico escreveu sob o impacto emocional deixado na comunidade pelos ditos missionários e nesse sentido, sua avaliação pode ter sido um pouco exagerada. Contudo, se percebe que noajuizamento que fez daquele avivamento religioso tinha como pano de fundo o contraponto com os protestantes brotenses que o incomodava. Certamente vivera todo tumulto religioso da década anterior e via com grande alento a adesão da população nas ações daqueles missionários. Por outro lado, os números apresentados foram significativos, pois numa população com pouco mais de sete mil habitantes, mais de três mil se confessarem e comungarem, não deixava de mostrar o envolvimento por ele relatado.

No entanto, certa reserva dos católicos de Brotas em relação aos vigários que comandavam a paróquia local permaneceu por algum tempo. Em 1877, um brotense, ao expor a situação dos fiéis católicos de Brotas

215 A Província de São Paulo, ano II, n. 323, 17 fev. 1876 p. 2.

216 Ibid., p. 2.

217 Ibid., p. 2.

no jornal *A Província de São Paulo*, certamente tinha em mente notificar as autoridades eclesiásticas a respeito do que lá ocorria:

Ficamos de hora em diante privados dos socorros espirituais. O nosso vigário mudou-se para o Rio de Janeiro, para onde segue em licença. Fica uma população de sete mil e tantos habitantes [...] privados de todos os sacramentos, por não haver quem substitua o nosso pároco²¹⁸.

Pelo visto, até o final do mês de dezembro nada havia sido feito para resolver essa situação, uma vez que foi publicada uma carta dirigida ao Bispo Diocesano, nos seguintes termos:

Estamos sem vigário, quando necessitamos de padre para batizados, casamentos e enterros, temos que recorrer aos que se encontram nas vizinhanças, o que fica difícil e muito dispendioso. Se o sr. Bispo se interessar pelos diocesanos, mande-nos um padre. Isso assim não pode continuar²¹⁹.

Contudo, as atividades religiosas que cabiam à comunidade católica prosseguiram. No mês de dezembro saiu um anúncio no mesmo jornal sobre a festa do Espírito Santo, em que os festeiros José Ribeiro de Camargo Barros e Joaquim Dias de Almeida comunicavam “aos músicos, fogueteiro e armador da igreja que, por motivos justos, mudaram a festa do dia 10 para o dia 15 de dezembro próximo futuro”²²⁰.

O padre que estava de licença no Rio de Janeiro era o padre Speranza, que em seguida reassumiu o comando da paróquia, pois permaneceu como vigário de Brotas até quando faleceu em 1888. Em 1887, esse padre tinha o projeto de erguer uma nova igreja, pois foi feito lançamento da pedra fundamental, que se deu no dia 4 de setembro de 1887, “às 5 horas da tarde, perante grande número de pessoas, sendo geral o regozijo naquela vila”²²¹. Contudo, a nova igreja não foi levantada, uma vez que, no relato do padre Vicente Pereira Passos, feito em 1904, ele afirmava que

218 A Província de São Paulo, ano III, n. 802, 17 out. 1877, p. 2.

219 Id., ano III, n. 860, 28 dez. 1877, p. 2.

220 Id., ano III, n. 827, 16 nov. 1877, p. 4.

221 Correio Paulistano, ano XXXIV, n. 9309, 13 set. 1887, p. 1.

desde a reforma executada pelo padre Speranza, em 1874, o interior da igreja permaneceu “abandonado, chegou a ser verdadeiro estado de ruína, até que de setembro de 1904 em diante teve de proceder uma reparação geral”²²². A igreja era, portanto, a mesma que começou a ser erguida em 1870 e que só foi demolida na década de 1920, quando foi levantada no mesmo local a atual igreja matriz.

O padre Speranza que havia debelado a cisão entre católicos na década de 1860 e que vinha conduzindo bem aquela comunidade, em abril de 1888 estava gravemente enfermo. Segundo informação enviada de Brotas ao *Correio Paulistano*, o estado dele “era muito melindroso e que estava sofrendo de paralisia na bexiga”²²³. Menos de um mês depois, em 01/05/1888, era publicada a notícia de seu falecimento²²⁴.

Um pouco mais de um ano após a morte do padre Speranza, a República foi instituída, e a separação da Igreja do Estado foi efetivada, e em seguida reafirmada pela Constituição de 1891, o que

[...] significou a possibilidade de expansão do movimento ultramontano para o país de maneira geral. Com a romanização dos rituais do próprio clero, os dogmas ganham relevo, ao passo que o poder temporal é reduzido, alterado, e de certa maneira distanciando, a relação da população mais simples com a Igreja Católica. Os padres são obrigados a deixar a antiga liberdade de lado e passam a ser fiéis aos bispos e submissos ao papa, tendo suas atividades voltadas, em tese, exclusivamente às questões religiosas²²⁵.

No entanto, a adaptação dos padres a essa nova realidade não se deu de imediato. Foi necessário que as dioceses realizassem um trabalho mais de perto, junto aos vigários, por intermédio de seus bispos, que passaram a fazer constantes visitas às paróquias sob sua responsabilidade. Foi o que ocorreu, por exemplo, em setembro de 1893, quando o Bispo Diocesano de São Paulo Dom Lino Deodato de Carvalho fez uma visita pastoral à paróquia de Brotas. Entre suas determinações recomendou que

222 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

223 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

224 Id., ano XXXIV, n. 9500, 01 maio 1888, p. 2.

225 GHIRARDELLO, 2010, p. 186.

a “pia batismal colocada na sacristia, seja transferida para baixo da torre do lado direito, como é costume”²²⁶ e em seguida fez um relato da própria igreja que segundo sua avaliação, era “baixa, muito longa, estreita e sem regras arquitetônicas; mas em compensação está solidamente construída”²²⁷. Exaltou o padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim “pelos grandes melhoramentos feitos na igreja”²²⁸. Contudo, mesmo com a supervisão constante do bispado os padres continuaram a se imiscuir em questões seculares, em especial na política, como será visto mais adiante o caso do padre Alvim.

Como já mencionado, a questão da inserção do protestantismo em Brotas em pleno sertão na década de 1860 deixou sequelas em meio aos católicos por muito tempo. Declarar-se católico, ainda no final do século XIX, era uma forma de reforçar a identidade e agradar a própria comunidade católica, sobretudo quando isso partia de uma autoridade. Foi o caso do juiz de direito Manoel Otávio de Souza, em 1896,

[...] que em plena sessão do júri declarou que era católico e, como tal, somente trabalharia nas sessões em dias santificados, se fosse a isso impelido pela presença de juizes de fato. A declaração do simpático magistrado encheu de júbilo a grande maioria da população brotense, pelo fato de sua primeira autoridade estar convencida da excelência dos princípios cristãos enraizados no povo de Brotas²²⁹.

Na mesma coluna, outra nota demonstrativa da força do catolicismo em Brotas informava que havia chegado à cidade o reverendíssimo abade de S. Bento, o frei Pedro de Ascensão. “O ilustre sacerdote foi esperado na estação pela elite da sociedade brotense, e terça feira próxima rezará uma missa na matriz”²³⁰.

A comunidade católica em Brotas, além de representativa, era atuante. Segundo relato constante no *Livro Tombo* da Igreja Matriz de Brotas, em 19 de janeiro de 1899, foram instaladas a

226 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

227 Ibid.

228 Ibid.

229 O Commercio de São Paulo, São Paulo, ano IV, n. 1136, 09 dez. 1896, p. 2.

230 Ibid., p. 2.

[...] Arquiconfraria da Imaculada Conceição de Maria e a Confraria do Sagrado Coração de Jesus com 7 zeladoras e 4 zeladores. Consta a Arquiconfraria 503 membros e a Confraria de mil cento e quarenta e sete [...] A Conferência de São Vicente de Paulo foi instalada nessa paróquia em 31 de março de 1904 com cinco membros efetivos, adotando logo três famílias pobres, compostas de onze pessoas [...] Possuí uma biblioteca em começo [...] Liga da Boa Imprensa, com os membros do conselho: Dr. João Gualberto Chaves, presidente; Joaquim Pedro de Jesus, 1º secretário; Mário de Magalhães, 2º secretário; Emílio Reimão, correspondente.

Em seguida, traz os regulamentos da paróquia:

Nos domingos e dias santos as missas paroquiais são celebradas às 11 horas e às 6 da tarde há um terço, ladainha, e benção do S.S. Sacramento. Nos dias da semana as missas são rezadas às 8 e 8 e meia, havendo nas primeiras sextas feiras do mês os exercícios de devoção ao Sagrado Coração de Jesus, com muitas confissões e comunhões. Também há devoção a Imaculada Conceição de Maria Santíssima nos primeiros sábados de cada mês e também com muitas comunhões. Brotas 11 de agosto de 1905. Vigário, Padre Vicente Ferreira dos Passos²³¹.

No início do período republicano, ou mais precisamente de 1891 até 1903, foi vigário da paróquia de Brotas o padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim, mais conhecido como padre Alvim. Pelo seu temperamento arrelento, com frequência intrometia-se em assuntos que não eram de sua alçada, provocando grandes embates na cidade. Em 1895, o editor do jornal *A Gazeta de Brotas*, respondendo a esse padre, mostrava uma dessas intromissões:

Como editor gerente da *Gazeta de Brotas*, cumpre declarar ao sr. padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim, em resposta a um tópico de um de seus artigos no *Município*, que NÃO TENHO SATISFAÇÃO A DAR à S. Reverendíssima pela transformação desta folha em órgão republicano [...] Inspire-se S. Rvdm. no procedimento da GAZETA que jamais cogitou das sucessivas metamorfoses porque tem passado

231 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

seu órgão [...] *camaleão*, desde a criação deste EM UMA REUNIÃO POLÍTICA, até o dia em que certo indivíduo de saias arregaçadas, de navalha em punho e revólver na algibeira *ginga* impunemente em suas colunas transformadas em lugar de capoeiragem fresca²³².

O que se nota é o padre, atuando de um dos lados da política, bem como usando seu jornal, fazia oposição a quem não aderisse à sua opção política. O jornal *O Município* “era de propriedade do vigário Alvim. Não tinha assinaturas e saía quando havia precisão, como folha de combate que era”²³³. Embora no *Nosso Álbum* apareçam as indicações de que os jornais *A Gazeta de Brotas* e o *Município* tenham iniciado em 1899, essa informação está equivocada, pois o embate entre os dois jornais supramencionados se deu em 1895.

É certo que, ultrapassando suas funções religiosas e se envolvendo em disputas com políticos locais, o referido padre alimentou uma oposição de certa forma ferrenha a ele. Fato ocorrido em 1902 vem demonstrar isso. Nesse ano, houve um incidente dentro da igreja que certamente incomodou muito os católicos, e sua divulgação extrapolou os limites da cidade, chegando a ser noticiado em jornal da capital. Foi uma situação em que “o vigário desta paróquia foi desacatado dentro do templo, quando celebrava missa e dava comunhão, pelo oficial de justiça Salviano²³⁴”. Como noticiou o jornal, “o desacato causou indignação geral a população²³⁵”. Na verdade, o oficial de justiça nesse ato cumpriu ordens do juiz municipal para entregar a notificação. A questão estava na escolha do momento e local para realizar essa notificação, ou seja, na igreja e interromper um ato religioso. Depois de desencadear revolta na comunidade religiosa, o Juiz de Direito publicou no *Correio Paulistano* dois dias depois, uma justificativa de sua decisão, na qual dizia:

É inexato o telegrama inserto no *Estado de São Paulo* e no *Correio*. O vigário não foi desacatado, conforme se está apurando no inquérito que fiz abrir ontem incontinenti. O vigário, acostumado a desrespeitar

232 A Gazeta de Brotas, Brotas, ano II, n. 157, 13 out. 1895, p. 3.

233 Nosso Álbum, 1933.

234 Correio Paulistano, n. 13812, 03 fev. 1902, p. 1.

235 Correio Paulistano, n. 13812, 03 fev. 1902, p. 1.

todos os meus antecessores, jurou pôr-me fora da comarca, pela minha intransigência no cumprimento dos meus deveres e na defesa da República, e quer por isso fazer-me responsável pelas desordens por ele provocadas. Vou chamar o padre à responsabilidade pelo telegrama do Estado – Juiz de Direito²³⁶.

Em seguida, apareceu no *Correio Paulistano* uma nota informando que seguiria para Brotas o 1º delegado auxiliar para abrir inquérito sobre o desacato ao vigário. Com relação aos atos do vigário denunciados pelo Juiz de Direito, nada mais saiu nos jornais, o que fica difícil se fazer uma avaliação mais precisa do que efetivamente ocorreu, todavia, o que o juiz apresentou na sua argumentação, pode ter algum fundamento, pois os representantes da igreja tinham uma longa trajetória em atuar em questões pertinentes à política e ao Estado, e fazia poucos anos que a igreja e o Estado haviam sido separados em suas funções.

O que efetivamente estava ocorrendo na cidade, no ano de 1902, não foi possível averiguar, todavia o juiz de direito estava sofrendo pressões para deixar a cidade e ao mesmo tempo estava havendo coação para o que vigário da paróquia também deixasse a cidade. A pressão sobre o padre foi marcada pela violência, como expõe a notícia publicada no *Correio Paulistano*, relatando que, no dia 5 de janeiro daquele ano,

[...] na madrugada [...] na casa de residência do nosso vigário, foi alvo de diversas balas de carabina partidas de algum inimigo do revmo [...] Corre boatos de que há quem procure reunir gente no intuito de obrigar o vigário abandonar a paróquia, boatos esses sem fundamento, espalhados por intrigantes. O boletim assinado pelo redator Chefe do Arauto e espalhado profusamente pela cidade, e no qual o povo era convidado a expulsar o vigário, não teve a menor aceitação do público²³⁷.

O que pode ser inferido dessa narrativa é que o debate entre a saída e permanência do padre envolvia setores do poder, ou seja, disputas políticas nas quais o padre havia se envolvido. Seja como for, a oposição ao padre era uma realidade, pois o próprio fato de ter sido enviado

236 Id., n. 13813, 04 fev. 1902, p. 1.

237 Id., n. 14149, 09 jan. 1903, p. 2.

para Brotas o primeiro delegado auxiliar da capital para averiguar aquelas ocorrências, indica o alto nível das tensões provocadas. Por outro lado, a informação enviada pelo correspondente de Brotas mostrou que o objetivo de mobilizar a população contra o padre não vingou, ou seja, era mais uma contenda entre representantes das elites e que não envolvia o povo da cidade. Depois dessa informação nada mais apareceu nos jornais a respeito, contudo, o referido padre nesse mesmo ano de 1903 deixou a paróquia.

O comportamento arrelento deste padre e sua postura de oposição a determinados políticos importantes da cidade permitiram que caíssem no esquecimento as suas ações em benefício da igreja e da comunidade católica, e que fosse erigida, na memória coletiva de Brotas, lendas a seu respeito, de certa forma negativas, como a de sua saída que, na estação, na hora de sua partida, amaldiçoou a cidade dizendo que ela nunca mais iria se desenvolver. Na verdade, nesse momento, os brotenses já percebiam que Brotas não mais acompanhava o desenvolvimento presente em outras cidades vizinhas, como São Carlos e Jaú, e procurava buscar as mais diferentes explicações para esse fato, e uma delas recaiu sobre o padre.

Também outras ações que foram a ele atribuídas eram inverdades, como a escolha do local da igreja, ou seja, o fato de ela estar de costas para a cidade. Verificou-se que a igreja começou a ser construída muito antes da chegada de padre Alvim à cidade, ou seja, 1870, e a vinda dele deu-se em 1891. Também em meio aos protestantes foi elaborada uma falsa memória de que havia sido o padre Alvim que teria impedido o enterro de um presbiteriano no cemitério. Segundo eles, esse cemitério era público, e mesmo assim foram obrigados a levantar seu próprio cemitério, fato ocorrido em 1880. A própria data desmonta tal memória. Primeiro, era o padre Speranza o pároco da matriz de Brotas nessa data, segundo, logo depois de instituída a República, ou seja, 1890, é que o referido cemitério foi secularizado, até então era um cemitério católico. Certamente os opositores do padre com poder de informação, como o diretor do jornal *Arauto*, e pessoas influentes na cidade reforçaram a memória de oposição ao padre e esta foi sendo replicada pelas gerações seguintes com acréscimos. Porém, é certo que o padre Alvim deixou na cidade muitos amigos e grande parte da comunidade católica era simpática a ele. Em maio de

1906, esse padre foi fazer uma visita a Brotas e “foi recebido na estação férrea por numerosos amigos [...] o povo ofereceu ao revmo Alvim, no dia de sua próxima partida para o Rio, um rico álbum com numerosas assinaturas, preito de justa homenagem a que muito merece²³⁸”.

Todavia, se o padre Alvim foi arrelento e criou fortes oposições a ele, por outro lado foi muito atuante em termos de realizações como as anteriormente apontadas. Foi dele também a ideia de estabelecer na cidade “uma casa de educação sob a direção de alguma Congregação religiosa”²³⁹, a fim de atender as crianças economicamente menos favorecidas. Logo depois da saída do padre Alvim, em 1905, a partir de contatos com os Agostinianos, “ficou decidido pelo seu Vigário Geral a vinda deles”²⁴⁰. Para a instalação em Brotas do Colégio Santo Agostinho era preciso também que a ordem dos Agostinianos comandasse a paróquia de Brotas, tanto que quando isso ocorreu, como mostra a nota a seguir, o então vigário local, pertencente a outra ordem, teve que deixar a cidade. A referida nota dizia: “Será nomeado o vigário da paróquia de Brotas o superior dos agostinianos. Em vista dessa resolução do bispado, o atual vigário dali, revmo. Padre Vicente Passos, terá que deixar a paróquia, embora não aceite sua remoção para Mogi Mirim”²⁴¹. Assim, “em 15 de maio de 1906, foi nomeado vigário desta paróquia o revd. Padre Domingos de Lemos, O.S.A.”²⁴².

O padre Alvim se empenhou em contribuir com os Agostinianos ao disponibilizar para venda “seu prédio no Largo da Matriz”, porém por ser ele pequeno para abrigar o colégio, o ofereceu “para Mitra da Diocese de São Carlos que se estava organizando. O vigário Domingos de Lemos organizou a seguir uma comissão para adquirir a casa paroquial e também da sede do Colégio Santo Agostinho. Junto a esse prédio comprado do padre Alvim foi acrescido um terreno “doado por Tereza Garcia Simões onde o colégio se instalou, tendo sua inauguração ocorrido em 2 de julho

238 Correio Paulistano, n. 15364, 29 maio 1906, p. 2.

239 Nosso Álbum, 1933.

240 Ibid.

241 Correio Paulistano, n. 15346, 11 maio 1906, p. 1.

242 Nosso Álbum, 1933.

de 1907”²⁴³. Porém, apesar dos esforços para sua manutenção, o colégio fechou no ano de 1914.²⁴⁴

Logo depois que o padre Alvim deixou a paróquia, estava praticamente finalizada a reforma da igreja matriz, pois, no ano de 1906, o *Almanach de Brotas* trouxe, em uma de suas páginas, uma reprodução dessa igreja, feita em bico de pena, que a mostrava sem a cobertura das torres (Figura 1), a qual foi realizada posteriormente com a sua reconstrução na década de 1920. As duas torres eram as mesmas que haviam sido levantadas em 1884, com acréscimo da cobertura (Figura 2). A iluminação do interior da Matriz, que até 1907 era feita por lampiões belgas, foi substituída pela iluminação de gás acetilênico por meio “de três lustres, cada um de seis bicos, um dito com três bicos e três bicos isolados, todos a força de vinte velas cada um. Esta iluminação sempre excelente até a inauguração da luz elétrica em 1911”²⁴⁵.



Figura 1 - Imagem da igreja matriz antes da sua demolição

Fonte: A HISTÓRIA... (2018).

243 Ibid.

244 Ibid.

245 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].



Figura 2 - Igreja matriz inaugurada em 1928
Fonte: BROTAS... (2012).

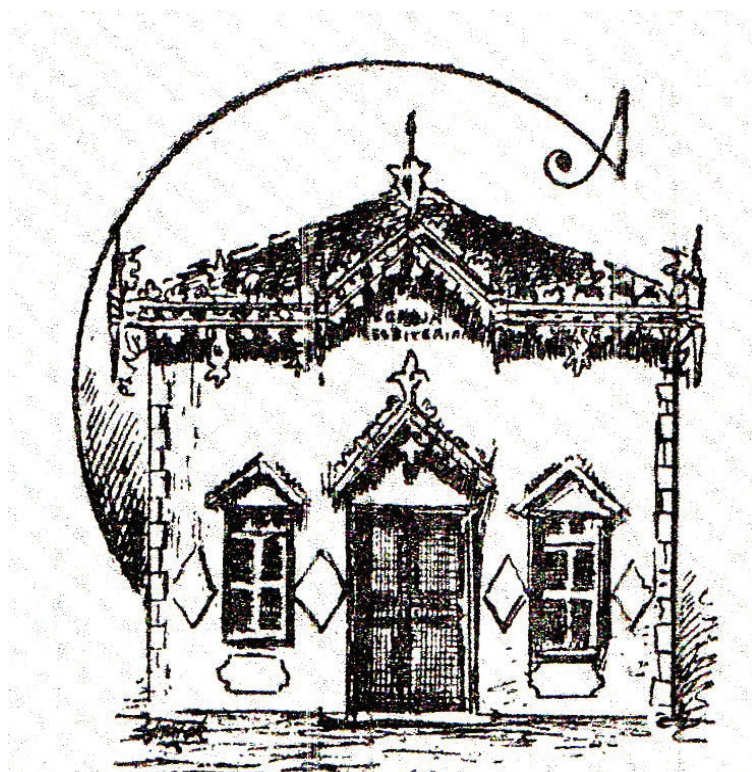


Figura 3 - Templo Presbiteriano
Fonte: Mendonça e Yantok (1906).

Também os protestantes presbiterianos, no ano de 1905, haviam adquirido um prédio para as práticas religiosas de sua igreja, como mostra a Figura 3. Nota publicada no *Correio Paulistano*, em 11 de novembro do referido ano, dizia que se inaugurava naquele dia “um novo templo evangélico, instalado num salão próprio”²⁴⁶. Na verdade, o mencionado templo não era uma construção nova, mas um prédio adquirido pela própria igreja, pois o *Almanach de Brotas* de 1906, além de reproduzir em bico de pena a imagem da edificação, informava que a partir dessa data ela passou a funcionar “no prédio outrora pertencente à *Società Alta Italia* [...] Anexa a essa Igreja existe uma *Sociedade Auxiliadora* cujo escopo é auxiliá-la na manutenção do culto e na propagação do Evangelho”²⁴⁷.

Ao adentrar o século XX, o terremoto que havia abalado a comunidade católica de Brotas, com a entrada do protestantismo na década de 1860, estava em vias de esquecimento, com as duas igrejas seguindo seus cursos. A igreja católica, que contava com a maioria dos fiéis brotenses, quando promovia suas festividades litúrgicas as realizava com grande efeito demonstrativo. Uma dessas festividades foi o encerramento das festas em homenagem ao mês de Maria, no dia 7 de julho de 1907.

Com toda pompa e brilhantismo, a festa constou de passeata pelas ruas, da banda de música “Lyra Brotense”, missa com comunhão geral, missa cantada, pregando ao evangelho o rev. padre Domingos de Lemos, vigário da paróquia. Às 5 horas da tarde realizou-se imponente procissão, que percorreu as principais ruas da cidade, sendo acompanhada por muito povo. Em seguida cantou-se o *Tantum Ergo* e foi dada a benção ao S.S. Sacramento²⁴⁸.

Os cuidados com os fiéis e as ações da igreja passaram a ser supervisionados de perto de vigário local. Tanto que, em 1910, o vigário da igreja matriz de Brotas – padre Domingos de Lemos –, em um de seus atos, suspendeu as missas que eram realizadas “na capelinha do bairro da ‘Rasteira’, visto estar ciente esse digno padre que as aludidas missas esta-

246 *Correio Paulistano*, n. 15179, 11 nov. 1903, p. 3.

247 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 82.

248 *Correio Paulistano*, n. 15776, 17 jul. 1907, p. 2.

vam dando vasta exploração a uma venda que existe contígua à aludida capelinha, pelo que damos ao digno vigário as nossas felicitações²⁴⁹". Foi mais um ato de controle da igreja sobre seus fiéis.

Em sua visita pastoral, o arcebispo de São Carlos do Pinhal D. José Marcondes Homem de Melo, em 13 em maio de 1909, deixou no *Livro Tombo* da igreja matriz um relato pelo qual avaliou as condições da Igreja Matriz, fazendo também sugestões, como "alguns concertos, alguns deles urgentes como a substituição do assoalho²⁵⁰". A solicitação do bispo foi logo atendida, pois em março de 1910 o vigário Padre Domingos de Lemos fez um relatório das obras realizadas na igreja nos seguintes termos:

Procedi a substituição do assoalho da Igreja Matriz desta Paroquia cujo madeiramento, por ser muito enterrado e falta de ventilação, estava completamente podre [...] Deliberei a substituição do assoalho de madeira por outro de ladrilhos de cimento ou mosaicos [...] Em geral o povo mostrou boa vontade contribuído com esmolas para as despesas desse serviço e julgo um dever salientar os nomes do Dr. Antônio de Albuquerque Pinheiro que contribuiu com 500\$00, Casa Cesarino Irmão e Cia com 150\$000, e o sr. Rafael Silveira com 100\$000[...] Diversas pessoas contribuíram generosamente com seu serviço sem retribuição alguma, podendo ser inaugurado o novo pavimento central da igreja a 27 de fevereiro deste ano²⁵¹.

Novos relatos a respeito das reformas da igreja constam no *Livro Tombo*, como a seguir:

No dia 14 de setembro de 1912 terminou-se o serviço da igreja começado aos 16 de abril do mesmo ano. Esse serviço constou de ladrilhamento de mosaicos das naves laterais, pintura a óleo das paredes e colunas da capela mor e laterais, concerto da sacristia, caiação externa da igreja; nas duas torres o assoalho foi cimentado para evitar que a água entre pelas janelas onde estão os sinos, apodreça as escadas e outras madeiras²⁵².

249 O Estado de S. Paulo, ano XXXVI, n. 11422, 21 mar. 1910, p. 3.

250 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

251 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

252 Ibid.

Constam também registradas no *Livro Tombo* obras na matriz relativas ao ano de 1916 que aparecem nos seguintes termos:

Em 18 de março de 1916 terminou-se o serviço da capela mor desta Matriz. Esse serviço constituiu-se na colocação de mosaicos e degraus de pedra artificial, para substituir o assoalho e degraus de madeira que havia, reboque e cimento de todas as paredes da Capela Mor, cimalha e pintura a óleo do forro. Também se fizeram os quadros grandes das paredes que representam a Oração do Horto, Calvário e Enterro do Senhor, pintados pelo Ilmo. Sr. Joaquim Pedro de Jesus, católico incansável [...] e fez todo serviço de pintura gratuitamente²⁵³.

Esse relato foi feito em 25 de março de 1916, pelo vigário padre Lourenço Maria Liebano. Importante destacar que Joaquim Pedro era irmão do pintor Benedito Calixto e foi juntamente com esse irmão que o famoso pintor iniciou sua carreira no seu mister. Pelo que consta na biografia publicada pela *Enciclopédia Itaú Cultural*, “foi quando estive em Brotas que adquiri noções de pintura com o tio Joaquim Pedro de Jesus, ao auxiliá-lo na restauração de imagens sacras de uma igreja local”²⁵⁴. Há um equívoco nessa informação, pois Joaquim Pedro de Jesus era irmão e não tio de Benedito Calixto.

Além das práticas religiosas obrigatórias como missas, batizados, casamentos e confissões, ao longo das duas primeiras décadas do século XX ocorreram visitas pastorais por bispos, bem como a passagem de missionários de ordens religiosas que renovavam a fé da comunidade católica. Entre elas cita-se a visita, em 1913, do conferencista monsenhor Miguel Martins, que “colheu muitos frutos no seu labor sacerdotal, pois foi sempre grande a concorrência para ouvi-lo e a costumada frequência de sacramentos na paróquia teve-se avolumado com maior intensidade”²⁵⁵. Em 1914, com o padre Lourenço Liebano, instalou em Brotas a “Pia União das Filhas de Maria”²⁵⁶.

253 Ibid.

254 ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

255 Correio Paulistano, n. 18099, 28 nov. 1913, p. 3.

256 Nosso Álbum, 1933.

Importante destacar que a construção da atual igreja matriz ocorreu na década de 1920, inaugurada em 1928. A velha igreja erguida na década de 1870 foi demolida, porém foram mantidas as duas torres levantadas pelo padre Speranza em 1884. Foi também o padre Speranza que decidiu construir a igreja nesse local, depois da doação do terreno, realizada em 1868 por Manoel Antônio Pinheiro, como também dispor sua frente para o lado oposto ao centro da cidade, ou seja, a frente voltada para o lado norte. Talvez essa decisão decorresse de uma avaliação de que a cidade cresceria para seu lado mais alto. Naquele momento, década de 1870, Brotas ainda era importante núcleo do interior de São Paulo e acreditava-se que teria um grande crescimento em virtude do avanço da ferrovia em direção ao chamado Oeste Paulista.

2.4 Vida e sociedade na vila

E de fato, pouco depois do meio dia, surgia no arraial uma numerosa comitiva, a pé alguns, outros a cavalo, armados de espingardas, seguidos de cães, tocando buzinas, como uma sortida de caça [...] Chegando ao arraial, varejara os casebres um por um, de indagação em indagação. Os habitantes, quase só mulheres, pois os homens já andavam nas roças, nos preparos das plantações [...]

Veiga Miranda

Poucas informações foram registradas no tocante à vida social na fase inicial da vila de Brotas, no entanto, diante do contexto geral da Província e do que se sabe a respeito da vida nas frentes pioneiras nessa época, é possível inferir alguns dos costumes postos em ação. O ritmo da natureza marcava a cadência das formas de viver e produzir. Em decorrência de um comércio exíguo, grande parte do que consumiam, em termos da alimentação, era produzido localmente como o milho, a mandioca, o feijão, o arroz bem como a carne de porco, o toucinho e a galinha, além dos doces de batata, abóbora e goiaba. Também consumiam açúcar mascavo, melado e rapadura. Vale destacar a importância do milho na composição

da alimentação dessa população, tanto que entre os bens das propriedades rurais era frequente encontrar o monjolo, dispositivo importante para fazer o fubá e a canjica, porém, certamente acompanhando a maioria dos municípios paulistas, era a mandioca a base da alimentação – tanto cozida, como na forma de pão, mas em especial a farinha. Essa população também lançava mão da caça de animais, da pesca e da coleta de frutas silvestres para compor sua alimentação. Muitos dos costumes alimentares indígenas foram por eles incorporados.

Antônio Cândido, ao analisar a cultura caipira no interior de São Paulo, assevera que a construção das casas dessa população, chamada de rancho por ele próprio, “é um abrigo de palha, sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas barreadas, levemente pousadas no solo [...]. Para iluminação usava-se o candeeiro de barro, com banha de porco ou azeite de mamona”.²⁵⁷

Como não havia na vila nenhuma forma de iluminação pública, as pessoas se recolhiam em suas casas após o sol se pôr, o que dificultava as diferentes formas de socialização noturna. No entanto, como ocorria em outras vilas e cidades nesse período, homens, para troca de conversas se reuniam na rua: em noites frias acendiam fogueiras e em seu em torno punham em prática as confabulações sobre seus cotidianos. Cornélio Pires, em seu livro *Conversas ao pé do fogo*²⁵⁸, aborda esses costumes ditos caipiras, uma prática cotidiana do interior paulista. Ao pé do fogo violeiros também eram acompanhados pelas cantorias. Nas noites quentes enluaradas dispensavam-se as fogueiras para tais entretenimentos.

Por outro lado, desde seus primórdios, Brotas como toda frente pioneira, foi marcada pela violência e pela alta criminalidade, o que conturbava o ritmo de vida de seus habitantes. No entanto, até os primeiros anos da década de 1860, quando já era uma vila, não dispunha sequer de um destacamento policial fixo para a proteção da população. Em 1864, o delegado local solicitou ao Presidente da Província um destacamento estacionado em Brotas, porém a resposta foi “que não era possível por ora satisfazer a requisição”²⁵⁹. Ainda nesse ano, a Câmara Municipal solicitou

257 CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.p. 37-40.

258 PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo*. São Paulo: IMESP, 1987.

259 Correio Paulistano, ano XI, n. 2592, 24 nov. 1864, p. 1.

ao mesmo Presidente, verba para a construção de uma cadeia²⁶⁰. Um local para funcionamento da cadeia já existia, o que estava sendo reivindicado era um prédio próprio para tal função. Em 1868, infere-se a presença de um destacamento policial local, uma vez que, nesse momento, foi liberada pelo tesouro provincial uma verba “para o pagamento da diária das quatro praças engajadas para o serviço da polícia local de Brotas”²⁶¹.

Embora se vivesse em pleno sertão, em um quase isolamento, a vila contava, em 1864, com um serviço de correio feito por um estafeta que conduzia as correspondências de São João do Rio Claro a Brotas, porém esse serviço era muito precário. Nesse ano, o juiz municipal fazia um alerta à Câmara Municipal sobre a necessidade de elevar os vencimentos daquele estafeta²⁶². Em 1871, *A Gazeta de Campinas* recebia constantes reclamações de Brotas:

Fazem pasmar as coisas que se referem com respeito a irregularidade do transporte e a má entrega da correspondência ali. Tantas cartas como jornais andam em tal descaminho às vezes, que é difícil comunicarem aqueles povos com as suas relações, ou tomarem notícias do que vai por fora²⁶³.

Em meados da década de 1860, além do abalo na comunidade católica provocado pela entrada do protestantismo, a vida da vila e município foi tumultuada pelo recrutamento para a Guerra do Paraguai, uma vez que tanto os recrutáveis se recusavam a se apresentar, como as suas famílias os apoiavam nesta decisão. Alarmados com essa situação, desencadeou-se a fuga das pessoas que poderiam ser recrutadas. Tanto que um correspondente de Brotas para o *Diário de S. Paulo* dizia, em outubro de 1865:

Está isto aqui, que é um deserto! Dir-se-ia que a vila *saiu fora dos trilhos* e tombou na várzea. A cadeia está povoada de alguns recrutas. O delegado Amaral é desses que sabem bem cumprir com seu dever. Altivo e enérgico, espalhou escoltas por toda parte e os puxadores de cipó,

260 Id., ano X, n. 2320, 11 fev. 1864, p. 2.

261 Id., ano XV, n. 3721, 01 nov. 1868, p. 2.

262 Correio Paulistano, ano X, n. 2365, 07 abr. 1864, p. 2.

263 A Gazeta de Campinas, ano II, n.144, 02 abr. 1871, p. 2.

vão também por sua vez saindo *fora dos trilhos* e caindo no chilindró. O pior é que o recrutamento está cheirando pólvora. Ameaçam os recrutadores e as respectivas autoridades de fazer-lhes a vida *sair fora dos trilhos* e cair na várzea da Mooca, digo da sepultura. É preciso concordar que essas ameaças não são das instruções do recrutamento²⁶⁴.

O autor do texto não só critica a forma como estava sendo feito o recrutamento pelas autoridades policiais do local, mas também os desdobramentos que provocou no cotidiano da vila. A alusão que o correspondente faz é de que o recrutamento estava cheirando pólvora, certamente visava alertar as autoridades da Província para a violência em curso em Brotas. O relato enfatiza que a vila estava vazia porque muitos dos possíveis recrutáveis não se arriscavam sequer a sair de seus refúgios e muitos fugiam para lugares mais distantes ou embrenhavam-se no mato. Os possíveis recrutáveis fugiam para os locais mais afastados, ou mais adentro do chamado sertão. Sabia-se que muitos que se viam ameaçados pelo recrutamento em Brotas, se afugentavam em Lenções²⁶⁵.

A violência de como estavam sendo tratados os recrutados pelas autoridades policiais de Brotas ultrapassou os limites locais, pois uma denúncia publicada no jornal *Diário de S. Paulo* dizia: “a escolta que conduzia recrutas de Brotas, feriu com tiro a um dos presos, e o deixaram em Limeira, ocultando o fato”²⁶⁶. A prática adotada para o recrutamento era prendê-los na cadeia, e depois acompanhá-los até a capital com uma escolta policial.

Um informante de Brotas, narrando a forma como foi recebida a chegada da imagem de Nossa Senhora das Dores, em 25/12/1866, também fazia menção ao medo da população sair às ruas da vila. Disse ele: “Apesar do receio da maior parte de seus habitantes, por causa do recrutamento e chamada da Guarda nacional, assim mesmo concorreram ao encontro quase todas as pessoas gradas desse município”²⁶⁷. As condições em que ficavam os recrutados estacionados em São Paulo, certamente foi outro motivo que

264 *Diário de S. Paulo*, ano I, n. 83, 10 nov. 1865, p. 1.

265 *Diário de S. Paulo*, ano I, n. 40, 19 set. 1865, p. 2.

266 *Id.*, ano I, n. 93, 22 nov. 1865, p. 1.

267 *Id.*, ano II, n. 418, 05 jan. 1865, p. 2.

causava medo e apreensão, pois uma das informações que chegou ao público por meio de notícia de jornal dizia que os recrutados pobres que ficavam “à espera do despacho estavam passando alguma fome”²⁶⁸.

Nesse contexto do recrutamento para a Guerra do Paraguai é possível perceber que a vida da população da vila era marcada pela ineficiência em termos de segurança pública, uma vez que até as autoridades que deveriam ter como princípio sua proteção e a garantia dos seus direitos como cidadão, manipulavam o poder de que dispunham de acordo com suas conveniências.

Nessa fase do recrutamento saiu no *Diário de S. Paulo* uma denúncia contra o delegado de Brotas, Antônio do Amaral Abreu, feita por nada menos que o líder político local, vinculado ao partido conservador, Francisco Antônio Simões. Dizia ele ter o delegado “desde muito tempo inimizado com Antônio Ferreira Duarte, por motivos particulares”²⁶⁹. Por esta razão, “mandou intimar ao mesmo (Duarte) para o prazo de quinze dias mudar-se desta vila”²⁷⁰ e não o fez porque pessoas importantes da vila interferiram a seu favor. Mas o delegado não ficou só nisso, pois recrutou Duarte para ir lutar na Guerra do Paraguai, e este por sua vez entrou na justiça com uma justificativa de que era doente, apresentando um atestado do médico local, e que tinha mais de 35 anos, idade limite para o recrutamento. Perante o juiz, o mencionado Duarte “provou com seis testemunhas contestes ser homem doentio, ser oficial de ferreiro, cujo ofício trabalha constantemente, salvo quando seus incômodos o impedem”²⁷¹. Ao delegado foi enviado um requerimento constando esses argumentos, e que assim mesmo o indeferiu e “em nada atendeu e fez seguir no dia 13 do corrente para São Paulo a Duarte como recruta”²⁷². Simões completou dizendo: “Em vista do procedimento desta autoridade, o povo do município de Brotas [...] vive horrorizado e embrenhando-se pelos matos”.²⁷³

Pouco mais de uma semana após Duarte ter seguido para São Paulo foi publicada no jornal *Diário de S. Paulo* uma ordem do Presidente

268 Id., ano I, n. 102, 02 dez. 1865, p. 2.

269 Id., ano I, n. 93, 22 nov. 1865, p. 2-3.

270 Ibid., p. 2-3.

271 *Diário de S. Paulo*, ano I, n. 93, 22 nov. 1865, p. 2-3.

272 Ibid., p. 2-3.

273 Ibid., p. 2-3.

da Província na qual ordenava Duarte ser posto em liberdade por ser “homem estabelecido em Brotas, e ali recrutado por ser inimigo do delegado”. Dizia ainda a nota que “vimos o documento do recrutado e pasmamos de tamanha violência”, pois o recrutado foi de Brotas algemado e assim andou 42 léguas²⁷⁴. Certamente foi Simões que interferiu em favor de Duarte, encaminhando as informações para o Presidente da Província tomar providências. Essa intervenção não foi só a defesa de uma causa humanitária por parte de Simões, tratava-se de um jogo de forças que envolvia questões políticas entre Simões e o delegado, que estavam vinculados a partidos opostos: Simões no Conservador e o delegado no Liberal.

Logo a seguir o delegado publicou, no mesmo jornal, um longo arrazoado defendendo-se das incriminações impetradas por Simões e outros, que o denunciaram no jornal *O Paiz*, e considerava calúnia tudo o que havia sido dito a seu respeito. Acusava Simões ironizando sua afirmação de que “nunca faz pedidos a autoridades”²⁷⁵ e apontava favores já feitos por ele a Simões, argumentando que já havia “remetido para São Paulo doze recrutas e um voluntário sem que houvesse uma só queixa de liberais e conservadores”²⁷⁶ e que “a 11 de novembro dois dias antes daquele que o sr. Simões assinou a célebre correspondência, escreveu-me uma carta empenhando-se na soltura do recruta Antônio Ferreira”²⁷⁷. Nega que intimou o dito recruta a mudar de vila, desconsidera o atestado médico, pois não sabe se quem o fez é formado em medicina. Nada diz a respeito da idade estar acima do critério de recrutamento e nem da condução do mesmo algemado, e a seguir denunciou uma série de irregularidades praticadas por Simões. E terminou dizendo: “Sou liberal e selo ei até morrer, e se por ser liberal não posso exercer o cargo que ocupo, então devo ser substituído por Francisco Antônio Simões. Enquanto, porém merecer a confiança do governo, cumprirei os meus deveres sem atenção à política”²⁷⁸. Depois da denúncia feita por Simões, o delegado solicitou demissão do cargo ao Presidente da Província, o que este respondeu “que não julga-

274 Id., ano I, n. 96, 25 nov. 1965, p. 3.

275 Id., ano I, n. 111, 15 dez. 1865, p.1-2.

276 Ibid., p.1-2.

277 Ibid., p.1-2.

278 Diário de S. Paulo, ano I, n. 111, 15 dez. 1865, p.1-2.

va conveniente por que assim exigia o serviço público”²⁷⁹. Portanto, se de um lado era a população no geral que estava sofrendo as consequências do recrutamento, por outro, em face dessa realidade, as autoridades se digladiavam em torno de querelas políticas.

Na verdade, essa caça às bruxas em termos de recrutamento, em parte advinha das dificuldades deste ato e não se restringiu a Brotas. Quando o brotense Roldão Martins Brito em fevereiro de 1866, se incorporou aos Voluntários da Pátria, tal ato saiu no *Correio Paulistano*, e seguramente com o objetivo de incentivar outros a fazerem o mesmo. Dizia a nota: “[...] Convida a seus companheiros de Brotas, e amigos a virem assentar praça também, mostrando assim que amam a pátria e suspiram pela sorte de nossos irmãos nas campinas do Prata”²⁸⁰. Pelo visto, foram as autoridades que o convocaram e o induziram, ou até escreveram tal declaração. Um pouco mais de um ano após essa declaração, ou seja, em abril de 1867, em relatório feito a respeito dos acontecimentos da Guerra, apareceu a seguinte informação: “o tenente Roldão de Brotas, morreu no combate”²⁸¹.

Os desdobramentos do recrutamento também afetaram a população brotense de outro modo. Um assinante, escrevendo para o *Diário de S. Paulo*, fez o relato da vida dos brotenses naquele momento e expressou bem a dimensão do que estava ocorrendo:

Todos sabem que é a pequena lavoura que faz abundar o feijão, milho, arroz e toucinho; e esta lavoura é sustentada por braços livres, e estes braços estão na maior parte na Guarda Nacional e policial. Estes homens nos municípios de São Carlos, Araraquara e Brotas, acham-se homicidiados pelas matas em consequências das designações para Mato Grosso e Itapura [...] Nos três municípios acima referidos, se não existe de fato fome, há, contudo, grande escassez de víveres [...] O povo já não pode conter sua indignação. O mantimento se acha por um preço extraordinário, e não se acha para comprar, porque os atravessadores estão formando quadrilhas de ladrões opressores do povo”²⁸².

279 Ibid., p. 1-2.

280 *Correio Paulistano*, ano XII, n. 2628, 22 fev. 1865, p. 3.

281 *Diário de S. Paulo*, ano II, n. 453, 17 fev. 1867, p. 2.

282 Id., ano I, n. 118, 23 dez. 1865, p. 3.

A informação a respeito da produção de alimentos pela pequena propriedade vem reforçar a tese já defendida pela historiografia brasileira de que o trabalhador nacional não era ocioso ou não dado ao trabalho como a sociedade escravocrata apregooou para justificar o escravismo, ele sempre teve importância fundamental em trabalhos paralelos à grande lavoura, sobretudo na produção de alimentos.

Finda a Guerra do Paraguai, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, a vida da vila seguiu seu curso. Nos inícios da década de 1870, apesar de despontarem melhoras nas condições materiais da vila, a vida social estava longe de ser enquadrada dentro de parâmetros considerados civilizados, visto que até o juiz municipal fazia estripulias no espaço público, como pode ser constatado em um relato enviado por um brotense ao *Diário de S. Paulo*, em agosto de 1871 e assinando com pseudônimo de “O Rei da Roça”. Nesse relato, ironizou o juiz ao arrolar uma série de decretos fictícios de como deveria atuar um juiz, e ao fazer esse enquadramento apresentou questões pertinentes às normatizações sobre trabalho livre e trabalho obrigatório, dando a entender que o juiz nada fazia na questão da exploração dos trabalhadores do município. Mas entre os decretos, chama atenção o intitulado “Decreto em benefício da moralidade”, no qual lista comportamentos inadequados que insinua serem praticados pelo juiz da localidade. São eles:

- art. 1 – Juiz municipal que andar pulando pelas ruas imitando o macaco e agarrando-se ao rabo de vacas, suspensão por seis meses do emprego;
- art. 2 – Juiz municipal que insinuar a um mendigo embriagado para insultar as famílias honestas em sua casa, suspensão por um ano;
- art. 3 – Juiz municipal que embriagar-se em dia de festa e, a alta noite, andar em um trole puxado por uma turma de moleques, suspensão por dez anos;
- art. 4 – Juiz municipal que por ocasião do exercício de seu cargo estragar a mobília da sala das audiências, suspensão por vinte anos;
- art. 5 – Juiz municipal que, com sua vil adulação e intrigas, conseguir inimizades de famílias, tornando parte destas inimigas de seus parentes, suspensão por cinquenta anos e votado a desmoralização perpétua;
- art. 6 – Juiz municipal que com sua vil intriga e adulação conseguir de um homem honrado praticar atos não próprios da sua dignidade, assassinando tal forma de caráter até então de todos respeitado, forca! forca!!!

Aqui termino, sr. redator, por julgar suficiente este trabalho rústico, que despertar a atenção do público [...] Nesta data passo o reinado aos meus colegas para fazerem novos decretos²⁸³.

Embora esse relato fizesse parte da desmoralização em curso realizada em face de disputas políticas entre liberais e conservadores, não se pode deixar de olhar com atenção o que nele foi exposto. Não é possível avaliar até que ponto pode-se considerar que o conteúdo dos itens apresentados corresponde efetivamente à realidade, porém também não se pode desconsiderá-los, afinal, era na imprensa da capital que estava sendo exposto o comportamento do referido juiz. Nesse momento os conservadores locais haviam retomado o poder depois de dez anos em mãos dos liberais e o juiz declarava-se abertamente ser um liberal.

Observa-se que os quatro primeiros “artigos” relatam práticas comportamentais inadequadas imputadas ao juiz, e podem ser classificados como “molecagem” próprias de adolescentes e não de adultos, e menos ainda de um juiz, contudo, mais que isso, esse tipo de atitude que deveria ser reprimida pela polícia, certamente não caberia ser posta em prática pelo juiz; por outro lado serviria de reforço para comportamentos inadequados para uma sociedade ainda não enquadrada a condutas ditas civilizadas. O conteúdo dos dois últimos “artigos” encaixa-se em atitudes de cunho moral. Nesses dois casos, envolveu pessoas de nível social mais diferenciado, uma vez que eram de seu relacionamento e estavam por traz das rixas da política local nas disputas entre liberais e conservadores.

Outra questão recorrente na vida social da vila era o poder concedido pelas autoridades locais à polícia, que dispunha de carta branca para agir a favor dos poderosos. Isso pode ser verificado no relato de um correspondente da *Gazeta de Campinas*, em junho de 1872:

Sr. Redator – é uma pesada tarefa a do correspondente que tem de expor com fidelidade os acontecimentos de um lugar, apontando as violações da lei, dos direitos dos cidadãos e do respeito ao público[...] Dito isto, entro em matéria começando por asseverar a v.s. que o célebre sargento de que falei na última correspondência, e como alguns

283 Diário S. Paulo, ano VI, n. 1756, 17 ago. 1871, p. 3.

previam, ficou comandando ainda o destacamento. A ordem do delegado removendo-o para São Paulo – ficou sem nenhum efeito [...] Consta que tal sargento alardeia que com ele ninguém pode, que o Presidente governa em São Paulo e ele aqui... Três praças do destacamento prenderam ontem a um moço que servia de camarada ao ministro protestante, prisão essa efetuada contra a terminante disposição da lei da reforma. Este período de terror tem influído gravemente em relação ao comércio, visto afugentar os homens rústicos dos sítios, que, temerosos, evitam entrar na vila [...] As revistas feitas publicamente aos viandantes, tirando sê-lhes as armas de seus usos, contra o que dispõe o artigo 299 do código criminal [...] Por tudo isso, vê-se que é muito urgente a presença de um juiz formado nesse termo²⁸⁴.

Dessa exposição detalhada eclode a pergunta: Como um simples sargento tinha a seu dispor tanto poder? Pelo contexto do período em que representantes da Guarda Nacional mandavam e desmandavam na localidade, seria impossível que um simples sargento contasse com todo esse poder sem dispor da retaguarda de pessoas influentes. Não resta dúvida de que, por detrás de tais atos, havia interesses de poderosos que manipulavam o referido sargento, objetivando cercear pessoas que não estavam agindo da forma como queriam.

Todavia, a par da questão policial, a vida na vila e no meio rural seguia seu curso. Nos festejos religiosos afluíam à vila grande parte daqueles que moravam no meio rural, possibilitando um intenso convívio entre pessoas que residiam distantes umas das outras nos sítios e fazendas do município, bem como com os que estavam estabelecidos na vila. Por outro lado, também nos sítios e fazendas as pessoas organizavam seus espaços de socialização. Um longo relato apoiado na memória, escrito por Horto de Godoy que consta do *Almanach de Brotas* de 1906, aborda a comemoração do casamento da filha do sr. Cassorova, ocorrido no meio rural no ano de 1872. Sem dúvida, os relatos ali constantes são riquíssimos em termos de informações de caráter histórico. Esses registros se constituem uma rara e importante fonte que permite avaliar valores, comportamentos, costumes e práticas alimentares da população do meio rural, em Brotas, na década de 1870.

284 Gazeta de Campinas, ano III, n. 267, 23 jun. 1872, p. 1.

Diante disso, vale a pena reproduzi-lo quase que na íntegra, pois ele fala por si mesmo. O autor abre o texto dizendo:

Somente quem não assistiu a um cateretê, não sabe avaliar a originalidade de semelhante festa, de dança e pagode tão primitivos. Era pelo ano de 1872 [...] O sr. Cassorova morava em um bairro, que era um formigueiro de gente [...] havia tanta gente, que mais se parecia aquele bairro uma povoação, que um sítio [...] Naquele tempo casamento era uma festa. Grande era a aprontação, maior o número de convidados, que se abalavam de longas distâncias pra assistir à festa. Os mais pobres mesmo, como Cassorova, faziam um arremedo de casamento-festa. Um boi preto e nédio, uma dúzia de leitoas, vinte e cinco frangos, um bom capado de doze arrobas, um barril da infalível, “a branca”, “lágrimas dos anjos”, diziam outros, uma arroba de café em pó, três ditas de açúcar mascavinho. Muita cidra, muita batata, muita abóbora para doce [...] Chegando o dia, foram chegando os convidados para o acompanhamento à vila. E saíram. Noivo, noiva, os pais de ambos, compadres, comadres, parentes e amigos da casa. Os cavalos gingavam, levantando-se sobre as patas traseiras, agitados por terríveis esporas [...] Chegando à vila, pintaram! Risadas enormes, falas gritadas, ditos picantes, chamavam atenção dos transeuntes, que paravam e indagavam de tudo aquilo! Casaram-se. A viagem de volta foi cheia de peripécias: com repetidas salvas [...] Foi solene a chegada. No curral, nas cercas, pela estrada, por toda parte derramava-se o povo! Gritos descompassados, rojões, salvas, aclamações de parte a parte; um delírio! [...] A mesa estava posta. Eram tábuas serradas apenas, havia pouco tempo, e estendidas ao cumprido sobre grossos toros de madeira, cobertas por panos de algodãozinho, comprados na vila. Leitoas deitadas, de banda com as pacueras mirradas pela ação do fogo; frangos enchidos; carne de boi preto, assada em postas, em picadinho; carne de porco de todo jeito; farinha, pinga, tudo [...] Três mesadas, em que principiavam no feijão, arroz, couve e terminavam em doce de cidra, abóbora ou batata regado tudo com pinga e coroados com café, eis o que apresentou nho Cassorova. Levantada a mesa, ficou a sala livre, desembaraçada, pronta para função. Começaram [...] João Pedro não se fez rogar, travou da viola [...] comprada havia pouco [...] Levantaram-se os mais decididos e começou a moda. João Pedro cantou:

Meu sinhô, venho de longe
Pra nessa função dança:
A moreninha é bonita,
Mas a clara é de mata.
Ai, ai, ai! tirana ingrata,
Este amor inda me mata.

[...] Terminada a moda, entre vivas e aclamações, João Pedro temperava de novo a viola [...] Depois de muitas modas dançadas sob o império da viola [...] travou da mesma o João Pecado, bode alto, magro, feioso, mas engraçado a valer. O Pecado cantou:

O caipira fica louco,
Quando vê o tabuleiro:
Compra doce pão de Lot,
Põe na boca, engole inteiro,
Cuidado, caipira, um pouco;
Sinão te chamam de loco!

O quentão “a milagrosa” fria, algum café de vez em sempre corria pela sala, dando maior alento à festa [...] Ao amanhecer, saíram todos alegres, satisfeitos [...] ²⁸⁵.

Do exposto, não resta dúvida de que é um raríssimo relato de uma forma de comemoração festiva de segmentos sociais mais simples no meio rural, quando ainda as normas civilizatórias burguesas não haviam imposto suas amarras sequer na vila. Vale atentar que os comportamentos em questão, que advinham das entranhas da sociedade rural paulista, avaliadas por Antônio Cândido como caipira, despertavam atenção até mesmo dos habitantes da vila, como mostra o narrador a respeito do momento em que, em algazarra, chegaram à vila provocando um estranhamento. E em algazarra retornaram ao sítio onde estava preparada a festa. A descrição da arrumação da mesa mostra que esta não era marcada por nenhum padrão estético dito civilizado, pois improvisada com madeira cortada a pouco, estava alinhada bem ao gosto popular, ou seja, recoberta por uma toalha de algodão, porém seu propósito não era demonstrar beleza na arrumação, mas sim a abundância da comida oferecida aos convivas.

285 MENDONÇA; YANCOK, 1906, p. 129-136.

Quanto à descrição da música tocada, só faltou a partitura, pois até versos do refrão foram reproduzidos no texto. No primeiro verso, na ingenuidade de sua construção, destaca-se a valorização da cor da pele de uma moça, pois sem desfazer da moreninha, enaltece a clara, expondo o sentimento que ela provocava. Percebe-se que a valorização da cor branca em relação à cor da pele mais escura estava dada, mesmo em meio à camada social envolta na cultura brasileira tradicional na qual a miscigenação entre brancos e negros era uma realidade dominante. No segundo verso foi exortada a satisfação do caipira, bem como a autorrecreinação de seu comportamento diante de uma guloseima o “pão de lot” (bolo), que possivelmente não fazia parte do costume alimentar do caipira. Pela descrição feita, tal guloseima era vista somente nos tabuleiros, ou seja, nos doces vendidos em tabuleiros que só ocorriam na vila. Tanto que, na descrição das iguarias preparadas para a festa do casamento não constava nenhum tipo de bolo.

No mesmo *Almanach de Brotas de 1906* e do mesmo autor do texto supracitado, Horto de Godoy, há uma poesia em versos intitulada “Saudades da infância”, que também é de grande valor histórico para avaliar comportamentos e atividades de pessoas da vila de Brotas, entre a segunda metade da década de 1860 e primórdios de 1870. Embora não traga a data a qual se refere à memória exposta, bem como a idade de seu autor na época do relato, os próprios versos dão indicações a respeito. Em um deles expressa: “Em companhia d’amigos, cada qual mais jovial”. “Amigos joviais” permite inferir que são lembranças do início da adolescência, quando ainda praticavam brincadeiras não tão infantis, como a que faz menção ao subir em árvores. O tempo ao qual se refere pode ser até precisado, final da década de 1860 e início da seguinte, pois faz alusão ao recrutamento para a Guerra do Paraguai, ao Zagaíão, o terrível sargento acima referido, e já a presença do padre Speranza, que chegou a Brotas em 1868. Um dos primeiros versos a chamar atenção é o que trata das práticas disciplinares escolares:

Santa Luzia maldita
Pendurada lá n’escala,
Grossa vara de marmelo
Dava voltas à cachola;

A régua de cabreúva
Pegava algum rapazola²⁸⁶

É a forma de educação escolar que grassava nas escolas daquele tempo que é exposta com clareza de detalhes em termos de práticas repressivas adotadas pelos educadores, ou seja, a disciplina imposta pela vara de marmelo e a régua de cabreúva.

Práticas do cotidiano também aparecem nos seguintes versos:

Siá Maria suindara
Gritando ao clarão da lua
Cuiará colher de pau,
Vendendo o que era obra sua²⁸⁷

Suindara, é um tipo de coruja branca; cuiará significa aquele que apresenta esperteza. Pelo visto, siá Maria gritando ao clarão da lua, só percorria a vila à noite, daí a referência à coruja; e a esperteza na colher de pau, significava que ela fazia bem as coisas com a colher de pau, ou seja, os doces. Portanto, o que se pode concluir é que a siá Maria fazia bem seus doces vendendo-os à noite na vila, certamente em um tabuleiro. É provável que siá Maria tivesse o compromisso de trabalho durante o dia e só dispunha da noite para vender as guloseimas por ela produzidas. Maria Odila da Silva Dias, em seu livro *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*²⁸⁸, faz referência às vendedoras de doces que saíam pelas ruas com seus tabuleiros na cabeça apregoando o que dispunham para venda. No verso da cantoria caipira anteriormente citada, João Pecado refere-se ao tabuleiro no qual comprava “doce pão de lot”. Dessa forma, pode-se inferir que a venda de doces em tabuleiro por mulheres era uma prática na vila de Brotas no período em questão.

Os versos a seguir nomeiam a vida comercial, os profissionais liberais e os ofícios que pessoas praticavam na vila, bem como as caracterizações específicas de cada um deles.

286 MENDONÇA; YANCOK, 1906, p. 129-136.

287 Ibid., p. 129-136.

288 DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Havia também na vila
Muito açougue de capado [...]

Havia só a botica
Do bom Diogo Boticário [...]

Pacheco, Arruda, Florim,
Joaquim Dias, João Bôava,
Zé Fernandes, Ribeirinho [...]
Eram todos bons lojeiros [...]

José Castelo, o vendeiro,
A própria letra não lia [...]
O vendeiro Pinheirão [...]

Pé de moleque, o Fernando
Vendia cheio de bichos
João Teodoro fabricava
Que cigarros – caprichosos!
Tromezinho, Antônio Leite
Arreios, rédeas, rabichos

Advogados nesse tempo.
Era: o bom Gurjão,
Assis Prado, o Remigio [...]

José Rufino, o seu Chico
Eram viajantes – mascates;

O André, o João Camillo
Trabalhavam de alfaiates [...]

Eram sapateiros bons
Abranches e Suspensório [...]

Tinha pasto de aluguel,
Junto à ponte, o velho Queima [...]

Era o chefe do lugar
O capitão Juca Vieira [...] ²⁸⁹

289 MENDONÇA; YANCOK, 1906, p. 54-58.

No primeiro verso, há menção da existência de muitos açougues de capados, o que significava açougues que comercializavam a carne de porco. Valendo-se desse dado, é possível inferir que fazia parte do hábito alimentar daquela população um consumo significativo de carne de porco. Quanto ao comércio, há menção de apenas uma botica, ou seja, farmácia, e sete lojas. Porém é preciso elucidar que as lojas nesse contexto histórico dispunham de mercadorias variadas que incluíam, além de tecido e armários, também ferragens, móveis, produtos importados, medicamentos, livros, no entanto o estoque de cada uma dessas mercadorias era muito restrito. Aparece a menção de um desses lojistas ter o nome de Ribeirinho, certamente tratava-se de José Ribeiro de Barros, que como já mencionado, foi um grande comerciante na vila e estava ali estabelecido desde 1864. Em termos de ofícios, foram mencionados apenas três: seleiro (arreios, rédeas e rabichos), sapateiro e alfaiate. O pasto de aluguel também tinha importância, especialmente aos viajantes que passavam por Brotas, que nos seus descansos da jornada necessitavam deixar os animais de montaria, tropas ou carros de boi em lugar onde pudessem pastar. É quase certo que também havia algum ferreiro ali trabalhando. Há informações de que sempre junto a pousos havia um ferreiro para confeccionar ou arranjar ferraduras para os animais de carga que por ali passavam.

Na década de 1870 há indicativo de uma percepção por parte da população do crescimento e da melhoria da pequena vila. Nesse momento seus habitantes demonstravam ansiar pela melhora dos padrões de vida, e entre eles estava o ensino público adequado. Em 1873, como já foi mencionado, foram postas em discussão na Assembleia Provincial as condições do ensino público na vila, um debate gerado a partir de um requerimento enviado pela Câmara Municipal de Brotas para um esclarecimento sobre a questão, se a escola comandada pelos protestantes era melhor do que a escola pública local. A esse respeito um dos deputados argumentava:

[...] que o pastor protestante não emprega esforços para fazer proselitismo entre os católicos, o que a razão porque os pais preferem enviar seus filhos àquela escola é porque os materiais não são religiosos [...] Além disso, a vila de Brotas tem sido mal servida de professores, tanto que no ano passado teve aquela localidade três ou quatro professores, sem que nenhum quisesse ficar²⁹⁰.

290 Correio Paulistano, ano XVIII, n. 4351, 17 jan. 1871, p. 2.

Luiz Alves, representante brotense que foi convocado a ir à Assembleia Provincial com o propósito de relatar aos deputados a questão do ensino protestante em Brotas disse:

[...] como autoridade naquela localidade estou habilitado para informar que não só o professor protestante lá existe [...] e não tem manifestado o menor desejo de catequisar os católicos para sua seita; não tem ofendido de modo algum os princípios religiosos daquela população [...]”²⁹¹

Em seguida, um dos deputados “disse que não sabia qual o motivo porque cidadãos da vila de Brotas mandavam seus filhos à escola protestante, quando havia duas cadeiras criadas pela Assembleia Provincial, uma para o sexo masculino e outra para o feminino”²⁹². Em resposta, Luiz Alves contra-argumentou dizendo que havia “naquela vila duas escolas criadas pela Assembleia Provincial; mas a cerca de um ano que [...] aquelas cadeiras estão desprovidas de professores”²⁹³.

Todavia, há indícios de que esse assunto também envolvia interesses da política local, uma vez que, nesse mesmo momento, um brotense que não se identificou, dirigiu ao redator do *Correio Paulistano* uma nota informando que: “As aulas católicas estão sendo frequentadas com toda regularidade: ambas têm diariamente 62 alunos do sexo masculino e 32 do sexo feminino”²⁹⁴. Aulas católicas, no caso, era o ensino público.

A preocupação com a qualidade do ensino certamente afligia àqueles que ansiavam por mais amplos horizontes na formação de seus filhos. Já no início da década de 1870, especialmente fazendeiros com mais recursos e que viam futuro na educação, enviavam seus filhos para estudar fora de Brotas. É o que pode ser constatado em um anúncio do Collegio Ypiranga de Araraquara, no qual constava uma relação de seus alunos com a indicação dos lugares de onde procediam. Entre eles estavam alguns brotenses: Francisco Leopoldo de Aguirra, Francisco Antônio Simões, José Garcia Simões, José Leopoldo de Aguirra, José Rodrigues Simões

291 Ibid., p. 2.

292 Ibid., p. 2.

293 Diário de S. Paulo, ano VIII, n. 2262, 08 maio 1873, p. 1.

294 Correio Paulistano, ano XXI, n. 5029, 11 jun. 1873, p. 3.

Júnior, José Vieira de Albuquerque Júnior, Joaquim Olympio do Amaral. Tratava-se de uma escola particular cujos diretores eram de origem europeia: F. Boeschstein e D. H. Uhlman²⁹⁵.

Nesse início da década de 1870, um balancete apresentado pela Câmara Municipal de Brotas para o quadriênio 1869-1873, contendo receita e despesas do município, permite avaliar um pouco melhor a vida econômica social e até cultural da vila, no período em questão. Na receita foram levantados os recolhimentos de impostos dos seguintes estabelecimentos e negócios: lojas, fazendas e molhados, tavernas, oficinas, açougues, boticas, negócio de gêneros secos, gêneros importados, mascates de folha de flandres, mascates de ouro, mascates de couro, mascates diversos, espetáculos públicos, padarias, escritórios capitalistas, escritórios de advogados, consultório médico, dentista, hospedaria, botequins, realejo e animal ensinado. Como será visto mais à frente, nessa relação não constavam todos os estabelecimentos comerciais bem como profissionais liberais estabelecidos na vila. Também esse rol demonstrava que a vila era servida por médico, advogado, dentista e a botica, porém é preciso levar em conta que, em geral esses profissionais eram leigos, sem formação acadêmica, e com frequência permaneciam por um curto período na vila e logo se deslocavam para outro lugar.

De imediato, o que esse rol deixa entrever é que a vila dispunha de certa variedade de negócios, incluindo até gêneros importados, todavia, o que não é possível avaliar é se esse comércio oferecia variedade e quantidade de mercadorias. Sabe-se que nas vilas do interior da Província cuja produção agrícola do município não estava inserida no circuito comercial, como o caso de Brotas, a maioria dos comerciantes dispunha de poucas mercadorias, muitas vezes alguns entre eles vivendo às raias da miséria.

O *Almanack da Província de São Paulo* para o ano de 1873 mostra alguns profissionais liberais atuando na vila: Advogados: bacharel Antônio José da Rocha, bacharel Carlos Augusto de Souza Lima, bacharel João Antônio de Barros Lima; Dentista: Joaquim de Andrade Cunha; Homeopata: Francisco José Pereira de Ávila; Médico: Dr. Carlos Walder; Farmacêutico: Arruda Mendes & Irmãos; Professoras Particulares: D.

295 Correio Paulistano, ano XVIII, n. 4385, 12 mar. 1871, p. 3.

Maria Dacomb, D. Rita de Cássia Amaral; Professores Particulares: Álvaro José Cerqueira Leite, Joaquim José de Faria e Silva²⁹⁶. O mesmo *Almanack* traz também informações a respeito da vida comercial da vila que contava com sete “armazéns de gênero do país”; quatro armazéns molhados, louças, etc.; treze lojas de fazendas; e dois ourives. Todavia, ao que parece, as informações que foram encaminhadas ao mencionado *Almanack* não correspondem à realidade da vila, pois, como será visto mais adiante, em 1875, um correspondente de Brotas para o jornal *A Província de São Paulo* reclamava da ausência de advogados na vila.

Embora a vila pautasse pelo ritmo de vida do sertão, de vez em quando era abalada pelo que chegava de fora, como as grandes epidemias que se alastravam por quase toda a Província. Foi o que ocorreu em meados do ano de 1875, quando em 4 de julho o tropeiro Antônio José Adorno faleceu por causa da bexiga (varíola), que contraíra em Campinas. Quando um caso da doença ocorria, alertava a população e as autoridades porque a chance dela se alastrar era muito grande. Tanto que, o informante da notícia da morte de Adorno no jornal *A Província de São Paulo* alertava: “apesar do mal não ter ido adiante, é conveniente que se tome providências no sentido de evitar sua propagação”²⁹⁷. Porém, a doença não ficou restrita ao tropeiro, uma vez que dez dias depois, mais precisamente no dia 14 de julho, foi enviada de Brotas uma nota em que dizia “que a epidemia de varíola começava a fazer ali algumas vítimas e pede-nos que chamemos atenção dos poderes competentes”²⁹⁸. A epidemia foi debelada pouco depois, todavia abalou muito a vida da vila como mostrava uma nota enviada por um correspondente ao mesmo jornal em 13/08/1875, em que afirmava que estava “finalmente extinta ali a varíola, que tantos males causou, paralisando absolutamente o comércio”²⁹⁹. Em seguida, o Presidente da Província agradeceu ao delegado de Brotas “pelo zelo que mostrara em prol da humanidade desvalida por ocasião da epidemia de varíola”³⁰⁰.

296 LUNÉ; FONSECA, 1873, p. 545.

297 *A Província de São Paulo*, ano XXVII, n. 7049, 04 jul. 1875, p. 2.

298 *Id.*, ano I, n. 149, 14 jul. 1875, p. 2.

299 *Id.*, ano I, n. 178, 13 ago. 1875, p. 3.

300 *Diário de S. Paulo*, ano XI, n. 2924, 21 ago. 1875, p. 1.

Três anos depois, em 1878, a varíola novamente apareceu em Brotas e, embora o poder público dispusesse de vacina, não foi tomada nenhuma providência para aplicá-la na população. Ninguém tinha notícias do vacinador que prestava serviço na vila e nada foi feito em favor dos bugres que estavam atacados por esta doença. Bugres era o nome genérico dado aos índios. Sabe-se que quando os índios tomavam contato com essas epidemias morriam, uma vez que não dispunham de anticorpos para resistirem a essas doenças. Tanto que um informante de Brotas dizia: “Dos que aqui chegaram só restam dezesseis; quinze já tiveram a moléstia, só um ainda não foi acometido pelo mal”³⁰¹.

Quando as epidemias grassavam nas localidades, evitavam-se todas as formas de contato, até suspendiam-se as atividades comerciais para impedir que as pessoas por ali circulassem tomassem contato com a doença. Aqueles que moravam no meio rural deixavam de ir até a vila e, entre eles estava grande maioria das autoridades constituídas. A população mais pobre ficava abandonada na vila dependendo de sua sorte diante da doença.

Na década de 1870, a par desses abalos provocados pelas epidemias e de alguns poucos melhoramentos feitos na vila, entre as precariedades da população estava a diferenciação da vida sociocultural. Um correspondente, escrevendo para o jornal *A Província de São Paulo*, em 1875, mostrava que estava preocupado com a melhoria do padrão de vida da vila, e entre elas estava a “falta de advogados. Temos apenas um formado e esse mesmo é delegado de polícia. Entretanto, o lugar oferece vantagens incontestáveis a mais um ou dois letrados”³⁰². Assim sendo, os advogados acima mencionados, não residiam em Brotas, ou haviam passado pela vila por um curto período. Prosseguindo nas suas reivindicações o correspondente disse:

Também encontraria nesta localidade importantes interesses, um bom professor de música, pois muito se faz sentir quem ensine essa apreciada arte aos filhos do lugar. Brotas vai em progresso e é preciso que o público se convença afim de procurar esse ponto de província, como um dos melhores para fazer a carreira³⁰³.

301 A Província de São Paulo, ano IV, n. 1019, 17 jul. 1878, p. 2.

302 A Província de São Paulo, ano I, n. 2552, 04 jul. 1875, p. 1.

303 Ibid., p. 1.

Muito provavelmente, o que esse informante visava com essa publicação em jornal de grande circulação, era atrair profissionais qualificados para fixarem residência em Brotas, e assim a vila obteria maior diferenciação em termos de vida sociocultural.

Na década de 1870 ocorreu um pequeno avanço na vida comercial da vila. Em 1875, em um grande anúncio no *Diário de S. Paulo*, da firma América do Sul, localizada em São Paulo na rua da Quitanda n. 47, que comercializava entre outros produtos “medicamentos em glóbulos ou pílulas, chocolate homeopático, novos remédios importados da Europa e dos Estados Unidos, livros de medicina homeopática [...] e tudo mais que pertence a medicina homeopática³⁰⁴”, destacava em um adendo informando que dispunha em Brotas de um depósito de remédios em casa de comércio do sr. José Ribeiro de Barros e que era o único representante do interior de São Paulo. No ano seguinte “a junta central de higiene pública da província” concedeu licença a “Diogo Antônio de Arruda Mendes de abrir uma farmácia em Brotas”³⁰⁵. Portanto, foi mais uma diferenciação que ocorreu no comércio local para atender às necessidades da população. No entanto, em 1875 havia apenas um farmacêutico atuando na vila. Tratava-se de Francisco José de Oliveira e Castro, português nascido na cidade do Porto. Depois de estudar “na França na escola Médica de Paris, deixando de completar o curso, quando lhe faltava os dois últimos anos. Chegou em Brotas em 1870 estabelecendo-se com sua farmácia³⁰⁶”. Portanto, Brotas contava com um farmacêutico com conhecimento na área para atender a população.

Embora tenha sido possível ter um panorama a respeito do cotidiano na vila, nas décadas de 1870 e 1880, não se sabe qual era exatamente o montante da sua população, pois apenas se dispõe de dados a respeito da população do município para o ano de 1875, por meio de um levantamento realizado pela igreja em todas as paróquias do interior da Província de São Paulo. Nessa data, a população da paróquia de Nossa Senhora das Dores, que incluía vila e município, totalizava 7116 habitantes, o que leva a pensar ser a vila ainda muito diminuta, uma vez que é

304 *Diário de S. Paulo*, ano X, n. 2788, 25 fev. 1875, p. 4.

305 *Id.*, ano XII, n. 3290, 24 nov. 1876, p. 1.

306 MENDONÇA; YANCOK, 1906, p. 28.

sabido que a maior parte da população do município vivia no meio rural. Possivelmente a vila contava com pouco mais de mil habitantes, uma vez que se sabe que mais ou menos 80% a 90% da população viviam no meio rural. Na comparação com outros municípios do chamado Oeste Paulista, mais próximos de Brotas, é possível avaliar sua importância em termos demográficos no interior da Província.

Quadro 4 - População de municípios do oeste paulista em 1875

Municípios	População
São João do Rio Claro	12243
Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga	7169
São Bento de Araraquara	7128
Nossa Senhora das Dores de Brotas	7116
São Carlos do Pinhal	6897
Nossa Senhora das Dores de Botucatu	6613
Nossa Senhora do Patrocínio de Jaú	6406
Nossa Senhora do Belém do Descalvado	5709
São Sebastião do Ribeirão Preto	5552

Fonte: Diário de S. Paulo³⁰⁷.

O que pode ser verificado nessa relação é que os municípios que estavam à frente de Brotas, em termos populacionais, com exceção de Pirassununga, eram aqueles de ocupação mais antiga, no caso de Rio Claro, onde a ferrovia chegaria no ano seguinte, ou seja, 1876. Araraquara, cuja ocupação tivera início ainda no século XVIII, abrigava uma população muito próxima a de Brotas. As demais, que contavam com populações inferiores à de Brotas foram fundadas posteriormente a ela, com exceção de Descalvado, cujo início do núcleo foi contemporâneo ao de Brotas, ou seja, 1842. Portanto, até esse momento, demograficamente, Brotas se constituía um importante município do interior de São Paulo. Como será visto mais à frente, foi entre 1875 a 1880 que ocorreu uma inflexão no desenvolvimento do município de Brotas visto que a partir da década

307 Diário de S. Paulo, ano X, n. 2500, 11 mar. 1875, p. 1.

de 1880 ele começaria a ficar para trás em termos de crescimento, perda de ritmo que estava diretamente vinculada à restrição da oferta de terras propícias ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, o grande gerador das riquezas na época.

A pacata vila também tinha seus momentos de agitação cultural como o carnaval. Com antecedência, comerciantes preparavam seus estoques pondo à venda acessórios carnavalescos, como o comerciante José Ribeiro de Camargo Barros que anunciava no jornal *A Província de São Paulo*, em fins de janeiro de 1878, a oferta de artigos carnavalescos. Tratava-se da “Loja dos Índios”, que oferecia para os foliões “grande sortimento de máscaras de todos os gostos e feitios. Lindo sortimento de cabelos para senhoras e tranças de diversas cores e tamanhos³⁰⁸”. Pelo visto, essa festa do momo tinha certa importância na época, pois alguns foliões não só se preparavam nas vésperas desse evento, como também com muita antecedência se organizavam para aquela comemoração uma vez que, em outubro de 1879 jovens se reuniram e organizaram uma sociedade carnavalesca intitulada “Os filhos da Caverna”. Para tanto, foi formada uma diretoria composta pelos seguintes jovens: “presidente, Luiz Antônio Machado; vice-presidente, Ernesto Antônio Dias de Almeida; primeiro secretário, João Augusto D’Ávila; segundo secretário, Antônio Pedro de Jesus; diretor Benedito Calixto de Jesus; tesoureiro e procurador, Francisco Tavares Bastos. Brotas 1º de outubro de 1879”³⁰⁹.

Essas indicações a respeito dos festejos carnavalescos fazem crer que essa era uma comemoração que envolvia segmentos da camada social mais abastada da vila, tanto que eram seus membros que dispunham de recursos para gastar em apetrechos para o carnaval. Também os integrantes da mencionada sociedade carnavalesca eram jovens pertencentes a esse segmento social, pois, pelo menos entre aqueles que foi possível identificar pelos sobrenomes, pertenciam a famílias de importantes fazendeiros: Machado, Almeida, D’Ávila. Chama atenção que entre os membros dessa diretoria estava Benedito Calixto, que veio a ser o famoso pintor que morou por um período em Brotas na casa do irmão João Pedro de Jesus.

308 *A Província de São Paulo*, ano IV, n. 885, 29 jan. 1878, p. 3.

309 *Correio Paulistano*, ano XXVI, n. 6869, 28 nov. 1879, p. 2.

Fazia parte da mesma sociedade no cargo de secretário, o outro irmão de Calixto, Antônio Pedro de Jesus.

Na época, Calixto contava com 25 anos de idade. Há informação de que, depois de passar uma temporada em Santos, quando se casou, voltou a residir em Brotas por cerca de três anos³¹⁰. Uma nota publicada no jornal *O Commercio de São Paulo*, em 1909, informava que Benedito Calixto “bem moço, tendo necessidade de trabalhar, viu-se obrigado a abandonar a casa paterna, seguindo para então vila de Brotas, onde residia seu irmão mais velho João Pedro de Jesus Neto e sua mulher Júlia Augusta do Amaral, ambos professores que haviam sido transferidos do bairro de Peruíbe para a vila de Brotas”³¹¹. Em 1880, João Pedro foi eleito vereador em Brotas³¹² e, em 1882, passou a exercer o cargo de escrivão do tabelionato de Dois Córregos³¹³. Foi convivendo com esse irmão em Brotas que Benedito dedicou-se, em suas horas vagas, à pintura³¹⁴. Portanto, dois dos irmãos de Benedito Calixto moraram em Brotas: João Pedro e Antônio Pedro de Jesus.

Uma das biografias a respeito de Benedito Calixto informa que ele chegou em Brotas para uma visita ao irmão e que, gostando da cidade, ali permaneceu por dez anos entre os anos de 1871 e 1881³¹⁵. Pode ser que nesse período de dez anos não residira todo ele efetivamente em Brotas, mas com frequência ali retornava. Seja como for, há informação de que em 1880 Benedito Calixto foi secretário da Câmara Municipal de Brotas³¹⁶. Durante o período em que morou ou nas visitas frequentes, pintou vários quadros com paisagens locais, sendo a última a do salto da cidade, em 1919.

No período aqui tratado havia na vila uma atuante banda de música que se apresentava em várias situações, de comemorações festivas

310 GERALDO, João Carlos. *Evolução dos espaços livres públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos – SP*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. p. 104.

311 Correio Paulistano, ano XXII, n. 5707, 15 out. 1875, p. 1.

312 Id., ano XXVII, n. 7083, 10 jul. 1880, p. 2.

313 Id., ano XXVIII, n. 7447, 29 jan. 1882, p. 1.

314 O Commercio de São Paulo, ano XVI, n. 1175, 25 set. 1909, p. 2.

315 PERSONALIDADES de Brotas: Benedito Calixto. Disponível em: <<http://www.vemprabrotas.com.br/pcastro/calixto.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

316 Correio Paulistano, ano XXVII, n. 7091, 21 jul. 1881, p. 2.

da igreja a eventos políticos, ou qualquer acontecimento importante para a vila, até mesmo em enterros. Em 1885, entre os agradecimentos que Arlindo Dias de Almeida fez aos que acompanharam o enterro de sua filha, atribuiu “uma menção especial ao sr. Antônio Pedro de Jesus e dos membros da distinta banda de música sob sua direção, com os quais graciosamente concorreu para tocar no enterro, abrilhantando-o³¹⁷”. Portanto, Antônio Pedro, o irmão de Benedito Calixto, era também músico e estava bem integrado à sociedade brotense.

As classes mais populares, desde o início do povoado, dispunham como espaços para divertimento tabernas e vendas onde afluíam, dependendo do lugar, toda sorte de indivíduos, inclusive prostitutas. Será relatado mais adiante o caso ocorrido em 1880, em que um policial havia se embriagado numa pagodeira, cujo proprietário era um “preto escravo”. A pagodeira era um lugar de divertimentos e danças licenciosas praticadas por prostitutas.

Embora até os inícios da década de 1880 o município de Brotas se destacasse em importância no interior paulista, a vila mantinha características de frente pioneira em que a violência era prática comum e a lei era aplicada quando convinha aos representantes da oligarquia local. Assim, a polícia que deveria ter entre seus propósitos atender aos interesses e à proteção de toda população, ficava a serviço dos poderosos locais. Desse modo, os policiais do destacamento local, com a retaguarda do poder, se viam com a liberdade de atuarem a seu bel prazer.

Os desmandos da polícia agindo contra cidadãos probos foram prática comum. O caso ocorrido em novembro de 1876, com Evaristo de Araújo Lopes, é exemplar. Quando saía do Hotel Castelo, onde estava hospedado, se deparou com “a patrulha que por ali se achava” e que se pôs a segui-lo,

[...] alcançando-o perguntou-lhe a quem era, pelos documentos que trazia – respondeu-lhe Evaristo ser camarada de Joaquim de tal, e que procurava descansar da jornada que fizera do Jaú: replicou-lhe a polícia que o acompanhasse perante o delegado de polícia. Ao aproxima-

317 A Província de São Paulo, ano XI, n. 2952, 23 jun. 1885, p. 2.

ram-se da esquina de João Boava, fizeram-no tomar para a direita a caminho da cadeia. Percebendo que iriam prendê-lo Evaristo se rebelou e sacou uma arma, em seguida avançou um dos policiais e vendo Evaristo que lhe iam fazer fogo, atirou sobre ele ferindo-o no braço, e por sua vez recebeu um tiro de garrucha na perna, uma cacetada sobre a fronte e uma baionetada³¹⁸.

Em seguida,

[...] reuniu-se o povo na cadeia exigindo que se fizesse o corpo de delito e lá encontraram as autoridades: o delegado, o juiz e seu primeiro suplente orgulhando-se das façanhas dos policiais. No dia seguinte quando foi feito o corpo de delito os peritos declararam que foram graves os ferimentos sofridos por Evaristo³¹⁹.

O que esse relato deixa entrever, além dos abusos praticados pelos policiais, é a reação do povo exigindo que se fizesse o exame de corpo de delito em Evaristo, reação que, por sua vez, demonstrava estar a população da vila ciente dos desmandos e violência praticados pelos policiais.

Carta de um brotense datada de 16 de abril de 1876 reafirmava as infrações da lei por parte da polícia quando disse:

De todas as partes formigam perseguições e injustiças dos beaguins da polícia, por isso também não é de estranhar que por aqui estejamos salvaguardados das tropelias e abusos das autoridades ineptas e desenfreadas, cujo fim é ostentarem, com seu fúnebre cortejo, violência e arbitrariedades de toda espécie.³²⁰

Portanto, o que se via era o cotidiano dos habitantes da vila ser abalado por tumultos e desordens com a contribuição das forças policiais, cujo fim era manter a ordem. As formas de lazer dessa população muitas vezes restringiam-se a pequenas tavernas, lugares de jogos e prostituição, onde constantemente tensões afloravam.

Outro relato, desta vez feito por José Ribeiro da Silva, em 19 de abril de 1878, vem ao encontro dos demais ao expor que:

318 Correio Paulistano, ano XXIII, n. 6016, 14 nov. 1876, p. 1.

319 Ibid., p. 1.

320 Correio Paulistano, ano XXV, n. 6440, 01 maio, 1878, p. 2.

As autoridades dessa vila são da roça; houve grande lacuna em não se haver nomeado dos de dentro da povoação. Quase todos os dias e noites dão-se pequenas desordens nessa vila: um grupo de vadios percorrem as ruas fazendo algazarra, crime de assuada, e não há quem lhes tome conta. Os soldados de permanentes ou policiais são os principais desordeiros³²¹.

Crime de assuada correspondia a ajuntamento de pessoas armadas para fazer desordem. A afirmativa de que as autoridades eram da roça, apoiava-se no fato de que a quase totalidade dos que ocupavam cargos no poder constituído efetivamente residiam em suas propriedades rurais, realidade que não era específica de Brotas, uma vez que nas vilas e pequenas cidades do interior não havia praticamente representantes da classe média que pudessem assumir cargos burocráticos, sendo esses ocupados pelos fazendeiros da localidade que controlavam o poder local.

Todavia, as informações constantes no texto supracitado compreendem apenas uma introdução feita pelo informante para uma reivindicação de cunho político, ou seja, a nomeação de José Ribeiro de Camargo Barros para delegado de polícia, usando para tanto três fortes argumentos: morar na vila, ser enérgico e pertencer ao partido liberal. Na verdade, não deixava de ser um recado às autoridades provinciais, já que o Presidente da Província, naquele momento, era um liberal – José Ribeiro – que, como já visto, era um importante comerciante da vila estabelecido desde 1864.

Além dos tumultos causados pelos segmentos mais populares da vila quase sempre envolvendo policiais, os confrontos resultantes de disputas políticas eram também bastante frequentes, especialmente nos momentos que antecedia as eleições. Nessas ocasiões, a polícia, a mando de um dos lados da política, praticava delitos a seu bel prazer, como mostra uma nota publicada no *Diário de S. Paulo* apregoando que “em Brotas a polícia deu de andar de bodoque, e deu uma paulada em um conservador, que enlouqueceu de repente³²²”.

Portanto, crimes políticos somavam-se ao rol da criminalidade indiscriminada. O que se nota é que os policiais que compunham o destacamento eram ignorantes, desordeiros que praticavam atos de violência

321 *Diário de S. Paulo*, ano XIII, n. 3697, 23 abr. 1878, p. 2.

322 *Diário de S. Paulo*, ano XIII, n. 3754, 03 jul. 1878, p. 2.

contra a população sabendo que sairiam impunes. Entre outros exemplos destaca-se o ocorrido em maio de 1880, apresentado em detalhes por um correspondente do *Correio Paulistano*, que o narrou da seguinte forma:

[...] na noite do dia 17 estando o pedreiro Rafael Francisco da Silva numa casa da rua de Cima desta vila ali apareceu o furriel (graduação militar superior ao cabo, hoje inexistente) Moyses Antônio Gonçalves de Souza, comandante do destacamento policial, que vinha alcoolizado de uma pagodeira na venda do preto Bento, escravo da herança do capitão Vieira e dirigindo-se ao referido pedreiro perguntou-lhe por um soldado seu subordinado, e como ele respondesse que ignorava [...] foi o quanto bastou para que [...] desse-lhe voz de prisão, a ordem do delegado de polícia, sem motivo algum, pois o mencionado pedreiro não o provocou, não se achava armado ou embriagado, nem fazia desordem, estando pacificamente naquela casa. Mas não ficou somente nisso a arbitrariedade e o despotismo do comandante do destacamento [...] conduzindo a vítima [...] esbordo-o dando-lhe cacetadas na cabeça e nas espaldas, causando-lhe contusões e ferimentos graves, já verificados no corpo de delito [...] Esse ato irregular e censurável do furriel foi presenciado por várias pessoas, entre eles por dois policiais Antônio Bernardes de Lima e Gregório Jesus do Nascimento. Para coroar seu feito [...] no dia imediato (18) na ausência do delegado de polícia à cuja ordem tinha prendido o mesmo pedreiro, mando-o soltar da cadeia, sem ciência dessa autoridade e fugiu a pé e na companhia de uma praça [...] que o levou a Rio Claro³²³.

A clareza deste relato dispensa explicação, deixando clarividente o desrespeito à lei e ao cidadão comum por parte de quem cabia protegê-lo. Por outro lado, o texto também permite entrever costumes do cotidiano da vila. Primeiro, um escravo como dono de uma venda, e mais, traz especificado o nome de seu proprietário, o que demonstra o escravo inserido na vida social da vila; segundo, que nessa venda realizava-se uma pagodeira, que como já foi mencionado era uma forma de divertimento com dança, muitas vezes com presença de prostitutas, onde homens de estrato social mais popular desfrutavam seu lazer.

Importante salientar que essa instabilidade na vida da vila era frequente em quase todas as vilas e cidades das frentes pioneiras, já que

323 Correio Paulistano, ano XXIII, n. 6016, 14 nov. 1876, p. 1.

a maior parte da população que nelas vivia era excluída no âmbito da sociedade escravocrata e dependia de serviços avulsos para sobreviver nos limites da pobreza: analfabetos e desprovidos de lastro cultural, não tinham nada a ganhar como também nada a perder com as desordens nas quais se envolviam.

Embora a violência fosse um fato corriqueiro, a vila, nos primórdios da década de 1880, permanecia órfã de autoridade para impor o cumprimento da lei. A esse respeito, um brotense, numa pequena nota publicada em *A Província de São Paulo*, intitulada “Para os Exmo. Srs. Presidentes e Chefes de Polícia lerem”, disse:

Esta vila pode-se dizer que está sem autoridade, as existentes moram na roça, e os crimes que atualmente se reproduzem em quantidade, ficam impunes por não haver quem faça os respectivos processos. É preciso que se nomeiem autoridades que morem na povoação, ao contrário não sabemos aonde isso irá. É preciso também que o juiz municipal formado que foi nomeado para esta vila, venha quanto antes tomar conta do seu lugar. Estamos cansados de ter como juiz substituto um velhinho de 77 anos [...] Desejamos a justiça distribuída com igualdade e que a cadeia não sirva apenas para os pobres desprotegidos³²⁴.

Em toda sociedade escravocrata, a justiça era refém do poder econômico e político, uma prática arraigada na sociedade brasileira que permaneceu após a abolição e proclamação da República. Por outro lado, o texto também deixa entrever que a cadeia era lugar apenas “para os pobres desprotegidos”, que em grande parte advinham da marginalização do sistema escravocrata que oferecia um espaço muito restrito à mão de obra nacional, além de desqualificá-la.

Dois anos depois desse relato, um correspondente de Brotas, ansiando pela melhora das condições da vila, dizia:

Aproxima-se o dia das eleições de vereadores e juizes de paz. É conveniente que o eleitorado saiba fazer uma escolha digna do município, afim de colocar à testa de seus interesses homens capazes de dotar esta vila com os melhoramentos que lhe são indispensáveis. Entre as neces-

324 *A Província de São Paulo*, ano VII, n. 1889, 19 jun. 1881, p. 2.

sidades palpitantes do lugar, temos em primeiro plano a conveniência de um código de posturas. Este município vive sem lei. Para realizar este trabalho e outros necessita-se homens adestrados, práticos e sisudos e não crianças ignorantes.

Vale lembrar que o voto era censitário, portanto, o eleitorado a que ele se refere correspondia àqueles cidadãos com rendas suficientes para ter direito ao voto e que, por esta razão, era muito restrito. Na mesma coluna, um pouco mais abaixo, outra nota enviada de Brotas dizia: “Estamos sem juízes formados nesta terra. O juiz municipal formado, tendo sido removido ficou a vara em poder de um substituto, homem maior de setenta anos, leigo e por isso não podendo fazer grandes coisas³²⁵”. Assim sendo, era ainda o velhinho de 77 anos que permanecia na condução da justiça local.

A par das tensões sociais, ao longo da década de 1870, como foi visto, principiava uma diferenciação no comércio local com a presença de lojas, vendas e até farmácia, porém, a oferta das mercadorias era pequena e muitas vezes, como já mencionado, comerciantes viviam às raias da miséria. Tanto que mesmo comerciantes que se destacavam, dispunham de estoque restrito de mercadorias, como pode ser observado em anúncio de uma loja que saiu no jornal *A Província de São Paulo*, em 1879, dando ênfase ao rol de tecidos nomeados e ao local onde eram fabricados: “De Piracicaba – Um metro de brim listrado superior, para calça, 640 rs; um metro de oxford de diversas cores, de 320 a 500 rs; um corte de brim listrado superior de 1\$400”. Aparece especificada também a compra de tecidos feitos em fábricas da Carioba, em Salto de Itu, mas sempre descritos em pequenos cortes limitados a um metro. Além dos tecidos, o anúncio apregoava:

Um canivete de mola, cabo branco, 220 rs; um carretel Alexander de 200 jardas, 120 rs; chapéus enfeitados para senhoras, desde 3 rs para cima; ditos para meninos, a 1\$000; arreios e redes de Sorocaba, solas, malas de diversos feitios; Homeopatia, comprando de 25 vidros para cima, a 800 rs, quer em tubos, quer em tintura; ferro a vapor para engomar a 38 rs; chapéu de coro para escravos; armamentos, etc, etc.³²⁶

325 A Província de São Paulo, ano VIII, n. 2176, 17 jun. 1882, p. 2.

326 Id., ano V, n. 1196, 14 fev. 1879, p. 3.

Vale notar que na época, o consumo de mercadorias na vila era muito limitado. Portanto, essa casa comercial certamente se destacava entre as demais, uma vez que seu proprietário se dispunha anunciá-la em jornal de grande circulação como *A Província de São Paulo*. É certo que esse anúncio não visava atrair fregueses além do município de Brotas, mas sim dar visibilidade e mostrar sua importância no âmbito local.

O que pode ser constatado nessa relação de mercadorias é que a mesma casa comercial vendia produtos variados, de tecidos a medicamentos. E ela não era exceção. Em 1880, quando Domingos Compton Delbuque vendeu sua casa comercial, informou aos seus fornecedores em anúncio no jornal que “vendeu seu estabelecimento de fazendas e feragens e mais artigos³²⁷”, portanto, com mercadorias bastante variadas. Como a quantidade de mercadorias em oferta era muito pequena em virtude de consumo restrito, a forma do comércio sobreviver era buscar a diversificação dos produtos postos à venda.

Em termos de serviços, pelo menos uma melhoria muito pontual ocorreu na vila, na década de 1880. Em 1882, José Benedito Castelo Branco, proprietário do Hotel Castelo, que como já comentado, estava em funcionamento pelo menos desde 1876, anunciava o novo endereço, “situado à rua do Comércio, no prédio que foi propriedade do sr. Antônio de Souza Pinheiro, tendo de reabrir no dia 1 de janeiro do ano próximo com excelentes cômodos para família³²⁸”. Pelo visto, as novas acomodações desse hotel não deixavam de ser um novo atrativo para a vila.

Com a aproximação da ferrovia que, em 1880, avançava em direção a São Carlos, ocorreu uma valorização das terras da região estimulando novos investimentos nas lavouras cafeeiras e novos recursos advindos do café refletiram na expansão urbana da então vila de Brotas.

Ainda no ano de 1882, embora fossem aprovadas leis avulsas, propostas pela Câmara Municipal tendo em vista melhoramentos pontuais no espaço urbano, não havia um regimento geral para normatizar a aparência da vila. Adriana Ramos faz referência à aprovação e implementação desse código na década de 1880, e aponta que entre suas determina-

327 *A Província de São Paulo*, ano VI, n. 1681, 03 out. 1880, p. 3.

328 *Id.*, ano VIII, n. 2282, 24 out. 1882, p. 4.

ções estava a obrigação “da caiação de muros, a extinção de formigueiros” bem como a proibição “da criação de porcos nos quintais das moradias”³²⁹. No entanto, é sabido que, nessa época, tais determinações ainda eram impossíveis de serem cumpridas, uma vez que o meio urbano era quase uma extensão do rural, muros delimitando os terrenos das residências praticamente inexistiam, quando muito as testadas que separavam terrenos das ruas se faziam por uma cerca de bambu, e certamente porcos, galinhas, vacas e cavalos circulavam livremente pela vila. Na verdade, os códigos de posturas aprovados pelas Câmaras Municipais das pequenas vilas do interior paulista nada mais eram que cópias dos existentes nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e implementá-los era impossível, pois sequer levava-se em consideração as realidades locais, como foi o caso de Brotas.

Todavia, a necessidade de mudanças começou a despertar, em especial entre as pessoas que detinham maior poder econômico. Elas perceberam que para divisar horizontes mais amplos era necessário adquirir novos conhecimentos que dependiam da escolaridade e que, para tanto, era preciso sair da provinciana vila. Foi o que fez o capitão Antônio Joaquim de Souza Pinheiro, enviando seu filho Antônio Pinheiro de Albuquerque para estudar fora da vila. Em 1882 entrava ele “no primeiro ano do curso jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo”³³⁰. Mais adiante o veremos atuando na política local.

Sabendo dos novos anseios da aristocracia rural em adquirir conhecimento e, de certa forma, civilizar-se, professores se dispuseram a oferecer melhores condições de estudo, uma vez que o ensino público falhava nesse quesito. Foi o que fez J. Zacarias de Miranda que, em 1883, abriu uma escola na vila de Brotas. Anúncio da mesma apareceu no jornal *A Província de São Paulo* informando: “que participava os senhores paes de família, que abriu nesta vila uma escola primária e secundária para ambos os sexos. Espera, pois, merecer o apoio dos amantes da instrução”³³¹. Era mais uma pessoa de fora que chegava contando com o desenvolvimento da vila diante da prevista chegada da ferrovia.

329 RAMOS *et al.*, 1996, p. 19.

330 A Província de São Paulo, ano VIII, n. 2122, 12 abr. 1811, p. 2.

331 Id., ano XI, n. 2358, 28 jan. 1883, p. 4.

Importantes fazendeiros com residência em suas propriedades também buscavam refinamento na educação de seus filhos contratando professores para ensinarem na própria fazenda. Um exemplo foi de José Alves Delfim que, em 1885, pôs um anúncio no jornal *Correio Paulistano* solicitando “uma professora, brasileira ou estrangeira para ensinar primeiras letras, piano etc., em uma fazenda no município de Brotas. Quem estiver nas condições pode dirigir-se por carta a José Alves Delfim”³³². Nesse caso, muito provavelmente visava à educação de filha ou filhas, pois especificava que deveria ser professora e não professor, e acrescentara que também ensinasse piano. Nessa época, tocar piano era um refinamento das classes abastadas, uma vez que era um instrumento caro, ao qual poucos tinham acesso, e em geral eram mulheres que mais se interessavam por adquirir essa habilidade musical.

Na realidade, na década de 1880, as alterações nos costumes da vida da vila eram pontuais, mas não deixavam de sinalizar que algo novo estava em curso. Mudanças mais persistentes iriam ocorrer no início do período republicano, na década seguinte, quando os ventos dos ideais burgueses atingiriam o interior paulista, ainda que chegassem como um leve sopro. A divulgação do piano já era sinal de um alinhamento com a sociedade burguesa, que começava a fazer parte de segmentos sociais da capital do império.

A certeza de que a ferrovia estava prestes a chegar impulsionou o município a se tornar não só um ponto de atrativo para novos investimentos, mas igualmente a estimular profissionais mais qualificados procurarem ali para se radicarem. Foi o caso de Teodoro Marques de Souza Guimarães que, como “solicitador provisionado” pelo exmo. Sr. presidente da Relação se dispôs a exercer sua profissão em Brotas. Anunciou seus serviços destacando que era

[...] auxiliado por hábeis advogados, encarregava-se de negócios cíveis, orfanológicos, comerciais e crimes; defesa e acusação perante o júri, a prontificar papéis por empréstimos nos Bancos, a levantar empréstimos nos mesmos e de cobranças nesta e praças vizinhas e tudo o mais concernente a sua profissão³³³.

332 *Correio Paulistano*, ano XXXII, n. 8753, 23 out. 1885, p. 4.

333 *A Província de São Paulo*, ano X, n. 2849, 19 set. 1884, p. 3.

Nota-se que o destaque dado nesse anúncio foi para transações bancárias referentes a empréstimos. Como ainda não se dispunha de bancos na vila, dependia-se muito de terceiros para direcionarem as transações bancárias, em especial para os lavradores de café que dependiam muito de adiantamentos em dinheiro para dar andamento ao trabalho em suas lavouras. Os lavradores que puderam se livrar dos famosos “comissários de café”, que passavam comprando o produto e fazendo adiantamentos de capital, prendendo-os frequentemente a dívidas futuras, passaram a buscar os empréstimos diretamente com agentes bancários. Essa era uma saída. E foi esse serviço que o referido solicitador estava oferecendo.

Antes mesmo da chegada dos trilhos da ferrovia, sua própria construção provocou alteração na vida pacata da vila. Primeiro, com a circulação de trabalhadores braçais, que embora morassem em barracões junto ao avançamento da ferrovia, em suas horas de lazer procuraram divertimentos na vila, ou dirigiam-se a ela para se abastecerem de mercadorias; segundo, dando oportunidade de emprego a brotenses que viviam de trabalhos avulsos.

É sabido que grande parte dos trabalhadores da construção da ferrovia era de origem europeia, sobretudo italianos e portugueses. Entre empreiteiros do “Ramal de Brotas” estava um de origem italiana, como mostram seus sobrenomes no anúncio a seguir: “O empreiteiro Pompeo Giongo e Ricci e Comp. precisam de muitos trabalhadores; pagam bem, e no dia 18 de cada mês fazem pagamento impreterivelmente. Para informações à rua do Comércio n. 8. Estação do Feijão”³³⁴. Essa estação foi depois chamada de Estação do Visconde do Rio Claro, hoje em completo abandono, com o desaparecimento do próprio povoado que a circundava.

Como a mão de obra disponível para esse trabalho era restrita, a ferrovia empregou um grande número de estrangeiros que imigraram para esse fim, em geral vindos sós, para levantar um pecúlio e depois retornarem ao país de origem. Esses trabalhadores, portadores de outra cultura, representada pela língua, costumes e valores diferentes, passaram a causar incômodos e apreensão. Afinal, eram forasteiros que chegavam ocupando espaços e provocando mudanças na ordem social estabelecida e, assim,

334 Id., ano X, n. 2900, 19 nov. 1884, p. 4

qualquer comportamento inadequado ou estranho aos brotenses servia de motivo para rechaçá-los. O medo do outro gerou uma conduta de rejeição, em especial em relação a portugueses que, certamente formavam uma maioria, conduta essa que também passou a ser estendida àqueles portugueses que estavam já há algum tempo radicados na vila com a família, como o caso descrito a seguir.

Relato apresentado por Manoel Antônio de Souza, em 14 de abril de 1886, é uma das versões das atitudes tomadas em relação a portugueses estabelecidos na vila:

Na noite de 5 de agosto do ano passado, foi a casa do cidadão português Antônio Gallo invadida por um grupo de indivíduos havendo nessa ocasião tiros, e sendo vítima um cidadão português, que ficou gravemente ferido. Este crime ficou impune [...] Tantas tem sido as provocações dos mantenedores da ordem contra portugueses, que as ocorrências havidas a elas e só a elas devem ser atribuídas[...] Mesmo em dias desse mês foram atrozmente injuriados e provocados os cidadãos Antônio Pinto e Marranhem por um soldado; e devido a intervenção e prudentes conselhos do honrado cidadão José da Costa Florim, pode-se evitar um conflito [...] Dias depois os soldados ainda cobriram de injúrias e impropérios pacíficos trabalhadores da linha (ferrovia), que vinham a esta vila a negócios. Finalmente é uma família inteira, um velho digno chefe de família, seus filhos e genro que veem-se obrigados a envolverem-se num conflito [...] Manoel José Leite [...] empregou todos os meios afim de evitar o conflito [...], Mas foi tudo debalde [...] e daí resultou a desastrosa ocorrência, que todos devemos lamentar ³³⁵.

José da Costa Florim, o mediador da situação, era um português já estabelecido na vila há mais tempo e, portanto, conhecido no local.

Vê-se que o autor do texto atribuiu tais desmandos exclusivamente “a quem está confiada a missão [...] de manter a ordem e a tranquilidade pública [...] Estamos convictos que nenhuma culpa pode caber [...] ao sr. delegado de polícia em quem reconhecemos uma autoridade prudente, reta e justiceira”. Certamente o correspondente brotense estava

335 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3317, 16 abr. 1886, p. 2.

na defesa do delegado, uma vez que este era o próprio chefe político local, o poderoso Amador Flávio Simões. Como será visto, os desdobramentos dessa situação repercutiram em vários artigos publicados no jornal *A Província de São Paulo*, e chegou a ser debatido na própria Assembleia Legislativa Provincial.

Embora o autor do texto procurasse recair toda responsabilidade do que vinha ocorrendo na vila apenas aos policiais, seria muito difícil que esses, há mais de um ano praticando atos criminosos na vila contra portugueses, não pudessem ser detidos pelas autoridades locais, e mais ainda, ficarem impunes. Poderiam até estar agindo por vontade própria, contudo, certamente essas ocorrências tinham o aval de quem efetivamente dispunha de poder. Como já mencionado, os que detinham o poder local controlavam todas as instituições, inclusive a policial, de acordo com seus interesses.

Uma informação importante dentro desse contexto foi a deserção de todo corpo policial, como comprova a seguinte notícia publicada no *Correio Paulistano*; “Seguiram anteontem, de Campinas, para Brotas 8 praças do corpo policial permanentes comandada por um cabo. As praças que compunham o destacamento local de Brotas desertaram”³³⁶. A razão dessa deserção não foi apontada, mas muito provavelmente teve relação com os acontecimentos em curso referentes aos confrontos com os portugueses.

Em face desses acontecimentos, fica a pergunta: Por que tais atitudes contra os portugueses, uma vez que não era só eles que estavam trabalhando na construção da ferrovia? Provavelmente, a presença de grande número deles adentrando à vila assustava os habitantes locais, sobretudo aqueles a quem cabia manter a ordem. Afinal o espaço da vila era o lugar cujas regras estavam estabelecidas pelos mandatários locais e, por outro lado, espaços cujas práticas sociais esses imigrantes em grande parte desconheciam. Diante disso, pode-se levantar algumas razões para as atitudes tomadas em relação àqueles trabalhadores: Primeiro, nas horas de lazer dirigindo-se à vila em grandes grupos a bares e tabernas onde bebiam e aumentavam, assim, significativamente as arruaças já comuns naqueles ambientes. Segundo, provavelmente seus comportamentos não obedeciam às regras locais. A par disso, sabia-se que nas suas bagagens

336 Correio Paulistano, ano XXXII, n. 8853, 27 fev. 1886, p. 2.

culturais traziam novas ideias políticas, principalmente alimentadas pelo anarquismo e socialismo, ideias essas muito distantes do conservadorismo local, controlado pelos representantes da aristocracia agrária. Isso provavelmente deixava em alerta as autoridades locais pois, acostumados a dar ordens a escravos e aos submissos trabalhadores nacionais, estavam lidando com pessoas que sabiam exercer formas de pressão, sobretudo por intermédio de greves. O que se passou nos bastidores do poder a respeito daqueles confrontos não foram localizadas informações, porém o que estava ocorrendo em Brotas chegou às autoridades provinciais, uma vez que o delegado Amador Simões foi demitido do cargo pelo Chefe da Polícia Provincial. Em face desta situação, os conservadores locais, partido ao qual estava vinculado Simões, foram tomados pela surpresa e indignação, como pode ser visto em trecho de um correspondente da vila para o jornal *A Província de São Paulo* que dizia:

O sr. Amador Flávio Simões ... cidadão enérgico [...] no cumprimento do dever, e da garantia da ordem nesta localidade, onde continuamente nesses últimos tempos, tinha-se dado distúrbios, provocados pelos trabalhadores da estrada de ferro Rio Claro [...] Os trabalhadores em grandes maltas, invadiam a povoação, enchiam as tavernas e delas saindo com o cérebro perturbado pelas copiosas libações de álcool, provocavam desordens, procurando de preferência travar conflitos com a polícia [...] O sr. Simões procurou por um paradeiro nessas cenas revoltantes e desalentadoras da civilização de uma vila [...] E é agora, nesse momento crítico, que se demite a bem do serviço público [...] o homem enérgico e bem-intencionado [...] Além desses serviços prestados a causa da justiça e da ordem tem o sr. Amador Simões sendo denotado e invencível campeão das ideias conservadoras no município de Brotas.³³⁷

Prosseguindo, o mesmo correspondente fazia críticas ao governo provincial: “infundem esses acontecimentos, um grande desânimo, uma profunda descrença, nos partidários de uma forma de governo que tão disparatadamente resolve questões [...]”³³⁸.

337 *A Província de São Paulo*, ano XII, n. 3327, 04 maio 1886, p. 2.

338 *Ibid.*, p. 2.

À medida que tal demissão passou a ser do conhecimento público e ultrapassou as fronteiras do município, somado ao fato de que membros do partido conservador, no âmbito provincial, não se manifestaram em favor de seu correligionário brotense, os conservadores locais se sentiram desprestigiados e muitos se incomodaram, como pode ser observado em uma manifestação enviada ao jornal *A Província de São Paulo*, publicada nos seguintes termos:

A demissão do prestimoso chefe conservador de Brotas, sr. tenente Amador Flávio Simões, do cargo de delegado de polícia, não mereceu até hoje do órgão de publicidade mantido pela “União Conservadora” o mais leve indício de reprovação. Isto significa que a direção central do partido, se não prestou assentimento prévio ao ato do governo provincial [...] o acatou com silêncio bem significativo[...] Como explicar-se a indiferença dos profetas da União em desagrarar um correligionário de tal prestígio, ferindo no seu pundonor como autoridade e na sua dignidade como chefe dirigente de um eleitorado importante³³⁹

Como se pretende mostrar detalhadamente mais à frente, a *União Conservadora* foi articulada a partir de uma reação dentro do Partido Conservador, quando das eleições provinciais de 1881, em razão de parte dos membros desse partido ter dado apoio a um candidato do Partido Liberal, e em Brotas a adesão dos conservadores a tal facção foi maciça.

A situação do líder Amador Simões era constrangedora não só em Brotas, mas também diante de seus correligionários na Província. Diante deste fato, no mesmo número em que o jornal publicou a informação acima, saiu uma nota do próprio Amador Simões em que dizia que “oportunamente justificaria ao respeitável público e amigos a todas as ocorrências havidas em Brotas”³⁴⁰. Embaixo dessa nota foi publicada outra em que brotenses lamentavam o acontecido, bem como apresentaram um abaixo-assinado por meio do qual davam total apoio ao chefe político local. Esse abaixo-assinado contou com trinta e três adesões, incluindo entre eles políticos, eleitores, comerciantes, advogado, professor, padre,

339 Id., ano XII, n. 3334, 08 maio 1886, p. 1.

340 *A Província de São Paulo*, ano XII, n. 3334, 08 maio 1886, p. 1.

agricultores e até uma firma de comissários de café. Entre os políticos que deram apoio a tal abaixo-assinado estavam eleitores de outros partidos, como o caso de José Rufino de Cerqueira Leite, importante membro do partido republicano.

Certamente esse apoio maciço advinha de duas razões. Primeiro, independentemente de partido político, como já foi visto, os líderes desses partidos políticos em nada se diferenciavam entre si em termos de propostas e ações, além de defenderem os mesmos interesses e, assim, diante de qualquer ameaça externa, uniam suas forças. Afinal, era o líder político local que estava sendo desmoralizado no âmbito provincial. Segundo, decididamente houve consenso por parte de toda liderança política e dos poderosos locais quanto ao tratamento repressivo que foi dado aos trabalhadores da ferrovia, pois os viam como uma ameaça à ordem estabelecida. Contudo, o que não foi posto em discussão envolve as causas primeiras que desencadearam tais confrontos. Depois de reprimir arruaças, os soldados se viram no direito de provocar com atitudes belicosas a todos os trabalhadores da ferrovia, e certamente, como já apontado, com o aval das autoridades. No relato apresentado por Manoel Antônio de Souza, ele afirmava que: “Dias depois os soldados ainda cobriram de injúrias e impropérios pacíficos trabalhadores da linha (ferrovia), que vinham a esta vila a negócios”³⁴¹, ou seja, o comportamento belicoso dos soldados estendeu-se a todos os trabalhadores e a portugueses que recentemente haviam se estabelecido na vila. Diante disso, as condições para o conflito estavam postas.

No relato no qual Amador Simões apresentou suas justificativas pelo ocorrido, mais esclarecimentos vieram à tona: “Hoje, depois de aclamado os ânimos, venho cumprir a promessa que fiz em data de 4 do corrente por este jornal, expondo os fatos ocorridos nesta localidade, dos quais resultou a desinteligência havida entre mim e o sr. chefe de polícia e a minha demissão”³⁴². Em seguida, fez uma descrição de tudo o quanto realizou enquanto ocupou o cargo de Delegado de Brotas, desde 19 de setembro do ano anterior, quando tomou posse, até sua demissão em 5 de agosto último:

341 Id., ano XII, n. 3317, 16 abr. 1886, p. 2.

342 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3348, 25 maio 1886, p. 1-2.

Em uma noite de setembro do ano passado, logo depois que assumi o cargo, um grupo de portugueses foi à casa de Maria Amorim e não a encontrando ali arrombaram a porta, deram tiros, constando que conduziram moveis daquela casa e praticaram outros atos criminosos. Dias depois, foi preso por ébrio e por provocar a polícia, um português: e sendo este conduzido para a cadeia, ali foram três patrícios seus tirá-lo à força. Houve uma pequena luta entre os praças e os agressores, do que aproveitou o preso para fugir [...] Em 23 de fevereiro, as duas horas da madrugada, um grande grupo de portugueses queria arrombar a porta da casa de uma meretriz, onde se achava João Maria Bittencourt, e este saindo à janela pediu-lhes que tal não fizesse; então deram-lhe um tiro e trataram de cercar a casa, fugindo o mesmo Bittencourt pelo quintal para avisar a polícia [...] Compareceu a polícia ao lugar do conflito e encontrou defronte da casa de José Maria Gomes muitos indivíduos que armados de pau, agrediram-na e massacraram-na ficando três praças bastante feridas e algumas levemente [...] Abri inquérito sobre o fato mas não foi possível a punição dos culpados, por ter se dado o caso alto da noite e não haver meios de prova [...] A impunidade produziu o efeito que era de esperar, [...] apenas um mês e alguns dias [...] cerca de dez horas um grupo deles em grupo superior a trinta, entrou na vila percorrendo as ruas com grande algazarra, provocando os pacíficos habitantes do lugar e indo as imediações da cadeia afrontar e injuriar algumas praças que ali se achavam.

Continuou narrando outros confrontos envolvendo portugueses e concluiu argumentando:

Todos estes fatos foram por mim levados ao chefe de polícia, pedindo eu já anteriormente sua presença nessa vila [...] porém vi que o sr. chefe não tomou minhas comunicações na altura e na importância devida. Parece que o sr. exc. prestava mais ouvidos a informações estranhas e contrárias as minhas [...] e recomendou-me muita circunspecção e prudência [...] Vista disso, julgando-me sem força e apoio do governo, no dia 12 [...] officiei o pedido de exoneração do cargo de delegado [...] Entretanto, com grande surpresa e contra a expectativa gerada, entendeu o sr. chefe de polícia afrontar-me com uma demissão a bem do serviço público [...] Tenho assim exercido um direito, defendendo-me de qualquer mau juízo que sobre mim se possa formar [...] dando aos meus amigos e ao público uma satisfação³⁴³.

343 Ibid., p. 1-2.

Era certo que, em sua defesa, Simões lançaria mão de todos os argumentos a seu favor, dando sua versão dos fatos. Também era certo que muito do que narrou correspondia ao ocorrido, no entanto, há fortes indícios de que a versão dada por Simões continha fragilidades e, ao que tudo indica, as autoridades provinciais tiveram informações as quais não se encontram nos relatos publicados. É possível levantar algumas questões a respeito do ocorrido: primeiro, a demissão de um cargo de um chefe político de importância local não era fato corriqueiro, certamente havia razões fortes para que isso ocorresse; segundo, ele sequer teve apoio da “União Conservadora”, que quando da sua formação havia recebido adesões em bloco dos conservadores brotenses; terceiro, na informação relatada pelo próprio Simões, na qual afirmava que o chefe de polícia da província o aconselhara a ter “muita circunspecção e prudência”. Possivelmente, esse chefe de polícia dispunha de mais informações a respeito do que estava acontecendo em Brotas, tanto que o apoio a Simões foi apenas local, ou seja, das pessoas que também estavam incomodadas com o comportamento dos portugueses. Por fim, como adiantado, não que o grupo de portugueses nada fizera em termos de perturbar a ordem social da vila, porém faltou habilidade das autoridades locais em lidar com a nova situação apresentada aos brotenses. Seja como for, o acontecido fazia parte das transformações em curso com a chegada de europeus, seja como operários, no caso da ferrovia, seja como mão de obra livre na lavoura, que começava a chegar em massa com a imigração subsidiada exatamente a partir do ano desses acontecimentos, ou seja, 1886.

Importante destacar que, depois da situação apaziguada, Amador Flávio Simões foi reconduzido ao cargo a pedido de representantes dos três partidos políticos de Brotas, Conservador, Liberal e Republicano e atendidos pelo Presidente da Província. Esse ato desencadeou calorosos debates na Assembleia Provincial, uns a favor e outros contra. Entre os contra estava o deputado Rodrigo Lobato que argumentou

[...] não se encontrar razão plausível para que uma autoridade demitida pelo sr. João Alfredo (chefe da polícia no âmbito provincial), cuja imparcialidade o nobre deputado não pode contestar, fosse reintegrada pelo seu sucessor. Depara apenas com a razão de ser o sr. Amador

Flávio Simões prestigioso chefe do partido conservador em Brotas e nesse caso sacrificou-se o interesse da justiça às conveniências de partido³⁴⁴.

Esse acontecimento em Brotas desencadeou um grande debate na Província, ao ponto do renomado escritor da época, Júlio Ribeiro, em seu livro *Procelarias*, ter dado também sua opinião, no caso a favor de Flávio Simões, com o argumento de este ter recebido importantes apoios em Brotas³⁴⁵. No entanto, pelo visto, esse argumento tinha mais relação com seu apoio incontestado ao líder político do partido conservador local, do que propriamente resultado de uma averiguação do que efetivamente havia ocorrido em Brotas. Júlio Ribeiro foi um ferrenho defensor do Império e do partido Conservador.

A par destes acontecimentos, a implantação da ferrovia continuou seu andamento e, com sua chegada a Brotas em 1886, passou a facilitar a comunicação entre São Paulo e a vila, o que permitiu maior contato das pessoas com as inovações e a incorporação de novos comportamentos e novas sociabilidades em andamento na capital paulista. As novas ideias de democracia e cidadania propaladas pelos republicanos e também divulgadas por muitos imigrantes europeus que eram portadores de ideias anarquistas e socialistas, somados ao grande desenvolvimento econômico da província, refletiram na vila.

Já foi visto que um dos anseios dos segmentos mais informados da população era dar às crianças e aos jovens um melhor ensino, que até então as escolas públicas não ofereciam a contento. O entusiasmo expresso por um brotense, no ano de 1889, diante dos exames de uma escola particular sediada em Brotas, demonstra bem isso:

A julgar pelas provas exibidas, atendendo-se ao pouco tempo que dispôs o sr. Belfort para preparar seus alunos [...] sua escola funciona a menos de um ano [...] pode-se afirmar que o resultado dos exames foi o mais satisfatório possível. Os alunos arguidos [...] mostraram real aproveitamento [...] Dando parabéns ao distinto moço professor por tão brilhantes resultados alcançados [...] ³⁴⁶.

344 Correio Paulistano, ano XXXIII, n. 9121, 22 jan. 1887, p. 1.

345 RIBEIRO, Júlio. *Procelarias*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1887.

346 A Província de São Paulo, ano XV, n. 4133, 10 jan. 1889, p. 1.

Segmentos da população também começavam a se preocupar com atividade cultural. Próximo ao fim do ano de 1888, “alguns cavaleiros formaram uma sociedade dramática, e que na véspera do natal daquele ano daria o segundo espetáculo”³⁴⁷. Tanto no caso da sociedade carnavalesca como da dramática, eram compostas por homens que faziam parte da camada urbana mais diferenciada da vila. Isso ocorreu também em outras cidades, nesse mesmo momento.

Todavia, embora a vila tivesse avançado com alguns melhoramentos urbanos, havia ainda muita coisa a ser feita. Em termos sanitários, como as demais vilas e cidades, as epidemias continuavam a marcar presença em Brotas. Era nesses momentos que as autoridades tomavam algumas providências. Em setembro de 1888 foi a epidemia de varíola que se espalhou pela vila. Dessa vez a Câmara Municipal solicitou ao governo provincial “que autorizasse a coletoria daquela vila a pagar a quantia de 60\$000 que despendeu com tratamento dos variolosos”³⁴⁸. Dois meses depois se informava de que Brotas:

Terminou nessa localidade a epidemia de varíola, graças ao zelo das autoridades. Da terrível moléstia foi apenas vítima uma mulher que a contraiu de uma sua filha, que por sua vez a apanhou na lavagem de roupa que vieram nas malas de um viajante de Casa Branca. Durante o temeroso flagelo o comércio desta localidade esteve paralisado³⁴⁹.

Logo depois da chegada da ferrovia em Brotas em 1886, as mudanças foram aceleradas e se aprofundaram mais a partir de 1889, com a implantação do regime republicano, quando foram postas em andamento propostas mais factíveis para a modernização do país, e que também, ainda que de forma muito superficial, os habitantes de Brotas sentiram essa vaga da modernização e incorporaram valores da modernidade.

347 Correio Paulistano, ano XXXV, n. 9690, 19 dez. 1888, p. 1.

348 Correio Paulistano, ano XXXV, n. 9611, 15 set. 1888, p. 1.

349 Id., ano XXXV, n. 9690, 19 dez. 1888, p. 1.

2.5 A escravidão em foco

Campos Sales tinha sido escravo da família Campos Sales – contava. Ganhou sua liberdade, sua alforria de negro cativo, vestindo a farda de soldado brasileiro e pelejando, com valentia, nos esteiros do Paraguai. Mostrava suas velhas cicatrizes. Pontaços de lanças inimigas [...] Quando acabou a guerra, estava forro, sozinho e largado no mundo. Trabalhou para patrões, daqui, dacolá. Nunca arranjou nada.

Cora Coralina

Certamente alguns dos primeiros pioneiros que chegaram em terras do futuro município de Brotas já dispunham de escravos, pois parte dos mineiros e paulistas que adentraram no interior de São Paulo ocupando terras descendia de famílias portadoras de certo capital em escravos. É preciso ressaltar que, juntamente com esses pioneiros, que no período não deixavam de ser posseiros, uma vez que depois da suspensão das sesmarias em 1822 até 1850 com a primeira Lei de terras, o único acesso a terras era a posse indiscriminada, chegaram também pequenos posseiros sem recursos com o fim de ter acesso à terra para ali viverem da agricultura de subsistência.

A primeira notícia de que se dispõe sobre a existência de escravos em Brotas foi da união religiosa de um casal de escravos que aparece nos seguintes termos:

Aos vinte nove dias do mês de janeiro de 1844 nessa capela de Nossa Senhora das Brotas [...] o reverendo vigário da vara José Joaquim Ferreira [...] receberam em matrimônio Manoel e Manoela ambos escravos de Leonel Francisco Terra. Logo receberam as bênçãos nupciais na forma do ritual romano.³⁵⁰

Outra informação a respeito de escravos em Brotas aparece no relato realizado pelo delegado de polícia de Araraquara, José Joaquim de Sampaio, em ofício de 3 de janeiro de 1852, quando afirmou que:

350 FERNANDES, 1955, p. 42.

[...] na freguesia de Brotas contavam-se onze fábricas de açúcar, todas administradas por seus donos, tendo feitor [...] Essas fábricas nada exportavam e toda sua pequena produção era para consumo local. Em algumas os proprietários trabalhavam com dois e quatro escravos e a família, mas havia também as que empregavam de 12 a 20 escravos.³⁵¹

Portanto, a utilização da mão de obra escrava em Brotas já era um fato desde o início da ocupação econômica pelo homem branco. Outras informações de que se dispõe sobre escravos desse período são indiretas. Trata-se de um arrazoado feito em 1856 por um brotense, a respeito do tratamento dado por Francisco Gomes Botão a colonos portugueses, quando afirmou que: “Existem homens que avessados a maneira bárbara porque só sabem em maltratar seus escravos, não sabem medir a distância que existe entre estes e o homem livre-colono”³⁵². Infere-se, portanto, que Botão dispunha de escravos. Na época, a propriedade de Botão estava localizada em área pertencente a Brotas, que posteriormente foi englobada ao município de Jaú. Embora os dados apontados sejam esparsos, indicam a presença de escravos desde o início da ocupação das terras brotenses.

No mundo escravista, as regras eram impostas pelos senhores e o descumprimento da lei por parte destes era uma prática corriqueira. As desobediências legais só se tornavam públicas quando ocorriam embates entre senhores de escravos. No espaço de suas propriedades, os senhores de escravos estabeleciam todas as regras às quais o negro devia se submeter, inclusive castigos muitas vezes extremamente cruéis.

Uma dessas ocorrências tornou-se pública em Brotas, em 1865, quando do embate entre o delegado de polícia, Antônio do Amaral Abreu vinculado ao Partido Liberal, e Francisco Antônio Simões, do partido Conservador. Quando o primeiro estava realizando o recrutamento para a Guerra do Paraguai, Simões interferiu nas ações do delegado e este o acusou de agir como instrumento nas mãos de Vieira. O que ocorreu foi o seguinte: “Que teve a denúncia de acharem-se alguns libertos no cativeiro e dentre eles uma parda que se achava no poder do sr. Vieira como sua

351 Ibid., p. 42.

352 Correio Paulistano, ano II, n. 521, 06 maio 185, p. 4.

escrava”³⁵³. Essa prática de reconduzir escravos libertos ao cativeiro por parte dos escravocratas não foi exceção só em Brotas, pois, com muita frequência, essa ocorrência se dava nas áreas escravistas, sobretudo no período pós-abolição do tráfico negreiro, em 1850, diante da menor oferta de escravos no mercado e o consequente encarecimento deste estrato e, por outro lado, a premente necessidade de mão de obra frente à acelerada expansão cafeeira.

Uma forma de resistência dos escravos às opressões foram as fugas, que se intensificaram muito no período que antecedeu a abolição, quando os negros conscientemente buscavam estratégias para erodir o sistema escravista. No entanto, em Brotas, ainda no início da década de 1870, já havia notícias de fuga de escravo, como se constata no anúncio da fuga do escravo de nome Polycarpo, que em 1872, que fugiu de uma fazenda em Brotas. A notícia trazia o adendo de que ele era “inclinado a domar animais e que havia fugido da fazenda de Antônio Francisco de Macedo no dia 25 de outubro”³⁵⁴. As fugas de escravos visando enfraquecer o sistema escravista vinha se intensificando desde a década de 1870, contudo, foi a partir de meados da década de 1880 que se tornaram mais expressivas. Quando os proprietários anunciavam a fuga de um escravo nos jornais, procuravam descrever a idade, seu nome, as suas características físicas e ainda suas habilidades de trabalho, pois era com essas habilidades que se inseriam no mercado de trabalho.

Nas duas décadas que antecederam a abolição, houve um incipiente despertar da opinião pública em relação ao tratamento dado ao escravo. Foi quando denúncias começaram a aparecer nos mais importantes jornais e, ao mesmo tempo, a atuação policial e judiciária tornaram-se mais presentes. É o que se pode observar na notificação de um brotense, correspondente do jornal *Gazeta de Campinas*, em junho de 1872, quando informava a respeito do falecimento de um escravo. Depois de anunciar a morte do fazendeiro Lourenço José de Araújo Bicudo, um dos que pediu autorização para erguer a capela de Nossa Senhora das Dores, em 1842, noticiava:

353 Diário de S. Paulo, ano I, n. 111, 15 dez. 1865, p. 2.

354 Id., ano VIII, n. 2128, 21 nov. 1872, p. 3.

[...] faleceu também anteontem um mísero africano que tendo requerido depósito tentava gozar também os sagrados direitos da sua liberdade. Não pode gozá-la na terra, foi gozá-la desassombradamente no céu – que é o regaço de Deus – para livres e cativos. Aí não há distinções: todos são iguais! Um companheiro desse africano, agita em juízo uma questão idêntica. O mísero só pede justiça aos seus incontestáveis direitos³⁵⁵.

Pelo tom dado ao texto, seu autor mostrava-se muito condoído com a situação do escravo ceifado pela morte antes de obter a alforria que havia requerido. Esse tipo de atitude, sem dúvida, demonstrava ser um simpatizante da causa abolicionista. É sabido pela historiografia que foi a partir de 1870 que o debate sobre a emancipação dos escravos assumiu maior proporção.

Foi também dentro desse período que as violências contra escravos aumentaram significativamente. E foi justamente dentro dessa realidade que setembro de 1873, no município de Brotas, a brutalidade de um crime contra uma escrava repercutiu na imprensa da capital, causando grande indignação. A primeira notícia a respeito dizia que “no dia 24 do mês findo havia sido enterrado o cadáver da preta Josefa, escrava de José Fernandes ali morador, cuja morte proviera de maus tratos e castigos bárbaros”³⁵⁶. Cinco dias depois publicaram no *Diário de S. Paulo* mais detalhes do acontecido, como pode ser visto no relato a seguir:

Os anais do crime registram um assassinato revestido de circunstâncias hediondas. Constando ao dr. delegado de polícia ter falecido uma escrava de José Fernandes da Silva e Castro, em consequência de espancamento [...] ordenou a exumação do cadáver [...] o encontraram apresentando muitos sinais de ofensas físicas tendo o corpo cheio de bolhas d’água, produzidas por água quente, com feridas nas costas por instrumentos perfurantes, com ferimentos na vagina por instrumento contundente e áspero [...]. Deste exame científico escrupuloso resulta que a infeliz escrava morrera vítima de fome, de anemia e pancadas³⁵⁷.

355 Gazeta de Campinas, ano III, n. 267, 23 jun. 1872, p. 1.

356 Diário de S. Paulo, ano IX, n. 2362, 06 set. 1873, p. 2.

357 Id., ano IX, n. 2378, 26 set. 1873, p. 2.

A historiografia sobre a escravidão já demonstrou que, nesse final do escravismo, a criminalidade aumentou significativamente, e não foi incomum crimes brutais contra escravas, em geral eram praticados pelas mulheres dos senhores escravistas, sendo muitas vezes por ciúmes, por elas terem estabelecido relações sexuais com seus maridos. No caso ocorrido em Brotas, há indícios de que a razão do crime tenha sido essa, pois o fato de jogar água fervendo na escrava era ato típico de mulher, os senhores de escravos dispunham de outros meios para torturá-los. E mais ainda, praticar ferimentos na vagina soa com uma vingança concernente a sexo. Tanto, que o autor do texto diz que a referida escrava pertencia a José Fernandes da Silva e Castro, mas sequer insinuou que tenha sido ele o autor do crime, e mais no final conclui: “cumpre que a justiça pública se empenhe na descoberta do criminoso, quem quer que ele seja”³⁵⁸. Esse “quem quer que ele seja” sugere que poderia ser pessoa de classe diferenciada. Nada mais apareceu sobre esse crime na imprensa no sentido se foi julgado ou não, todavia, é sabido que dificilmente chegava-se a um julgamento quando o implicado pertencia à classe senhorial.

Quanto aos filhos de escravos, sabia-se que por lei deveriam ser registrados por intermédio do Juiz Municipal, que era também o juiz de órfãos. No ano de 1876 foi realizado em todos os municípios da Província de São Paulo um levantamento do montante “dos escravos matriculados em cada um deles em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871”³⁵⁹. Tratava-se de verificar o número deles e, a partir daquele levantamento, pôr em ação a Lei do Ventre Livre, ou seja, dar a liberdade a todos os filhos de escravos que nascessem a partir daquela data. Nesse levantamento, constatou-se o montante de escravos de Brotas e de Dois Córregos, apresentados conjuntamente, totalizando 1309 escravos. Possivelmente o número deles no município era mais que esse total, porque era frequente proprietários deixarem de matricular todos os seus escravos para não pagarem impostos sobre eles. A forma de o governo ter controle sobre o número de escravos para efetuar a cobrança de impostos era por meio das matrículas que deveriam ser feitas nas coletorias de cada município.

358 Diário de S. Paulo, ano IX, n. 2378, 26 set. 1873, p. 2.

359 Id., ano XII, n. 3290, 24 jan. 1876, p. 1.

Outro dado referente ao número de escravos em Brotas aparece no *Nosso Álbum*, que remetia à informação obtida nos “Apontamentos Históricos e Geográficos, Biográficos e Noticiosas da Província de São Paulo de Eufrásio de Azevedo Marques Manoel”, com dados levantados no ano de 1876. Nesta publicação consta que havia em Brotas 7116 almas, sendo 1383 escravos³⁶⁰.

Por intermédio do levantamento realizado em 1876, referente ao número de escravos em toda a Província de São Paulo, é possível fazer uma comparação da presença deles nos municípios próximos a Brotas. O Quadro 5 permite observar que o número de escravos em Brotas estava atrás apenas de Rio Claro e Araraquara, os dois municípios de ocupação mais antiga da região.

Quadro 5 - Número de escravos em 1876

Municípios	Nº de escravos
Rio Claro	3898
Araraquara	1798
Brotas	1383
São Carlos do Pinhal	1332
Pirassununga	1312
Belém do Descalvado	1307
Jaú	1091
Ribeirão Preto	674

Fonte: *Nosso Álbum* (1933).

A partir de meados da década de 1870, momento em que estavam sendo ampliadas significativamente as lavouras cafeeiras no chamado Oeste Paulista, do qual Brotas fazia parte, a necessidade de mão de obra escrava tornava-se cada vez mais premente e, ao mesmo tempo, foi quando principiou a campanha abolicionista. Tanto que os jornais com veio mais liberal entraram nessa campanha divulgando os municípios nos quais ocorrera a libertação de escravos. Foi o que fez o *Diário de S. Paulo*,

360 *Nosso Álbum*, 1933.

em 1877, quando foram libertados no interior de São Paulo vinte e dois escravos e entre os quais estava Brotas, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Número de escravos libertos em 1877

Municípios	Nº de escravos
Iguape	6
Brotas	4
São José do Barreiro	6
Araraquara	3
São Roque	2
Piedade	1
Total	22

Fonte: Diário de S. Paulo³⁶¹.

O que de imediato é possível verificar nessa relação é que nela não consta nenhum município cafeeiro significativo. Na verdade, o número de escravos libertos era inexpressível, portanto, publicar essa relação teve mais efeito demonstrativo, uma vez que nesse período estava em andamento a campanha abolicionista.

A relação entre escravos e senhores sempre foi tensa em todo período. Os senhores mais hábeis em lidar com seus escravos evitavam confrontos, contudo, aqueles que levavam a exploração aos limites da resistência dos seus plantéis de escravos, com frequência sofriam reação por parte deles, até com assassinatos. Já foi dito que, no período que antecedeu a abolição, ocorreu uma intensificação da exploração da mão de obra escrava e como consequência houve um aumento da criminalidade no âmbito do sistema escravista. Brotas não fugiu à regra.

As informações a seguir estão contidas em relato que tratou questões de outra ordem, no entanto, trazem detalhes de ações de um fazendeiro que explorava seus plantéis de escravos além do alcance de suas forças. Tal informação consta do processo aberto em 1878 contra Joaquim Corrêa de Godoy, pela morte do fazendeiro José Modesto de Abreu. Godoy era acusado de ter sido o mandante do crime efetuado

361 Diário de S. Paulo, ano XIII, n. 3586, 15 set. 1877, p. 2.

contra José Modesto pelos próprios escravos. O advogado de defesa do réu, ao procurar atribuir somente aos escravos a responsabilidade de tal ato, argumentou que teria sido uma reação aos maus tratos praticados pelo proprietário que levou os escravos a cometerem o assassinato. Para tanto apontou algumas das práticas que José Modesto punha em ação em relação aos referidos escravos: “que trabalham de dia e à noite dormindo fechados com ferro no pescoço”³⁶², que um deles mostrou “ao pajem de um vizinho as nádegas em estado lamentável”³⁶³.

Outra informação a ser considerada é que o referido José Modesto detinha um significativo plantel de escravos, uma vez que há menção de que “escravos em massa fugiram de sua fazenda para à vila de Brotas, que distava desta perto de cinco léguas”³⁶⁴. Embora essa menção de fuga em massa não especifique o número de escravos, algumas indicações levam a pensar que girava em torno de vinte a trinta escravos, uma média encontrada entre os principais lavradores de café em Brotas.

Por exemplo, o fazendeiro José Ribeiro de Almeida, que em 1880 dispunha de mais ou menos trinta escravos – como mencionava o autor do texto que relatou os festejos da inauguração de uma máquina de beneficiar café em sua fazenda –, disse que quando foi servido um jantar comemorativo em que foram convidados amigos e autoridades locais, o jantar também foi “servido aos seus escravos, em número de mais ou menos trinta”³⁶⁵. Portanto, o número de um grande plantel de escravos em Brotas era limitado se comparado com importantes municípios cafeeiros que muitas vezes ultrapassava o número de cem, pois, como foi visto, as terras disponíveis para o café eram restritas no município.

Um mapeamento de escravos (Quadro 6) feito com base na publicação do número de escravos existentes no Oeste Paulista publicados entre os anos de 1872 e 1887 no jornal *A Província de São Paulo* permite avaliar o ritmo da utilização da mão de obra escrava nesses municípios no momento em que a lavoura comercial do café começava a tomar corpo nessa região.

362 Diário de S. Paulo, ano VI, n. 1500, 24 fev. 1880, p. 2.

363 Ibid., p. 2.

364 A Província de São Paulo, ano IV, n. 1126, 20 nov. 1878, p. 1.

365 Id., ano VI, n. 1500, 24 fev. 1880, p. 2.

Quadro 6 - Número de escravos por município

Municípios	Anos				
	1872	1876	1880 ⁴	1883	1887 ⁵
Rio Claro	–	3898	4467	4980	–
Araraquara	1748	1798	1796	1828	1300
São Carlos do Pinhal	1392	1332	2055	3347	2982
Pirassununga	–	1312	2491	3585	–
Brotas e Dois Córregos	–	1309	1862	–	–
Brotas	1085	–	–	1160	669
Belém do Descalvado	2182	1307	2036	2844	2182
Jaú	–	1091	1240	–	–
Ribeirão Preto	663	674	1420	–	1379

Fonte: A Autora com base em dados publicados entre 1872 e 1887 no jornal *A Província de São Paulo*.

Embora haja ausência de dados para alguns anos, o Quadro 6 permite verificar avanço e recuo da escravidão nos municípios arrolados. Naqueles que se destacavam na lavoura cafeeira, percebe-se nitidamente um aumento significativo do número de escravos até 1883 como o caso de Rio Claro, São Carlos, Pirassununga. Nos casos de Jaú e Ribeirão Preto, como o aumento das lavouras de café se deu mais para o final da década de 1880, não foi tão expressivo o número de escravos, pois a grande expansão se daria já com a mão de obra imigrante. No caso de Brotas, é preciso levar em conta que, no levantamento de 1876 e 1880, estavam incluídos os escravos de Dois Córregos, e nos anos de 1872, 1883 e 1887 restringiam-se apenas a Brotas. Embora tenha havido um aumento no número de escravos entre os anos de 1872 e 1883, foi pouco significativo, e em 1887 deu-se uma forte queda, tornando-se entre os municípios arrolados o que apresentou o menor número de escravos.

Importante atentar para o fato de que os municípios onde a ferrovia já havia chegado antes de 1886, o número de escravos era maior, ou seja, Rio Claro e São Carlos. No caso de Brotas, em que a ferrovia só chegou em 1886, não foi só esse atraso que determinou uma mão de

obra escrava menos expressiva. A queda do ritmo de entrada de escravos em Brotas significou também que a expansão da lavoura cafeeira foi mais limitada. Por outro lado, é certo que dados presentes no último ano do Quadro 6, ou seja, 1887, não mais expressam a expansão do café, uma vez que a entrada da mão de obra imigrante em larga escala a partir de 1886 permitiu que fazendeiros dispensassem um grande número de escravos com a concessão de alforrias, tanto que no levantamento feito a respeito do número de escravos em todos os municípios apontados houve uma queda expressiva desse grupo no ano de 1887.

Quanto ao número de escravos alforriados em Brotas são esparsos, todavia os dados disponíveis permitem avaliar um pouco o ritmo de concessão de libertação de escravos no município. A primeira menção à alforria deu-se no ano de 1874, quando o Presidente da Província, preocupado com a emergência de movimentos abolicionistas, solicitou informação a respeito. Para tanto, o juiz municipal de Brotas informou “ao Presidente da Província haver em Brotas apenas dez escravos alforriados, negando a insinuação dada pelo mesmo Presidente de que ali existia uma associação de Libertação de Escravos”³⁶⁶. Provavelmente, havia chegado ao Presidente da Província, a informação de que havia abolicionistas em Brotas, como o caso de um importante fazendeiro e político, Remigio Cerqueira Leite, que aderira a essa causa desde o início da década de 1870.

Duas questões podem ser inferidas com base nessa informação. A primeira mostra a preocupação das autoridades provinciais com as ideias abolicionistas em um momento que ainda não havia sido resolvida a questão da mão de obra para a lavoura do café em expansão. A segunda foi a concessão de alforrias mais de uma década antes da abolição oficial, que ocorreria em 1888. Muitas vezes a alforria se dava pelo fato de o proprietário não dispor de condições econômicas para manutenção dos escravos, ou então por eles serem pouco produtivos em virtude da idade avançada, e mantê-los na propriedade significava custos.

O mesmo argumento pode ser considerado quanto à informação de quando do falecimento em 1884 de Dona Francisca Fortunata de Castro, mãe do senhor Antônio Augusto Guatemozin, que foi “libertária, há tem-

366 RAMOS *et al.*, 1996, p. 47.

pos, de todos seus escravos em número de sete ou oito”³⁶⁷. Importante destacar que qualquer informação que fosse enviada ao jornal *A Província de São Paulo* no tocante à libertação de escravos era publicada, uma vez que esse jornal surgiu tendo, entre outros propósitos, a campanha abolicionista.

Em muitos casos, senhores de escravos no período que antecedeu a abolição faziam um jogo duplo, de um lado alardeavam a liberdade concedida a um ou mais escravos e por outro, concediam essa liberdade sob condições, ou seja, efetivamente ela se daria em data futura.

Na década de 1870, com os abolicionistas intensificando campanhas para a libertação dos escravos, entre eles muitos intelectuais e pessoas de destaque na sociedade brasileira, com maior frequência apareciam na imprensa artigos cujo autor mostrava simpatia por essa causa. Nesse contexto, conceder a liberdade a escravos começou a ser visto como uma causa nobre. Assim, alguns proprietários, quando outorgavam a liberdade a um de seus escravos, faziam questão de alardear na imprensa essa ação, pois essa atitude lhes rendia simpatia e era interpretada como um “ato de benevolência de corações generosos”. Em geral, concediam a liberdade a escravos que prestavam serviços domésticos ou àqueles que estavam sem condições de trabalhar no eito em decorrência de doença ou por velhice. Foi o caso em Brotas de José Rodrigues Pereira Viana que, em 14 de agosto de 1876, concedeu a liberdade à escrava Felícia e publicou na imprensa que era

[...] verdadeiro senhor e possuidor da escrava Felícia, cor parda, solteira, serviço doméstico [...] tendo-lhe em data de 5 de setembro de 1875 dado liberdade com a condição de não sair de minha companhia, e prestar serviços a mim e minha mulher no prazo de dez anos [...] E agora querendo lhe dar mais uma demonstração do meu reconhecimento pelos serviços prestados pela mesma Felícia durante a enfermidade de minha mulher, desisto das condições supra mencionadas para que desde já possa ser tida como livre³⁶⁸.

Nota-se que, nesse caso, a princípio, a liberdade foi condicional. Nesse período, as contradições da sociedade escravista eram expostas de forma evidente, uma vez que continha ao mesmo tempo segmentos

367 *A Província de São Paulo*, ano X, n. 2919, 12 dez. 1884, p. 2.

368 *Correio Paulistano*, ano XXIII, n. 6038, 10 dez. 1876, p. 2.

de pessoas que se sensibilizavam pela causa abolicionista lançando mãos dos mais diferentes meios para a denúncia dos maus tratos em voga em relação aos escravos e escravocratas ferrenhos que não tinham nenhum pejo em dar continuidade à prática da violência em razão de seus ganhos econômicos. Contudo, mesmo assim,

[...] o sistema de exploração da mão de obra escrava e o arcabouço disciplinar a ele atinente não só se manteve intocado, como recrudescceu ao longo das duas últimas décadas da escravidão [...] As áreas cafeeiras do Oeste Paulista, surgiam neste contexto, como particularmente violentas³⁶⁹.

Quando o outorgante da liberdade de um escravo era alguém de prestígio e poder no município propalava-se para toda sociedade e por intermédio da imprensa, uma vez que esse ato era uma virtude que viria acrescentar uma auréola de bondade aos poderosos. Tanto que permaneceu praticamente até os dias atuais, em meio às famílias cujos ancestrais foram escravocratas, a evocação desses atos aclamando seus antepassados como senhores da benevolência. Essa foi uma das formas de se apagar da memória da sociedade brasileira todas as violências praticadas no interior da sociedade escravocrata.

Em 1880, em Brotas, tem-se um caso exemplar de como se fazia propalar um ato de alforria e ao mesmo tempo ser proclamado como um ato de bondade. Foi quando Joaquim Olympio de Albuquerque, filho do capitão José Vieira de Albuquerque, deu a liberdade ao escravo João Mulato. O argumento divulgado para essa concessão de alforria deveu-se aos “serviços prestados como pajem de confiança de seu falecido pai”³⁷⁰ e, assim, “concedeu-lhe alforria sem condição alguma, para ser computado em seu quinhão o valor que foi avaliado no inventário de seu pai”³⁷¹. Para entrega da carta de alforria promoveu-se uma grande festa, detalhadamente descrita por um correspondente de Brotas no jornal *Correio Paulistano*:

369 MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ; EDUSP, 1994. p. 23-24.

370 *Correio Paulistano*, ano XXVII, n. 7179, 03 nov. 1880, p. 1.

371 *Idid.*, p. 1.

Reunidos cidadãos de diversas classes da sociedade brotense em casa do sr. Joaquim Olympio, este notável cavalheiro entregou a carta liberatória ao alforriado, sendo elevado muitos entusiasmos e brindes ao apreciável moço Joaquim Olympio, à sua digna esposa e a galante filhinha à sua respeitável mãe e a toda a considerada família Vieira ao som de brilhantes peças de músicas executada pela banda de música Brotense. Que espontânea e gratuitamente prestou-se a auxiliar o festejo de tão meritório acontecimento. À noite o generoso manumissor o sr. Joaquim Olympio reuniu em sua casa muitas famílias e distintos cavalheiros que numa anima soirée entreteram-se até as duas da manhã. Como complemento ao auspicioso fato [...] também realizou-se a efetiva libertação dos escravos Bento Brandão, e sua mulher Benedita, ambos pertencentes à herança do referido finado, o primeiro pela boa vontade do herdeiro sr. Cherubim Vieira de Albuquerque, e a segunda da herdeira sra. d. Maria Carolina de Albuquerque Pinheiro³⁷².

O capitão José Vieira de Albuquerque, um dos mais importantes fazendeiros no município, certamente não dispunha somente de três escravos; os libertos, muito provavelmente eram idosos que não tinham mais forças para o trabalho pesado. A comemoração para os que participaram do evento foi uma grande festa social, e para os demais componentes da sociedade, serviu para tomar conhecimento de um ato demonstrativo de bondade.

Concessão pontual da libertação de escravos punha à mostra a contradição da sociedade escravocrata nesse fim da escravidão. Alardeava-se como um grande ato humanitário dar a liberdade a um escravo, mas não se abria mão da manutenção do sistema da exploração dessa mão de obra, afinal mais de trezentos anos de escravidão havia solidificado não só do uso dessa mão de obra como ainda havia cristalizado uma cultura de exclusão e subjugação social do negro que, de certa forma, permanece até nossos dias.

Como foi visto, as fugas de escravos a partir de 1870 visavam enfraquecer o sistema escravista. Nesse sentido, informações referentes a Brotas podem ser constatadas a partir desse momento. Em 1876, apareceu notificada em jornal, a fuga de um escravo de nome João, da fazenda

372 Idid., p. 1.

do capitão José Vieira de Albuquerque, que oferecia uma gratificação de 100\$000 a quem o aprendesse e o entregasse ao proprietário³⁷³. Em junho de 1884, outra nota anunciando a fuga de escravo em Brotas. Desta vez foi o de Salvador, de propriedade de José Ribeiro de Almeida, que também pagava a quantia de 100\$000 a quem o encontrasse e o entregasse ao proprietário³⁷⁴. Em dezembro de 1884 foi a vez de José Rodrigues Simões estar à procura de um escravo seu, de nome Marcos, que fugiu de sua fazenda Sant'Ana³⁷⁵.

Porém, não foi só por meio de fugas que escravos no município de Brotas pressionavam o fim do sistema escravista, uma vez que revoltas também foram constatadas. Em julho de 1884, “os escravos de Dona Antônia Idalina Vieira, levantaram-se contra o feitor da fazenda, e armados de foices e cacetes produziram-lhe graves ferimentos”³⁷⁶. Roubos também eram praticados pelos escravos como atos de desobediência, sobretudo quando podiam, levavam dinheiro. Em geral, eram os escravos domésticos que faziam esse tipo de furto. Foi o que ocorreu com o sr. Júlio de Albuquerque, “quando uma preta de nome Benedita lhe roubou a quantia de 600 réis, dinheiro que havia guardado de um colono da mesma fazenda, que lhe dera para ficar em seu poder”³⁷⁷.

Historiadores que trabalharam com a questão da escravidão no momento em que antecedeu a abolição, mostram ações disciplinares mais rigorosas postas em prática pelos escravocratas em relação aos seus plantéis de escravos. Em “certas circunstancias, os senhores pressionados pela falta de braços escravos, acuados pelas dívidas contraídas na aquisição de alguns cativos [...] lançaram mão do expediente da disciplina para forçar uma maior produtividade da mão de obra”³⁷⁸. Por outro lado, diante disso, os escravos começaram a intensificar o número de fugas e até mesmo promovendo fuga em massa. O aumento das fugas de escravos nesse período foi impulsionado diante da facilidade com que eles se inseriam no merca-

373 Correio Paulistano, ano XXIII, n. 5823, 27 maio 1876, p. 3.

374 Id., ano XXX, n. 8351, 20 jun. 1884, p. 3.

375 Id., ano XXXI, n. 8506, 24 dez. 1884, p. 3.

376 Id., ano XXX, n. 8379, 24 jul. 1884, p. 2.

377 Id., ano XXXIV, n. 9364, 17 nov. 1887, p. 2.

378 MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasilienses, 1987. p. 97.

do de trabalho assalariado, especialmente na construção da ferrovia, que foi um grande sorvedouro dessa mão de obra.

As formas de violências praticadas no interior do sistema escravista eram das mais variadas ordens, por exemplo, a recondução de liberto à condição de escravo. Foi o que ocorreu em Brotas em 1887, quando o liberto Raimundo, que estava trabalhando como camarada na propriedade de Remigio Antônio de Cerqueira Leite no município de Brotas, foi reconduzido à força para a condição de escravo. O relato de tal acontecimento foi feito por Remigio Cerqueira Leite, que publicou no jornal *A Província de São Paulo* a seguinte nota:

Que o sr. Antônio Manoel Teixeira ajustou dois ou três camaradas ou capanga para fim de prenderem, ocultamente, o liberto Raimundo para o conduzirem à sua fazenda para ser constrangido, à força de castigos, a declarar aonde se acham seus filho e genro, escravos do mesmo sr. Não posso deixar de declarar ao sr. Teixeira que [...] nem eu nem meu camarada somos responsáveis pela fuga de seus escravos: que desde 1871, tenho tratado de liberdade de escravos, mas pelos meios legais [...] Que não estou resolvido a consentir que jamais seja devassada minha fazenda por seus camaradas, capangas ou capitão do mato [...] Que meu camarada é hoje um homem livre e, por conseguinte não está também a resolver castigos dessa ordem³⁷⁹.

Importante atentar para a declaração de Remigio de que, desde os anos de 1871, aderira à causa abolicionista, portanto, sua adesão deu-se desde o início do movimento de emancipação dos escravos.

Remigio Antônio de Cerqueira Leite era um representante da oligarquia local que adquirira poder econômico, a ponto de conseguir a patente de major da Guarda Nacional, no entanto, seu espaço político em Brotas era restrito, além de sofrer oposição por ser da religião protestante, também por ter aderido ao Partido Republicano, que em Brotas não conseguiu dilatar muito seu espaço. No entanto, as maiores resistências a ele advinham por ele defender a causa abolicionista. Essa oposição fica evidente numa paródia publicada no jornal *A Província de São Paulo* em se-

379 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3715, 19 ago. 1887, p. 2.

tembro de 1887, ou seja, um mês depois do acontecimento acima relatado, em que dizia: “Machado, Machado, ó velho rabugento [...] andas sempre metidas em brigas [...] Deixa em paz o Remigio e os abolicionistas. Foge deles, não jogue com eles as cristas... Que eles jamais [...] te perderão de vistas [...] e logo te verás com Antônio Bento [...]”³⁸⁰. Atenta-se que o autor da tal paródia não defendia Remigio e sua atuação e sim alertava Machado para deixar de lado os abolicionistas, uma vez que dispunham de uma força maior, a de Antônio Bento. Este nome se destacava como a figura mais importante entre os abolicionistas de São Paulo, ou seja, seu líder maior desde a morte de Luiz Gama, em 1882.

O ritmo das concessões de alforrias, que em outros municípios acelerou a partir de 1886, em Brotas foi mais limitado. Tanto que, em 1886, quando o governo provincial fez um levantamento das alforrias no interior de São Paulo, constou que em Brotas, de março de 1886 a março de 1887, o número de escravos libertos foi de apenas dois³⁸¹. Porém a intensificação do movimento emancipador, a partir de 1887, estimulou alguns fazendeiros a concederem liberdade aos seus escravos, muitos porque já estavam substituindo a mão de obra escrava pela do imigrante e outros, percebendo a pressão dos próprios escravos, concediam tal liberdade, desde que os negros se comprometessem a continuar o trabalho em sua propriedade. Foi o que fez, em 1887, o sr. José de Arruda Leite, “o mais antigo lavrador de Brotas e ali muito considerado, que deu liberdade a todos os seus escravos, sob a condição de lhe prestarem serviços até 1890”³⁸². Eram as pressões dos próprios escravos e dos abolicionistas que forçavam os fazendeiros a tomar essa atitude. Necessitavam dessa mão de obra, mas estavam sendo coagidos para libertá-los.

Ao principiar o ano de 1888, o jornal *A Província de São Paulo* deu início a uma campanha implacável em favor da abolição publicando toda informação que chegava à sua redação a respeito de fazendeiros que tivessem dado liberdade a seus escravos, e complementava a informação sempre tecendo a eles muitos elogios por esse ato. Foi nesse final do sis-

380 *A Província de São Paulo*, ano XII, n. 3445, 24 set. 1887, p. 2.

381 MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo. Acervo digital. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

382 *Correio Paulistano*, ano XXXIV, n. 9358, 10 nov. 1887, p. 2.

tema escravista que houve, na Província de São Paulo, uma intensificação da libertação de escravos sempre acompanhados por grandes comemorações, impulsionando as câmaras municipais das vilas e cidades a passarem a realizar festejos quando se conseguia alcançar a liberdade de todos os escravos no município.

Foi o caso da Câmara Municipal de Rio Claro que, em fevereiro de 1888, programou festejos “em regozijo pela libertação do município”. Na mesma coluna o jornal anunciou que, em Jacareí, vários fazendeiros tomaram a mesma iniciativa³⁸³. Em fevereiro também o jornal anunciava outras localidades que haviam conquistado total liberdade aos escravos: “Limeira proclamará dentro em breve a total emancipação” dos escravos³⁸⁴; “está inteiramente livre o município de Mogi Mirim”, bem como vários fazendeiros fizeram o mesmo em São Luiz do Paraitinga³⁸⁵. Ao longo dos meses que antecederam a abolição, um grande número de municípios conseguiu a libertação de todos os seus escravos, bem como fazendeiros de praticamente toda a Província anunciavam o mesmo.

Quanto a Brotas, não apareceu no jornal *A Província de São Paulo*, nesse período, nenhuma notícia de fazendeiro de Brotas concedendo a liberdade a seus escravos. Foi para o *Correio Paulistano* que brotenses enviaram informação de que alguns fazendeiros estavam outorgando a liberdade, todavia, uma liberdade condicional. Em fevereiro 1888, chegava a notícia de que fazendeiros estavam “libertando seus escravos, com a condição de serviços, por pequeno prazo, os seguintes lavradores: Tenente Amador Flávio Simões, tenente José Pinto de Oliveira e Silva, srs. Júlio de Albuquerque, Cherubim Vieira de Albuquerque, d. Maria Custódia de Almeida, e d. Maria de Nazareth”³⁸⁶. Junto a essa informação seguiu o seguinte comentário: “É notável que todos esses lavradores são conservadores, e aquelas viúvas e mães de conservadores. Os lavradores liberais e republicanos, daqui ainda não se animaram fazer o mesmo”³⁸⁷.

383 A Província de São Paulo, ano XIV, n. 3856, 07 fev. 1888, p. 1.

384 Id., ano XIV n. 3859, 10 fev. 1888, p. 1.

385 A Província de São Paulo, ano XIV, n. 3870, 24 fev. 1888, p. 1.

386 Correio Paulistano, ano XXXIV, n. 9439, 17 fev. 1888, p. 2.

387 Ibid. p. 2.

Seguramente, a avalanche de fazendeiros de toda a Província concedendo a libertação a seus escravos, de certa forma pressionou a liderança política de Brotas a fazer o mesmo. Foi o chefe político local com seus principais correligionários que tomaram tal iniciativa, o que leva a crer que tal atitude corporificou mais um ato político de efeito demonstrativo do que propriamente uma ação de desprendimento em relação à causa abolicionista. Assim, tratou-se de uma liberdade de cunho legal, mas não efetiva, uma vez que a liberdade concedida por eles era condicional, pois, por um curto espaço de tempo não delimitado, os ex-escravos deveriam continuar a trabalhar para seus senhores. Certamente esses proprietários de escravos, acuados por pressões dos próprios escravos e pela causa abolicionista, aguardavam a chegada de imigrantes europeus para, de fato, efetivarem a liberdade. Pelo visto, o arraigado conservadorismo dos fazendeiros de Brotas, presos às instituições do império, resistiu o quanto pôde na manutenção do sistema escravista.

No mês de março de 1888 uma nota enviada de Brotas ao *Correio Paulistano* anunciava que, no dia 7 do corrente mês, no âmbito do município, “libertaram-se 135 escravos. Trata-se de marcar o dia para a libertação total dos escravos deste município”³⁸⁸. Todavia, outra nota publicada doze dias depois, ou seja, no dia 23 do mesmo mês informava:

Os jornais têm anunciado que trata-se aqui de marcar dia para festejar a emancipação *de freguesia e até termo* [...] Oh! Vontade de dar notícias! [...] Quem estas linhas escreve afirma que – infelizmente – estamos muito longe desse dia feliz. Com certos lavradores, que chegam a passar dos partidos monarquistas para o republicano por causa da emancipação servil, não será tão cedo – infelizmente – que Brotas cantará também o hino da liberdade!³⁸⁹.

Embora o jornal *Correio Paulistano* noticiasse alforrias concedidas por alguns escravocratas de Brotas, o informante supracitado tinha razão no que dizia, pois certamente estava acompanhando as notícias a respeito no jornal *A Província de São Paulo* que, na defesa da abolição,

388 Id., ano XXXIV, n. 9459, 11 mar. 1888, p. 3.

389 *Correio Paulistano*, ano XXXIV, n. 9469, 23 mar. 1888, p. 2.

estava publicando desde os inícios de 1888 uma enxurrada de concessão de alforria na maioria das cidades paulistas, até mesmo destacando vários municípios comemorando a abolição total de seus escravos. No entanto, quando chegou a Brotas a notícia da abolição pela Lei Áurea, foi

[...] ruidosamente festejada. Grande número de foguetes subiu ao ar durante o dia, tiros, salvas, etc [...] Houve uma manifestação pública de regozijo: era a banda de música, acompanhada de grande número dos alunos das escolas públicas que foram saldar o juiz, como representante aqui do governo. Grande concurso acompanhava os meninos que traziam bandeiras nacionais e um estandarte com a seguinte inscrição: *Ave Libertas*. O juiz chegando à janela, tendo ao seu lado o vice-presidente da câmara pronunciou um entusiástico discurso [...] Grande contentamento público, quer dos nacionais quer dos estrangeiros. Muitos pretos foram à casa do juiz certificar-se da verdade, e durante o dia presentearam o juiz e sua família com frutas e flores³⁹⁰.

O que chama atenção no relato é a ausência de toda liderança política local nessa comemoração, nota-se que apenas esteve ao lado do juiz o vice-presidente da Câmara. A notícia da abolição não deve ter agradado os lavradores que, em Brotas, ainda dependiam da mão de obra escrava.

É sabido que a Lei Áurea veio dar legalidade praticamente a um fato consumado, pois, se de um lado, os próprios escravos estavam minando o sistema escravista com fugas em massa, revoltas, e assassinatos; de outro, a decisão do governo imperial em subsidiar a imigração europeia a partir de 1886, promovendo a entrada em massa de imigrantes, atendeu à premente necessidade de braços para a lavoura cafeeira com mão de obra livre, tornando os escravos desnecessários.

Vale destacar um dado importante focado pela historiografia da escravidão, ou seja, o reconhecimento de que a Lei Áurea estabeleceu igualdade jurídica entre brancos e negros, porém a legislação não contemplou a igualdade racial.

Muitos abolicionistas brancos queriam se livrar da presença dos negros na sociedade brasileira e, nesse sentido, alguns projetos parlamentares previam a deportação de ex-escravizados para a formação de colônias

390 Id., ano XXXIV, n. 9516, 22 maio 1888, p. 2.

na África [...] Após a extinção oficial da escravidão, enraizou-se ainda mais a hierarquização racial. Na virada do século XIX para o XX, as ideias eugenistas ganharam espaço nas faculdades de direito e medicina. Os negros eram vistos como incapazes, biologicamente, de atingir um patamar de desenvolvimento intelectual³⁹¹.

Nessa nova realidade pós-abolição, a população negra foi abandonada pelo poder público. Alguns fazendeiros mantiveram os negros em suas propriedades como assalariados, sobretudo para darem conta dos serviços mais pesados, como derrubada de mata. No entanto, a maioria da população negra foi relegada à marginalidade, uma vez que se preferia contratar o imigrante europeu como assalariado, alegando ser este mais produtivo, embora historiadores de hoje, mediante levantamento de dados estatísticos paralelamente a outras informações, comprovem o contrário, ou seja, o negro era mais produtivo que os imigrantes.

Importante destacar que o final da escravidão negra no Brasil coincidiu com a divulgação de “um novo racismo científico, que acionava uma plethora de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização [...] O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, como negros, mestiços e também imigrantes, sob o guarda-chuva seguro da biologia”³⁹².

Sabe-se que muitos negros que haviam sido deslocados do Nordeste para o Sudeste quando do início da expansão cafeeira para o Oeste Paulista, com a abolição retornaram aos seus lugares de origem, outros se refugiaram em quilombos e outros ainda se instalaram nas periferias das cidades, vivendo de forma precária. Lília Schwarcz menciona relatos mostrando que, “após Abolição era possível observar ex-escravos isolados ou em comunidades inteiras vagando pelos campos, ou estabelecendo por um curto tempo, para voltar a perambular. A explicação para tanta mobilidade pode ser encontrada na experiência prolongada da escravidão, que jamais conheceu o sentido de propriedade”³⁹³.

391 QUEIROZ, Cristina. Caminhos da Liberdade. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, ano 19, n. 267, p. 75-79, 2018. p. 79.

392 SCHWARCZ, Lília Moritz. As marcas do período. In: _____. *A Abertura para o Mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 19-33. p. 21.

393 SCHWARCZ, Lília Moritz. As marcas do período. In: _____. *População e Sociedade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p.63

Pequenas notas publicadas no jornal *A Província de São Paulo* por particulares, na procura de serviçais logo após a Abolição, denunciavam as dificuldades dos negros se integrarem ao mercado de trabalho nas cidades. Vê-se com frequência a solicitação de cozinheiras, babas, passadeiras, engomadeiras, etc. com adendo de que fossem brancas ou especificando a nacionalidade europeia desejada. Antes da abolição, essas mesmas notas visavam à procura de escravas ou negras libertas para prestarem esse tipo de serviço.

Em Brotas, muitos negros se aglutinaram numa área junto à cidade, formando uma comunidade com vida própria, porém vivendo às raias da miséria, sem nenhuma intervenção do poder público. Muitos deles para sobreviverem viviam de esmolas. As casas erguidas em meio à mata de cerrado eram construídas de barro e cobertas de sapé, sem seguir nenhum alinhamento de ruas e calçadas. Quando foram implementados na cidade os serviços de água e luz elétrica, no início do século XX, a comunidade negra ficou à margem desses melhoramentos. A par disso, as populações brancas da cidade os marginalizavam também pelo preconceito, tanto que o nome dado a esse bairro foi de “Pito Aceso”, isto porque, como não dispunham de iluminação, à noite muitos deles ficam com seus pitos fumando nas portas de suas casas, e a iluminação dada pelo pito era vista a distância.

Esse bairro permaneceu enquanto tal até a década de 1960-70, quando foi incorporado pela cidade urbanizada. A Igreja de São João que essa comunidade negra havia construído para exercer suas atividades religiosas e sociais, com suas festas religiosas, foi também posteriormente integrada à Diocese. Quando o espaço em frente à igreja matriz foi ajardinado, os negros passaram a frequentá-lo, pois, como será visto, a Praça Amador Simões no centro da cidade era o espaço de lazer de segmentos sociais mais diferenciados. Portanto, quando da intensificação do processo de urbanização, ocorrido especialmente a partir da instalação do regime republicano, os negros foram excluídos do mercado de trabalho e marginalizados socialmente, o que comprometeu seus direitos à cidadania.

2.6 A política e seu avesso

É horrível a educação política do povo brasileiro. Em presença dos interesses de partido não se guarda acatamento à verdade: colorem-se, invertem-se, torturam-se os fatos, para que digam o que pode servir à conveniência do momento; em uma palavra, mente-se às escancaras, com todo desejo [...] Não se faz justiça ao adversário. 6 de fevereiro de 1887.

Júlio Ribeiro

É difícil abordar a política durante o Império brasileiro sem mencionar a Guarda Nacional e o poder das oligarquias agrárias que tinham como principal ponto de apoio a família patriarcal. No dizer de Sérgio Buarque de Holanda, o resultado dessa realidade “era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”³⁹⁴. Um patriarcalismo que contamina e distorce toda a estrutura política.

Essas características também se entrelaçam à história política de Brotas. Como foi visto, depois que Brotas alcançou o status de vila, a Câmara Municipal foi constituída, compondo-a os principais proprietários rurais do município. Embora o caráter das disputas girasse em torno dos partidos Liberal e Conservador, este último sempre dispôs de maior força política em Brotas, mesmo com os liberais preponderando no âmbito provincial durante a segunda metade do século XIX, até um pouco antes da Proclamação da República. Importante destacar que, em termos municipais, pelas leis do Império, o poder executivo era exercido pelo presidente da câmara. Paralelamente, a câmara controlava o poder judiciário, uma vez que juízes e delegados eram por ela indicados por intermédio do voto, o que lhe garantia amplos poderes na esfera do município.

O poder da Guarda Nacional advinha do poder econômico de seus representantes e, embora fossem nomeados pelo Presidente da

394 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979. p. 49-50.

Província, a indicação era feita pelos próprios membros das oligarquias locais. Os títulos concedidos iam do coronel ao alferes, de acordo com a renda comprovada por cada um deles. Para a obtenção do posto de coronel, a renda deveria ser muito significativa.

As exigências do governo provincial sobre as Câmaras Municipais eram frequentes. Em 1866, em plena Guerra do Paraguai, houve uma intensa cobrança por parte do governo provincial sobre as câmaras, no intuito de agilizarem o recrutamento de soldados para a guerra. O Presidente da Província não perdia a oportunidade para fazer ultimatums a elas. Quando em dezembro de 1866 a Câmara de Brotas enviou um ofício ao Presidente da Província cumprimentando-o pela eleição, ele agradeceu e aproveitou “a ocasião para pedir-lhe [...] o justo empenho em que está esta presidência de enviar soldados para o exército em operação”³⁹⁵, no caso a guerra em andamento.

Uma das questões pendentes que dependeu de ações políticas das câmaras municipais na segunda metade do século XIX, em todo interior de São Paulo, foi a demarcação dos limites entre eles, uma vez que não se tinha transparência no tocante a suas divisas, e cabia às câmaras municipais a verificação sobre essa questão. Um expediente encaminhado pelo Presidente da Província em 19 de julho de 1866 cobrou da Câmara de Brotas “maior clareza e precisão na designação de limites entre as freguesias e de município afim de evitar-se questões e futuros conflitos de jurisdição”³⁹⁶ e concluiu dizendo que “devolvia o incluso projeto de divisas entre as freguesias de Dois Córregos e Jaú e essa vila para que pudessem organizá-lo de modo que evitasse a confusão que nele se nota, dando-lhe melhor redação”³⁹⁷.

Em 1868, quando a Câmara de Brotas encaminhou as suas contas das receitas, despesas e orçamento futuro, uma nova cobrança foi feita pelo Presidente da Província, que as devolveu e solicitou que esta cumprisse o “que a respeito deliberou a Assembleia Legislativa Provincial no ofício que por cópia que lhe remeto”³⁹⁸.

395 Correio Paulistano, ano XIII, n. 3162, 07 dez. 1866, p. 1.

396 Correio Paulistano, ano XIII, n. 3051, 23 jul. 1865, p. 1.

397 Ibid., p. 1.

398 Id., ano XV, n. 3531, 11 mar. 1868, p. 2.

Observando as atas da Assembleia Provincial e atos do Presidente da Província, é possível constatar, pelas nomeações e exonerações, uma grande mobilidade dos que ocupavam cargos públicos nas vilas e cidades do interior paulista, o que também ocorreu em Brotas. Certamente essa mobilidade dificultava a administração local, além do que, a quase totalidade daqueles que ocupavam cargos importantes na vila residiam no meio rural. Ao que tudo indica, a administração da vila se dava de forma muito precária.

Como igreja e Estado estavam unidos, o vigário também era cooptado pelo poder político local, assumindo cargos públicos. Em Brotas, isso pode ser visto quando, em 22 de janeiro de 1864, ao rvd. Vigário José Manoel da Conceição foi proposto “o cargo de inspetor da instrução pública do distrito de Brotas”³⁹⁹. É sabido que, nesse mesmo ano de 1864, esse padre abandonou a função de vigário de Brotas para se integrar à igreja Presbiteriana. É possível que a sua indicação para o referido cargo público se deu um pouco antes de seu abandono da igreja católica, uma vez que a mencionada indicação acontecera no mês de janeiro. Sua exoneração do cargo deve ter ocorrido por essa razão, pois, em seguida, esse mesmo cargo foi assumido por José Rufino de Cerqueira Leite, que também solicitou sua exoneração do cargo em maio de 1865⁴⁰⁰.

Importante destacar que o voto, nesse período, era censitário, ou seja, o votante, de acordo com a Constituição Imperial de 1824, deveria comprovar um rendimento mínimo de cem mil réis por ano, o que restringia o direito ao voto apenas ao grupo de cidadãos muito limitado que detinha um alto poder aquisitivo. Cabia ao poder executivo provincial avaliar os rendimentos dos interessados a integrar o rol dos votantes bem como decidir o número de votantes por paróquia. No momento que antecedia a eleição, era realizada a qualificação dos votantes para verificar se estavam enquadrados dentro dos critérios estabelecidos pela constituição, e entre esses critérios estava a comprovação dos rendimentos econômicos. Era no espaço da igreja que eram realizadas as eleições, uma vez que o governo imperial havia delegado tal tarefa a esta instituição.

399 Id., ano XII, n. 2312, 30 jan. 1864, p. 1.

400 Id., ano XII, n. 2701, 25 maio 1865, p. 1.

No ano de 1863, a soma dos votantes em Brotas que participaram da eleição provincial foi de apenas seis eleitores⁴⁰¹. Para se ter uma noção mais geral a esse respeito pode-se comparar com vila de Botucatu, frente pioneira mais ou menos contemporânea a de Brotas, cujo número de votantes totalizou 12. Com esse exemplo, é possível avaliar que a força política em Brotas já na década de 1860, se comparada com outras vilas em âmbito provincial, era fraca e, como o acesso a cargos políticos decorria diretamente do poder econômico, conclui-se que já na década de 1860 Brotas não se mostrava com uma economia comparável à de Botucatu. Na eleição provincial desse ano de 1863, os brotenses votaram no partido conservador, que igualmente venceu as eleições na esfera provincial. Não obstante, nem sempre o número de votantes correspondia ao número de eleitores. Muitas vezes, no momento da eleição, aqueles que dispunham de mais poder, geralmente imposto pelo medo, mediante capangas armados, impediam seus opositores de votarem.

Como os políticos locais não dispunham de poder para se impor na esfera provincial, se alinhavam e davam apoio a políticos que conquistavam poder regional. Em termos de organização eleitoral, Brotas fazia parte do terceiro distrito composto pelos municípios de São Carlos do Pinhal, Araraquara, Jaboticabal e Jaú, sob o comando de políticos de São Carlos. Em setembro de 1865, os eleitores do terceiro distrito consideraram “como seu legítimo candidato a ocupar a Assembleia Provincial na próxima legislatura, ao muito digno cidadão tenente-coronel Antônio Carlos de Arruda Botelho, fazendeiro em São Carlos do Pinhal”⁴⁰².

Embora o Partido Conservador tivesse preponderado em Brotas até a Proclamação da República, durante a década de 1860 o poder local esteve em mãos dos Liberais. Em 1867, eles venceram em grande parte da Província de São Paulo, e também em Brotas. Foram eles que contribuíram para eleger o representante liberal na Assembleia Provincial, Antônio Carlos de Arruda Botelho⁴⁰³. Os votantes brotenses liberais pelo terceiro distrito foram: José Maria Xavier de Mendonça, Euclides Carlos Xavier

401 Correio Paulistano, ano X, n. 2142, 05 jul. 1863, p. 1.

402 Id., ano XII, n. 2303, 30 set. 1865, p. 3.

403 Id., ano XIV, n. 3214, 12 fev. 1867, p. 2.

de Lima, Antônio Joaquim de Camargo, Francisco Xavier de Mendonça, Francisco Antônio Machado e Francisco Rodrigues de Oliveira⁴⁰⁴.

Ações de Arruda Botelho no poder provincial trouxeram frutos ao terceiro distrito que o elegeu, tanto que, logo em seguida à sua eleição, foi criado pelo governo imperial o comando superior da Guarda Nacional dos municípios de Araraquara, São Carlos do Pinhal, Brotas e Jaú e nomeado coronel comandante superior da mesma Guarda o próprio Antônio Carlos de Arruda Botelho⁴⁰⁵.

Carta de um conservador dirigida ao redator do jornal o *Diário de S. Paulo*, datada de 02/02/1869, indicava que nessa data havia ocorrido uma virada do poder em Brotas. Dizia ele:

Há dez anos ou doze os conservadores se descuidaram de uma qualificação; foi o quanto bastou para que o Partido Liberal, desde então estabelecesse seu reinado aqui [...] A qualificação, pela qual se verificou a eleição de 7 de setembro, era obra liberal [...], entretanto, o partido conservador [...] obteve completo triunfo⁴⁰⁶.

Foram eleitos para o cargo de vereadores os seguintes cidadãos: Dr. Antônio José da Rocha, Antônio Joaquim de Souza Pinheiro, Capitão José Antônio de Almeida Leite, Tenente José P. de Oliveira e Silva, Amador Flávio Simões, Francisco J. Garcia Carneiro, Francisco de Assis, S. Mendes⁴⁰⁷. Importante acrescentar aqui que, nesse momento, faleceu o principal líder do partido liberal em Brotas, o Tenente Coronel José Maria Xavier de Mendonça, notícia dada na mesma coluna em que foi anunciada a vitória dos conservadores. Possivelmente a perda desse líder liberal pode ter facilitado a vitória dos conservadores. Logo a seguir, Amador Simões, obteve o título de tenente da Guarda Nacional e, no final da década de 1860, assumiu o cargo de “tenente quartel-mestre do batalhão de infantaria n. 42”. Em seguida ele pediu “o prazo de seis meses para apresentar-se fardado”⁴⁰⁸, e como será visto mais à frente, logo após a

404 Correio Paulistano, ano XIV, n. 3214, 12 fev. 1867, p. 2.

405 Id., ano XIV, n. 3291, 18 maio 1867, p. 3.

406 Diário de S. Paulo, ano IV, n. 1059, 12 mar. 1869, p. 2.

407 Id., ano IV, n. 922, 18 set. 1868, p. 3.

408 Correio Paulistano, ano XVI, n. 4010, 31 out. 1869, p. 2.

morte de Francisco Simões, em 1884, foi ele quem passou a comandar o Partido Conservador brotense, bem como a conquista do espaço de chefe político local.

Em seguida a essa eleição, os ânimos políticos se acirraram ou, os poderosos locais tomaram a iniciativa de expor no âmbito provincial as querelas políticas locais, já que começaram a aparecer com muita frequência em jornais de ampla circulação na capital as rixas da política brotense, no caso, o *Correio Paulistano*, *Diário de S. Paulo* e, a partir de 1875, *A Província de São Paulo*. Em julho de 1871, um embate entre o juiz municipal e o major Francisco Antônio Simões replicou nos dois primeiros mencionados jornais. O desencontro entre ambos teve início quando da publicação no *Diário de S. Paulo* de uma série de acusações contra o juiz municipal Antônio José Rodrigues de Siqueira⁴⁰⁹. Esse juiz era bacharel em direito e havia sido nomeado para o termo de Brotas em fevereiro de 1868⁴¹⁰, portanto, uma pessoa qualificada para o cargo. Foi uma nota, datada de junho de 1871, redigida pelo próprio redator do jornal, com base em informações enviadas de Brotas, que mostrou o teor dos embates:

Temos recebido dessa localidade diversas queixas contra o modo por que procede ali o juiz municipal, que se acha indisposto, de há muito, com os homens mais prestigiosos do lugar [...] Informa-nos que essa autoridade *mete o nariz em tudo*, afim de anarquizar o lugar, tendo em vista principalmente desmoralizar aquelas pessoas [...] Durante a administração do sr. Costa Pinto foram publicadas diversas correspondências [...] noticiando as proezas do mesmo juiz [...], porém sua exc. nada fez a respeito [...] Pedimos em nome desses amigos daquela localidade ao exm. sr Presidente da Província que mande sindicat os fatos aludidos⁴¹¹.

De imediato, o que se pode inferir é que por detrás dessa contenda estavam acirradas disputas políticas locais, uma vez que, como será visto, o referido juiz era um liberal e possivelmente estava acobertado por homens desse partido, e Simões, o chefe político, um conservador. Importante des-

409 Detalhes dos embates com esse juiz já foram tratados no item 2.4 desse capítulo.

410 *Correio Paulistano*, ano XV, n. 3519, 22 fev. 1868, p. 3.

411 *Diário de S. Paulo*, ano VI, n. 1707, 13 jun. 1871, p. 3, grifos do autor.

tacar que Simões naquele momento respondia pelo cargo de juiz de paz de Brotas. Indício importante de que o referido juiz dispunha de força política na sua retaguarda é que mesmo diante das solicitações de Simões para que ele fosse afastado do cargo, depois de mais de cinco meses da primeira nota no jornal, ele permanecia no seu posto como juiz em Brotas. Em 28 de novembro de 1871, em longa nota publicada no *Correio Paulistano*, o juiz inquiria Simões pelas suas atitudes. Importante destacar que esse jornal era porta-voz do Partido Liberal. Tal nota iniciava dizendo:

O major Francisco Antônio Simões acaba de dar uma prova eloquente da influência perniciosa e fatal das paixões políticas sobre o potentado de aldeia [...] S.s. proclama que me concedeu atestado por mim já publicado porque *faz desses favores a todos*, e porque o atestado servia para documentar o meu pedido de remoção que s.s. desejara.

Em seguida, reproduz o referido atestado, cujo teor principal era o de destacar que o juiz agia com retidão e zelo no seu cargo de juiz municipal e dos órfãos e ainda enfatizava que estavam reconhecidas a letra e a firma com data de 30 de abril de 1871. E prossegue:

S.S. atestou sob juramento de seu posto e cargo. E conseqüentemente – ou jurou falso e neste caso pode falar a verdade quantas vezes lhe aprouver, e não tem mais direito de ser acreditado, ou jurou a verdade – e então a sua declaração de agora é o servilismo que o coloca a frente dos instrumentos dóceis de partidos⁴¹².

Quais atos desse juiz que contrariaram segmentos de um dos partidos não se sabe, no entanto, o que fica evidente no desenrolar desses acontecimentos é o jogo de poder da aristocracia agrária local, acobertado pelos partidos Liberal e Conservador. Certamente as ações, ou uma ação do juiz, atingiram um dos correligionários do major Simões, e impeliram o chefe político a se voltar contra ele. Na política vivia-se de favores e a justiça se fazia de acordo com a conveniência dos poderosos.

Acompanhando as discussões apontadas, infere-se que o juiz Antônio José Rodriguez de Siqueira havia pedido remoção de seu cargo,

412 *Correio Paulistano*, ano XVIII, n. 4591, 28 nov. 1871, p. 2.

o que lhe fora concedido em junho de 1872, e pelo visto foi premiado nessa remoção, pois foi conduzido para Mogi das Cruzes, uma cidade de importância bem maior do que a vila de Brotas. Em uma nota de despedida ele agradeceu “a todos que honraram com a sua amizade durante o quadriênio de juiz municipal e de órfãos dos termos de Brotas e Jaú”⁴¹³.

As disputas entre os signatários dos partidos Liberal e Conservador se arrastaram até a Proclamação da República, porém, a hegemonia dos partidos Liberal e Conservador foi quebrada em 1873, com a fundação do Club Republicano do município de Brotas. Em carta enviada de Brotas, datada de 30 de maio, para o *Correio Paulistano*, J. A. de Barros Júnior informava:

Eu e nosso colega Carlos Augusto de Sousa Lima no dia 25 (maio) da corrente fundamos aqui um clube republicano e elegemos o major Diogo de Barros nosso representante [...] Imediatamente depois seguimos para Dois Córregos onde, ontem 29 fundamos outro clube sendo igualmente eleito delegado major Antônio Diogo de Barros⁴¹⁴.

Embora o clube não se constituísse propriamente um partido, não deixava de ser um núcleo de resistência às ações dos partidos tradicionais. Portanto, foi muito precoce a formação do *Club Republicano* em Brotas, já que seus organizadores responderam quase que imediatamente ao chamado dos republicanos que participaram da “Convenção de Itu”, a qual resultou na fundação do Partido Republicano, que havia ocorrido pouco mais de um mês, ou seja, em 18 de abril de 1873, com a presença de Prudente de Moraes. Em Jaú, por exemplo, o Partido Republicano local só foi articulado em 1881.

A adesão dos fazendeiros de café do Oeste Paulista ao Partido Republicano não se deveu a nenhum ideário de transformação, com o intuito de estabelecer uma nova proposta para a nação, e sim porque se viam como alavancas do desenvolvimento econômico não só da Província de São Paulo mas também do Brasil e não dispunham proporcionalmente de uma representatividade política junto ao governo imperial. O que viavam com o novo governo era uma descentralização administrativa que

413 Id., ano XIX, n. 4758, 27 jun. 1872, p. 2.

414 *Correio Paulistano*, ano XX, n. 5028, 07 jun. 1873, p. 1.

lhes permitissem a conquista do controle sobre os instrumentos da política econômica. No caso de Brotas foi um major da Guarda Nacional, de nome Antônio Diogo de Barros, que assumiu a direção do *Clube Republicano* local. No entanto, nas informações dadas sobre ele, verifica-se que não se tratava de um brotense e sim de “um capitalista e proprietário na capital”⁴¹⁵, com vínculos com Brotas, talvez proprietário de terras no município, mas não ali residindo.

Observando a lista dos líderes republicanos em toda Província, publicada no *Correio Paulistano*, na qual aparece o nome de Antônio Diogo representando Brotas, constata-se que, embora nesse rol aparecesse uma parcela de agricultores, a maioria deles era de advogados, seguidos de engenheiros e negociantes, portanto, representantes da classe média. Chama atenção nesse rol que o único entre eles com título da Guarda Nacional era o de Brotas, ou seja, major Antônio Diogo de Barros. Nomes citados entre os que integraram o *Clube Republicano* em Brotas, além de J. A. de Barros Júnior, foram o de Carlos Augusto de Souza Lima, advogado e os fazendeiros Francisco de Assis Prado e José Rufino de Cerqueira Leite, este ocupando o cargo de Tenente Coronel da Guarda Nacional.

Nesse momento, o Partido Conservador em Brotas era conduzido por Francisco Simões, que se impunha com toda força na condução da política local, e certamente o aparecimento do *Clube Republicano*, no seio de seu poder, foi um grande incômodo. A forma escolhida pela liderança política local para se impor diante do novo clube político, que na esfera provincial e imperial conquistava rapidamente novas adesões, foi a intimidação e a ridicularização. Nesse sentido, apareceu no *Diário de S. Paulo* uma notificação assinada por Amador Flávio Simões e Francisco de Assis e Souza Mendes, em 15 de abril de 1874, na qual diziam:

[...] há muito tempo que a grande montanha geme e se estorce nas convulsões dolorosas de um parto monstruoso; pena foi, porém, que depois de tanto tempo de ensaio, desse a luz a um ridículo rato! Na verdade, aqueles munícipes que não passam de um pobre de espírito, conhecido universalmente por suas esquisitices; conservadores despeitados sem motivo, hoje conhecidos como fazendo parte do bando

415 *Correio Paulistano*, ano XX, n. 5046, 04 jul. 1873, p. 1.

denominado republicano, resolveram de há muito tempo atassalhar os membros da passada Câmara Municipal⁴¹⁶.

Como já foi mencionado, em termos de propostas políticas, não havia muita diferença entre conservadores e liberais, e ambos faziam parte do jogo de poder da monarquia instituída, todavia os republicanos apresentavam-se como algo novo, com propostas diferentes de tudo o que fora visto em termos de política até então, especialmente no que tocava à descentralização em oposição à centralização do poder imperial. Para conservadores tradicionais como Amador Simões, cuja família controlava o poder desde a década de 1840, ver republicanos no seu nicho de poder era uma afronta, daí desprezá-los e ridicularizá-los a ponto de compará-los ao rato, um animal que causa repulsa.

Não foi possível avaliar no que consistiu o fato de os republicanos “atassalharem os membros da passada Câmara Municipal”, no entanto, menos de dois meses depois do artigo escrito por Simões, o Presidente da Província, respondendo a um pedido do Presidente da Câmara, orientando qual procedimento deveria ser adotado quando não se conseguisse “reunir o número legal de vereadores para funcionar essa câmara, não obstante as providências”⁴¹⁷ que já haviam sido tomadas. Diante disso, fica a pergunta: Seriam os republicanos que estavam boicotando as reuniões da Câmara?

Todavia, os opositores aos membros do novo clube não ficaram só na ridicularização, partiram também com intimidações e ameaças efetivas, como a que se deu em dezembro de 1874, quando um dos fundadores do *Clube Republicano*, Carlos Augusto de Souza Lima, sofreu um atentado. De acordo com um informante

[...] em noite de 3 do corrente desfecharam sobre sua casa dois tiros de arma de fogo, penetrando uma delas até o aposento de dormir [...] e por baixo da porta da rua introduziram uma carta, feita com letras cortadas de impresso em que se lia: Três dias; gosto de ti por seres forte, lembranças do major Braga – a chave é esta. Logo volto⁴¹⁸.

416 Diário de S. Paulo, ano IX, n. 2552, 03 maio 1874, p. 3.

417 Id., ano X, n. 2656, 07 set. 1874, p. 1.

418 Correio Paulistano, ano XXI, n. 5470, 15 dez. 1874, p. 1-2.

No comentário de quem enviou a notícia ao jornal da capital consta: “A terceira frase no pensar de todos, parece alusiva ao sinistro atentado de que foi vítima o major Braga, coletor de São Carlos do Pinhal”⁴¹⁹. Nenhuma ilação foi feita com relação ao referido atentado ter ocorrido em razão de querelas partidárias, no entanto, pela prática em voga na política pelos poderosos, tudo leva a crer que direta ou indiretamente tinha como causa a opção partidária da vítima, seja por uma ação política, seja por uma conduta insatisfatória em relação a algum dos apaniguados dos líderes políticos locais.

A ferrenha defesa do conservadorismo em Brotas será vista mais à frente, no momento que antecedeu a Proclamação da República, quando a grande maioria das cidades paulistas aderiu a apoios aos republicanos, ao passo que Brotas foi um foco de resistência à permanência da monarquia.

Em 1876, representantes do Partido Liberal em Brotas debatiam-se para incluir votantes de seu partido na eleição em curso para Assembleia Provincial, fato que ocorreu em quase toda Província, pois uma nota do *Correio Paulistano* dizia: “A exclusão dos liberais foi feita em massa [...] em Brotas nossos correligionários têm trabalhado e conseguido incluir alguns votantes liberais, apesar dos esforços feitos pelos presidentes e demais membros das juntas paroquiais”⁴²⁰. Cabia às juntas paroquiais verificar quem estava qualificado a votar, ou seja, dispunha de rendimentos econômicos de acordo com o estabelecido por lei. Essa averiguação era feita na paróquia, na presença do vigário e de uma autoridade pública, e era exatamente nessas ocasiões que ocorriam as pressões do partido dominante na localidade. Em Brotas, como já visto, eram os conservadores que faziam cumprir sua vontade e seus interesses. Nesse momento eleitoral, os conservadores brotenses “interpuseram recurso da decisão do juiz de direito que mandou incluir na lista de qualificação 119 liberais que perante ele reclamaram o seu direito do voto”⁴²¹. A avaliação de como transcorreu essa eleição demonstra, de forma evidente, as desmedidas práticas dos poderosos locais. Um correspondente de Brotas se manifestou a respei-

419 *Correio Paulistano*, ano XXI, n. 5470, 15 dez. 1874p. 1-2.

420 *Id.*, ano XXIII, n. 5870, 10 maio 1876, p. 2.

421 *Id.*, ano XXIII, n. 5975, 23 set. 1876, p. 1.

to dizendo: “A 1º do corrente reuniu-se o corpo eleitoral para proceder as eleições primárias. Que horrores se deram, que míseras, que torpezas. O delegado de polícia [...] procurou mostrar aos seus correligionários o quanto tem, usando uma expressão sua, de costas largas”⁴²².

O que se passou em Brotas chegou às autoridades provinciais, que decidiram anular o resultado da eleição realizada na vila. Contudo, as discussões a respeito do que ocorreu continuaram a repercutir, pois, na reunião da Assembleia Provincial de 27 de janeiro de 1877, entrou na ordem do dia “o parecer da segunda comissão de inquérito sobre a eleição da Província de São Paulo”⁴²³ e o principal assento em pauta foram as eleições de Santos e Brotas, locais em que ocorreram duplicação de votos.

Diante da anulação das eleições de 1876, deveria ocorrer novamente outra, no ano de 1877, mas as tensões entre os representantes dos dois partidos em disputa estavam muito acirradas, como pode ser percebido em uma pequena nota publicada em *A Província de São Paulo*:

Brotas. É conveniente que os liberais e republicanos saibam que um fazendeiro desse município, declarou diante de várias pessoas, que, visto que tinham sido anuladas as eleições, ele havia de ganhar as futuras, embora para isso fosse preciso empregar capangas, coisa que ele tem em grande quantidade⁴²⁴.

Nota-se que republicanos estavam juntos com os liberais na disputa pelo poder local. Dependendo do jornal no qual eram publicadas as notícias provenientes de Brotas, havia versões diferentes do que estava acontecendo. *A Província de São Paulo* era um jornal com viés republicano que surgiu para combater além do sistema escravista, a monarquia, portanto, dificilmente os conservadores favoráveis à monarquia enviavam para esse jornal informações a respeito do que estava ocorrendo em Brotas. Por outro lado, republicanos brotenses apoiados pelos liberais bem como os próprios liberais emitiam suas opiniões nesse jornal. Tanto um lado como o outro procuravam argumentos acusatórios, preparando-se para

422 Id., ano XXIII, n. 5996, 18 out. 1877, p. 1.

423 Diário de S. Paulo, ano XII, n. 3341, 31 jan. 1877, p. 1.

424 A Província de São Paulo, ano II, n. 573, 27 dez. 1876, p. 2.

a próxima eleição que ocorreria no mês de agosto de 1878. Da mesma forma que nas eleições anteriores, os conservadores acusaram os liberais de terem lançado mão de aparato policial a seu favor. Por outro lado, os liberais publicaram em *A Província de São Paulo* uma outra versão:

[...] que na eleição passada os conservadores não quiseram deixar votar 118 votantes liberais, indo à igreja cercados de capangas e até muitos escravos de um conhecido capitão. Vimos este senhor e outros pegarem nas ripas da matriz e quebrarem para cacetarem os liberais, o que não realizaram por estes se retirarem sem votar⁴²⁵.

Como foi visto, as adesões ao Partido Republicano na Província de São Paulo deram-se entre os fazendeiros de café, sobretudo por interesses econômicos e, enquanto a República não se efetivava, da mesma forma como muitos políticos transitavam do partido Conservador para o Liberal e vice-versa, o mesmo ocorreu com o Republicano. Caso o líder político percebesse que para ser eleito seu partido não lhe conviesse, mudava para o outro. Em 1878, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o líder político regional, recebeu duras críticas por essa atitude, como pode ser constatada em uma pequena nota publicada no *Correio Paulistano* com o título “Merece um Baronato”, em que foi discorrido o seguinte:

O coronel Arruda Botelho, que em 1868, declarou-se republicano, cantando até o hino incendiário, hoje monarquista às direitas, e trabalhando fortemente em seu favor, e por isso tem andado por Brotas e Jaú. Em Brotas, mandou propor aos conservadores, sociedade, em partes iguais, no futuro eleitorado, sob pena de ser a câmara suspensa e processada [...] Agora está em São Carlos do Pinhal [...] Passa revista diária à tropa que ali está a sua disposição, e diz com sinistro aspecto: *se os republicanos duvidarem hão de ver para quanto presto*⁴²⁶.

Portanto, os republicanos eram vistos, especialmente pelos conservadores, como inimigos a serem eliminados. Essa postura do líder político regional dava ainda maior força para os políticos conservadores

425 Id., ano IV, n. 1019, 17 jul. 1878, p. 2.

426 *Correio Paulistano*, ano XXV, n. 6473, 09 jun. 1878, p. 2, grifo do autor.

brotenses agirem mais desenvoltamente e de forma acintosa contra os republicanos locais.

A seguir, detalhar-se-ão as disputas ocorridas entre liberais e conservadores em Brotas, no período eleitoral do ano de 1878, por intermédio de vários artigos publicados no *Correio Paulistano*, que representava os conservadores, e *A Província de São Paulo*, os liberais, o que permite averiguar os dois lados da disputa⁴²⁷, bem como avaliar melhor a dimensão dos embates políticos então travados.

O já mencionado chefe da polícia local, apelidado por Zagaia, tendo como costa quente representantes do Partido Liberal, que por sua vez dispunham do apoio do Presidente da Província, também um liberal, agia como se a lei estivesse em suas mãos. Uma nota publicada no *Diário de S. Paulo* descreveu a violência praticada por Zagaia:

Em Brotas [...] foi preso por ordem do famigerado Zagaia, que ali está comandando a força pública, Francisco de Souza Prado, por se achar embriagado; tais foram, porém, os maus tratos que recebeu dos esbirros policiais, que dois ou três dias depois faleceu na prisão. O digno juiz municipal daquele termo mandou fazer a autópsia do cadáver daquele infeliz, e por ela verificou-se a fratura de três costelas. Constanos que o subdelegado de polícia nem mandou proceder à auto de corpo, apesar de ter visitado o preso na cadeia, antes de seu falecimento⁴²⁸.

Notícia publicada logo a seguir enviada por um correspondente brotense, em 19 de julho de 1878, deixava claro o apoio que o mencionado delegado dispunha em Brotas:

Os defensores da administração até hoje não ousaram tomar a defesa desse esbirro policial, que está a serviço do partido liberal de Brotas, pago pelos cofres públicos, e nada absolutamente saberíamos sobre as providências que esse caso requer, se a folha que está publicando o expediente da presidência [...] de um ofício pedindo informações do delegado de Brotas sobre a ocorrência⁴²⁹.

427 Por um período o jornal *Correio Paulistano* passou apoiar o Partido Conservador.

428 *Diário de S. Paulo*, ano XIII, n. 3760, 10 jul. 1878, p. 1.

429 *Id.*, ano XIII, n. 3767, 19 jul. 1878, p. 2.

Em crítica contundente ao que foi publicado no *Correio Paulistano*, Zagaia fez sua defesa em *A Província de São Paulo*, começando por criticar o próprio jornal que publicou acusações sobre ele: “Vítima da calúnia, da intriga, dos ódios rancorosos e de todas as paixões das más políticas, fazendo contra mim, pelo ex-órgão *imparcial, liberal, republicano* e hoje a serviço do partido conservador⁴³⁰”. A seguir, retrucou tudo o que foi divulgado no referido jornal.

No mês subsequente a estas notícias, um brotense que assinou com pseudônimo de “O Riacho”, novamente no *Correio Paulistano*, fez acusação àqueles que pretendiam “defender o sr. Zagaia, querendo, destarte, desmentir aquelas verdades nuas e cruas, que foram proferidas pelo coronel Arruda Botelho, quando deputado da Província; as quais são confirmadas pelo clamor de toda população desta vila”⁴³¹. Em seguida, arrolou uma série de acusações com muitas reticências para no final completar: “Aqueles que assim procedem são capazes de tudo, até mesmo o próprio livro da câmara é capaz de o ter sumido. Ainda temos outras misérias a publicar caso sejamos provocados [...] Brotas 21 de julho de 1878”⁴³². Esta era a voz de um conservador local.

No dia seguinte a essa publicação, outras informações enviadas de Brotas apareceram nesse mesmo jornal, e mostram bem a extensão do caráter das disputas locais. Ainda era a pessoa de Zagaia o mote principal das acusações. Assim se expressou o redator do jornal:

Brotas. Escreve-nos dessa localidade o seguinte: a Câmara Municipal desta vila, no dia 7 do corrente, representou ao Presidente da Província contra o célebre Zagaia. Este indivíduo que na opinião do sr. Antônio Carlos devia estar sob a vigilância da polícia, anda furioso contra os conservadores. Os votantes desta parcialidade estão sendo amedrontados com sorteio para o serviço militar, com as perseguições da Guarda Nacional, e com as desordens planejadas para o dia das eleições. O destacamento daqui que está sob as ordens de Zagaia, que é negociante e tem duas tabernas, faz diariamente exercícios de fogo na frente dessas tabernas, dando 11 descargas. A força dispõe de 400 cartuxos, que

430 A Província de São Paulo, ano IV, n. 1098, 06 ago. 1878, p. 1.

431 Correio Paulistano, ano XXV, n. 6508, 24 jul. 1878, p. 2.

432 Id., ano XXV, n. 6508, 24 jul. 1878, p. 2.

são destinados a garantir a vitória dos liberais [...] A vitória(não?) será segura, porque uma grande maioria dos votantes, pertence ao partido conservador⁴³³.

Percebe-se que a violência efetivamente grassou durante o período eleitoral. A esse respeito o *Correio Paulistano*, no início do mês de agosto, notificou: “em Brotas e Botucatu mataram-se os adversários por ordem da polícia, como se si tratasse das correições que os fiscais fazem por ordem da municipalidade”⁴³⁴. Longo relato de um conservador a respeito dos acontecimentos ocorridos no dia da eleição, realizada em 5 de agosto de 1878, põe em evidência o comportamento dos políticos nessas ocasiões. O que a caracterizou foi o fato de os conservadores de Brotas, que em termos políticos eram muito fortes, tiveram que enfrentar os liberais que, na retaguarda, dispunham de apoio do governo provincial em mãos dos liberais. Eis o relato:

[...] Não sendo o bastante a força pública nem os capangas armados pelo governo da província, mandou aquele célebre delegado intimar muitos indivíduos para o serviço da polícia e os que acudiram armou e fardou com as armas e fardamento que o sr. Batista Pereira, digno delegado do governo, pôs à disposição dos seus pro homens para maior brilho da função [...] Apesar de todos os preparativos que haviam contraído para com os chefes da capital foram obrigados a reconhecer que o triunfo lhes escapara desta vez ainda [...] ⁴³⁵.

Depois que os liberais se viram derrotados “Joaquim Dias de Almeida, subdelegado e Francisco Antônio Machado, chefe liberal”⁴³⁶, que organizaram a “tumultuaria numa outra mesa paroquial [...]”⁴³⁷, ou seja, reorganizaram a votação, e segundo o articulista, com a votação em duplicata

[...] feita assim a vontade do Presidente da Província, ou melhor, cumprida a ordem do diretório desta capital. Para que bem se conheça o que foi

433 *Correio Paulistano*, ano XXV, n. 6509, 25 jul. 1878, p. 2.

434 *Id.*, ano XXV, n. 6543, 03 ago. 1878, p. 2.

435 *Id.*, ano XXV, n. 6508, 27 jul. 1878, p. 2.

436 *Ibid.*, p. 2.

437 *Ibid.*, p. 2.

aqui o bacanal de 5 de agosto basta dizer que estavam a testa da função, como principais figuras o célebre Zagaia [...] e o não menos afamado Joaquim Dias ⁴³⁸.

Mesmo assim, “a vitória do partido conservador foi esplendida e tanto mais merecedora de apreço quanto obtida no terreno da legalidade [...] Aos liberais, principalmente os da capital devem hoje estar convencidos da nenhuma valia do seu partido aqui”⁴³⁹. Portanto, o que ficou aqui explicado foi que o domínio dos conservadores em Brotas era um fato, e eles também contavam com certo apoio popular, como noticiou o jornal: “Nem todos os lugares pode o povo, como aconteceu em Brotas, reprimir a soldadesca”⁴⁴⁰. Nesse episódio ocorreu o seguinte: “A força pública, *garantidora do voto livre*, invadiu a matriz, mas foi repelida pelo povo em massa”⁴⁴¹. No entanto, é preciso ter cuidado com a menção de “povo”, pois certamente os que ali estavam eram representantes do mesmo segmento social dos políticos envolvidos nessa disputa, pois representantes de estrato social inferior estavam distantes dos embates da política. Por outro lado, o que se narrou a respeito das atitudes tomadas pelos liberais em nada era diferente das praticadas pelos conservadores, como foi visto anteriormente.

Os despropósitos da política em Brotas, na década de 1870, chegaram ao ponto de se dar sumiço, por um período, do livro de atas da Câmara Municipal. Quando este apareceu, um anônimo publicou no jornal *A Província de São Paulo*, uma pequena nota com certo gracejo, comemorando seu aparecimento, como pode ser visto já pelo título:

Aleluia! Aleluia! Aleluia! Tá - tá - tá - Tô - Tô - Tô. Apareceu o livro da câmara que estava sumido !!!! [...] Mas diz o procurador alguém quer ouvir que faltam doze folhas. Tá - Tá - Tá - Tô - Tô - Tô. Uma das ditas folhas emendadas! Tá - Tá - Tá - Tô - Tô - Tô. E que este livro é de atas, mas que no fim dele existem algumas contas lançadas! *Home essa!* É a primeira vez que se vê lançar contas em livro de atas! Tá - Tá - Tá - Tô - Tô - Tô. Por onde entrou esse livro no arquivo? Digam os

438 Correio Paulistano, ano XXV, n. 6508, 27 jul. 1878, p. 2.

439 Ibid., p. 2.

440 Ibid., p. 2.

441 Diário de S. Paulo, ano XIV, n. 3785, 06 ago. 1878, p. 1-2, grifo do autor.

sábios da escritura! Aqui há *espiritismo* grosso; portanto é por pancadas na *fechadura* do arquivo! Tá - Tá - Tá - Tô - Tô - Tô. Com quem vive essa imensa chave dessa imensa fechadura? Brotas, 12 de abril de 1879. Tá - Tá - Tá - Tô - Tô - Tô⁴⁴².

Como a quase totalidade dos políticos locais era composta por grandes lavradores, as principais tomadas de decisões visavam quase sempre amparar o setor agrícola, como o caso da abertura do *Clube da Lavoura e do Comercio de Brotas* em janeiro de 1881⁴⁴³. O primeiro desses clubes havia sido fundado no Rio de Janeiro em 1871 e tinha como principal objetivo a defesa dos interesses dos fazendeiros, especialmente dos cafeicultores. A ideia de organizá-lo em Brotas partiu do “Presidente da Câmara Municipal e de alguns outros cidadãos, os agricultores, negociantes e mais pessoas gradas do município⁴⁴⁴”. De imediato, foi aprovado por sua diretoria, entre outras decisões, “a introdução eficaz de trabalhadores livres que venham suprir os escravos. Medidas prontas e enérgicas afim de cessar a impunidade dos crimes contra seus senhores, de que há um exemplo notório no município⁴⁴⁵”. Embora visasse interesses específicos, essa organização não deixava de constituir-se em mais um pilar de sustentação do poder político.

A força dos conservadores brotenses permaneceu intacta na década seguinte. Em janeiro de 1882, quando teve início o movimento da *União Conservadora* no âmbito da Província, o diretório conservador de Brotas encaminhou para o Ilmo. Exmo. sr. Dr. Antônio da Silva Prado, idealizador e líder desse movimento, um abaixo-assinado transmitindo a adesão àquele movimento, especificando que eram correligionários e amigos, constando os seguintes nomes:

Francisco Antônio Simões
Amador Flávio Simões
José Pinto de Oliveira e Silva
José Ribeiro de Almeida

442 A Província de São Paulo, ano V, n. 1243, 16 abr. 1879, p. 2.

443 Jornal da Tarde, ano III, n. 89, 05 fev. 1881, p. 1.

444 Correio Paulistano, ano XXVIII, n. 7253, 04 fev. 1881, p. 2.

445 Ibid., p. 2.

João Batista de Oliveira
Domingos José Carneiro
José de Arruda Leite
Brotas, 6 de janeiro de 1882

A “*União Conservadora*”, liderada por Antônio Prado, foi uma reação dentro do Partido Conservador ao apoio dado por parte de seus membros a um candidato do partido liberal nas eleições provinciais de 1881. A reação foi muito ampla em toda a Província, uma vez que os diretórios do Partido Conservador, na grande maioria dos municípios paulista, enviaram abaixo-assinados a Antônio Prado aderindo à sua causa, e muitos entre eles lamentavam o procedimento de seus correligionários.

Embora unidos, mantendo quase que uma hegemonia em torno do Partido Conservador, os políticos brotenses não dispunham de força política que ultrapassasse os limites do município. Um indicador dessa fraqueza é a própria titulação de que dispunham na Guarda Nacional: Francisco Amador Simões, major; Amador Flávio Simões, tenente; José Pinto de Oliveira e Silva, alferes e os demais sequer detinham alguma titulação. Como a titulação estava atrelada ao poder econômico, nenhum deles, nesse momento, dispunha de cacife para galgar à condição de coronel.

Na década de 1880, dois anos depois da adesão dos políticos brotenses ao movimento da *União Conservadora*, ou seja, em 1884, faleceu Francisco Antônio Simões, chefe do Partido Conservador, participante da política local desde a década de 1860⁴⁴⁶. Importante destacar que representantes da família Simões, de certa forma, conduziram a política do município desde a década de 1840, pois, como foi visto, Manoel Joaquim Simões ocupou o cargo de subdelegado na então freguesia quando ainda o povoado não dispunha sequer de uma câmara. No mesmo ano de 1884, faleceu o Capitão Antônio de Almeida Leite, político local e um dos mais antigos habitantes da vila⁴⁴⁷. E, em 1888, faleceu outro antigo residente do município, o agricultor Tenente José Ribeiro de Almeida, “proeminente membro do Partido Conservador”⁴⁴⁸. Portanto, em quatro anos, houve

446 Correio Paulistano, ano XXXI, n. 8302, 22 abr. 1884, p. 2.

447 Id., ano XXXI, n. 8455, 23 out. 1884, p. 2.

448 Id., ano XXXV, n. 9598, 30 ago. 1888, p. 2.

perdas importantes no interior do partido, forçando uma renovação em seu quadro.

Com a morte de Francisco Antônio Simões assumiu seu lugar na liderança política do Partido Conservador, Amador Flávio Simões. Nesta condição, em agosto de 1885, ele realizou uma reunião em sua casa com seus correligionários com vistas a brindar Antônio Prado e a *União Conservadora*. Na mesma reunião o vigário local, o padre Speranza, proferiu um eloquente discurso. Este padre, como já foi mencionado, chegou a Brotas para pôr em ordem a desorganização desencadeada no catolicismo local depois do embate com os protestantes. Logo que se estabeleceu em Brotas aderiu ao Partido Conservador, sendo um de seus membros importantes. Afinal, era ele um dos poucos políticos locais, ou o único, com formação universitária, pois, como mencionado, era formado em direito pela Universidade de Nápoles.

O objetivo dessa reunião, pelo visto, não foi somente discutir questões partidárias, mas também criar um efeito demonstrativo para evidenciar, à população e aos correligionários dos outros partidos, a força de que dispunha o Partido Conservador local. Para tanto, era preciso chamar toda a atenção para esse evento. Assim, o primeiro passo foi a reunião política na casa de Amador Simões, onde também a banda de música tocou o hino nacional, sendo esta comandada por Cherubim Vieira de Albuquerque, membro importante do partido conservador, e que no futuro assumiria a liderança política local. “À noite os nossos amigos, incorporados e precedidos da mesma banda de música, percorreram as ruas desta vila saudando ainda os prestigiosos membros do ministério conservador”⁴⁴⁹. A queda do ministério liberal no âmbito do Império, e a subida do conservador Barão Saraiva Cotegipe deu mais força aos conservadores locais.

A forma como os políticos conservadores agiam em Brotas era criticada pelos liberais e republicanos. Embora estes últimos fossem em número diminuto, atuavam também na política local em sintonia com os liberais. Uma nota enviada de Brotas e publicada no jornal *A Província de São Paulo*, em 15 de julho de 1885, sem os créditos de quem a enviou, tratou de forma jocosa um discurso proferido em enterro de

449 Correio Paulistano, ano XXXII, n. 8703, 27 maio 1885, p. 2.

pessoa importante, provavelmente um conservador. Tal nota acarretou reação por parte dos conservadores contra um republicano, no caso Remigio Antônio de Cerqueira Leite, pois ele foi acusado de ser o autor daquela nota. As acusações devem ter lhes causado constrangimento, a ponto de solicitar ao mesmo jornal a confirmação de que não era o autor da referida nota. Disse ele:

Sr. redator – Peço a v. s. o favor de declarar ao pé desta, se eu não sou o autor de um artiguinho incerto em seu jornal com a epigrafe – “Brotas e assinado Mariquinha Suindara”, que trata das pessoas de Sebastião d’Ávila e José D’Ávila. Brotas 23 de julho de 1885. Assinado, Remigio Antônio e Cerqueira Leite.⁴⁵⁰

A resposta do jornal foi: “Não senhor. O redator⁴⁵¹”. Remigio, como foi visto no item sobre escravidão, era um liberal histórico que atuava em favor da causa abolicionista desde o início da década de 1870.

O controle da liderança conservadora em Brotas foi persistente no comando das ações que deveriam nortear o comportamento político de seus correligionários, como pode ser observado em uma nota do partido, em 1886:

Membros do Diretório do partido conservador desta cidade declaram que não pleiteiam a eleição de 14 do corrente para dois vereadores da câmara municipal [...] Aconselham a todos amigos e correligionários, eleitores desta paróquia, completa abstenção na eleição geral do 24 do corrente, e isto de acordo com o conselho diretor da *União Conservadora*, mantendo desta sorte a disciplina partidária. Brotas 09 de fevereiro de 1886. Amador Flávio Simões, Cherubim Vieira de Albuquerque, José Pinto de Oliveira e Silva⁴⁵².

A partir da década de 1880, Brotas passou a ser um forte reduto do Partido Conservador sob o comando de Amador Simões. Os elogios feitos a ele por um correligionário, em 1886, quando foi demitido por

450 A Província de São Paulo, ano XI, n. 3202, 28 jul. 1885, p. 2.

451 Ibid., p. 2.

452 Correio Paulistano, ano XXXII, n. 8840, 12 fev. 1886, p. 2.

justa causa do cargo de delegado de polícia, mostram bem como ele era visto: “invencível campeão das ideias conservadoras de Brotas⁴⁵³”. Como líder político local Amador Simões impunha a hegemonia do ideal político conservador, que tinha entre seus propósitos a defesa da monarquia. Seguramente essa foi uma das razões para que, em Brotas, o republicanismo não avançasse como na maioria das cidades e vilas paulistas, embora o *Clube Republicano* local tenha sido precocemente fundado em 1873.

A fraqueza do Partido Republicano em Brotas pode ser avaliada em uma nota contendo um abaixo-assinado publicado no jornal *A Província de São Paulo*, quando da morte do republicano Francisco Messias de Cerqueira Leite. Seus filhos e irmãos enviaram ao jornal um resumo biográfico mostrando quem foi ele, bem como apontaram as pessoas que compareceram à cerimônia do enterro, contudo fizeram a seguinte ressalva:

Não podemos finalmente de deixar de manifestar o nosso pesar por não concorrerem no enterro do finado os membros do Partido Republicano desta localidade, havendo apenas comparecido os cidadãos Antônio Lopes Pedroso e Guilherme de Moraes, que eram seus amigos pessoais. Entretanto, parece-nos que, por sua dedicação e amor a causa democrática [...] tenha ele o direito as últimas homenagens dos seus correligionários no dia em que baixou ao túmulo⁴⁵⁴.

Os integrantes do abaixo-assinados foram: José Rufino de Cerqueira Leite, Remigio Antônio de Cerqueira Leite, Floriano Messias de Cerqueira Leite, Randolfo Messias de Cerqueira Leite, Franklin Duarte de Cerqueira Leite, José Cândido de Cerqueira Leite, Remigio de Cerqueira Leite. Ao exporem o ocorrido objetivavam não só lamentar a ausência dos republicanos nas exéquias de um companheiro de partido, mas também demonstrar publicamente, em um jornal republicano, que em Brotas não estava havendo união dos seus membros.

No entanto, no mês seguinte a esse enterro, certamente um republicano em uma nota publicada no mesmo jornal, tratava do segundo escrutínio das eleições provinciais que estavam para ocorrer, na qual os

453 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3327, 30 abr. 1886, p. 2.

454 Id., ano XII, n. 3248, 21 jan. 1886, p. 2.

candidatos em disputa eram Prudente de Moraes pelos republicanos e o Conde do Pinhal pelo liberal, e informava que este último havia se dirigido a Brotas na busca de apoio dos conservadores. Em seguida, fez uma defesa incondicional a fim de que os eleitores brotenses votassem no candidato republicano. Os argumentos certamente visavam aos conservadores brotenses. Disse ele:

Entre os títulos em que se pretende justificar a pretensão do sr. Pinhal, alega-se o de ser ele o benfeitor destes municípios, dotando-os com estrada de ferro. Parece, porém que os turiferários de s. exc., têm uma memória fraca, pois já se esqueceram que a Cia. Paulista propunha-se beneficiar esses municípios com o mesmo melhoramento da estrada de ferro em condições muito mais vantajosa, e não o pode fazer, por lhe haver o sr. visconde do Pinhal criado obstáculos junto ao governo da província [...] impôs-nos o sr. visconde a sua como um ônus perpétuo. Agora um paralelo entre os. exc. e o dr. Prudente: O dr. Prudente não é simplesmente uma individualidade encerrada dentro dos limites de sua cidade natal ou de sua província, seu nome é conhecido como uma honra para a Província de São Paulo de um ângulo a outro do império porque sua exc. tem sabido cumprir seu dever [...] já como representante da nação na câmara dos srs. deputados [...] em prol do direito e da justiça [...] Foi ainda a iniciativa do dr. Prudente que se cortaram do orçamento nacional verbas avultadas e inúteis, porque eram destinadas aos príncipes que nenhuns serviços prestam ao país e que vivem em completa ociosidade e talvez na Europa [...] Agora decidam srs. eleitores qual dos dois candidatos é mais digno e tem mais direito de representar a nação⁴⁵⁵.

O autor do texto teve uma precisa percepção ao avaliar a conduta e aceitação política de Prudente de Moraes, uma vez que, com a implantação da República, ele veio ser o Governador do estado de São Paulo e depois Presidente da República do Brasil. Disso tudo o importante é atentar para o fato de que um candidato republicano, Prudente de Moraes estava adentrando em um espaço dominado pelos conservadores e liberais.

No dia seguinte a essa publicação, em uma pequena nota enviada por um brotense assinando como “A Alma do Macedo”, esbra-

455 A Província de São Paulo, ano XI, n. 3363, 10 fev. 1886, p. 2.

vejava: “Alerta! Delegado, chegou a ocasião de vingarmos dos liberais: carga cerrada no dr. Prudente de Barros (Prudente de Moraes Barros). Lembrem-se que ao visconde devemos a estação do Gouvêa, disso sabe perfeitamente o nosso sacerdote”⁴⁵⁶. Quando o autor do texto o enviou ao jornal, certamente desconhecia o teor do acima citado, que já estava no prelo. E, pelo visto, não tinha clareza quanto às posições partidárias, pois o Visconde estava concorrendo ao cargo pelo Partido Liberal com apoio dos conservadores e Prudente de Moraes pelo republicano e não pelos liberais como ele anunciou.

A resistência dos partidos Liberal e Conservador ao Partido Republicano no âmbito da Província foi persistente, embora este último estivesse avançando significativamente em apoios recebidos. Não foi possível localizar o resultado das eleições em Brotas no tocante a esse ano de 1886, no entanto, o mapa eleitoral do 8º distrito no qual Brotas estava inserida mostrava bem como estavam sendo posicionadas as forças políticas naquele momento: O Visconde do Pinhal, com os votos dos liberais e mais o apoio de conservadores, obteve 659 votos e Prudente de Moraes, pelo Republicano, obteve 554 votos⁴⁵⁷. Portanto, embora o Visconde tenha obtido a maioria dos votos, a diferença em relação ao republicano foi muito pequena, o que demonstrava um importante avanço dos republicanos na área do 8º distrito, que incluía além de Brotas, São Carlos, Araraquara, Dois Córregos e Jaú.

Seja como for, aos poucos, também em Brotas o Partido Republicano avançou, tanto que em 1888 apareceu a informação de que a Câmara Municipal estava formada por conservadores, liberais e republicanos⁴⁵⁸. Em agosto de 1889, depois de inúmeros municípios anunciarem a presença de clubes republicanos e adesões em massa a esse partido, surge uma nota em *A Província de São Paulo*, divulgando que “em Brotas, deram-se onze adesões ao Partido Republicano”⁴⁵⁹. Ainda no mês de agosto uma nota publicada pelo Partido Republicano brotense informava: “São convidados os cidadãos que militam sob a bandeira deste partido reuni-

456 Id., ano XII, n. 3273, 21 fev. 1886, p. 3.

457 *A Província de São Paulo*, ano XI, n. 3396, 23 jul. 1886, p. 2.

458 Id., ano XIV, n. 4072, 27 out. 1888, p. 2.

459 Id., ano XV, n. 4314, 22 ago. 1889, p. 2.

rem-se no dia 18 do corrente, as duas horas da tarde em casa do cidadão Francisco Garcia Simões, afim de se constituir um diretório e tratar-se outros assuntos concernente a eleição próxima”⁴⁶⁰. Francisco Garcia Simões havia aderido ao Partido Republicano um ano antes, ou seja, em setembro de 1888.

Ao longo do ano de 1889 não apareceram nos jornais mais notícias de adesões ao Partido Republicano em Brotas, o que demonstra que possivelmente o partido não avançara na vila e, por outro lado, a força dos conservadores mantinha-se firme na condução da política local, a despeito do avanço avassalador do Partido Republicano na Província.

É sabido que a impactante adesão ao Partido Republicano por parte das elites econômicas paulistas advinha do fato de que, depois de se imporem como as principais geradoras da economia brasileira, se viam no direito de também exercerem controle do poder político, visando pôr em prática uma política econômica de acordo com os seus interesses. A opção dos grandes fazendeiros de café articulados aos líderes políticos era implementar, de acordo com os ideais republicanos, o federalismo, ou seja, buscar maior autonomia para os estados federados. Assim, São Paulo conduziria sem as amarras do poder centralizador do Império a sua política econômica. Mas essa era apenas a proposta de uma ala dos republicanos, a dos cafeicultores paulista. A outra – representada de forma geral pela classe média composta por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes – ansiava se ver livre das amarras da monarquia que agia sempre de forma lenta. E ainda havia os militares, que tinham entre suas propostas a condenação da Monarquia em nome do progresso, apoiados no ideal positivista.

O jornal *A Província de São Paulo*, que trazia entre seus propósitos ser o grande divulgador dos ideais republicanos dos paulistas, dava grandes espaços para políticos republicanos manifestarem suas opiniões dentro do ideário republicano, que também defendia a abolição da escravidão, a introdução do trabalho livre, e a obtenção de maior espaço político a setores da classe média, em especial profissionais liberais. Todas as informações a respeito de adesões republicanas enviadas do interior de

460 Id., ano XV, n. 4307, 13 ago. 1889, p. 2.

São Paulo para esse jornal eram publicadas. Isso pode ser observado a partir de 1887, quando começou a aparecer a listagem de vilas e cidades com seus respectivos líderes políticos que estavam aderindo ao novo partido. Nessa primeira listagem apareceram municípios não distantes de Brotas aderindo àquele partido, como: Limeira, Botucatu, Dois Córregos⁴⁶¹, porém Brotas estava ausente dessa lista.

Ao que tudo indica, pelo fato da lavoura cafeeira em Brotas, a partir da década de 1880, não ter acompanhado os demais municípios cafeeiros no ritmo da expansão, certamente impulsionou os fazendeiros locais a não se afinarem com o ideário republicano dos grandes fazendeiros do interior paulista. Como foi visto, no período da expansão do café, Brotas foi o único município da região que não ampliou significativamente o número de escravos, portanto manteve uma lavoura diminuta. Por outro lado, os políticos brotenses também, pelas próprias condições econômicas, mantiveram sua área de influência no âmbito local, não ansiando por voos mais altos como os grandes fazendeiros que visavam ao controle da política na esfera provincial. A não adesão ao Partido Republicano, em que a tônica principal era uma nova política econômica e o propalado ideário do progresso, demonstra bem como a liderança política brotense estava presa ao passado, sem olhos para o futuro.

No capítulo 3, no item sobre “A política: mudar para permanecer”, será abordado como os políticos brotenses se comportaram e se ajustaram diante da nova realidade imposta pela Proclamação da República.

461 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3640, 19 maio 1887, p. 2.

CAPÍTULO 3

A MODERNIDADE NO HORIZONTE

3.1 O Café chama a ferrovia

[...] de todas as máquinas corredeiras, flutuantes ou voadoras que o homem tem inventado, nunca houve nenhum que se comparasse à majestade de um grande trem, a correr com suas dezenas de vagões [...] botando fumaça e fogo pela chaminé, como um dragão das lembranças perdidas dos primeiros homens.

Raquel de Queiroz

Embora o objetivo primeiro das construções das ferrovias visasse à facilitação e ao barateamento do transporte da produção cafeeira, sua chegada às vilas e cidades do interior mudava seus ritmos de vida. No vai e vem dos trens, além do café, mercadorias de todos os tipos passaram a ser transportadas pela máquina veloz e, assim, disponibilizadas em maior quantidade e diversidade a menor preço, além do que pessoas passaram a se locomover com maior rapidez até os centros maiores, como a capital paulista. A par disso, junto com a ferrovia chegou o telégrafo, não só acelerando as comunicações entre as pessoas, mas também permitindo que as notícias chegassem em tempo real.

O início da implantação das ferrovias em São Paulo deu-se com o investimento inglês na construção da São Paulo Railway Company Limited, inaugurada em 1867, ligando Santos a Jundiaí. Essa primeira penetração do setor ferroviário em direção ao interior permitiu que as lavouras cafeeiras avançassem mais em direção ao Oeste de São Paulo. Contudo, Brotas ainda estava muito distante das pontas dos trilhos, uma vez que eles só chegariam à vila em 1886.

Todavia, a partir dos anos de 1870, o avanço da ferrovia em direção ao Oeste Paulista, ainda que distante dos brotenses, logo despertou

a percepção de que dela dependeria o desenvolvimento do município. Foi nesse momento que a *Companhia do Oeste* começou a levantar capital por meio de venda de ações para o prolongamento da via férrea de Campinas a Rio Claro. Nesse primeiro levantamento de capital, a referida Cia. conseguiu um número expressivo de acionistas em Rio Claro e Limeira, as duas cidades que seriam diretamente beneficiadas por ela, uma vez que teriam estações de embarque dentro de seus municípios, mas também investidores de Araras, Constituição (Piracicaba), São Carlos e Araraquara adquiriram ações da futura ferrovia, pois certamente sabiam que estas ações seriam valorizadas, bem como nesse primeiro momento seriam indiretamente favorecidos por ela. Porém, nesse rol de acionistas não constava nenhum representante de Brotas⁴⁶². Em outra lista de acionistas, publicada logo depois no *Correio Paulistano*, apareceram nomeados compradores de ações dos municípios de São Carlos, Araraquara, Rio Claro, Pirassununga e São Paulo e igualmente brotenses não constavam entre os acionistas. Seria pelo motivo dos brotenses não terem sido informados a respeito ou por que não tiveram interesse em tal investimento?

Seja como for, é intrigante a ausência de brotenses entre os acionistas, pois as discussões que mencionavam a inclusão Brotas no traçado da ferrovia, apareceram já quando foi apresentado o primeiro projeto do prolongamento da estrada de ferro de Campinas a Rio Claro e, portanto, sabia-se que mais cedo ou mais tarde o município estaria incluído na malha ferroviária. A principal questão que os diretores da estrada de ferro punham em discussão era a futura lucratividade desta estrada, que estava diretamente vinculada ao volume do café a ser transportado. Para tanto, foi preciso fazer um levantamento em arrobas da produção de café na região. Com o resultado desse levantamento efetuado em 1873, verificou-se que o montante da produção de café da região, que incluía de Brotas, Araraquara e São Carlos era de 500 000 arrobas⁴⁶³.

A ferrovia chegou a Rio Claro em 1876. Em fevereiro de 1878 já se discutia, na Assembleia Legislativa Provincial, em um requerimento enviado por um engenheiro da estrada de ferro que solicitou o privilégio

462 *Correio Paulistano*, ano XII, n. 4151, 10 maio 1870, p. 2.

463 *Correio Paulistano*, ano XII, n. 4998, 02 maio 1873, p. 3.

para uma estrada de ferro cujo traçado partiria de São João do Rio Claro passando entre as vilas de Brotas e São Carlos do Pinhal⁴⁶⁴.

Quando em dezembro de 1879 engenheiros da Cia. Paulista de Estradas de Ferro foram a Brotas para realizar uma primeira sondagem dos locais por onde poderia passar a ferrovia, o entusiasmo tomou conta dos brotenses, que os receberam com o maior arrebatamento. Um brotense que acompanhou esses engenheiros desde a chegada à vila e por todo o percurso por eles realizado, ao narrar em um longo relato o acolhimento por eles recebido, garimpou palavras adequadas para expressar o ânimo que tomou conta das autoridades locais. Dizia ele:

No dia 11 e 12 do corrente [...] o festim era solene, não faltava um conviva [...] às 4:1/2 da tarde chegaram a esse lugar os engenheiros srs. Drs. José Rebouças, Nabor Jordão e Max encarregados de reconhecer a qualidade de nossos terrenos para uma ramificação da estrada de ferro, pelo nosso município por ordem da poderosa Companhia Paulista. Momentos depois de diversos pontos da vila feriram o nosso azulado céu muitas girândolas de foguetes, prenuncia de boa vinda de tão distintos cavalheiros, operários do progresso, apóstolos da regeneração, evangelistas da verdade. À noite toda sociedade brotense precedida pela banda de música do lugar, obedecendo a uma inspiração íntima e poderosa dirigiu-se para o lindo hotel do sr. Silveira, onde se achavam os ilustres hóspedes. Aí, chegada subiram aos páramos infindos e monótonos do céu as harmonias festivas da música, o estalar dos foguetes, os vivas, os brindes os discursos saudando múltiplas vezes os engenheiros [...] No dia 12 seguiram os senhores engenheiros para seu primeiro reconhecimento que teve lugar pelo vale do Aterrado ao ápice da fazenda Velha, onde as girândolas de foguetes anunciou o princípio do trabalho⁴⁶⁵.

O brotense, em sua fala, demonstrou não só o ânimo que tomou conta da população, mas também evidenciou a percepção do que significava para vila ser beneficiada pela ferrovia. Os atributos dados aos engenheiros, como “operários do progresso, apóstolos da regeneração, evangelistas da verdade”, indicavam muito bem qual era o significado das

464 Id., ano XV, n. 6883, 16 fev. 1878, p. 2.

465 A Província de São Paulo, ano V, n. 1453, 25 dez. 1879, p. 2.

mudanças que ocorreriam com a chegada da ferrovia. Esse brotense já havia absorvido a ideia de que o progresso se contrapunha ao arcaísmo, e sabia de sua importância para que o município pudesse alcançar outro patamar de desenvolvimento. Nesse sentido, a ferrovia era vista como fator de regeneração da realidade vivida até então.

Contudo, para os brotenses, a ferrovia não chegou tão cedo, pois os interesses do Conde do Pinhal se interpuseram à vinda da Cia. Paulista de Estrada de Ferro para Brotas. Depois de chegar a Rio Claro, em 1876, a continuidade da ferrovia em direção a Brotas, Dois Córregos e Jaú, desencadeou uma intensa disputa, envolvendo a própria Companhia, o Governo Provincial e o Conde do Pinhal. O interesse da Companhia era o prolongamento e seus trilhos em direção à região do vale do Tietê que, no entanto, gerou uma disputa com a Cia. Ituana de Estradas de Ferro que também pleiteava seu privilégio na mesma região. No seu traçado, a Companhia Paulista incluía Brotas, Dois Córregos e Jaú, e para que isso se efetivasse, de Rio Claro os trilhos deveriam seguir até o Morro Pelado, distante seis léguas da vila de Brotas.

Todavia, tal traçado não satisfazia aos interesses pessoais do Barão do Pinhal, que pretendia levar a ferrovia mais próximo de Cuscuzeiro (Analândia), onde estavam suas terras. Esses conflitos envolveram a imprensa ligada aos partidos Liberal e Conservador que, por sua vez, refletiu nas disputas partidárias ao longo do mês de janeiro de 1880⁴⁶⁶. Com a intervenção do governo provincial a Companhia Paulista desistiu de seu propósito em detrimento dos interesses do Barão do Pinhal, levando a ferrovia em direção a São Carlos, passando pelas terras do Barão, deixando para o futuro o traçado dos ramais de Brotas, Dois Córregos e Jaú. No entanto, o prolongamento para esses municípios havia sido autorizado por “decreto do Governo Imperial nº 7 838 de 4 de outubro de 1880”⁴⁶⁷.

Com o adiamento da chegada da ferrovia em Brotas, além de provocar decepção em meio à população e entre os mais interessados nesta empreita – os fazendeiros de café brotenses –, acirrou também os ânimos dos políticos locais. Artigo publicado em *A Província de São Paulo*

466 SAES, Flávio de Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 64-66.

467 FALLA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, na abertura da Primeira Sessão da Legislatura, em 16 de Janeiro de 1884, pelo Presidente Barão de Guajará. São Paulo: Typ. da Gazeta Liberal, 1884, p. 72. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

por um brotense que assinava como “Um Velho Liberal”, em 20 de janeiro de 1880, fez uma crítica contundente aos políticos locais, argumentando que viviam à sombra do “inteligente e poderoso Barão de Pinhal, político hábil e fino”⁴⁶⁸, que com a imposição da ferrovia passar por suas terras, “colhe hoje de mãos cheias os frutos sazonados da educação partidária, com que habilitou os *matutos* aqui deste *sertão* a receberem a senha do seu civilizado São Carlos”⁴⁶⁹ e que nada fez por Brotas, pelo contrário, “sacrificou os interesses de três municípios a plena comodidade de um bairro, já servido no presente por uma estação a distância de seis léguas, e que seria igualmente beneficiado pelo traçado da Paulista com a estação do Morro Pelado a distância de três”⁴⁷⁰. O objetivo deste correspondente, um liberal, foi responsabilizar os políticos conservadores por terem dado total apoio ao Barão e ficarem à mercê de seus interesses, mesmo quando o seu município fosse por ele prejudicado. No entanto, é preciso salientar que se vivia em pleno regime monárquico, no qual o título de Barão advinha do fato de ter ele grande força econômica e política, ao passo que os políticos brotenses dispunham apenas das titulações da Guarda Nacional, ou seja, capitão, major, tenente, alferes, e sequer contava entre eles um representante com o título de coronel, ou seja, dispunham de um poder econômico menor, sem cacife político para que pudessem se impor diante do Barão.

O posterior avanço da ferrovia até Brotas deu-se por intermédio da Cia. do Rio Claro, que contava entre os principais sócios o mencionado Barão, que depois veio a ser o Visconde do Pinhal, mas quando se efetivou o prolongamento para Brotas, aquela ferrovia já havia sido vendida para a The Rio Claro São Paulo Railway Company, a mesma companhia inglesa que detinha o trecho da ferrovia entre Santos e Jundiaí.

Depois das contendas que se alongaram entre os anos de 1880 até 1884, nada mais foi publicado no mencionado jornal a respeito do avanço da ferrovia em direção a Brotas. Nesse último ano, já com os trilhos abeirando o município, apareceu uma nota no jornal *A Província de São Paulo*, nos seguintes termos:

468 A Província de São Paulo, ano VI, n. 1481, 30 jan. 1880, p. 2.

469 Ibid., p. 2.

470 Ibid., p. 2.

Comunica-nos dessa localidade que no dia 7 do corrente chegou ao Ribeirão do Gouvêa distante daquela vila um quarto de légua, a localização da estrada de ferro da Cia do Rio Claro, que parte da estação do Feijão. Consta que no Ribeirão Gouvêa será a estação [...] Os habitantes de Brotas estão descontentes por ficar tão longe de sua vila à estação⁴⁷¹.

A estação do Feijão, posteriormente, recebeu o nome de Visconde do Rio Claro. Novamente aqui pode se aventar a fraqueza dos políticos desse município, pois sequer conseguiram se impor para que a ferrovia instalasse sua estação na vila, e a distância de um quarto de légua entre a estação e a vila era muito menor que o desvio imposto pelo Barão à Companhia Paulista, ou seja, as três mencionadas léguas para que a ferrovia passasse junto de suas terras.

Ao que tudo indica, os gestores da Cia. do Rio Claro não estavam nada preocupados com o que podiam ou não oferecer aos brotenses, uma vez que a maior parte das terras do município era recoberta de vegetação de cerrado, considerada imprópria para lavoura cafeeira. E, por outro lado, os fazendeiros locais não dispunham de poder econômico para que pudessem se impor frente os interesses maiores da ferrovia.

Esse descaso com os brotenses no tocante à ferrovia foi por eles atribuído ao Barão do Pinhal⁴⁷² e deixou ressentimentos, pelo menos em parte dos políticos locais, pois, em fevereiro de 1886, um brotense usando o pseudônimo de *O Patriota* censurou o já Visconde do Pinhal, “que estava em excursão eleitoral pela cidade com objetivo de captar apoio do Partido Conservador para sua eleição em 2º escrutínio, competindo com o candidato Republicano Prudente de Moraes”⁴⁷³. Enfatizou que o Visconde se dizia ser “o benfeitor destes municípios, dotando-os com a estrada de ferro”⁴⁷⁴, mas na verdade o autor do texto argumentava que ele “nos privou do grande benefício da estrada de ferro da Companhia Paulista, e nos impôs a sua como um ônus perpétuo”⁴⁷⁵. Outro articulista que assinava com o pseudônimo de *A Alma do Macedo* disse:

471 A Província de São Paulo, ano XI, n. 2770, 15 jun. 1884, p. 3.

472 A princípio aparece a menção ao Barão do Pinhal, posteriormente o título dele é o de Visconde.

473 A Província de São Paulo, n. 3263, 10 fev. 1886, p. 2.

474 Ibid., p. 2.

475 Ibid., p. 2.

O Visconde destinado a fugir de colocar a estação em Brotas e passar com a estrada em Dois Córregos, pretende captar as simpatias de seus amigos [...] Trabalho insano, porque fugindo de beneficiar povoações importantes, o Visconde com sua estrada fez a elas um grande mal⁴⁷⁶.

Importante assinalar que essas críticas estavam sendo feitas em plena campanha eleitoral, cujos candidatos em disputa eram o Visconde do Pinhal pelo Partido Liberal e Prudente de Moraes pelo Republicano.

Os brotenses estavam muito insatisfeitos com a distância que a estação ferroviária ficou da vila e não deixaram também de se manifestar a respeito. Em 12 de fevereiro de 1886, encaminharam à Cia. do Rio Claro uma petição “pela qual representaram diversos habitantes da vila de Brotas, não se achar situada a estação da mesma vila na posição marcada pelo traçado a que se refere o decreto n. 9166 de 22 de março de 1884”⁴⁷⁷. Portanto, essa petição apoiava-se no descumprimento de um decreto do próprio governo. Foi preciso chegar à República para que o governador Prudente de Moraes, em um dos seus primeiros atos, exigisse a mudança da estação junto à vila de Brotas.

No entanto, para os brotenses, a estação estava lá a um quarto de légua da vila e impunha a eles um meio de transporte que ligasse a vila à estação. Diante dessa dificuldade, surgiu até a ideia de se construir uma linha de bondes a vapor que pusesse “em comunicação a vila com a estação da estrada de ferro, que distava da povoação três quilômetros”⁴⁷⁸. Porém, tal ideia não vingou, certamente pelo alto custo do empreendimento. E, assim, a população se virava como podia. O Hotel dos Viajantes, para atrair fregueses, anunciava que dispunha “na estação de Brotas, à hora da chegada dos trens, troles para seus transportes gratuitos até à vila”⁴⁷⁹.

Porém, a construção de uma estação de embarque dentro do município de Brotas possibilitou que, em novembro de 1886, o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz, viajando pelo interior paulista em comboio ferroviário, dessem uma rápida parada para que brotenses pudessem homenageá-los. A chegada em Brotas deu-se às 13h25min. e a estação

476 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3273, 21 fev. 1886, p. 3.

477 Correio Paulistano, ano XXXVIII, n. 8977, 29 jul. 1886, p. 2.

478 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3516, 14 dez. 1886, p. 2.

479 Id., ano XIII, n. 3624, 29 abr. 1887, p. 3.

[...] se achava enfeitada de ramos, flores e grande quantidade de bandeiras. Ao lado do edifício fora levantado um coreto, encimado pelo seguinte dístico: *As suas Majestades Imperiais saúdam o povo de Brotas*. No coreto tocava uma banda de música [...] regida pelo professor público Antônio Pedro de Jesus [...] O apeadouro da estação estava repleto de povo, notando-se a presença de muitas senhoras trazendo ramallete de flores que ofereceram a S. M.^a Imperatriz, o Juiz municipal do termo, empregados do foro, vereadores, professor e professora públicos [...] Algumas das pessoas presentes dirigiram amargas queixas a S. M. o Imperador contra a escolha do lugar da estação, tendo uma delas dito que já haviam representado a S. M. contra tal fato, declarou o Imperador que tomaria o pedido na devida consideração. Ao sr. ministro da agricultura também foi apresentada uma representação para a mudança da estação⁴⁸⁰.

Todavia, como foi visto, nenhuma providência foi tomada pelo Imperador e seus ministros, pois foi só com a instalação do governo republicano que os brotenses foram atendidos em suas reivindicações.

Mas não era só a distância da estação ferroviária que trazia insatisfação aos brotenses, também as precárias acomodações dos vagões não atendiam ao conforto dos passageiros. Já no início do funcionamento da ferrovia, em 1886, houve nesse sentido reclamação de que os vagões eram

[...] mal construídos, a ponto de chover tanto dentro deles como em pleno campo, e serem insuficientes os que eram postos à disposição dos viajantes que eram obrigados a ficar de pé, muitas vezes durante a viagem inteira. Não nos parece que seja este o modo mais eficaz de uma companhia captar a simpatia pública⁴⁸¹.

Na verdade, a referida companhia não estava preocupada em angariar maior número de passageiros ou conquistar a simpatia deles, pois era o transporte do café seu grande quinhão, como já mencionado, toda a estrutura ferroviária de São Paulo foi construída para esse fim.

Melhorar o conforto dos passageiros nem de longe era preocupação dos dirigentes da Cia. do Rio Claro, e não era por falta de recursos,

480 Correio Paulistano, ano XXXIII, n. 9066, 14 dez. 1886, p. 2.

481 A Província de São Paulo, ano XII, n. 3526, 25 dez. 1886, p. 2.

uma vez que se sabe que os lucros dessa Cia. obtidos com o transporte de café eram significativos, sobretudo com o seu principal braço, a São Paulo Railway Company no percurso de Santos a Jundiá, um gargalo onde desaguava toda a produção de café transportado pelas Cias. Paulista, Mogiana, Ituana e Sorocabana, portanto, toda produção do interior de São Paulo e do sul de Minas. Tanto que em uma reclamação feita por um correspondente em nome de Brotas, Dois Córregos e Jaú, percorrendo a respeito das condições dos carros de passageiros que atendia a região deu ao texto em tom irônico, indicando que não faltava à Companhia recursos para atender melhor os passageiros que dela faziam uso. Vale a pena reproduzir o texto na íntegra, pois ele dá a dimensão do desleixo da Companhia para com os passageiros da região:

Pedimos aos representantes dessa pobre Railway que, ao menos pelo esquecimento e nos dias de trem expresso ao menos, nos dê um carro de 1ª classe para os passageiros dessa classe. O cubículo e o caixão indecente de bancos ao lado que a pobre Company nos impinge como carro de 1ª classe, é uma vergonha para Limited, além de ser um escárnio aos passageiros. Chega a ousadia e ao desaforo da The Rio Claro ao ponto de ter um carro de 2ª ou 3ª classe reservado para o excesso de passageiros da 1ª classe [...] isso é incrível, mas é pura verdade! E para que passageiros de 2ª classe embarquem nesse reservado de 2ª nesse carro especial todos os passageiros de 1ª que chegaram por último, é preciso fazerem rolo e trocaram palavras obscenas, com o guarda do trem, em presença mesmo de famílias como ainda no dia 30 de setembro findo aconteceu.

Vale a pena destacar que esse protesto foi feito em setembro de 1890, portanto quatro anos depois da ferrovia ter instalado sua estação em Brotas, ou seja, mesmo com uma enxurrada de protestos, a referida Cia. não só não atendeu as reivindicações como nada fez para melhorar as acomodações dos passageiros em seus vagões. A gerência da ferrovia não tinha preocupação em atender ao bem-estar da população em termos de se apresentar como um bem social e sim, apenas administrar seus ganhos econômicos que adivinham prioritariamente do transporte do café.

Até os inícios da década de 1890, os brotenses continuaram a se deslocar por três quilômetros para chegar até a estação, contudo não de-

sistiram de prosseguir na reivindicação da mudança da mesma para chegar até a vila. Tinham conhecimento de que, quando o governo imperial liberou a concessão do ramal para passar por Brotas, uma das cláusulas, como apontado anteriormente, era a estação estar localizada na vila. Foi só com a instauração da República que os brotenses puderam ser atendidos. Prudente J. de Moraes assim que tomou posse como governador do já Estado de São Paulo, entre os atos do governo determinou:

A fim de ser reparada a injustiça para com a vila de Brotas, desviando-se dela o traçado do ramal do Jaú, insira-se no contrato – cláusula pela qual a Cia. do Rio Claro obriga-se, no prazo máximo de seis meses, estender seus trilhos até aquela vila e a construir aí uma estação. Palácio do Governo. São Paulo, 12 de julho de 1890⁴⁸².

No entanto, a Cia. não conseguiu cumprir o prazo, pois, no mês de outubro daquele ano, solicitava por meio de uma petição “três meses de prorrogação para a construção do ramal e estação de Brotas”⁴⁸³. Tal conclusão se deu efetivamente em 1891 com a estação levantada onde hoje funciona a Escola Municipal Álvaro Calado. Ali ficou até a década de 1920 quando a Cia Paulista retificou os trilhos passando para bitola larga e transferiu a estação para o local no qual permanece até nossos dias.

3.2 Reflexos da grande imigração europeia em Brotas

Então os transatlânticos trouxeram da Europa outras raças aventureiras. Entre eles uma alegre que pisou na terra paulista cantando e na terra brotou e se alastrou como aquela planta também imigrante que a duzentos anos veio fundar a riqueza brasileira. Do consórcio da gente imigrante com o ambiente, com o consórcio de gente imigrante com a indígena nasceram os novos mamelucos. Nasceram os italianinhos. O Gaetaninho. A Carmela. Brasileiros e paulistas.

Alcântara Machado

482 Correio Paulistano, ano X XXVII, n. 10157, 16 jul. 1890, p. 2.

483 Correio Paulistano, ano X XXVII, n. 10253, 08 nov. 1890, p. 2.

Como já foi visto, desde os primórdios do povoado, a presença de imigrantes europeus, representada pelos portugueses, foi expressiva em Brotas. De forma geral, a princípio, se fixaram em áreas do futuro município como agricultores, apropriando-se de um quinhão de terra como posseiros ou por aquisição pela compra. No entanto, muitos deles foram se estabelecendo no povoado e depois vila, atuando no comércio. Como já mencionado, a presença deles foi tão marcante que já na década de 1850 havia um representante consular português para mediar questões de diferentes ordens relativas a seus patrícios. Também foi visto que quando da construção da ferrovia, muitos portugueses vieram da Europa para trabalhar como operários e alguns deles se estabeleceram com família na vila. É sabido que o fluxo da chegada de portugueses se manteve durante toda a segunda metade do século XIX. Portanto, Brotas, desde sua origem, foi um município fortemente marcado pela presença portuguesa.

Todavia, em face da grande expansão da lavoura cafeeira a partir de 1880, quando a mão de obra escrava disponível não atendia ao ritmo daquela expansão, e mais, sabia-se que a abolição era uma questão de tempo, viu-se a necessidade de buscar a mão de obra europeia, e que efetivada desencadeou a chamada grande imigração, a partir de 1886, quando o governo imperial passou a subsidiar a vinda em massa de imigrantes. Nas regiões cafeeiras, de longe, os imigrantes italianos foram os mais representativos embora os espanhóis também tenham marcado certa presença no município. Foi nesse contexto que, em Brotas, a imigração italiana superou a portuguesa.

A primeira informação encontrada a respeito da chegada de imigrantes para o trabalho no café no município de Brotas ocorreu um ano antes de o governo imperial liberar subsídio para a introdução de imigrantes, ou seja, 1885. Foi quando José Luiz Borges, proprietário da fazenda Babilônia do Dourado no município de Brotas introduziu famílias de imigrantes italianos para o trabalho no café. Essa notícia saiu no jornal *A Província de São Paulo*⁴⁸⁴. Tratava-se de um abaixo-assinado organizado por parte desses imigrantes, datado de 23 de setembro de 1885. Nele asseveravam: “que estavam muitíssimos satisfeitos, não só pela salubridade do

484 A Província de São Paulo, ano XI, n. 3164, 10 out. 1885, p. 1.

lugar, aqui residimos há cinco meses sem que tenhamos sido acometidos por moléstia alguma grave [...] que temos colhido até hoje dezenove mil alqueires de café, colheita esta que se duplicará pelo ano [...]”⁴⁸⁵. No texto continuam expondo as benesses que o patrão oferecia. Todavia percebe-se que o objetivo desse abaixo-assinado por esses imigrantes visava à defesa do patrão diante do fato de que quarenta e três famílias de italianos que haviam chegado junto com eles deixaram a propriedade no dia seguinte sem que reembolsassem o patrão pelos gastos da viagem. No abaixo-assinado constavam assinaturas de cinco italianos, o autor do texto e a rogo mais vinte e seis que eram analfabetos, assim somavam-se vinte e nove adesões à causa em questão.

Portanto, eram representantes de vinte nove famílias imigrantes que haviam sido fixadas na referida fazenda, e vale destacar que, nesse contexto, emigrava-se com toda a família. Somadas às quarenta e três que não quiseram ficar, o projeto do referido fazendeiro era fixar setenta e duas famílias, um montante muito representativo em termos de mão de obra, uma vez que se empregavam no trabalho da lavoura todos os adultos da família, inclusive mulheres.

Porém, o que chama atenção nesse texto é a coerência argumentativa bem como a fluência na língua portuguesa, o que leva a pensar que seria muito difícil um imigrante que acabara de chegar da Itália e empregado como trabalhador braçal tivesse o domínio da língua para escrever o mencionado texto. É quase certo que o fazendeiro, diante da negativa das ditas famílias permanecerem em sua propriedade, tenha ficado preocupado com a divulgação, por parte delas, das razões que as levaram a abandonar a proposta de trabalho e/ou as condições de moradia oferecidas por ele. Para quarenta e três famílias tomarem essa decisão, certamente algo grave as desagradou. Como visto, esse fato ocorreu em 1885, ano anterior ao início da imigração subsidiada pelo governo imperial, o que demonstra já o interesse ou a necessidade por esse tipo de mão de obra por parte do fazendeiro, a ponto de ele mesmo financiar a vinda dos imigrantes.

A carência da mão de obra nas lavouras cafeeiras em expansão somada à fuga em massa de escravos que estavam pondo em xeque o sistema

485 Ibid., p. 1.

escravista, impulsionou antes mesmo do início da imigração subsidiada pelo governo imperial, o aumento do fluxo da entrada de imigrantes. Todavia, a chegada em massa de imigrantes para a Província de São Paulo se deu a partir de 1886, quando o Estado passou a pagar as passagens dos imigrantes.

Logo no início da imigração subsidiada, mais precisamente em outubro de 1886, Brotas apareceu entre os municípios que receberam imigrantes, contando com registro de dois italianos. Cafeicultores brotenses buscaram a mão de obra de imigrantes que chegavam em levadas cada vez maior a partir de 1888. Nesse ano, há registro de fixação no município de Brotas de vinte portugueses, trinta e cinco italianos e quinze espanhóis⁴⁸⁶.

Dados publicados pelo *Correio Paulistano* entre os anos de 1886 e 1890 relativos ao número e locais para onde os imigrantes estavam sendo encaminhados, mostram os municípios que estavam recebendo imigrantes na região onde Brotas estava incluída. Em 1886, cem imigrantes italianos que deram entrada na Província de São Paulo foram encaminhados para os seguintes municípios: Campinas, Piracicaba, Capivari e Penha do Rio do Peixe, Araraquara, Itu, Pirassununga e Brotas. Consta que para Brotas foi encaminhado apenas um imigrante do sexo masculino e tratava-se Gianini Antônio, com 34 anos de idade⁴⁸⁷. Ainda em 1886, em uma nova lista, consta que mais dois imigrantes foram encaminhados para Brotas sendo um italiano e outro português⁴⁸⁸.

486 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Barão de Paranahyba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo: Typ. a vapor de Jorge Seckler, 1887, p. 10. (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).

487 *Correio Paulistano*, ano XXXIII, n. 8800, 20 dez. 1885, p. 1.

488 *Id.*, ano XXXII, n. 9002, 09 out. 1886, p. 2.

Tabela 1 - Entrada de imigrantes em cidades do Oeste Paulista entre 1886 e 1890

Municípios	1886	1887	1887	1887	1888	1888	1888	1888	1888	1890	Total
	09/10 ⁶	06/11 ⁷	09/12	31/12 ⁸	10/01	04/09 ⁹	17/11 ¹⁰	12/12 ¹¹	17/02 ¹²	04/10 ¹³	
Brotas	2	9	18	30	13	4	205	22	13	147	461
Araras	-	105	81	69	92	13	8	25	92	4	489
São Carlos	17	17	42	89	78	84	224	311	78	3	954
Jaú	-	4	6	1	21	191	113	160	2	-	517
Rio Claro	21	16	23	47	48	58	109	320	-	47	668
Araraquara	7	26	27	31	25	87	114	31	28	-	376
Descalvado	3	211	16	6	182	22	94	345	132	-	1008
Ribeirão Preto	-	114	9	73	67	14	181	509	67	-	1034
Limeira	17	1	23	11	90	-	76	156	11	-	385

Fonte: A Autora com base em dados publicados entre 1886 e 1890 no jornal *Correio Paulistano* e Relatório do Presidente da Província.

É preciso atentar que esses dados são parciais e não cobrem todos imigrantes que entraram nesses municípios no período apontando, pois muitos deles não passavam pela contabilidade oficial, como os que entraram pelo porto do Rio de Janeiro ou outros portos. Porém, não deixa de ser uma amostragem que indica quais municípios na região em que Brotas se inseria que estavam recebendo maior número de imigrantes e, por outro lado, não deixa de ser um indicativo de onde a lavoura cafeeira estava exigindo maior montante de mão de obra.

Foi visto, no item sobre a escravidão, que nessa mesma década de 1880, em Brotas, o número de escravos diminuiu mais que dos outros municípios vizinhos. Por outro lado, a Tabela 1, acima, indica que, com exceção de Araraquara e Limeira, Brotas foi o município que recebeu menor número de imigrantes. Esses dados vêm mais uma vez corroborar o que já se dizia na década de 1870, ou seja, que a expansão do café não foi tão expressiva em terras do município de Brotas como em outros municípios da região. Até meados da década de 1880, Jaú, São Carlos e Ribeirão Preto, com fundação posterior à vila de Brotas estavam recebendo quantidade menor de mão de obra imigrante, contudo logo depois disso a situação se inverteu.

Embora no próprio contrato feito pelos imigrantes constasse que o subsídio das passagens era para que se dirigissem para o trabalho nas fazendas de café, muitos deles aceitavam tal contrato, mas logo que podiam se deslocavam para o meio urbano, até mesmo praticando fuga das fazendas.

Entre aqueles que promoviam a facilitação da introdução de imigrantes nas fazendas estavam alguns imigrantes. Em 1895, em Brotas, Ângelo Pavarini fazia esse serviço. Um anúncio seu no jornal *A Gazeta de Brotas* o mostra realizando esse trabalho: “Aos senhores fazendeiros. Abaixo assinado incumbe-se de arranjar famílias de colonos, bem assim camaradas solteiros para os srs. fazendeiros. Quem pretender dirija-se ao mesmo abaixo assinado à rua da Estação⁴⁸⁹”. Italianos prestavam esse tipo de serviço, uma vez que, com o domínio da língua que fazendeiros desconheciam, estabeleciam contato com imigrantes alojados na Hospedaria dos Imigrantes e os encaminhava para os fazendeiros interessados em contratá-los.

489 A Gazeta de Brotas, ano II, n. 157, 13 out. 1895, p. 3.

Avaliação feita por um articulista do jornal *O Commercio de São Paulo*, a respeito de dados levantados pela Repartição Estatística do Arquivo do Estado de São Paulo, sobre a presença de imigrantes europeus nos municípios paulistas indica que em Brotas a mão de obra nacional predominava em relação ao elemento estrangeiro. Embora essa informação apareça de forma indireta, pois o mote principal da pesquisa era avaliar a moralidade no seio das famílias de imigrantes, não deixa de ser um importante indicativo a respeito da fraca presença de imigrantes em Brotas se comparada com os grandes municípios cafeeiros. Diz o articulista:

[...] apesar da imigração assalariada nos trazer algum elemento mau das nações estrangeiras mostram estas estatísticas o quanto a moralidade doméstica no meio dos estrangeiros é superior à dos brasileiros em geral. O grande Oeste, que regurgita de estrangeiros, tem a mínima ilegitimidade dos nascimentos: onde ela existe maior [...] são exatamente nos lugares como Brotas, em que o elemento nacional é dominante⁴⁹⁰.

Portanto, o que se infere é que embora em Brotas fosse sentido o impacto da entrada de imigrantes europeus, tanto na vila como no município, eles não preponderavam, se comparados aos trabalhadores nacionais como em outros municípios cafeeiros.

É sabido que as fazendas cafeeiras tiveram que se estruturar para receber as famílias de imigrantes dentro de seu espaço, com a construção das chamadas colônias. A pintura de Benedito Calixto, expressa na Figura 1, a seguir, mostra exatamente o espaço e a disposição das casas das famílias imigrantes, no caso a fazenda Monte Alegre no município de Brotas. As duas fileiras de casas para moradia de imigrantes dominam o primeiro plano da pintura. As carroças atreladas com maior número de animais, certamente eram para o transporte do café até a cidade, para ser embarcado na estação ferroviária. Do lado direito, na encosta, é possível divisar o cafezal. No fundo, do lado esquerdo, aparece uma casa assobradada, certamente moradia do proprietário ou do administrador. Observa-se que, em relação à colônia, o sobrado tinha uma posição panóptica, ou seja, permitia visualizar todos os movimentos dos imigrantes na colônia.

490 O *Commercio de São Paulo*, ano IV, n. 1190, 21 maio 1897, p. 2.

Praticamente todas as fazendas nas áreas cafeeiras dispunham as colônias sob a visão dos proprietários e/ou administradores, tendo em vista um controle dos imigrantes dentro e fora do horário do trabalho.



Figura 1 - Fazenda Monte Alegre - Brotas. Óleo sobre tela de Benedito Calixto, de 1893
Fonte: FAZENDA... (2017).

Em toda região cafeeira onde os imigrantes foram introduzidos como mão de obra, as relações entre eles e os proprietários ou administradores das fazendas foram muitas vezes conflituosas. Alguns fatores contribuíram para essa situação: primeiro, os fazendeiros acostumados a lidar com escravos não tinham habilidade no trato com a mão de obra livre; segundo, grande número de imigrantes vinham de uma experiência europeia, conscientes a respeito das relações de trabalho, e ainda muitos, com conhecimento político do anarquismo, socialismo e comunismo que lhes davam cabedais para perceberem os limites na exploração do trabalho; terceiro, dificuldades financeiras dos proprietários, sobretudo em face das crises cafeeiras a partir da década de 1890, passaram não só a atrasar pagamentos, como também a achatar salários dos trabalhadores, acirrando os conflitos. Outras razões pontuais também contribuíram para essas tensões.

Esses desentendimentos entre fazendeiros, administradores ou seus capatazes e imigrantes, muitas vezes desencadeavam embates que chegavam a provocar assassinatos. Nessas condições, imigrantes passaram a ser julgados em tribunais. Em 1899, em Brotas, ocorreu um desses julgamentos, no caso, “foi transmitido ao Ministério das Relações Exteriores o mapa do extrato de sentenças proferidas contra os súditos italianos,

Nicolau Bertoncetto, João e Ângelo Straglito, pelo dr. Juiz de Direito da comarca de Brotas⁴⁹¹". Essa medida não deixava de ser um cuidado com atos praticados contra imigrantes, uma vez que os governos dos países de origem deles, por meio de seus representantes consulares, especialmente da Itália, de onde provinha a maior parte dos imigrantes, exerciam uma vigilância sobre suas condições de vida.

De forma geral, as relações sociais entre imigrantes e brasileiros, embora na maior parte tenham sido harmoniosas, os confrontos também aconteciam, como o que ocorreu em Campo Alegre, em 1900. "O conflito teve origem em um baile de italianos no qual tomaram parte trabalhadores nacionais". Disso decorreu "diversos feridos levemente e dois nacionais feridos mortalmente, por bala de chumbo"⁴⁹².

É sabido por trabalhos historiográficos já realizados, que no final da década de 1890 e nas primeiras décadas do século XX, o número de imigrantes nas fazendas já atendia às necessidades da mão de obra, porém os fazendeiros continuaram a pressionar o governo para entrada de novos imigrantes, tendo em vista formar um excedente de mão de obra para que a oferta de empregos fosse maior que a procura e, conseqüentemente, promover um rebaixamento dos salários. Portanto, além dos conflitos de várias ordens que emergiam nas relações entre imigrantes e proprietários, somou-se mais esse fator.

Também, quando fazendeiros assumiam dívidas em face da constante desvalorização do café, a partir da década de 1890, a reação deles diante da queda da lucratividade dessa lavoura foi exercer pressões sobre os rendimentos dos colonos, como o rebaixamento dos salários, incrementos das multas por infrações sobre os regulamentos das fazendas, atrasos de pagamentos, gerando intensos enfrentamentos. Foi o caso ocorrido em Brotas, em janeiro de 1902, quando desencadeou-se um grande conflito envolvendo colonos. Para averiguar a situação, seguiu para lá

[...] o dr. José Roberto, primeiro delegado auxiliar, que ali fora afim de providenciar sobre uma revolta de colonos na fazenda do dr. José Estanislau de Arruda Botelho. Aquela autoridade conseguiu aclamar

491 Correio Paulistano, ano XXVI, n. 12753, 24 fev. 1899, p. 2.

492 O Estado de S. Paulo, ano XXVI, n. 8019, 07 nov. 1900, p. 1.

o ânimo dos mais exaltados, restabelecendo a harmonia entre colonos e fazendeiro⁴⁹³.

No dia seguinte da publicação dessa nota, saiu outra, dessa vez no *Correio Paulistano*, nos seguintes termos:

Tendo o Banco de São Paulo adquirido, [...] a fazenda do Dr. José Estanislau de Arruda Botelho, os colonos dessa fazenda, em número superior a duzentos, declararam-se em greve pacífica, visto como o atual administrador o representante do Banco se recusava pagar-lhes salários a que se julgavam com direito, por serviços prestados anteriormente⁴⁹⁴.

No começo de fevereiro, o agente consular italiano em Brotas estava procurando fazer “um acordo amigável com o Banco de São Paulo para pagamento dos colonos [...] A dívida alegada pelos colonos se eleva a quantia de 120:000\$000”⁴⁹⁵.

Em geral, as notícias que relatavam revoltas ou greves de imigrantes nas colônias saíam nos jornais apenas notificando os conflitos sem nunca apontar a causa que gerou a tensão, o que de certa forma permitia insinuar-se que a responsabilidade pela turbulência era gerada inconsequentemente pelos migrantes e, assim, os fazendeiros saíam incólumes dessa situação.

No mês de março ano de 1902, os fazendeiros de café receberam um duro golpe quanto à prática de desvalorização dos salários pelo excedente de mão de obra. O governo italiano perante as informações dadas pelos seus agentes consulares a respeito do tratamento inadequado oferecido aos italianos que trabalhavam no café, suspendeu a imigração subsidiada para o Brasil mediante o Decreto Prinetti.

Por outro lado, em nada mudara a situação dos trabalhadores imigrantes já estabelecidos nas fazendas cafeeiras. Em Brotas, outro grande conflito ocorreu no ano de 1905, quando “colonos de uma fazenda se declaram em greve e armando-se todos de espingarda e ferramentas

493 O *Commercio de São Paulo*, ano X, n. 2832, 31 jan. 1902, p. 2.

494 *Correio Paulistano*, n. 13808, 30 jan. 1902, p. 2.

495 *Correio Paulistano*, n. 13815, 06 fev. 1902, p. 2.

tentaram assaltar aquela propriedade”⁴⁹⁶. Informações em jornal da capital diziam que “o agente consular da Itália naquela cidade entrevistou juntamente com o delegado de polícia, conseguindo desarmar os mais exaltados e acalmar os ânimos”⁴⁹⁷. O que pode ser observado nessa nota é que, além de não ter sido relatada a causa de fundo do conflito, não apareceu o nome da fazenda, tampouco de seu proprietário.

Importante destacar que desavenças entre imigrantes ocorriam com certa frequência, tanto na cidade como no meio rural. Por exemplo, em agosto de 1909, o *Correio Paulistano* noticiou ter ocorrido em Brotas um grande conflito entre colonos na “fazenda São José, de Miguel Vieira Monteiro, no qual saíram feridos os italianos Domenico Senice, a mulher deste e seu filho Antônio Senice”⁴⁹⁸. Vale observar que, no caso, como o conflito se restringiu só a imigrantes, a imprensa nomeou não só a fazenda onde ocorreu o conflito, bem como o nome do proprietário.

Essa crise na lavoura provocou maior deslocamento de imigrantes do meio rural para o meio urbano, contribuindo para acelerar o processo de urbanização em andamento e a sua consequente aproximação do meio urbano.

Com a segmentação da sociedade, a partir do final do século XIX, em decorrência do aburguesamento da vida social, os diferentes segmentos sociais procuraram definir seus espaços de socialização e, assim, buscaram organizar clubes, sociedades de diversas ordens, ou seja, espaços que definiam identidades de segmentos sociais diferenciados. E, embora em Brotas o número de imigrantes europeus não tenha sido tão representativo como em outros municípios em que o café foi produzido em larga escala, ainda assim a chamada colônia italiana na cidade procurou meios para se aglutinar e formar sociedades que a representassem.

Nesse contexto, a colônia italiana brotense, em 1895, estava organizando um espaço para si, pois no dia 13 de outubro desse ano havia sido marcada para as três horas da tarde “uma reunião na casa do sr. Domenico Longhi, onde a distinta colônia italiana de Brotas, propunha

496 O Estado de S. Paulo, ano XXXI, n. 9577, 21 fev. 1905, p. 2.

497 Ibid., p. 2.

498 Correio Paulistano, n. 16546, 30 ago. 1909, p. 4.

organizar uma sociedade beneficente de mútuos socorros⁴⁹⁹. Esse tipo de sociedade tinha por objetivo principal atender a algumas das necessidades mais prementes dos imigrantes, como tratamento médico, assessoria jurídica ao fornecer advogados como em causas trabalhistas, repatriação, etc., mas também dispunham de uma sede social para reuniões com finalidades diversas, como conferências, apresentações artísticas e festas comemorativas da colônia. Sabe-se, de forma indireta, da existência de outra sociedade italiana em Brotas, pois um informante da cidade, escrevendo para o *Correio Paulistano* em 1903, a respeito do mal estado da avenida n.4, atual Ângelo Piva, dizia ter ali uma grande vala em frente da “Sociedade XX de Setembro”⁵⁰⁰. O título de vinte de setembro dado a essa sociedade vinculava-se à data oficial da Unificação Italiana, por sinal, nome atribuído a muitas sociedades italianas no Brasil.

Há ainda menção a outra sociedade italiana, denominada “Alta Itália”, cujo presidente, em 1904, era Vitório Pinotti⁵⁰¹. O nome “Alta Itália” certamente tinha objetivo de congregar italianos oriundos do norte da Itália que incluía, em especial, imigrantes provenientes das Províncias da Lombardia, Piemonte e Vêneto lugares de onde provinha a maioria dos imigrantes italianos encaminhados para Brotas. Vitorio Pinotti, em 1905, foi nomeado representante consular da Itália na cidade de Brotas⁵⁰².

Em 1910, quando foi realizada na cidade de São Paulo uma comemoração das sociedades italianas, entre elas estava a M. S. Vittorio Emmanuele III, de Brotas, tendo como representante os srs. Odoardo Grecco e Alvido Pereai⁵⁰³. Importante destacar que as diferenças regionais, especialmente entre as províncias do norte e sul da Itália, permaneceram presentes entre os imigrantes radicados no Brasil. Como os oriundos do norte italiano se constituíam a maioria dos imigrantes, somado ao preconceito deles mesmos, trazidos da península, em relação àqueles vindos do Sul, como da Campanha, Calábria e Sicília, regiões mais pobres da Itália, os preconceitos permaneceram, sobretudo em relação ao calabrês.

499 A Gazeta de Brotas, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 2.

500 Correio Paulistano, n. 14316, 26 jun. 1903, p. 2.

501 Id., n. 14583, 20 mar. 1904, p. 2.

502 Id., n. 14919, 21 fev. 1905, p. 3.

503 Id., n. 16891, 02 maio 1910, p. 3.

Nessa onda de fundação de sociedades beneficentes, os portugueses que até então não dispunham de uma associação desse tipo, realizaram com grande pompa a fundação de uma sociedade que os representasse. A data da fundação da referida sociedade ocorreu no dia 17 de outubro de 1909,

[...] em casa do sr. Manoel Ferreira Rosa onde se achavam entrelaçadas as duas bandeiras das Pátrias amigas e irmãs – Brasil e Portugal – foi pelo capitão Antônio Júlio da Rocha expostos aos presentes o fim daquela reunião, que visava a fundação nessa cidade, de uma sociedade beneficente portuguesa [...] Para elaborarem os estatutos foram aclamados os srs. major Francisco José de O. Castro, capitão Antônio M. Costa e Miguel Monteiro⁵⁰⁴.

Diferentemente dos organizadores das sociedades italianas, os da portuguesa contavam com pessoas importantes da política local, inclusive com títulos da Guarda Nacional, uma vez que eles estavam radicados no município há muito tempo e de onde levantaram suas fortunas. No caso um major e um capitão.

É preciso não esquecer que, embora a maioria dos imigrantes tivesse sido conduzida para as fazendas de café para o trabalho na lavoura, muitos entre eles que detinham conhecimento de um ofício, vinham para o Brasil com a passagem subsidiada para o trabalho no café e na primeira oportunidade se dirigiam para a cidade para se dedicarem a ofícios de que tinham conhecimento. Também havia aqueles que não tinham conhecimento de nenhum ofício, mas preferiam morar na cidade e, para tanto, procuravam alguma forma de trabalho para sobreviverem. Alguns deles adquiriam ou alugavam um terreno ou mesmo uma chácara para formar hortas onde plantavam árvores frutíferas, verduras e legumes que vendiam na cidade percorrendo as ruas com grandes cestas ou tabuleiros. Foram eles os introdutores de muitas hortaliças no hábito alimentar do brasileiro, como a escarola, a berinjela, o rabanete, a rúcula, o pimentão, o nabo, a mostarda, entre outros. Paralelamente, também muitos entre eles criavam porcos e galinhas para vender na cidade a banha, ovos e frangos.

504 Correio Paulistano, n. 16596, 19 out. 1909, p. 4.

Numa ilustração que consta no *Almanach de Brotas*, em 1906, Yantok apresentou uma charge cujo personagem é um italiano percorrendo a rua com um tabuleiro na cabeça contendo frutas e numa das mãos uma cesta. São os dizeres em língua italiana, aportuguesada que ajudam a identificar o personagem ilustrado, que apregoava: *Frutti freschi e abarati!*⁵⁰⁵. A essa frase Yantok, em tom de brincadeira jogou com a imprecisão do uso da língua pelo vendedor que empregou o termo barato acrescentando no início a letra “a” e utilizou o plural “i” da língua italiana, e complementou com um chiste: “Se é fresco não pode ser baratas e se tem baratas não pode ser fresco”⁵⁰⁶, ou seja, fez um jogo com a palavra barata em português que tem dois sentidos. De qualquer forma, o que fez foi um ajuizamento na forma como italianos, que haviam ocupado um significativo espaço na cidade, usavam a língua para se expressar.



Frutti freschi e abarati ! Si è fresco não pode
ser baratas e si tem baratas não pode ser fresco,

Figura 2 - Vendedor ambulante de origem italiana

Fonte: Mendonça e Yantok (1906).

Todavia, a maioria dos imigrantes tinha em seus horizontes se tornar proprietário de terras, e muitos deles trouxeram de seus países de origem um pequeno pecúlio, que somado aos ganhos obtidos com o tra-

505 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 86.

506 Ibid., p. 86.

balho, conseguiram levantar um capital para adquirir uma pequena propriedade de terras. Em um levantamento realizado no ano de 1907, a respeito do montante de imigrantes italianos que haviam adquirido propriedades de terras no estado de São Paulo, Brotas aparece nessa relação com 62 italianos como proprietários rurais. Com exceção de Descalvado que contava com um número de imigrantes proprietários inferior ao de Brotas, nos demais municípios da região esse número era superior ao de Brotas: Piracicaba aparece com 154 italianos proprietários; Jaú com 149; Dois Córregos com 112; Araraquara com 68; e Rio Claro com 67⁵⁰⁷.

É sabido que, de forma geral, as terras adquiridas pelos imigrantes nesse contexto eram as consideradas as mais ruins, ou seja, aquelas não propícias ao café e que eram, portanto, as ofertadas pelo menor preço. Levando isso em consideração, chama atenção o fato de ser Brotas um dos grandes municípios do interior de São Paulo com a maior parte das terras impróprias para o café e, por outro lado, o número de imigrantes proprietários ter sido inferior a municípios áreas menores e com a maior parte das terras ocupadas pelo café, como o caso de Jaú. Dois fatores podem ter contribuído para isso: o número de imigrantes que se dirigiram para Brotas ter sido inferior ao dos municípios nos quais a grande lavoura de café fora importante, e/ou pelo fato de Brotas ter sido um município mais pobre, também afetou os italianos em termos de ganhos para obterem suas propriedades.

Importante destacar que, embora esses imigrantes adquirissem as terras de menor valor, o que produziam teve grande importância em termos de abastecimento de alimentos nas regiões cafeeiras. O próprio articulista que apresenta os dados acima citados fez um comentário a esse respeito dizendo:

Muitos dos que vivem nas nossas melhores cidades ignoram que o italiano [...] presta o seu concurso à conquista da civilização e junta o seu pecúlio, ao qual aumentando aos poucos, se transforma depois num pequeno sítio, onde logo aparece o pé de laranjeira e a touça de bananeira [...] a pequena horta. É ele também que leva, para novas regiões, das nossas plantas novas, cujas sementes trouxe da terra [...]

507 Correio Paulistano, n. 15867, 16 out. 1906, p. 1.

Planta milho, engorda porcos, cria vacas [...] É um trabalhador inestimável, o colono italiano, e a ele deve São Paulo grande parte de sua prosperidade agrícola.

É sabido que a colônia italiana no estado de São Paulo foi, de longe, no período da chamada grande imigração, a mais expressiva numericamente, e a da cidade de São Paulo foi também o maior centro aglutinador desses imigrantes. Nessa cidade, italianos já se destacavam em vários setores da vida econômica e social e com frequência promoviam eventos para reunir representantes de todas as sociedades italianas do interior visando manter e divulgar práticas sociais e culturais tendo como referencial a Itália e, assim, alimentar a identidade italiana em meio aos imigrantes. Os italianos da capital, pelo seu poder econômico, já dispunham de influências no âmbito do poder instituído, tanto que obtiveram, em 1910, a licença para erguer no espaço da cidade um monumento para homenagear o seu líder máximo na Itália, Giuseppe Garibaldi. Foi para a inauguração desse monumento que representantes de todas as sociedades italianas do Estado foram convidados, e a Società Italiana de Mutuo Soccorso Vitorio Emanuele III, de Brotas, foi representada pelos italianos “Odorado Grecco e Alvise Percai, e com grande número de sócios, conduzindo estandarte”⁵⁰⁸.

Esses intercâmbios entre sociedades italianas não visavam somente às festividades, eram também importantes em termos de manutenção da identidade, bem como para encaminhar assuntos de interesses mútuos como questões relativas ao trabalho dos imigrantes.

A questão da unidade da colônia italiana tendo como referência a identidade com a Itália foi um problema a ser enfrentado pelos imigrantes. Se por um lado, faziam esforço para divulgar as práticas sociais e culturais que tinham como referencial seu país de origem, por outro, enfrentavam a questão da sobrevivência da própria comunidade imigrante que estava na dependência de como se adequava às normatizações instituídas pela sociedade brasileira. Nesse sentido, o grande dilema para eles era se solicitavam ou não a cidadania brasileira, pois ao fazerem isso, perdiam

508 O Estado de S. Paulo, ano XXXVI, n. 11463, 02 maio 1910, p. 3.

automaticamente a cidadania italiana, e se não o fizessem, não tinham como dispor de representantes seus em cargos governamentais para reivindicarem a favor dos interesses da colônia.

As autoridades italianas, cientes de que no Brasil os imigrantes necessitavam dispor de porta-vozes no poder, passaram a travar um intenso debate a respeito, forçando seus agentes consulares e intelectuais a ajudarem a encaminhar a questão, ou seja, a obtenção da cidadania brasileira para que todos os italianos pudessem requerer a inclusão nos alistamentos eleitorais podendo, assim, participar da vida pública brasileira⁵⁰⁹. Em Brotas não foi diferente, pois foi o próprio agente consular da Itália na cidade Vitério Pinotti que seguiu o caminho proposto pelo governo italiano, obtendo a cidadania brasileira para participar da vida política. Em 1912, quando “a Comissão Diretora do Partido Republicano reconheceu o Diretório político de Brotas” Vitério Pinotti era o seu vice-diretor⁵¹⁰.

O reforço da manutenção da identidade italiana era alimentado constantemente por meio de eventos que aglutinavam a comunidade imigrante. A ideia de pertencimento a ela permaneceu sob o aspecto da representação, que para ser mantida, era realimentada especialmente nas manifestações cívicas e sociais quando eram expostos símbolos e alegorias que evocavam a Itália unida e, por extensão, desencadeavam uma comunhão de sentimentos que vivificavam a unidade da colônia. O momento mais importante para reforçar a identidade do imigrante era o dia 20 de setembro, data da Unificação Italiana. Foi o que ocorreu em Brotas, em 1912 como explicita a seguir a nota publicada no *O Estado de S. Paulo*: “BROTAS 21. Ontem, ao alvorecer, a população foi despertada por uma salva de 21 tiros de bateria queimada em frente à Sociedade Italiana. À Noite na sede da Sociedade realizou-se um baile”⁵¹¹. Embora o correspondente de Brotas não especifique o porquê desse evento, pela data, é certo que era o da comemoração da Unificação Italiana.

Vale destacar que, embora o município de Brotas tenha recebido um número não tão expressivo de imigrantes, sua presença em relação ao

509 OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. *Impasses no Novo Mundo*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 161.

510 Correio Paulistano, n. 17443, 18 fev. 1912, p. 1.

511 O Estado de S. Paulo, ano XXXVIII, n. 12334, 23 set. 1912, p. 2.

montante da população causou um grande o impacto na vida do município. Isso pode ser demonstrado no recenseamento escolar realizado no ano de 1913. Constavam matriculadas 178 crianças do sexo masculino e 198 do sexo feminino, num total de 376 crianças, das quais 159 eram filhos de pais brasileiros e 267 de estrangeiros⁵¹². Portanto, a quantidade de filhos de estrangeiros, ou seja, imigrantes, era muito superior que a de brasileiros, o que confirma o impacto da presença desses imigrantes no município.

Importante aqui lembrar que não foram só imigrantes oriundos da Europa que tiveram importância na cidade, nas primeiras décadas do século XX, a colônia síria também marcou sua presença, embora se disponha de poucas informações sobre ela. Uma referência a seu respeito apareceu numa nota no *Correio Paulistano*, em 1918, quando uma representante dessa colônia, como madrinha dos escoteiros, ofertou-lhes a bandeira. Na introdução do texto aparece a menção à colônia nos seguintes termos: “Perante a população, colônia síria local, associações e autoridades, realizaram-se festejos em homenagem àquela operosa colônia”⁵¹³.

A presença dos sírios em Brotas deve ter sido expressiva, pois o fato de ser referenciada como colônia, o conjunto de seus representantes deve ter tido certa importância na cidade. Os sírio-libaneses começaram a chegar ao Brasil na época da grande imigração europeia, ou seja, década de 1880, em decorrência de conflitos no mundo árabe, no entanto não se dirigiram para a grande lavoura e sim para o comércio, como mascates no início, e depois de levantarem algum pecúlio abriam lojas, principalmente de tecidos e armarinhos. De forma geral se dirigiram para cidades nas quais viam perspectiva de desenvolverem o comércio. Deve ter sido o caso de Brotas, no entanto, com o estancar do desenvolvimento econômico do município, sobretudo a partir da década de 1920, grande parte desses comerciantes retirou-se da cidade.

512 *Correio Paulistano*, n. 17959, 21 jul. 1913, p. 3.

513 *Id.*, n. 18820, 09 set. 1918, p. 2.

3.3 A política: mudar para permanecer

Os grandes centros censórios [...] de nosso organismo de interesses estão em Londres e Lisboa. Ausentes de nós, portanto. Somos assim em economia política uns miserados desvertebrados.

Araripe Júnior

A proclamação da República em 1889 foi um fato que surpreendeu as várias facções dos republicanos, que tinham propostas para a constituição do Novo Estado brasileiro, como jacobinos, liberais e positivistas. O fato de Deodoro da Fonseca ter saído pelas ruas do Rio de Janeiro no dia 15 de novembro sem nenhuma participação popular e, ao mesmo tempo, esse ato ter sido interpretado como a Proclamação da República, causou uma perplexidade geral. Se a instauração da República foi uma surpresa para os atuantes republicanos que por ela batalhavam, para os arraigados conservadores brotenses foi uma notícia acachapante. Tanto que, nos dias que se seguiram o 15 de novembro até o final do mês de dezembro de 1889, período em que o jornal *A Província de São Paulo* recebeu e publicou uma enxurrada de informações de praticamente todas as cidades do interior paulista felicitando a República e anunciando adesões das câmaras municipais, juízes e demais autoridades ao Partido Republicano, de Brotas chegaram apenas as adesões do subdelegado Manoel da Costa Machado, do primeiro suplente Manoel Augusto da Costa Machado⁵¹⁴ e do juiz municipal Miguel de Godoy Moreira Sobrinho⁵¹⁵, respectivamente nos dias 10 e 11 de dezembro de 1889, ou seja, quase um mês depois da data da proclamação do novo regime. Nenhum político de destaque manifestou sua adesão ao novo partido no poder. O que se pode inferir é que a notícia da Proclamação deve ter causado perplexidade na maioria dos políticos brotenses, tanto liberais como conservadores, e os deixou a princípio sem ação, certamente na esperança de que a situação pudesse ser revertida. No entanto, desperta atenção ao fato de que os representantes

514 *A Província de São Paulo*, ano XV, n. 4406, 10 dez. 1889, p. 2.

515 *Id.*, ano XVI, n. 4407, 11 dez. 1887, p. 2.

do Partido Republicano brotense não fizeram nenhum tipo de manifestação à tomada de poder pelo partido ao qual pertenciam.

Diante da nova situação política durante o período que se seguiu a Proclamação da República até o final de dezembro daquele ano, ou seja, um mês e meio, com certeza ocorreram importantes articulações nos bastidores da política brotense envolvendo os antigos líderes conservadores e liberais, sem deixar de fora os republicanos. Foi só no dia 31 de dezembro de 1889 que saiu uma nota no jornal *A Província de São Paulo*, enviada de Brotas, nos seguintes termos:

GRANDE REUNIÃO. Concidadãos. Os abaixo assinados, inspirados no mais ardente patriotismo pela causa da República, que teve origem no glorioso dia 15 de novembro do corrente ano, vem solicitar a presença de todos os cidadãos natos e naturalizados, que leal e fracamente aderem à causa da Republica, para uma reunião que terá lugar no dia 25 de janeiro do ano de 1890, a uma hora da tarde na casa da Câmara Municipal, para darem os seus votos para a constituição de um diretório do grande partido nacional de Brotas. Brotas, 28 de dezembro de 1889. Assinados:

Amador Flávio Simões
Cherubim Vieira de Albuquerque
José Rufino de Cerqueira Leite
José Garcia Simões
Dr. Theodoro Bayma
Emílio Leonardo de Campos.⁵¹⁶

Nota-se que o líder conservador monarquista Amador Flávio Simões liderou a lista dos que assinaram em prol da causa republicana, bem como a informação que foi enviada para o jornal *A Província de São Paulo*, o nomeia como ferrenho defensor das ideias republicanas. Esse posicionamento, se fosse levar a sério o ideal da política por parte de Amador Simões, surpreenderia, uma vez que, como disse um de seus cor-religionários três anos antes, era ele “denotado e invencível campeão das ideias conservadoras no município de Brotas”⁵¹⁷, e agora diante da nova

516 *A Província de São Paulo*, ano XV, n. 4426, 31 dez. 1889, p. 2.

517 *Id.*, ano XII, n. 3327, 04 maio 1886, p. 2.

realidade política assinava a convocação para a constituição de um “diretório do grande partido nacional em Brotas” e que estavam “inspirados no mais ardente patriotismo pela causa da República”⁵¹⁸. Na verdade, o que estava em causa, como sempre estivera, não era o resguardo de princípios políticos para defender a causa de seus concidadãos, mas a urgente tarefa de buscar novos meios para manter o controle do poder local. Assim, o adesismo imediato maculou a pureza do ideal republicano.

Essa tomada de decisão em formar o diretório republicano e reorganizar a política se tornou urgente, pois se sabia que o governo estadual não tardaria desmontar as antigas Câmaras Municipais. Tanto que, uma nota publicada no *Correio Paulistano*, em 21 de janeiro de 1890, informava: “Brotas, 17/01/1890. Foi recebido com grande contentamento, por toda população, o ato do governador do Estado, dissolvendo a Câmara Municipal dessa vila e nomeando um conselho de intendência”⁵¹⁹, e complementava: “Os mesmos cinco cidadãos que compõem a intendência, auguram para este município um futuro próspero e cheio de benefícios”⁵²⁰; e, para finalizar, o correspondente brotense comentou: “Conta-nos que pretende-se festejar condignamente o ato da posse dos dignos cidadãos que vão assumir o espinhoso encargo de intendência do município”⁵²¹.

Certamente, “o espinhoso encargo” era, em especial, os antigos conservadores estabelecerem meios para se impor diante das novas regras do republicanismo, bem como o controle do novo eleitorado que agora não estava mais restrito ao voto censitário, uma vez que, com a República, passou a ter direito ao voto toda população masculina maior de dezoito anos, constituída, além da aristocracia rural, por profissionais liberais, trabalhadores em geral, tanto do meio urbano como rural, desde que fossem alfabetizados.

Todavia, o fato de estarem aptos a votar por serem alfabetizados não lhes garantia acesso à cidadania, já que essa população, pode-se dizer, era analfabeta política. Foi essa situação que levou os chamados “coronéis” a ter o controle do voto da população rural que constituía a maioria da população, bem como foi esse tipo de controle que passou a ser conhecido

518 Id., ano XV, n. 4426, 31 dez. 1889, p. 2.

519 *Correio Paulistano*, ano XXXVI, n. 10012, 21 jan. 1890, p. 1.

520 Ibid., p. 1

521 Ibid., p. 1.

como “voto de cabresto”. Por meio desse voto é que passaram a ser eleitos os chefes políticos locais, que também controlavam as eleições no âmbito estadual e federal. Esse controle, por parte dos “coronéis”, também permitia a fraude, a corrupção e o favorecimento que permearam todo o processo eleitoral, de modo a deturpar a representação política que seria a base do sistema político republicano, que passou a ser denominado “coronelismo”. Quem melhor analisou o coronelismo foi Victor Nunes Leal que, em uma de suas assertivas a respeito, disse:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras [...] Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas⁵²².

Dessa forma, o ideal republicano de uma democracia federativa foi desvirtuado, ao permitir a força dos coronéis atuarem na política e, assim, a República deu seus primeiros passos já de forma distorcida.

Ao que tudo indica, as articulações em andamento em Brotas, no período que se seguiu o 15 de novembro, tiveram como meta estabelecer meios de como controlar “os cidadãos natos ou naturalizados, que leal e francamente”⁵²³ aderissem à causa republicana e que estavam sendo convidados a participar da reunião para constituição do diretório republicano. Quando da divulgação da referida reunião, não restava dúvida de que as principais articulações já haviam sido realizadas nos bastidores: o coronel, chefe local, já havia assumido o controle da política, pois a liderança republicana histórica, como o caso de José Rufino de Cerqueira Leite e os

522 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975. p. 23, grifo do autor.

523 A Província de São Paulo, ano XV, n. 4426, 31 dez. 1889, p. 2.

fundadores do Clube Republicano no ano anterior, José Garcia Simões e Theodoro Bayma, na hierarquia estabelecida na própria sequência das assinaturas do novo Diretório, ficaram em um segundo plano. Estava claro também que quem iria comandar a política republicana brotense seria o antigo líder conservador, Coronel Amador Simões, seguido de Cherubim Vieira de Albuquerque. Dessa forma, os republicanos históricos ficariam como coadjuvantes sob o controle dos dois primeiros.

Os embates devem ter sido intensos, pois um dos problemas apresentados aos antigos conservadores era buscar meios de como defenestrar os líderes republicanos, caso estes não se submetessem às regras por eles estabelecidas. Tanto que, Teodoro da Silva Bayma, republicano histórico, no final do mês de abril de 1890, pediu a exoneração do conselho municipal⁵²⁴. Três meses depois, no mês de agosto, foi a vez de outro republicano histórico Remigio Antônio de Cerqueira Leite solicitar a exoneração do cargo da intendência municipal. Porém, a exoneração de Remigio foi negada “à vista da informação pela mesma intendência, não pôde, por conveniência de o serviço do município ser concedida a exoneração que pediu⁵²⁵”. Afinal necessitava-se de representante republicano histórico no novo governo municipal, caso contrário, sobretudo nesse início de governo da nova República, o partido seria desmoralizado.

Diferentemente de outros municípios, como o caso de Jaú, no qual os antigos conservadores ficaram na oposição articulando o Partido Monarquista, enquanto os Liberais e Republicanos, com força política representativa, assumiram o controle do poder⁵²⁶. Em Brotas, a adesão imediata do chefe político Amador Simões ao Partido Republicano, com diminuta oposição de liberais e republicanos, possibilitou praticamente uma hegemonia da classe política tradicional no novo partido. Ao que parece, os políticos brotenses seguiram a receita dada pela própria liderança republicana do estado de São Paulo que, na composição do governo provisório, permitiu que as facções liberal e conservadora se integrassem ao governo. “Formou-se o governo provisório estadual com o triunvira-

524 Correio Paulistano, ano XXXVI, n. 10094, 02 maio 1890, p. 1.

525 Id., ano XXXVII, n. 10194, 28 ago. 1890, p. 1, grifo do autor.

526 OLIVEIRA, 1999, p. 87.

to”⁵²⁷, que contava com a presença de Antônio Prado, chefe do Partido Conservador, “Prudente de Moraes, Rangel Pestana (republicanos históricos) e o tenente-coronel Joaquim de Souza Mursa, em clara intenção de angariar simpatias e proteção entre os militares⁵²⁸”. Certamente, foi depois dessas articulações políticas na capital que os políticos brotenses ficaram mais à vontade para compor o poder político local. No entanto, como no período imperial, esse poder não ia além das fronteiras do município. Em 1891, quando houve uma tentativa de golpe do governo de Deodoro da Fonseca e o Partido Republicano Paulista reagiu a ele articulando as lideranças do interior, Brotas, assim como Dois Córregos e Jaú, ficaram sob a tutela política de Álvaro de Carvalho⁵²⁹, líder político de Rio Claro.

Esses desentendimentos no seio do Partido Republicano estimularam militantes dos antigos partidos do Império a articularem uma oposição a ele, e nas localidades mais conservadoras, entre elas Brotas, políticos se posicionaram a favor da constituição de um novo partido com a denominação de “Democrata”, tendo por traz a intenção de restaurar a monarquia. Com o título “O Partido Democrata e o Diário da Manhã”, o *Correio Paulistano* de novembro de 1891 trouxe a seguinte informação:

Em Brotas, Ribeirão Preto, Ribeirão Bonito e outros pontos do alto sertão, acabam de ser fundados clubes políticos filiados a um partido denominado democrata. Parece que naquelas paragens trabalha-se fortemente pela restauração monárquica⁵³⁰.

No final dessa coluna foi publicado o teor de um telegrama nos seguintes termos:

[...] não é só do alto sertão, que o partido democrata se acha a postos. Aí mesmo na capital e norte do Estado (vale do Paraíba), se trabalha com a melhor vontade, com a maior dedicação [...] Ribeirão Bonito, 7 de outubro de 1891. Padre Antônio Alvares Guedes Vaz⁵³¹.

527 CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 63.

528 Ibid., p. 63.

529 Ibid., p. 71.

530 *Correio Paulistano*, ano XXXVIII, n. 10537, 10 nov. 1891, p. 2.

531 Ibid., p. 2.

Certamente as dificuldades dos arraigados conservadores se adaptarem às novas regras da política os levavam a sonhar com a volta da monarquia, uma vez que eles ainda dispunham de braços da Guarda Nacional, que permaneceu intacta até 1918, quando passou a ser subordinada ao Exército Nacional.

Em Brotas, como foi visto, a liderança política estava em mãos de Amador Flávio Simões, que passou a exercer o controle do Partido Republicano. E mais, no rearranjo da Guarda Nacional, em 1892, ele que dispunha do cargo de major ascendeu ao de coronel, como pode ser visto no quadro da nomeação do Estado maior dessa Guarda que assim ficou composta em Brotas: Coronel comandante superior, Amador Flávio Simões; Tenente-coronel chefe do estado maior, o cidadão Cherubim Vieira de Albuquerque; Major secretário geral, o cidadão José Rufino de Cerqueira Leite; Major quartel mestre, o cidadão Júlio de Albuquerque; Major cirurgião, o dr. Theodoro da Silva Bayma; Capitão ajudante de ordens, o cidadão Francisco Garcia Simões; Capitão ajudante de ordens, o cidadão José Augusto de Almeida Barros⁵³².

Vale aqui ressaltar que a Câmara Municipal, ou seja, os políticos locais “em 14 de maio de 1894, criaram a Lei Municipal n. 16 que concedeu o foro de cidade à sede municipal de Brotas”⁵³³, uma decisão inusitada, uma vez que cabia ao Congresso do Estado realizar essa disposição. Tanto que, em novembro de 1895, o advogado e ex-deputado Alfredo Pujol escreveu um longo artigo a respeito dessa questão no jornal *O Estado de S. Paulo* argumentando:

A doutrina firmada pelo Congresso do Estado em relação à faculdade que possuem as Câmaras Municipais de elevar seus povoados a vilas ou a cidades, tem restrições estabelecidas nos pareceres das comissões técnicas [...] Se a memória agora não falha, parece que o primeiro caso de que o Congresso teve conhecimento foi o de Brotas. Essa então vila requereu para ser elevada à categoria de cidade [...] A Câmara de Brotas votou a sua lei municipal que a elevou a categoria de cidade. Dado o exemplo, a febre irrompeu e alastrou-se rapidamente⁵³⁴.

532 O Estado de S. Paulo, ano XVIII, n. 5189, 06 jul. 1892, p. 2.

533 RAMOS *et al.*, 1996. (Anexo, p. 13).

534 O Estado de S. Paulo, ano XXI, n. 6219, 15 nov. 1895, p. 1.

Eram os velhos conservadores que estavam conduzindo a política, passando por cima até de leis estaduais e que se aninharam dentro do Partido Republicano considerando-se a situação e opondo-se aos republicanos históricos. É o que pode ser verificado no resultado enviado de Brotas na eleição de agosto de 1892 que, por intermédio de uma nota de lá enviada, informou que a “chapa governista foi vitoriosa. A oposição não compareceu”⁵³⁵.

Ao longo da década de 1890, nos jogos da política local seus líderes aproveitaram as fissuras travadas no interior do Partido Republicano em nível estadual e federal para estabelecerem ajustes de acordo com interesses do poder local. A partir de 1894, com a posse de Prudente de Moraes como presidente no governo federal, abriu-se “alguns incidentes desfavoráveis a unidade partidária. Em março de 1895 surgiu o Partido Republicano de Oposição em defesa da República Parlamentar, em franca oposição ao Manifesto da Comissão Central do PRP (Partido Republicano Paulista) de setembro de 1894⁵³⁶”. Esse fato marcou a abertura de dissidência dentro do partido republicano paulista, permitindo que no âmbito local se efetuassem novos acertos políticos. Diante disso, em março de 1895, marcou-se uma “reunião de eleitores para tratar-se da organização do partido municipal e eleição do respectivo diretório”⁵³⁷. Foi por meio dessa dissidência do partido que os antigos conservadores brotenses se impuseram definitivamente frente aos republicanos históricos.

Um telegrama enviado de Brotas ao redator do jornal *O Estado de S. Paulo* mostra o regozijo de um correligionário da velha liderança conservadora com a tomada hegemônica do poder por parte de Amador Simões. Suas palavras dizem tudo:

Não podia ser mais esplendida a vitória obtida pelo partido republicano nas eleições de 30 do corrente, a mais pleiteada que tem havido nesse município, após a proclamação da República. Graças a sagacidade dos chefes e a bem calculada subdivisão da votação política conseguiu eleger todos os vereadores, inclusive o terço, os três juizes de paz e

535 Correio Paulistano, ano XXXIX, n. 10775, 01 set. 1892, p. 1.

536 CASALECCHI, 1987, p. 84.

537 Correio Paulistano, ano LXI, n. 11510, 19 mar. 1895, p. 2.

mais dois suplentes destes. A oposição, completamente desnorteada e sem a mínima orientação política conseguiu levar apenas às urnas 45 eleitores [...] Não dispondo de pessoal suficiente com o qual pudesse organizar suas chapas, sem programa, a oposição [...] veio às urnas disfarçada com a máscara de tartufo e do traidor [...] descarregando sua votação em dois candidatos republicanos, faz questão e honra em derrotar o prestigioso chefe do partido o coronel Amador Simões⁵³⁸.

Portanto, em face da divisão do partido republicano, a velha liderança conservadora não tinha mais o compromisso de abrigar sob suas asas os republicanos históricos, como no momento subsequente à proclamação da República. Podendo usar o escudo do Partido Republicano, impôs-se a velha ordem da política local, com a diferença de que antes controlava diretamente os votos de seus correligionários (o voto censitário), agora com o voto de todos os cidadãos (excluindo mulheres) sob a égide do coronelismo o chefe político municipal passou a comandar um lote considerável do *voto de cabresto*. No próprio texto supracitado há indicativo dessa forma de controle político quando disse: “Graças a sagacidade dos chefes e a bem calculada subdivisão da votação política conseguiu eleger todos os vereadores, inclusive o terço, os três juizes de paz e mais dois suplentes destes”⁵³⁹. A sagacidade do chefe, nada mais era do que o controle dos votos que em geral se dava de maneiras escusas.

Com a retomada de forma hegemônica do poder por parte de Amador Simões, viu-se a necessidade de eliminar focos de oposição, que nada mais era que representantes dos republicanos históricos. Porém, no auge de seu poder enquanto republicano, em junho de 1896, Amador Simões foi uma das vítimas da febre amarela que grassava no município, vindo a falecer⁵⁴⁰. Quem assumiu as rédeas da política com sua morte foi Cherubim Vieira de Albuquerque, o segundo no escalão do poder em Brotas.

Quando, em 1896, o próprio Partido Republicano e o governo federal, com Campos Sales como Presidente da República, passaram a sofrer desgastes em face da crise em andamento do mercado cafeeiro, por causa da queda dos preços internacionais, desencadeou uma nova ci-

538 O Estado de S. Paulo, ano XXI, n. 6120, 05 ago. 1895, p. 1.

539 O Estado de S. Paulo, ano XXI, n. 6120, 05 ago. 1895, p. 1.

540 Id., ano XXII, 12 jun. 1896, p. 2.

são dentro do próprio partido republicano, dando oportunidade de maior fortalecimento para os republicanos de última hora. Foi o que ocorreu em junho de 1896, em Brotas, quando da nova eleição para composição do Diretório Republicano. Notícia publicada em *O Commercio de São Paulo*, dizia: “O benemérito brotense Cherubim Vieira acaba de eliminar para sempre, em Brotas, a política nefasta. O dr. Bayma foi vergonhosamente derrotado hoje para eleição do Diretório. Brotas em festa”⁵⁴¹. Bayma, como já mencionado, era membro do Partido Republicano antes da Proclamação de 1889. Contudo, parte dos antigos republicanos insistia em permanecer na oposição ao chefe político local. Em 1897, notificava no jornal *A Nação*, órgão do Partido Republicano Paulista que

[...] o antigo diretório republicano de Brotas, composto de distintos e prestigiosos cidadãos, declarou-se, patrioticamente, solidário pela atitude assumida pelo general Francisco Glicério na cisão do Partido Republicano. Este diretório está composto dos srs. João Soares Pereira, Lourenço Leonardo de Campo, Joaquim Ribeiro dos Santos e José Lopes Ribeiro⁵⁴².

O que estava ocorrendo era uma nova divisão do Partido Republicano Paulista em duas alas, uma que apoiava Prudente de Moraes e outra Francisco Glicério, este, um antigo líder que não havia conseguido manter a unidade do partido. Foi Prudente de Moraes quem recebeu a maior parte das adesões do interior de São Paulo, ala a que estava ligada a conservadora liderança política brotense.

Faz-se necessário aqui retomar um pouco a questão da economia cafeeira para se entender melhor as ações políticas, uma vez que os líderes políticos eram cafeicultores. A década de 1890 foi marcada pelo início de uma crise da economia cafeeira, que se prolongou com altos e baixos até a crise de 1929. Ela decorreu especialmente de duas razões: uma estava no fato de que se caminhava para a superprodução do café, o que barateava o seu preço; e outra por essa economia estar atrelada aos mecanismos do capital internacional que, de acordo com os interesses do grande capital

541 *O Commercio de São Paulo*, ano IV, n. 1015, 21 jul. 1896, p. 1.

542 *A Nação*, São Paulo, ano I, n. 65, 04 out. 1897, p. 2.

em mãos de países imperialistas, regulava as cotações do mercado dos produtos tropicais, entre eles o café, submetendo o preço a passar por baixas frequentes. As tentativas feitas pelo governo brasileiro, para se libertar das imposições dos países imperialistas que comandavam os preços, tiveram como resposta por parte deles o incentivo do desenvolvimento de lavouras cafeeiras em outros países e nas suas colônias⁵⁴³, estabelecendo a concorrência com o café brasileiro, o que o levou a perder mercados.

Durante o Império, a queda do preço nos mercados internacionais era resolvida de um lado por uma desvalorização da moeda brasileira, o “mil réis”, e por outro, como a oferta de terras era abundante incentivava-se novas expansões das lavouras cafeeiras, e assim disponibilizava no mercado maior volume do produto, abrigando os cafeicultores das crises. Quando da chegada da República os primeiros governos tiveram que enfrentar essa conjuntura específica, e uma das tentativas de solução, com Rui Barbosa como ministro da fazenda, foi lançar uma política inflacionista visando à criação de empresas, o que gerou uma grave crise chamada de “Encilhamento”. Essa crise perdurou até 1898, quando Campos Sales, enquanto presidente, implementou uma política de saneamento das finanças realizando um grande empréstimo internacional chamado *Funding Loan*, tendo por fim um maior controle nas flutuações cambiais⁵⁴⁴. Foi uma solução paliativa, uma vez que a superprodução do café prosseguia. Nas oscilações de preços do café no mercado internacional eram os pequenos produtores que mais sentiam os efeitos da crise. Em Brotas, como visto, predominavam médios e pequenos produtores de café, o que os fez sentirem muito de perto a crise.

A resposta dos cafeicultores a essa crise foi a fundação do *Clube da Lavoura*. Vale a pena lembrar que, como foi visto anteriormente, em 1881 já havia sido fundado um *Clube da Lavoura e do Commercio*, mas havia sido desativado, uma vez que as principais questões em foco naquela época já haviam sido superadas. Tratava-se da introdução de trabalhadores livres para suprir o trabalho escravo e da tomada de medidas enérgicas com o fim de cessar a impunidade dos crimes de escravos contra seus

543 CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978. p. 22.

544 FAUSTO, Boris. (Dir.). *Estrutura de poder e Economia (1889-1930)*. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1985. v. 1, p. 32-36.

senhores, portanto questões relativas à mão de obra. Agora o mote principal era de outra ordem: tomar medidas diante da crise provocada pela desvalorização do café no mercado internacional.

Em Brotas, os articuladores do mencionado Clube foram os representantes da liderança política local. A primeira reunião para a fundação do Clube em Brotas ocorreu no dia 21 de janeiro de 1899,

[...] na sala da Câmara Municipal... convocada pelos cidadãos Cherubim Vieira, tenente coronel Joaquim Maciel, major José Pinto, José Augusto, capitão João Soares e Bento Lacerda Filho sob a presidência do coronel Cherubim. Nessa ocasião tomou a palavra o tenente coronel Joaquim Maciel que expôs os fins da reunião, dizendo que estes deveriam congregar-se na defesa dos importantíssimos interesses da lavoura [...] Propôs a fundação do Club da Lavoura e a respectiva delegação na defesa dos direitos dos lavradores [...] Convidou os lavradores a assinarem o livro de presença, verificando-se o comparecimento de sessenta e cinco lavradores. Em seguida obteve a palavra o sr. José Pedro [...] que discorreu sobre o abandono em que jaz a lavoura por parte dos poderes políticos, fundamentou largamente a demonstração de que é a classe constituinte a verdadeira e única fonte de rendas dos Estados e da União, encorajou os lavradores e disse que o Club muito precisa do caráter político para poder intervir na administração pública por meio dos seus legítimos representantes [...] ⁵⁴⁵.

A crítica à política do governo abordava apenas parcialmente o problema, uma vez que grande parte dos lavradores desconhecia ou ignorava as manobras dos países imperialistas e não focava na principal origem do problema. Na verdade, o governo da União debatia em busca da solução deste problema. O que de fato estava acontecendo era que a opção pela expansão da monocultura da grande lavoura cafeeira no Brasil havia chegado ao seu limite. A solução definitiva para a crise só foi dada no início do governo Vargas, na década de 1930, quando promoveu uma grande queima nos estoques de café e, ao mesmo tempo, se buscou um novo perfil para a economia brasileira, ou seja, a industrialização, em especial com a abertura da Siderúrgica Nacional.

Com a crise, parte significativa dos lavradores de café havia en-

545 Correio Paulistano, ano XLVI, n. 12726, 22 jan. 1899, p. 1.

trado em profundas dívidas, muitas vezes sendo obrigados a se desfazer de suas propriedades para poder saldar seus compromissos, ou pior, as propriedades corriam o risco de irem a leilão e serem arrematadas por preços irrisórios. Essa situação estava alarmando os cafeicultores. Um desses casos foi apontado por um correspondente do distrito de Campo Alegre, em 1899, que relatou o fato nos seguintes termos:

Há dias foi arrematado por três contos de réis, na cidade de Brotas um sítio deste distrito avaliado judicialmente em 50 contos. Neste e outros lugares, tem se dado fatos análogos, que depreciam imensamente a propriedade agrícola. É preciso um dique a essas desgraças, é preciso que os poderes públicos lancem mão de medidas imediatas que amparem a pobre lavoura⁵⁴⁶.

Nesse contexto, vários proprietários foram à falência ou tiveram que hipotecar suas terras. Foi o caso, em 1902, do fazendeiro Melchior do Amaral Mello Bonilha e sua esposa Vitaliana Viegas Bonilha, que puseram a leilão metade de seus bens que incluía mais de uma propriedade. Na avaliação feita em juízo é possível ter a dimensão da propriedade em questão:

A metade das fazendas de Santa Rita do Paredão, e São Sebastião, e parte dos sítios anexos 'Cassorova' e dos 'Pires', composta do seguinte: a metade de cento e vinte mil pés de café mais ou menos formados, avaliados a 60:000\$000. A metade de sessenta mil pés de café mais ou menos novos avaliados em 18:000\$000. A metade de dez mil pés de café avaliado em 1:000\$000. Metade da safra pendente avaliada em dez mil arrobas a 15:000\$000⁵⁴⁷.

Em seguida, aparecem arroladas as benfeitorias postas à metade em leilão:

[...] tulha, pequena casa que serve de cozinha para turma, sete casa duplas de tijolos, quatro casas de madeira em mal estado, quatro casas duplas, pasto de meio alqueire fechado com cerca de arame e pau a pique, piquete em frente a colônia com cem alqueires e meio de exten-

546 O Commercio de São Paulo, ano VII, n.1831, 24 abr. 1899, p. 1.

547 Correio Paulistano, n. 13877, 06 mar. 1902, p. 3.

são, capinzal de capim fino para corte, lavador de roupa para colônia, chiqueiro assoalhado coberto de telha, casa ocupada pela máquina e respectiva molga, pasto de vinte quatro alqueires de extensão fechado a valo e cerca de arame na fazenda São Sebastião, pasto de doze alqueires fechado a valo e cerca de arame, duas casa de madeira cobertas de sapé, uma casa de madeira coberta de telha, uma olaria, um forno para queimar tijolos, um pátio fechado com cerca de arame com três alqueires, monjolo, setecentos alqueires de terra boas e más, uma vaca com cria, um carro e pertences para bois⁵⁴⁸.

Essas informações mostram que estas propriedades eram de grande porte em termos do município de Brotas, pois, com uma produção de café avaliada em 10 mil arrobas, produção essa significativa se comparada com a produção de todo município, dois anos depois que montou em 300 mil arrobas.

Em 1904, foi a vez da fazenda Sant'Ana ir a leilão, a maior fazenda do município, mais conhecida por Fazendinha, sendo arrematada “pelo exequente, que é o Banco de São Paulo”⁵⁴⁹. Foram as dívidas assumidas com bancos que levaram muitos proprietários rurais a perder suas terras nesse momento de crise da cafeicultura.

Dois anos depois da fundação do *Clube da Lavoura*, em junho de 1901, foi realizada uma reunião dos políticos com fazendeiros do município tendo em vista buscar meios para minorar a crise agrícola. Presidiu a reunião o chefe político Cherubim Vieira. Os principais pontos debatidos foram: críticas aos exportadores de café; crítica às altas taxas cobradas pelo transporte pela ferrovia; combate à ideia de incineração do café; a falta de dinheiro e crédito⁵⁵⁰. Apontavam culpados, mas não viam solução. Não percebiam, ou não queriam admitir, que os esforços de seus trabalhos para continuarem a produzir café alimentavam o lucro do mercado internacional. O controle da economia cafeeira estava na dependência direta das oscilações do mercado internacional controlado pelos países imperialistas.

Em 1906, em um acordo firmado na cidade de Taubaté entre os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro,

548 Ibid., p. 3.

549 Correio Paulistano, n. 14793, 17 out. 1904, p. 4.

550 O Estado de S. Paulo, ano XXV, n. 7400, 23 fev. 1899, p. 1.

dentro dos princípios da “Política dos Governadores”, decidiram, por intermédio de uma intervenção federal, buscar uma solução para a crise, realizando a compra dos excedentes pelos governos com um preço mínimo estabelecido, melhorando a propaganda no exterior e estimulando o consumo interno. Sabe-se que essa foi uma solução paliativa. Esse acordo ficou conhecido como “Convênio de Taubaté”. As decisões desse “Convênio” levaram políticos brotenses a realizar, no dia 29 de julho de 1906, um Fórum com os lavradores, “com o fim de se tratar da questão de valorizar o café, fixação do câmbio e mais itens compreendidos no Convênio de Taubaté”⁵⁵¹.

Ao adentrar-se o século XX, o coronel Cherubim Vieira de Albuquerque, que já controlava a política local, viu o resultado das eleições ocorridas em fevereiro de 1901 coroarem o seu poder, uma vez que a oposição nessa eleição foi completamente dizimada. Alguns dos líderes do Partido Republicano, como o caso de José Refino de Cerqueira Leite que depois desses acordos passou a ocupar a vice-presidência do diretório político local⁵⁵², fizeram acordos com Cherubim e passaram a apoiá-lo. Comentário de um correspondente brotense para o jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual fez uma avaliação de como estava sendo conduzido o poder político em Brotas, mostrava claramente essa situação:

Não são as ideias políticas que movem os grupos, que se dilaceram em alguns municípios paulistas. Estou convencido de que no momento presente o bem-estar e o progresso dos municípios lucram muito com o desaparecimento de tais grupos. Em Brotas eles já não existem, o partido republicano governista absorve-os de modo completo. Meus parabéns ao nosso bondoso chefe Cherubim Vieira de Albuquerque por ter chegado a um resultado que bem corresponde ao interesse de Brotas e está de acordo com o estado atual da política nacional [...] Como Tocqueville, eu penso que os partidos políticos são um mal necessário nos governos liberais; mas julgo o momento presente impróprio para sua formação⁵⁵³.

551 Id., ano XXXII, n. 10070, 02 jul. 1906, p. 1.

552 · Correio Paulistano, n. 14887, 26 ago. 1903, p. 1.

553 O Estado de S. Paulo, ano XXVII, n. 8229, 07 jun. 1901, p. 1.

Era a justificativa de um poder autoritário, sem oposição, que esse correspondente elogiava. O partido único em Brotas nesse momento advinha da adesão dos antigos opositores e assim os republicanos de última hora controlavam de forma hegemônica o poder político local. Nesse momento, para o bem ou para o mal, o coronelismo em Brotas atuava sem nenhum empecilho, o que permitiu que as forças políticas comandadas por Cherubim, sozinho, encaminhassem todas as importantes realizações no setor público para o bem da cidade. Essa forma de atuação se encaixava perfeitamente na avaliação de Barbosa Lima Sobrinho no prefácio do livro de Victor Nunes Leal:

Erraria, porém, quem só quisesse observar, no ‘Coronelismo’, os aspectos negativos de sua presença ou de sua ação. Para manter a liderança, o ‘Coronel’ sente a necessidade de se apresentar como o campeão de melhoramentos locais, senão para contentar os amigos, pelos menos para silenciar os adversários. E o prestígio político que o habilita como advogado dos interesses locais⁵⁵⁴.

Quanto ao correspondente brotense, pelo visto era uma pessoa com certa educação formal, já que tinha conhecimento dos escritos de Tocqueville, um dos importantes teóricos da política do século XIX, que via sentido na política, desde que a manutenção da diversidade e o espaço da palavra dificultassem o surgimento de um Estado autoritário. Contudo, a política defendida por esse correspondente era o oposto daquele teórico, ou seja, a defesa do partido único que coroava o autoritarismo.

A prática política de defenestrar autoridades que não se afinassem com os poderosos do local, corriqueira antes da proclamação da República, adentrou no século XX. Em 1902, o juiz de direito local, por se sentir ameaçado, solicitou ao Chefe da Polícia Estadual maior segurança a ele, no que foi atendido com o envio da capital do 1º delegado auxiliar acompanhado de 20 praças do primeiro batalhão. A informação enviada ao Chefe de Polícia Estadual pelo juiz municipal de Brotas, dr. José Pedro de Castro, era de que havia sido

554 BARBOSA LIMA SOBRINHO. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. *Leal Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. XIII-XVII, p. XV.

[...] espalhado um boletim em que se convocava o povo para um *meeting*, afim de desacatá-lo e pedir ao governo a sua retirada daquela comarca. No mesmo telegrama acrescentava o juiz que não confiava no delegado de polícia, pois lhe constava estar ele solidário com os que fizeram a convocação do *meeting*⁵⁵⁵.

As razões de fundo para expulsar o referido juiz da comarca não apareceram na imprensa, porém, como foi visto no item sobre religião, foi sob sua gestão que o oficial de justiça adentrou à igreja para apresentar uma ordem do juiz ao padre Alvim. Seja como for, certamente seus atos descontentaram os poderosos do local e certamente eram eles que estavam articulando sua saída da cidade. No número seguinte da publicação supracitada, o mesmo jornal publicou uma notificação da Câmara Municipal de Brotas, nos seguintes termos:

Atendendo ponderações do 1º delegado deixou comissão instituída pelo povo realizar comício contra permanência do juiz de direito, resolvendo com a máxima urgência denunciá-lo no Tribunal de Justiça. Cherubim Vieira de Albuquerque, chefe político – dr. Emidyio Tourinho Furtado, presidente da Câmara – José Pinto de Oliveira e Silva, 1º juiz de paz – Joaquim Maciel de Barros, membro do Diretório⁵⁵⁶.

Era o poder executivo e legislativo se impondo ao judiciário. Pouco tempo depois o juiz deixou Brotas.

Com Cherubim já em idade avançada, era preciso encaminhar uma nova geração para assumir a política. E foi o que aconteceu em 1904, com a entrada no Diretório Republicano do dr. Antônio de Albuquerque Pinheiro⁵⁵⁷, advogado formado pela Faculdade de Direito São Francisco e que era sobrinho e genro de Cherubim Vieira de Albuquerque. Importante aqui lembrar que o comado do Diretório Republicano assegurava mais poder do que o Intendente Municipal ou Presidente da Câmara. Também nesse momento, entre os membros do Diretório despontava outro político, Idyllo Marques da Costa⁵⁵⁸. Idyllo havia assumido em Brotas como 1º tabelião, o tabelião de notas no ano de 1897⁵⁵⁹.

555 Correio Paulistano, n. 13951, 24 jun. 1902, p. 2.

556 Id., n. 13952, 25 jun. 1902, p. 1.

557 Id., n. 15018, 02 jun. 1905, p. 3.

558 Correio Paulistano, n. 13952, 25 jun. 1902, p. 1.

559 Ibid., p. 1.

Em 1906, com uma nova eleição no âmbito local visando preencher cargos e comissões na Câmara Municipal, foi reeleito para presidente desta casa de leis o antigo republicano José Rufino de Cerqueira Leite que, de acordo com o comentário de um correspondente brotense, dizia que há “um ano com muita proficiência vinha desempenhando as funções desse cargo. Para o lugar de intendente foi eleito o sr. Sebastião Soares”⁵⁶⁰. Com a eleição do novo intendente, “deixou esse cargo que exercia há muitos anos o sr. capitão Arlindo Dias, de Almeida”⁵⁶¹.

A seguir, na mesma nota, apareceu a informação de que era esperado por aqueles dias “o sr. coronel Cherubim Vieira, de Albuquerque, venerando e influente chefe político local”⁵⁶² que estava em São Paulo. O período imediatamente anterior a essas notícias, Cherubim fez várias viagens a São Paulo e, ao que parece, para tratamento de saúde, pois constou uma notícia de que ele estava adoentado. Certamente sabia-se que não teria mais condições de comandar a política local, tanto que dois meses depois da nota acima, o mesmo jornal publicou com o título “Chefia do Partido”, a informação de que “o povo reunido em *meeting*, votou uma moção ao coronel Cherubim pedindo sua conservação na chefia política”⁵⁶³. Talvez esse ato tenha sido mais uma moção de apoio moral do que propriamente vê-lo no comando da política.

Os políticos em Brotas aproveitavam as crises continuadas do Partido Republicano Nacional ou Paulista para realizarem acertos na política local. Em 1906, quando foram nomeados os líderes regionais, o Partido Republicano sofreu uma cisão com disputa na esfera federal da qual emergiram duas facções políticas, uma chamada de *hermista*, tendo como líder Hermes da Fonseca e a outra *civilista* liderada por Rui Barbosa. Essa divisão permitiu também disputas pelo poder no âmbito local. Contudo, no mês de março desse ano, por motivo de doença, Cherubim Vieira de Albuquerque, deixou de forma definitiva o comando da política local⁵⁶⁴.

Em outubro de 1906, informava o *Correio Paulistano* que a Comissão Central do Partido Republicano reconheceu o diretório po-

560 Id., ano XLIV, n. 12312, 23 set. 1897, p. 1.

561 Ibid., p. 1.

562 Ibid., p. 1.

563 Id., n. 15283, 06 mar. 1906, p. 1.

564 O Estado de S. Paulo, ano XXXIII, n. 9949, 02 mar. 1906, p. 1.

lítico de Brotas, bem como publicou o rol dos seus componentes, não constando o nome de Cherubim. Foram eles: “Capitão Idyllo Marques da Costa, capitão Francisco de Oliveira Castro, padre Manuel de Arruda Camargo, Sebastião Soares, capitão Vicente José Neto, capitão Antônio L. da Fonseca, e capitão Joaquim Carlos de Santa Eulália”⁵⁶⁵. O que é possível constatar nesse rol é uma nova composição da liderança política local. O Coronel Cherubim faleceu em maio de 1907.

Se no Império os políticos brotenses estavam sob o comando regional dos são-carlenses Conde do Pinhal e depois do coronel Arruda Botelho, no início da República passaram para a esfera do político jauense Edgard Ferraz. Isso fica constatado em uma nota publicada no *Correio Paulistano*, em setembro de 1906, que citou os nomes dos líderes regionais que haviam ido à capital para votar na Comissão Diretório do Partido Republicano e nela consta a informação de que “as câmaras municipais e diretórios de Brotas, Dois Córregos, Mineiros e Jaú, serão representados pelo coronel Edgard Ferraz”⁵⁶⁶. Em 1908, em decorrência de disputas políticas em Jaú houve uma mudança dessa liderança, quando passou a ser o chefe da política regional o também jauense Vicente Prado.

Na segunda metade da primeira década do século XX, com o falecimento dos principais líderes políticos brotenses, houve a necessidade de uma renovação nos quadros do poder local. Os políticos influentes que haviam organizado o diretório republicano após a Proclamação da República haviam falecido. Amador Flávio Simões foi o primeiro deles, em julho de 1896. José Pinto de Oliveira e Silva, em 1906⁵⁶⁷, e em maio de 1907 o *Correio Paulistano* noticiou o falecimento de José Rufino de Cerqueira Leite. No mesmo número do jornal, na página seguinte, saiu a notícia “do falecimento em Brotas do respeitável ancião e importante agricultor daquele município, o sr. Coronel Cherubim Vieira de Albuquerque, antigo e considerado chefe político local”⁵⁶⁸. Com a morte desses políticos encerrava-se o ciclo dos políticos influentes que vinham do período imperial. No mês seguinte à morte de Cherubim, ou mais precisamente no

565 *Correio Paulistano*, n. 15283, 06 mar. 1906, p. 1

566 *Id.*, n. 15502, 14 ago. 1906, p. 1.

567 *Id.*, n. 15249, 21 jan. 1906, p. 3.

568 *Id.*, n. 15715, 17 maio 1907, p. 4-5.

dia primeiro de junho, seu genro, o dr. Antônio de Albuquerque Pinheiro saiu de São Paulo, onde até então morava e foi fixar a nova residência em Brotas⁵⁶⁹. Nesse momento, quem assumiu o posto de chefe político local foi Idyllo Marques da Costa.

Em julho, Albuquerque Pinheiro assumiu a “ajustição”, tendo como secretário o dr. Andreino de Assis. A mesma nota em que saiu essa notícia informou também: “sabe a ‘ajustição’ que o sr. coronel Idyllo Marques, chefe político [...] trata de reorganizar a Guarda Nacional daqui”⁵⁷⁰. Foi o coronel da Guarda Nacional,

[...] o tenente coronel Sebastião Soares, secretário do diretório republicano, que endereçou a todos os membros do mesmo diretório, convidando-os para uma reunião [...] a realizar-se no dia 6 do corrente mês [...] Reunião, convocada pelo nosso chefe coronel Idyllo Marques da Costa, tratar-se-á especialmente da reorganização da Guarda Nacional nessa comarca⁵⁷¹.

A reorganização da Guarda Nacional nada mais foi que a necessidade de se dar um novo rumo ao comando do poder político local, órfão de liderança nesse momento. No mês seguinte, mais precisamente em 10/09/1907, foi publicada a notícia, no mesmo jornal, informando que: “serão nomeados os tenentes coronel Sebastião Soares e capitães Álvaro Tourinho e Joaquim Carlos, para reorganizar as brigadas de Brotas”⁵⁷².

Talvez essa reorganização, além de preencher as vagas da hierarquia da Guarda Nacional, em face das recentes perdas da liderança local, foi preparar-se para o que estava por vir, ou seja, a “transferência da 124ª brigada de infantaria e 43ª de cavalaria da capital para Brotas”⁵⁷³, que foi aprovada em novembro de 1907 e oficializada pela própria Guarda Nacional pelo “decreto n. 20 [...] sendo nomeada a respectiva oficialidade”⁵⁷⁴.

Essa transferência não deixou de ser um grande ganho político para Brotas, porém não foi possível encontrar quem efetivamente es-

569 Id., n. 15730, 01 out. 1906, p. 2.

570 O Estado de S. Paulo, ano XXXIII, n. 10446, 09 jul. 1907, p. 2.

571 Correio Paulistano, n. 15743, 14 jun. 1907, p. 4.

572 Id., n. 15831, 10 set. 1907, p. 4.

573 Id., n. 15938, 27 dez. 1907, p. 5.

574 Id., n. 15938, 27 dez. 1907, p. 5.

tava por trás dessa conquista. Possivelmente foi a intersecção de Idyllo Marques junto ao jauense Vicente Prado, político regional em ascensão, que convivendo em meio ao poder da capital e por ter relação de parentesco com o importante líder político Jorge Tibiriçá, veio saber da necessidade que a referida Guarda tinha em transferir esses setores para um local do interior e articulou sua vinda para Brotas.

É preciso aqui destacar que Idyllo Marques, enquanto chefe político local, foi muito atuante na obtenção de melhoramentos para Brotas, tanto que, assim que passou a comandar a política local, ou seja, em outubro de 1907, noticiou-se que “foi apresentada uma proposta à Câmara, para o fim de ser aqui montada uma usina de luz elétrica para iluminação pública e particular e uma fábrica de tecidos”⁵⁷⁵. Seu capital foi todo ele levantado dentro do município e foram incorporadores da referida empresa os srs. coronéis Idyllo Marques, Vicente Neto e Pedro Pinto.

Ao longo do ano de 1907, Vicente Prado estava em plena campanha para ocupar o lugar de Edgard Ferraz na Assembleia Legislativa, o que efetivamente ocorreu nas eleições de fevereiro de 1908. Vicente Prado, aproveitando-se da querela política na liderança do Partido Republicano Paulista, ocorrida no ano de 1907, desencadeou a campanha para sua ascensão como chefe político de Jaú⁵⁷⁶, e por extensão também a líder regional.

O apoio dos brotenses a Vicente Prado foi incondicional, tanto que, quando do seu retorno à Jaú em plena campanha política em 1907, o *Correio Paulistano* anunciou que “seguiu pelo trem da manhã numerosa comissão, seguindo a banda musical até Brotas, onde aguardará a passagem do festejado”⁵⁷⁷. Na eleição ocorrida no ano seguinte havia seis candidatos pelo 9º distrito, no qual Brotas estava incluída, e todos os votos dos brotenses, cujo montante foi de 453, foi dirigido a Vicente Prado⁵⁷⁸. O apoio a Vicente Prado veio do alto escalão do Partido Republicano Paulista e dos principais líderes da República, tanto que logo após essa eleição, no final do mês de abril foi formada uma comitiva de expoentes políticos do Partido Republicano Paulista liderado por nada menos do

575 *Correio Paulistano*, n. 15881, 30 out. 1907, p. 3.

576 OLIVEIRA, 1999, p. 91.

577 *Correio Paulistano*, n. 15667, 31 abr. 1907, p. 2.

578 *Id.*, n. 16703, 04 fev. 1908, p. 4.

que o Presidente do Estado Jorge Tibiriçá que se dirigiram de trem até Jaú para evidenciar o apoio irrestrito a Vicente Prado. Quando o dito trem passou por Brotas não se deixou de demonstrar o reconhecimento dos votos dado ao candidato vencedor pelos brotenses. O jornal *O Estado de S. Paulo* dedicou três colunas a esse evento, narrando em detalhes as homenagens prestadas em Jaú, bem como o retorno da comitiva, que teve uma de suas paradas em Brotas.

Nesta cidade foi feita uma grande manifestação ao sr. Jorge Tibiriçá [...] Aguardavam o trem especial na estação o juiz de direito Sebastião Soares, prefeito Municipal Coronel Vicente Neto, Cândido José Machado, major João Patrício, coronel Joaquim Ribeiro, Andrelino de Assis, coronel Idyllo Marques, presidente do diretório, João Chavez, promotor público e grande número de alunos das escolas públicas [...] Foram erguidos muitos vivas aos sr. Jorge Tibiriçá, Albuquerque Lins, Vicente Prado e Siqueira Campos [...] O sr. Jorge Tibiriçá fazendo um passeio pela cidade foi ter ao belíssimo salto [...] formado pelo rio Jacaré [...] Foi depois servido um almoço na sede do Grêmio Recreativo e Literário Brotense oferecido pela municipalidade. Visitou também o jardim público, considerado cartão de visita da cidade⁵⁷⁹.

Por esse apoio político e pelas manifestações recebidas, estava claro que o líder político regional era Vicente Prado, e que o chefe político brotense Idyllo Marques dispunha de consideração por parte dele, bem como do governo do estado de São Paulo. Foi em decorrência desse apoio que o coronel Idyllo obteve vários benefícios para Brotas. Tanto que, no ano seguinte, 1909, a cidade ganhou oficialmente instalação da linha de tiro (Tiro de Guerra) como consta notícia dada pelo *Correio Paulistano*: “No próximo mês serão oficialmente inauguradas as linhas de tiro de Batatais, Brotas [...]”⁵⁸⁰. Também outra importante conquista em 1909 foi a autorização por parte do Governador para a construção do grupo escolar, também graças à intervenção política do jauense Vicente Prado.

Ainda outra importante aquisição para Brotas nesse ano de 1908 foi na área da saúde pública, com a instalação do posto antitracomatoso de

579 O Estado de S. Paulo, ano XXXIV, n. 10738, 29 abr. 1908, p. 3.

580 Correio Paulistano, n. 16316, 10 jan. 1909, p. 6.

Brotas. A notícia a respeito saiu no *Correio Paulistano*, em janeiro daquele ano, e dizia:

[...] deve ser inaugurado no próximo sábado o posto anti-tracomato-so de Brotas em edifício oferecido pela Câmara Municipal daquela cidade. Assistirá o ato o Dr. Eusébio de Queiroz, chefe da comissão do Tracoma. Os drs. Gustavo de Godoy e Emílio Ribas deixam de comparecer por motivo de força maior⁵⁸¹.

A importância deste posto pode ser avaliada pela presença de uma das maiores autoridades do Estado nesse setor. Vale destacar que o tracoma, doença ocular, adentrou no Brasil no final do século XIX, tendo como portadores da doença europeus que vieram quando da grande imigração, a partir de 1886.

A par dessas conquistas, a política seguia seu curso. Nas eleições realizadas em Brotas em 1910, foi publicada a notícia de que “o partido civilista saiu vencedor [...] por grande maioria [...] O coronel Idyllo, chefe local, tem recebido inúmeras felicitações⁵⁸²”. O partido civilista, como foi visto, resultou de uma cisão do Partido Republicano, que o dividiu em duas alas, uma chamada civilista comandada por Rui Barbosa, e outra Hermetista sob o comando de Hermes da Fonseca. Portanto, depois da morte de Cherubim de Albuquerque, não resta dúvida de que quem dispunha de reconhecimento para o controle da política coronelista em Brotas era Idyllo Marques. No entanto, pelo visto, Idyllo Marques não possuía o mesmo apoio político que seus antecessores Amador Simões e Cherubim de Albuquerque Vieira dispunham, mesmo com todo seu empenho em conquistar de benefícios importantes para a cidade, em apenas quatro anos no poder, ou seja, de setembro de 1907 a fevereiro de 1912. Nesse último ano teve que deixar seu posto de comando, pois tudo indica que estava ocorrendo uma forte oposição, que o levou à renúncia. A forma como foi dada a notícia no jornal *O Estado de S. Paulo* põe em evidência esse fato. A nota informativa dizia:

581 Id., n. 19971, 29 jan. 1908, p. 1.

582 Id., n. 16972, 01 nov. 1910, p. 2.

Consta de fonte limpa que o coronel Idylio Marques renunciou a cargo de chefe político local. Essa notícia causou profundo pesar, nesta cidade, onde o coronel é notado pelo seu critério e raro prestígio. Consta mais que igual procedimento terá o major Francisco José de Oliveira Castro, vice-presidente do Diretório político local⁵⁸³.

Não foi possível averiguar de qual segmento político advinha essa oposição, mas indícios apontam para a facção sob o comando de Antônio de Albuquerque Pinheiro, que logo depois assumiu o comando da política local. Dois meses antes da renúncia, talvez por algum desagravo, os amigos e correligionários de Idylio ofereceram um jantar notificado no jornal *O Estado de S. Paulo* da seguinte forma: “Por ocasião do aniversário do coronel Idylio Marques, chefe político local, cerca de 300 pessoas, precedidas de uma banda de música fizeram-lhe entusiástica manifestação”⁵⁸⁴.

Mesmo fora do poder político Idylio Marques teve influência, tanto que, em 1912, quando a construção do grupo escolar estava caminhando para a conclusão, apareceu uma nota no *Correio Paulistano* com o título “Homenagem ao Dr. Vicente Prado”, nos seguintes termos: “A Câmara Municipal de Brotas, em sessão de ontem, interpretando os desejos da população, deliberou pedir ao governo que o grupo escolar desta cidade seja denominado Dr. Vicente Prado, em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados por esse operoso deputado”⁵⁸⁵. Essa nota foi assinada por Idylio Marques. A princípio ficou efetivamente esse o nome dado ao grupo escolar de Brotas, pois, no ano seguinte, quando Vicente Prado foi homenageado em Jaú, o orador relatou os serviços prestados por esse deputado, e entre eles destacou a homenagem que recebeu em Brotas, com o seu nome dado ao grupo escolar da cidade⁵⁸⁶, por ter sido ele quem intercedeu junto ao governo do Estado para liberar verbas para essa construção. A inauguração desse Grupo Escolar se deu em 13 de maio de 1912, como anunciou por antecipação o *Correio Paulistano*, em 7 de abril daquele ano⁵⁸⁷.

583 O Estado de S. Paulo, ano XXXVII, n. 11723, 18 jan. 1911, p. 4.

584 Id., ano XXXVI, n. 11660, 15 nov. 1910, p. 2.

585 Correio Paulistano, n. 17401, 07 jan. 1912, p. 2.

586 Id., n. 17798, 10 fev. 1913, p. 3.

587 Id., n. 16461, 07 abr. 1912, p. 1.



Figura 3 - Grupo Escolar

Fonte: Arquivo pessoal de João Carlos Geraldo.

Ao findar a primeira década do século XX, mais precisamente em 1909, o perfil da Câmara Municipal também havia mudado a ponto de contar entre os vereadores eleitos um imigrante, ou seja, o italiano Vitório Pinotti⁵⁸⁸. Nesse momento também se deu a formação do novo Diretório do Partido Republicano de Brotas, quando foi indicado para assumir a presidência Joaquim Ribeiro dos Santos, pelo visto um político sem história e sem expressão, uma vez que, como se verá mais adiante, sua gestão sequer durou um ano. Os demais membros foram: Vicente José Neto, vice-presidente; dr. Emidyo Tourinho Furtado, Vitório Pinotti e Antônio Luciano da Fonseca⁵⁸⁹. Nota-se que o imigrante Pinotti havia conquistado espaço também no Diretório Político local. Importante aqui destacar que Idyllo Marques, além de ter sido defenestrado da política foi banido da história da cidade. Mesmo com todos os feitos importantes que conquistou para a cidade, quando da publicação do *Nosso Álbum* em 1933 a ele não foi dedicada sequer uma linha.

588 Correio Paulistano, n. 17501, 06 jun. 1909, p. 2.

589 Id., n. 17443, 18 fev. 1912, p. 1.

Na eleição para vereadores, ocorrida em fevereiro de 1912, o Partido Republicano obteve 350 votos e a oposição alcançou 209 votos⁵⁹⁰, portanto, embora a oposição tenha perdido a eleição, se escancarava a divisão das forças políticas em Brotas. Não resta dúvida de que, nesse momento, o Partido Republicano local havia perdido sua unidade e seu rumo político e conseqüentemente houve um enfraquecimento do poder local. Dessa forma, o Partido Republicano não dispunha mais do mesmo poder de quando estava no comando Cherubim Vieira de Albuquerque que, em 1901, havia debelado toda oposição a ele.

Joaquim Ribeiro dos Santos ficou no poder apenas de fevereiro a dezembro de 1912 e, ao que tudo indica, naquela chefia cumpriu apenas um mandato tampão uma vez que em dezembro do mesmo ano de 1912, assumiu a direção do Diretório Republicano o advogado Antônio de Albuquerque Pinheiro⁵⁹¹, que permaneceu no poder até setembro de 1916, quando veio a falecer⁵⁹².

Albuquerque Pinheiro, formado em direito pela faculdade do Largo de São Francisco, advogou em São Paulo, como mostra anúncio de seu escritório de advocacia no *Correio Paulistano*, ao longo do ano de 1903. No início de 1904, entrou na Guarda Nacional como tenente coronel e, no mesmo ano, entrou no Diretório Político de Brotas⁵⁹³. A partir dessa data passou a frequentar os meios políticos de São Paulo, como demonstram as várias notas publicadas nos jornais da capital, certamente aspirando apoios além dos limites de Brotas e tendo como meta se eleger como deputado estadual e assim, ter o controle de uma liderança política regional. Em 1914 acumulou o cargo de chefe do Diretório do Partido Republicano de Brotas com o de Presidente da Câmara Municipal de Brotas⁵⁹⁴. No início do ano de 1916 se candidatou a deputado estadual pelo 9º distrito eleitoral obtendo apenas dois votos. O grande vencedor nesse distrito foi Vicente de Almeida Prado que obteve 9479 votos⁵⁹⁵.

590 Id., n. 17455, 02 mar. 1912, p. 2.

591 *Correio Paulistano*, n. 17734, 05 dez. 1912, p. 6.

592 Id., n. 19098, 11 set. 1916, p. 2.

593 Id., n. 14822, 15 nov. 1904, p. 2.

594 Id., n. 18139, 18 jan. 1915, p. 3.

595 Id., n. 18932, 28 mar. 1916, p. 1.

Certamente Albuquerque Pinheiro se candidatou e, vendo a impossibilidade de vencer, sequer fez campanha para sua eleição. Seja como for, o que Albuquerque Pinheiro tentou foi levar a política brotense a ter voos próprios no âmbito Estadual e, nesse intento, fracassou. Talvez não tenha avaliado o poder de que dispunha Vicente Prado. Por outro lado, ao arriscar essa independência, Brotas ficou sem um defensor de seus interesses na Assembleia Legislativa Estadual, o que pode ser percebido pela ausência de novos empreendimentos públicos para a cidade. A última grande conquista havia sido a obtenção da aprovação do governo estadual da construção do grupo escolar, em 1909, graças à intervenção política do jauense Vicente Prado, que contava com apoio do chefe político local Idyllo Marques. Depois que Albuquerque Pinheiro assumiu o comando da política local, ao que parece, Vicente Prado retirou todo seu apoio aos políticos brotenses, pois nos jornais não consta nenhuma referência a ele, seja em visitas a Brotas seja intervindo junto a políticos brotenses a favor de benefícios para a cidade.

Quanto a Idyllo Marques, em janeiro 1913, consta que havia se retirado da política local e fixado residência na capital, como mostra a seguinte notícia: “Achava-se nesta cidade a passeio o coronel Idyllo Marques da Costa, ex-presidente do Diretório Republicano desta cidade e atualmente residente nessa capital”⁵⁹⁶. Por outro lado, a maior parte dos políticos que adentrava à Câmara na condição de vereadores, diferentemente do que ocorrera durante o Império e início da República, não permanecia no cargo, pois na gestão seguinte apareciam novos vereadores, que até então nunca tinham se despontado na política. Por exemplo, em 1913, além de Albuquerque Pinheiro e Antônio Furtado, já conhecidos políticos, foram eleitos vereadores pessoas desconhecidas na política: Silveira Franco, coronel Schimidt, Heitor de Castro, José Joaquim Simões e Raphael Silveira⁵⁹⁷. Possivelmente, eram eles pessoas do círculo de Albuquerque Pinheiro, que pretendia dar um novo rumo à política brotense.

Assim, ao adentrar na segunda década do século, Brotas havia perdido o rumo de sua identidade política e econômica, uma vez que não

596 Correio Paulistano, n. 17775, 16 jan. 1913, p. 5.

597 Id., n. 18064, 03 nov. 1913, p. 2.

podia se apresentar como um importante município cafeeiro e não dispunha de nenhum outro setor econômico que pudesse representá-la no âmbito do Estado. Tanto, que o prefeito municipal Antônio Tourinho Furtado juntamente com a Câmara Municipal, em março de 1912, na tentativa de buscar um novo caminho para o município publicou nos jornais da capital uma chamada dirigida aos capitalistas e industriais divulgando a aprovação da Lei n. 171, pela qual a Câmara Municipal oferecia uma série de vantagens à “Empresa que se organizar para a exploração de uma indústria nessa cidade que ocupar no mínimo 250 operários”⁵⁹⁸. Eram isenções extremamente vantajosas, como a de impostos por dez anos, doação dos terrenos necessários, instalação de serviços de higiene e auxílio de 40:000\$000 pagos em prestação. Embora essa chamada tenha sido publicada ao longo de meses em jornal de grande circulação no estado de São Paulo, nenhum industrial mostrou interesse pela oferta.

Em 1916, o Diretório Republicano tinha como presidente o “major Francisco José de Oliveira Castro e os demais eram: tenente-coronel Vicente José Neto; capitão Pedro Saturnino de Oliveira; capitão Antônio da Silveira Franco; tenente-coronel Antônio Luciano da Fonseca e o capitão Ângelo Piva”⁵⁹⁹. Este último, um imigrante italiano. O novo presidente do Diretório, major Francisco José de Oliveira Castro, farmacêutico por profissão, embora tenha desempenhado funções políticas no início da República como membro da Câmara Municipal em 1893⁶⁰⁰, nunca havia se projetado como um líder político, o que vem demonstrar a ausência de políticos de peso para assumir a chefia da política local e isso em pleno período do coronelismo, quando o chefe tinha uma importância vital na articulação com a política Estadual e mesmo Federal, para conquista de benefícios para sua cidade. Tanto que, depois desse ano, quase nada foi obtido para Brotas em termos de melhoria para a cidade pelo governo do Estado, pois, no período de 1916 a 1920, a única notícia encontrada nos jornais consultados quanto à concessão de benefícios por parte do Estado a Brotas foi a criação da Caixa Econômica Estadual, em 1917. Isso aparece em uma nota, nos seguintes termos: “O sr. Presidente do Estado assi-

598 Id., n. 17482, 29 mar. 1912, p. 2.

599 Id., n. 19080, 24 ago. 1916, p. 3.

600 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 29.

nou ontem no despacho da pasta da fazenda, os decretos que criam Caixas Econômicas anexas às coletorias de rendas de Brotas [...]”⁶⁰¹.

A par do enfraquecimento da política estava o enfraquecimento econômico. Dados levantados por Adriana Ramos e outros, no tocante ao montante da produção cafeeira nas duas primeiras décadas do século XX, demonstram que a expansão da lavoura cafeeira no município havia estagnado, como indicam os dados expressos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1- Produção de café em arrobas

Ano	Arroba
1901	400 000
1902	314 866
1904	300 000
1906	500 000
1916	535 790
1917	434 000
1918	250 000
1919	158 000
1920	422 000

Fonte: Ramos *et al.*⁶⁰²

A queda abrupta da produção relativa aos anos de 1918 e 1919 decorreu de uma forte geada ocorrida no ano de 1917, que comprometeu a produção praticamente em todo o estado de São Paulo. Porém, o que chama atenção é que a produção do ano de 1906 foi praticamente a mesma de 1916 e 1920, o que leva a pensar que, em 1906, a produção estava chegando ao seu limite. Tanto que cafeicultores com mais recursos começaram a investir em terras mais propícias para o café em outros municípios. Foi o caso de Pedro Saturnino de Oliveira que, em 1915, estava procurando terras para comprar em Jaú⁶⁰³, José Luiz de Oliveira que, em

601 Correio Paulistano, n. 19528, 18 nov. 1917, p. 1.

602 RAMOS *et al.*, 1996.

603 Correio Paulistano, n. 18675, 13 jul. 1915, p. 4.

1916, já havia adquirido uma propriedade agrícola em Ibitinga⁶⁰⁴, e no mesmo ano o coronel Vicente José Netto também se dirigiu à Ibitinga com o propósito de comprar uma propriedade agrícola.⁶⁰⁵

Assim, Brotas seguiu seu caminho com políticos sem expressão, com uma produção de café modesta em termos do estado de São Paulo, e sem conseguir um novo rumo econômico para se projetar, adentrou na terceira década do século XX praticamente no ostracismo.

3.4 A modernização como propósito político

Não sou contra a inovação, mas quero que não rompa de todo com os processos do passado, senão o inovador arrisca-se a não ser compreendido.

Lima Barreto

Com a ferrovia inaugurando uma estação de embarque no município de Brotas, em 1886, um dos mais importantes eixos de modernização na época chegava a Brotas. A capital paulista, o principal modelo do que era considerado moderno passou a ficar apenas a algumas horas da vila sertaneja. São Paulo, nas décadas de 1880 e 1890, iniciava um acelerado crescimento populacional e, paralelamente, a cidade passava por radical transformação urbana, seguindo com adaptações locais, padrões europeus. Nesse momento foram abertas ruas e avenidas, ajardinaram-se praças ao gosto burguês, tendo como principal modelo a França, prédios ditos modernos foram levantados, o comércio se diversificou, logo depois vieram o calçamento, os bondes para o transporte público, a luz elétrica, a telefonia, e isso tudo implantado numa velocidade nunca vista.

A par disso, embora devagar e aos poucos, a ideia do que conformava o moderno foi se infiltrando não só no dia a dia de alguns segmentos da sociedade, como ainda provocando mudanças de comportamento e modificando pensamentos e sensibilidades. Essas modificações de

604 Id., n. 19001 06 jun. 1916, p. 4.

605 Id., n. 18850, 05 jan. 1916, p. 4.

comportamentos estimulavam o consumo de bens culturais, em especial despertando um segmento das elites à leitura, alavancando no incipiente mercado brasileiro de livros. Folhetins somados à força da imagem por meio de ilustrações na imprensa e da divulgação de cartões postais traziam o mundo europeu para mais perto dos paulistanos. Porém, essas transformações não abalavam os fundamentos da sociedade, uma vez que permaneciam os rastros de um passado em que as hierarquias sociais eram dadas por padrões de nascimento.

Segmentos das elites brotenses também foram percebendo, ainda que de forma muito superficial, as tendências de modernização em curso na capital paulista. Embora os ideais de modernização e progresso chegassem à conservadora Brotas, pouco estimulou as autoridades locais a assumirem efetivamente uma política para mudar o perfil da cidade, ainda que algumas poucas intervenções pontuais fossem realizadas de modo a beneficiar a cidade com benesses do que era considerado moderno.

A administração pública em mãos dos coronéis deu início à construção de edifícios públicos, buscou-se implementar uma melhora da infraestrutura da cidade, como cuidar um pouco das condições de higiene, bem como da infraestrutura para educação. Logo depois da instalação do governo republicano, em 21 de março de 1890, a Intendência Municipal de Brotas informou às autoridades constituídas do Estado a necessidade de urgentes reparos no prédio da cadeia, no que foi atendida com a “autorização do dr. Governador, ao tesouro do Estado, a entregar ao Presidente da Intendência de Brotas a quantia de um conto de réis”⁶⁰⁶. Em outubro do mesmo ano, a Intendência brotense solicitou ao governo do Estado uma verba para levantar um edifício a fim de servir de paço municipal e cadeia⁶⁰⁷. A liberação de recursos para a construção desse edifício deu-se no ano seguinte, 1891, quando foi autorizado pelo governo “a proceder as obras de construção do edifício projetado [...] mediante a despesa de 27:222\$895”⁶⁰⁸.

Em 1893, a Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo direcionou uma “verba de 3:468\$320 para algumas obras com-

606 Correio Paulistano, ano XXXVI, n. 10061, 21 mar. 1890, p. 2.

607 Id., ano XXXVII, n. 10229, 08 out. 1890, p. 1.

608 Id., ano XXXVII, n. 10323, 04 fev. 1891, p. 1.

plementares e urgentes para conclusão da cadeia da vila de Brotas”⁶⁰⁹. Foi em 1894 que a Câmara Municipal “registrava em seu livro de Atas a inauguração das obras do Paço Municipal, Fórum e Cadeia”⁶¹⁰. Era um prédio imponente para a diminuta cidade como pode ser divisado na ilustração a seguir (Figura 4).



Figura 4 - Novo prédio da Intendência

Fonte: ÁLBUM... (2018).

A imagem expressa na Figura 4 permite observar que, pela presença de grades nas janelas, a cadeia funcionava na parte de baixo do prédio e, na de cima, o Paço Municipal e o Fórum. Portanto, duas instituições, em termos físicos, se sobrepunham no mesmo espaço. No andar de cima, vereadores debatiam questões, em geral de seus próprios interesses e estavam separados da parte de baixo, onde viviam os embrutecidos e marginalizados, por simples assoalho.

Em 1892, estava em andamento a construção do Lazareto, local para se internar pessoas com doenças contagiosas e, para tanto, a

609 O Commercio de São Paulo, ano I, n. 96, 25 maio 1893, p. 2.

610 RAMOS *et al.*, 1996, p. 20.

Intendência de Brotas recebeu uma verba do governo estadual no valor de 5:000\$000⁶¹¹. Entre os anseios dos brotenses também estava serem servidos pelo que havia de mais revolucionário no processo de modernização – a eletricidade e a telefonia. Entre os atos oficiais proclamados pelo Governo do Estado de São Paulo, em 22 de fevereiro de 1891, estava uma declaração dirigida à Intendência Municipal sobre a concessão de privilégio, por 50 anos, ao Dr. Paulo Bachmann, para explorar os dois saltos do rio Jacaré Pipira dentro daquela vila, montando motores hidráulicos com diversos fins. Também foi concedido ao cidadão Camargo Arruda & Comp. o “privilégio por 15 anos para estabelecerem uma rede telefônica no município”⁶¹², sendo “que quanto a primeira parte, deve aquela intenção remeter sua resolução ao governo do Estado [...] e quanto a segunda, ser ela de exclusiva competência do governo federal”⁶¹³. Todavia, a construção de uma usina hidrelétrica só se efetivou em 1911, com capital levantado entre os brotenses.

Em 17 de março de 1891, a “Intendência Municipal da vila de Brotas solicitou um auxílio de 3:000\$000 para a construção do novo cemitério”⁶¹⁴, a verba foi liberada e, em seguida, deu-se a providência para que o cemitério fosse edificado mais afastado da vila. O argumento para construção do novo cemitério apoiava-se no fato de que as dimensões do que estava em uso não eram suficientes para a demanda populacional e encontrava-se em péssimo estado de conservação. Para esse empreendimento, “contratou-se o empreiteiro Fagnani. Em 1894, terminadas as obras de construção, foi realizado o primeiro enterro no cemitério”⁶¹⁵. Até 1898, esse cemitério era cercado de madeira, pois foi nesse ano que a Câmara mandou levantar com tijolos o seu muro⁶¹⁶. Esse novo cemitério já era o atual, visto que, dez anos depois, quando Gerson Mendonça especificou os limites da cidade, disse ser seu limite a oeste, o cemitério. Portanto, o cemitério velho era o que estava localizado onde hoje estão a Casa da Criança, o Correio e o Posto de Saúde.

611 Correio Paulistano, ano XXXVIII, n. 10666, 14 abr. 1892, p. 2.

612 Id., ano XXXVII, n. 10338, 22 fev. 1891, p. 1.

613 Correio Paulistano, ano XXXVII, n. 10338, 22 fev. 1891, p. 1.

614 Id., ano XXXVII, n. 10357, 17 mar. 1891, p. 2.

615 RAMOS *et al.*, 1996, p. 61.

616 O Estado de S. Paulo, ano XXIV, n. 6998, 14 jan. 1898, p. 1.

Todavia, o fato de não ter sido efetuada a retirada de todos os restos mortais e a falta de manutenção daquele antigo cemitério causou uma grande polêmica. Abandonado, com tapumes em seu entorno e com o mato tomando conta do lugar, quando se aproximou o dia de finados do ano de 1895, ele foi a causa de embates entre o poder constituído, a população e a igreja. De acordo com notícia enviada de Brotas para o jornal *O Commercio de São Paulo*, um dos jornais publicados na vila, denominado *O Município*, editado pelo padre Alvim e representando a oposição, “publicou um artigo de fundo pedindo à Câmara que mandasse roçar o velho cemitério para a procissão anual de finados”⁶¹⁷. Diante disso, “o intendente municipal baixou um decreto dizendo que o mato no cemitério era indispensável como medida higiênica [...] O jornal *O Município* [...] respondeu que aquilo foi uma violência à crença católica e que a questão do mato era mais de desleixo do que de higiene [...] e que era o caso de chamar a postos os católicos da paróquia”⁶¹⁸. *A Gazeta de Brotas*, jornal da situação, “declarou que as ordens do Intendente seriam cumpridas [...] E nesse diz-que-diz-que chegamos o dia de finados, em que amanheceu o cemitério transformado em praça de guerra”⁶¹⁹.

Certamente essa atitude do padre advinha de querer manter uma tradição da igreja católica em realizar, no dia de finados, a procissão no cemitério, e o novo, que havia sido inaugurado naquele ano, praticamente continha alguns restos mortais daqueles que as famílias haviam podido realizar o seu traslado. Os restos mortais da grande maioria que havia vivido na cidade permaneciam no velho cemitério. Portanto, a questão apresentada à igreja era: Como levar grande parte da população ao novo cemitério, se a maioria de seus antepassados permanecia no velho?

Passado o dia de finados, um brotense dirigiu uma carta ao *Correio Paulistano*, dando sua versão dos fatos. Disse ele que

[...] tendo sido completamente desvirtuada a questão que aqui se deu entre o vigário e a municipalidade e até explorada politicamente peço-lhe fazer constar [...] essa questão [...] A municipalidade se limitou a impedir que o pároco desrespeitasse uma sua antiga resolução, ar-

617 *O Commercio de São Paulo*, ano III, n. 805, 10 nov. 1895, p. 1.

618 *Ibid.*, p. 1.

619 *Ibid.*, p. 1.

rombando acintosamente o velho cemitério [...] violência essa que se tentou levar efeito, incitando o povo a praticá-la. Felizmente, esse ficou indiferente [...] O insucesso desta tentativa de desordem foi que levou seus instigadores a clamar por uma imaginária liberdade de culto⁶²⁰.

O padre em questão foi o padre Alvim que no período de 1891 a 1903⁶²¹ esteve como vigário da paróquia de Brotas e que, como já mencionado no item sobre religião, provocou várias polêmicas na cidade.

Uma das grandes preocupações na década de 1890, tanto da edilidade como da população em geral, foi a saúde pública, que também foi alvo de intervenção do poder constituído, especialmente diante das epidemias. Para tanto, em 1893, o poder público providenciou a vacinação no maior número possível de pessoas, como pode ser visto em nota publicada em agosto daquele ano, que anunciava que “a vacinação em Brotas, tem produzido bons resultados, sendo grande o número de pessoas vacinadas”⁶²². Porém, ao que tudo indica, esse “número de pessoas” era muito limitado e as epidemias não davam trégua. Em 1896, alastrou-se na cidade uma grande epidemia de febre amarela. O redator do jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou a respeito:

Cartas particulares que acabamos de receber de Brotas, dão-nos a triste notícia que ali também apareceu a epidemia que está grassando em diversas cidades daquela zona do Oeste [...] Na chácara do sr. José Fernandes da Silva Castro deram-se 13 casos de pessoas da sua família, fazendo duas vítimas, uma das quais o proprietário da chácara. Até a data de anteontem já deram 27 casos. O sr. Theodoro da Silva Bayma, médico e intendente municipal, está na cidade com médico que ali foi de São Paulo. O aspecto da cidade não pode ser mais lúgubre: a população fugiu toda, a cidade está vazia, uma tristeza. Em maio a epidemia chegou à cidade. Embora o vigário da localidade escreveu um artigo ao *O Commercio de São Paulo* tentando subestimar a presença dessa febre em Brotas, esta estava levando vidas. A intenção do vigário foi minimizar o conteúdo em um outro artigo que saiu em outro jornal da capital, que havia alardeado a presença da febre amarela em Brotas⁶²³.

620 Correio Paulistano, ano XLII, n. 11721, 07 nov. 1895, p. 2.

621 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

622 O Commercio de São Paulo, ano I, n. 177, 20 ago. 1893, p. 1.

623 O Commercio de São Paulo, ano IV, n. 950, 05 maio 1896, p. 2.

Entretanto, quatro dias depois saiu uma nota no mesmo jornal informando que: “A Municipalidade de Brotas pediu auxílio de 10:000\$000 para socorrer naquela cidade as despesas com os amarementos”⁶²⁴. Ainda no mês de maio, *O Commercio de São Paulo* reproduziu informação de *O Município*, editado em Brotas, na qual dizia: “Depois de prestarem longa e merecida homenagens fúnebre as vítimas da febre amarela [...] analisam e comentam as notícias dadas por várias folhas sobre a epidemia ali”⁶²⁵. Mas a considerada como a mais importante vítima, como já foi mencionado, foi a do próprio chefe político local, Amador Flávio Simões, que faleceu em decorrência dessa febre em julho daquele ano.

Em 1895, novas intervenções foram realizadas no espaço público, como a construção de calçadas nas avenidas Dois (atual Rodolfo Guimarães), Três (atual Padre Barnabé Giron), Quatro (atual Ângelo Piva) e nas faces do Largo Municipal (atual praça Amador Simões). Também foram feitas sarjetas de pedras desde a rua Três até a rua Quatro”⁶²⁶. Uma nova ponte sobre o rio Jacaré “também já estava pronta em 1895”⁶²⁷, uma vez que *A Gazeta de Brotas* também informava “já estar concluída a ponte sobre o rio Jacaré nesta cidade e consta-nos que por esses dias será entregue pelos empreiteiros aos engenheiros fiscais do serviço a nossa ilustre edilidade”⁶²⁸.

Embora na avaliação dos organizadores do *Almanach de 1906* se afirmasse ser a estrutura dessa ponte uma obra de arte, modificações posteriores tiveram que ser feitas. A par desse melhoramento, também em janeiro de 1895, a “Câmara Municipal autorizou o intendente a mandar construir um novo matadouro, aproveitando para isso a chácara denominada dos Protestantes”⁶²⁹. Esse prédio foi o que serviu de matadouro até a década de 1940, “quando já eram constantes as reclamações dos moradores sobre a inadequação de sua localização [...] O matadouro era pra baixo do cemitério”⁶³⁰. O cemitério mencionado foi o desativado em 1894.

624 Id., ano IV, n. 954, 09 maio 1895, p. 2.

625 Id., ano IV, n. 962, 20 maio 1896, p. 2.

626 RAMOS *et al.*, 1996, p. 22.

627 *O Commercio de São Paulo*, ano III, n. 805, 10 nov. 1895, p. 1.

628 *A Gazeta de Brotas*, ano II, n. 157, 13 out. 1895, p. 2.

629 *O Commercio de São Paulo*, ano III, n. 552, 12 jan. 1895, p. 1.

630 RAMOS *et al.*, 1996, p. 69.

Apesar dos esforços das autoridades em melhorar as condições de infraestrutura e por extensão as condições higiênicas da cidade, de vez em quando as epidemias grassavam em seu interior. Em 25 de fevereiro de 1897 foi noticiada uma nova epidemia de febre amarela. Nessa ocasião, as autoridades sanitárias tiveram dificuldades em debelar a doença uma vez que

[...] vários negociantes, com receio de perderem seus rendimentos diários, com a fuga do povo, tratam de levantar barreiras às execuções das medidas higiênicas aconselhadas pelo dr. inspetor sanitário: a população sensata de Brotas, interessada na extinção na febre que a atormenta [...] apoia as medidas propinadas pelo inspetor sanitário⁶³¹.

Como foi visto, com a morte de Flávio Simões, foi Cherubim Vieira de Albuquerque quem passou a comandar o poder político local, dando prosseguimento à modernização pontual na cidade. Foi nesse momento que os fazendeiros com mais recursos começaram a deixar de morar em suas propriedades rurais e passaram a construir suas residências no espaço urbano e, para tanto, buscavam levantar suas moradias seguindo o padrão arquitetônico de acordo com os parâmetros considerados modernos. Nessa empreitada, recorriam a engenheiros e técnicos em construção civil, pois já dispunham de mão de obra especializada para tal intento, uma vez que juntamente com os imigrantes europeus que estavam chegando para trabalhar na lavoura vieram também pedreiros, carpinteiros, pintores, serralheiros, marmoristas, etc. Esses operários formavam equipes sob o comando de um empreiteiro e passaram a atender às novas necessidades da construção civil, pois traziam em suas bagagens conhecimentos para empregar na nova arquitetura, também importada da Europa. A demanda de engenheiros pode ser constatada em anúncio de *A Gazeta de Brotas*, em 1895: “Escritório de Engenharia dos Engenheiros Marques & Wendel. Aceitam todo e qualquer trabalho inerente à sua profissão, neste município e nos circunvizinhos. Avenida 1. Brotas”⁶³². Nessa data também foi inaugurado o jardim público, sobre o qual serão apontados mais detalhes no item seguinte. Um exemplo de residência levantada nesse momento foi

631 Correio Paulistano, ano XLIII, n. 12123, 25 fev. 1897, p. 2.

632 A Gazeta de Brotas, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 3.

a de Cherubim Vieira de Albuquerque, concluída em 1892, localizada na atual avenida Mário Pinotti onde funciona atualmente o Centro Cultural.

Todavia, o grande mote da modernização, que carregava consigo a inovação, impondo a constante substituição do velho pelo novo, não só impôs uma mudança do aspecto urbano da cidade, como ainda provocou o aumento e a diversificação do consumo, que por sua vez forçou uma ampliação no comércio local. Com o deslocamento da estação ferroviária junto à vila, em 1891, a Casa Cesariano também se transferiu para lá, adotando o nome de *Armazém Grande*. Em 1895, essa casa comercial foi uma das principais anunciantes do jornal *A Gazeta de Brotas*. Em pequenas inserções entre os artigos e as notícias, informava as mercadorias à venda, pondo em destaque produtos importados como os lampiões belgas e outros produtos como formicida, cestas de vime, fundos de madeiras ovais e quadrado para mesas, camisas de linho, chapas de zinco, máquinas de costura Singer, camas e colchões, cal branco e preto, velas de cera, fornos, manteiga italiana⁶³³.

Pela variedade e pelos tipos de mercadorias oferecidos no mercado local, nota-se que, na década de 1890, estava ocorrendo uma diferenciação de consumo por segmentos sociais da cidade. Esse foi o momento pós Proclamação da República, marcado pelo início do aburguesamento das camadas sociais mais diferenciadas, as quais buscavam para si e para os espaços que frequentavam todas as novidades que representavam a modernidade. Tanto que, entre as mercadorias oferecidas no *Armazém Grande*, estavam aquelas que iriam dar um toque moderno às casas de residência, como fundo de madeiras ovais e quadrados para mesas, certamente usados para ampliar as mesas no caso de uma recepção social, além de camas e colchões. Estes, certamente, de acordo com o padrão da época, eram confeccionados com crina, diferentes dos usados pela maioria da população que dormia em camas rústicas sobre colchões de palha de milho, um costume vindo do período colonial. Em termos de toque moderno para o vestuário, estavam as camisas de linho. E, por fim, até a alimentação era preciso mostrar diferenciação, com certeza o consumo da manteiga italiana tinha esse papel.

633 A *Gazeta de Brotas*, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 3.

Além da Casa Cesarino, outra importante casa comercial na cidade, no final da década de 1890, foi a de Ângelo Piva, que comercializava secos e molhados no atacado e varejo, bem como atuava na área financeira, realizando operações bancárias, “com desconto de ordens [...] saques e valores, letras de câmbio sobre todas as cidades da Europa por intermédio do Banco Popular de São Paulo”⁶³⁴.

Sobrevivendo à ampliação do comércio local, especialmente com os irmãos Cesarino inovando o setor de venda com o *Armazém Grande*, a casa comercial *República dos Índios*, aberta por José Ribeiro de Camargo Barros na década de 1860, mantinha suas portas abertas. Em anúncio no jornal *A Gazeta de Brotas*, em 1895, seu proprietário dizia que estava em um novo local:

[...] acabava de abrir nesta cidade no sobrado do sr. João Janini, à Avenida 1 um bem sortido estabelecimento de secos, molhados, louça, gêneros nacionais e estrangeiros, tendo efetuado pessoalmente e em boas condições o sortimento, o abaixo assinado está habilitado a bem servir as pessoas que o quiserem honrar com as suas boas freguesias, pelo que conta com a proteção e auxílio dos seus numerosos amigos⁶³⁵.

Ao adentrar a década de 1890, com a intensificação da chegada de imigrantes europeus e uma parcela deles fixando-se no meio urbano, também contribuiu para o aumento do comércio, promovendo o consumo de mercadorias diversificadas como o macarrão, as castanhas, o vinho e até a manteiga italiana, como a vendida no *Armazém Grande*. No início do século XX, a cidade contava com um comércio variado e, em grande parte, em mãos de imigrantes, como pode ser visto na seguinte avaliação de Gerson Mendonça no *Almanach de Brotas de 1906*:

O comércio é assaz importante na cidade e no município e está nas mãos de representantes de diversas nacionalidades. Brasileiros, italianos, sírios, portugueses todos têm aqui estabelecimentos comerciais. Sem fazer pouco dos outros, seria, entretanto, incompleto este esboço, se não fizessemos uma referência espacial a CASA CESARINO,

634 O Commercio de São Paulo, ano VII, n. 1735, 20 jan. 1899, p. 6.

635 A Gazeta de Brotas, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 3.

fundada há 20 anos por um italiano distinto, ainda hoje mantem os foros de *Armazém Grande* que blasona em sua fachada [...] Além deste, os estabelecimentos dos Srs. Manoel Rosa, Oliveira & Cia., Piva & Surian, Pinotti Vitório, Keirallah Irmãos, e outros fariam a honra do comercio de qualquer parte⁶³⁶.

Vale destacar que um dos irmãos Cesarino – mais especificamente o sr. José –, dispunha de importante espaço em meio à elite italiana na capital paulista. A Casa Cesarino ou *Armazém Grande* embora tivesse sido fundada pelos irmãos Cesarino, possivelmente para sua maior ampliação, em 1905, abriu a sociedade “em comandita composta pelos sócios solidários Vicente José Netto e Pedro Saturnino de Oliveira”⁶³⁷. Entre os melhoramentos efetivados pela nova firma, como mostra um correspondente, estava a instalação da “iluminação a gaz acetyleno, tendo sido o gazometro, que é esplendido, fabricado nesta cidade pelos srs. Andrea & Mensitieri. Os sócios solenizaram-se esse acontecimento oferecendo a alguns amigos, profuso copo de cerveja, havendo por essa ocasião muitos brindes aos sócios da casa”⁶³⁸.



Figura 5 - Casa Cesarino

Fonte: ÁLBUM... (2018).

636 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 16-17.

637 Correio Paulistano, n. 14915, 17 fev. 1905, p. 4.

638 Id., n. 15067, 21 jun. 1905, p. 3.

No início do século XX, além de Cesarino, contava-se entre os comerciantes outros italianos que contribuíram para a diversificação do comércio de Brotas. Entre eles Vitorio Pinotti, que se destacou com uma importante casa comercial no início da Avenida 1 (hoje Mário Pinotti), em um prédio imponente para época.

Também o *Almanach de Brotas de 1906* apresenta os principais pontos comerciais da cidade, enfatizando a diversidade desse comércio, tais como: lojas de fazendas, armarinhos, armazéns, joalheria, relojoaria, padarias, farmácias, fotógrafos, tipografia, sapatarias, selaria, além de vendas espalhadas pela cidade. Na segunda década do século XX, esse comércio se manteve firme, com destaque aos sírio-libaneses, que posteriormente, com o estancar do desenvolvimento da cidade, sobretudo a partir da década de 1920, foram se retirando para outros locais mais promissores.

Na verdade, Brotas também vivenciou, nesse período, ainda que em moldes muito modestos, o apogeu da acumulação capitalista pela economia cafeeira, quando o consumo apareceu como legitimador das posições sociais, especialmente com a aquisição dos importados em detrimento de tudo o que fosse nacional. Apontar nos anúncios de produtos importados como os da Casa Cesarino, deixava à mostra os ideais burgueses de consumo das elites cafeeiras e que, ainda que acanhados, também haviam chegado no sertão.

A par do desenvolvimento da vida comercial e do esforço para o embelezamento da cidade, pelo qual se buscava um novo padrão estético, era preciso também oferecer à população melhoramentos condizentes com o padrão moderno de vida. Um correspondente de Brotas para o jornal *O Estado de S. Paulo*, expôs o esforço da administração pública em melhorar os serviços sob sua alçada, pois estava empenhada em oferecer água potável à população e para tanto “lançou um empréstimo de cem contos de réis”⁶³⁹, e complementava, “o encanamento de água para esta cidade será um fato, no decurso de pouco tempo”⁶⁴⁰. No ano seguinte informava-se que “os trabalhos do abastecimento de água desta cidade a cargo do engenheiro Quevedo já estavam muito adiantados, sendo de

639 O Estado de S. Paulo, ano XXV, n. 7526, 30 jun. 1899, p. 1.

640 Ibid., p. 1.

esperar que, de conformidade com o contrato feito com nossa Câmara, estejam prontos em fins de fevereiro”⁶⁴¹.

Em 1901, o governo estadual instalou em Brotas um Observatório Meteorológico, trabalho realizado pelo engenheiro Dr. Guilherme Axel Wandel⁶⁴². Os dados a respeito do clima levantados por esse observatório eram publicados quase que diariamente pelo *Correio Paulistano*, o que permite realizar um histórico preciso do clima em Brotas e região nesse começo de século XX. A foto expressa na Figura 6 mostra uma pequena casinha no interior do jardim, local onde estavam instalados os instrumentos do observatório.



Figura 6 - Jardim com Observatório Meteorológico
ÁLBUM... (2018).

Em 1906, ainda sem a luz elétrica, a iluminação pública era fornecida por meio dos lampiões a gás, em grande parte instalados por particulares, usando o “sistema devoe’s BRILLIANT OIL. Para fazer luz nas ruas havia 92 lampiões”⁶⁴³. Pelo visto, a manutenção desse serviço era muito precária, pois *A Gazeta de Brotas* publicou a seguinte nota a esse respeito:

641 *Correio Paulistano*, ano XLVII, n. 13064, 15 jan. 1900, p. 2.

642 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 21.

643 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 18.

Pedem-nos muitos de nossos assinantes e amigos que chamemos atenção do sr. fiscal e da pessoa a cujo cargo acha-se a iluminação pública desta cidade para o fato de constantemente acharem-se vários lampiões apagados. Não é a primeira vez que reclamamos por aquelas e outras irregularidades na iluminação pública⁶⁴⁴.

Na ilustração da Figura 7, também publicada no *Almanach de Brotas de 1906*, pode ser observado um lampião instalado na esquina do prédio do Grêmio Literário e Recreativo. Uma das pessoas que prestava serviço para instalação e manutenção desses lampiões em Brotas era Braz Menzitiere, que na sua oficina mecânica dispunha de “aparelhos completos para a instalação de gás acetileno para qualquer quantidade de bicos”⁶⁴⁵.



Figura 7 - Imagem do lampião a gás

Fonte: Mendonça e Yantok (1906).

A preocupação com aparência e melhoria da cidade também passou a ser constante. Em janeiro do ano de 1900, a edilidade empenhava-se

644 A Gazeta de Brotas, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 2.

645 MENDONÇA; YANTOK, op. cit., p. 64.

no concerto das ruas⁶⁴⁶ e, em 1903, uma nota enviada de Brotas chamava atenção do “Intendente Municipal para o péssimo estado da Avenida 4, em frente ao antigo cemitério, pois ali existe uma enorme vala, onde pode ser precipitado quer cavaleiros quer pedestres que por ali transitarem”⁶⁴⁷. O problema da manutenção das ruas em Brotas manteve-se até o asfaltamento, na década de 1960, pois, além da cidade estar disposta em terreno íngreme e com solo bastante arenoso, as enxurradas nas estações chuvosas provocavam a abertura de profundas valas.

Ainda em 1903, os brotenses continuavam a reclamar a respeito das condições do cemitério velho, pois enviaram para o *Correio Paulistano* a informação de que “infelizmente continua no mesmo estado a que já nos referimos. Não sabemos porque cargas d’água o sr. intendente não volveu suas vistas para aquele local onde sabemos, existem restos de pessoas respeitadíssimas e benfeitoras desta terra”⁶⁴⁸. Em 1906, persistia a mesma situação, uma vez que Gerson Mendonça em uma descrição de como se encontrava esse cemitério dizia:

É ocasião de chamar atenção para o cemitério velho, posto quase no centro da cidade. O que ali se enxerga constrange o coração. Muros caídos, cruzes sem braços, túmulos partidos, grades tombadas um espetáculo medonho. É ali que estão as cinzas de nossos pais [...] ⁶⁴⁹.

É sabido que nunca foram retirados todos os restos mortais desse cemitério. Posteriormente, foram plantados eucaliptos nessa área e, a partir de 1950, começaram a ser levantados nesse local edifícios públicos. Na abertura dos alicerces dessas edificações ainda se deparavam com ossos que ali haviam permanecido.

Porém, embora tivesse ocorrido uma melhora da infraestrutura na cidade, inclusive com alguns serviços de higiene pública, as epidemias da varíola persistiam na cidade. Em 1902, com o aparecimento de novos casos dessa doença, a Câmara Municipal solicitou a presença do inspetor sanitário do Estado e de desinfetadores, como pode ser visto na notícia a

646 *Correio Paulistano*, ano XLVII, n. 13104, 24 fev. 1900, p. 1.

647 *Id.*, n. 14232, 02 abr. 1903, p. 2.

648 *Id.*, n. 14234, 26 jun. 1903, p. 2.

649 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 21.

seguir: “Mais uma vez solicitamos a vinda de um médico, pois já não se trata de alguns casos da terrível moléstia, mas de dez ou doze casos dentro de oito dias. O sr. dr. Ribas bem compreenderá que um só médico não poderá tratar convenientemente dos infelizes enfermos”⁶⁵⁰.

Paralelamente às epidemias afetando a vida da população, a cidade seguia seu curso. Em termos de lazer para a população, o salto do rio Jacaré, dentro da cidade, era um atrativo. Foi visto que, em 1871, o capitão Antônio Joaquim de Souza Pinheiro já havia despertado interesse pelo salto no sentido de ser desfrutado como um espaço de lazer para a população. Também a esse respeito, em 1905, um informante da cidade para o *Correio Paulistano* dizia: “Lembramos à Câmara Municipal a conveniência em mandar preparar e arranjar um caminho para o Salto, de maneira que possa ser esse pitoresco lugar mais facilmente frequentado e visitado pelas famílias e pelos nossos hóspedes”⁶⁵¹.

O *Almanach de Brotas* para o ano de 1906 trouxe um panorama da cidade na sua estrutura física, o que permite avaliarmos um pouco sobre seu panorama urbano que então somava “uns 600 prédios e compunha-se, quase toda, de construções térreas, de arquitetura arcaica”⁶⁵². A menção de todas as construções estarem enquadradas numa “arquitetura arcáica” faz pensar que até então não havia ocorrido uma remodelação urbana, como, por exemplo, a que estava sendo efetivada em Jaú desde o final da década de 1890 e, em especial, na primeira década do século XX. Retomando-se a foto expressa na Figura 5, provavelmente datada da década de 1920, na qual o destaque é a Casa Cesarino, localizada na esquina do lado esquerdo da avenida n. 1 (atual Mário Pinotti), pode-se observar que o casario que aparece do lado direito se apresentava muito acanhado.

Quanto às ruas, prosseguia o redator do *Almanach* dizendo:

[...] a exceção de duas ruas que se prolongam por outras tantas estradas, todas as demais são diretas [...] Das avenidas a que tem Número 1, mede quase 1500 metros de extensão. Os limites da cidade são: ao norte o cemitério protestante; ao sul a ponte do Jacaré Pepira e o bairro

650 O Estado de S. Paulo, ano XXVIII, n. 8496, 02 mar. 1902, p. 1.

651 Correio Paulistano, n. 14919, 21 fev. 1905, p. 3.

652 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 10.

de Santa Cruz; a leste a estação férrea e ao oeste o cemitério municipal [...] As sarjetas e passeios são feitos de pedras toscas (calhaus)⁶⁵³.

A menção de que as sarjetas e os passeios eram feitos de calhaus, significava que o aspecto e as condições das calçadas eram bastante rústicos, pois o pavimento com calhaus nada mais era que pedaços de pedras assentadas, o que perfazia um piso não homogêneo. Esse tipo de piso vinha sendo utilizado para calçamentos desde a época das cidades coloniais.

Contudo, mais à frente no mesmo *Almanach*, consta outra avaliação da arquitetura da cidade, que contradiz essa primeira ao afirmar que “A cidade possui belos edifícios públicos e ricos prédios particulares, que obedecem todos uma arquitetura moderna”⁶⁵⁴. Portanto, a avaliação anterior, que aparece na página 10 do mesmo *Almanach*, menciona a arquitetura da cidade como arcaica e a segunda, na página 47, como moderna. O fato de o referido *Almanach* ter tido contribuições de textos de diversas pessoas permitiu que ele contasse com avaliações subjetivas de teores diferentes. A mesma diferença ocorre quando o autor do texto da página 47 avalia a estrutura da cidade, mostrando-a com aspecto diverso da apresentada na página 10. Disse ele: “possui seis longas avenidas, quatro das quais são perfeitamente abauladas e calçadas; onze ruas e três vastas praças e o pitoresco bairro de Santa Cruz, que semelhante à uma nova cidade, ergue-se soberbo além do Jacaré”⁶⁵⁵.

O uso dos adjetivos “longas” atrelado às ruas e “vastas” às praças é de caráter subjetivo, diferente da avaliação feita sobre a cidade pelo articulista da página 10, que ao mencionar a Avenida de n. 1, procurou dimensionar seu comprimento, ou seja, uma extensão por volta de 1500 metros. Até mesmo ao caracterizar o bairro da Santa Cruz, esse segundo articulista utiliza o adjetivo soberbo, no sentido de se apresentar com aspecto grandioso. O autor do texto da página 10 sequer incluiu o bairro da Santa Cruz em sua avaliação, pois, para ele, a cidade terminava na ponte. Seja como for, avaliações subjetivas dificultam inferir com maior precisão o aspecto que teria a cidade nesse começo de século XX.

653 Ibid., p. 10.

654 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 47.

655 Ibid., p. 47.

Uma melhoria em termos do ensino se deu em 1906, com a abertura do Colégio Santo Agostinho, comandado por padres agostinianos. Esse colégio visava proporcionar o ensino aos segmentos mais carentes da população⁶⁵⁶. Em 1911, esse colégio passava por dificuldades financeiras, pois sua diretoria, com apoio do prefeito da cidade, fez uma reivindicação de recursos ao governo do Estado, justificando que esse colégio oferecia “ensino gratuito aos meninos desamparados”⁶⁵⁷. O colégio permaneceu em funcionamento por poucos anos na cidade, uma vez que, depois dessa reivindicação, não apareceu mais nenhuma menção desse estabelecimento de ensino estar em funcionamento em Brotas.

Em 1905, a cidade foi beneficiada com o que de mais moderno havia na área de comunicação, ou seja, o telefone, que havia sido instalado “em diversos estabelecimentos públicos e particulares da cidade e em diversas fazendas do município”⁶⁵⁸. Pelo visto, os que foram favorecidos pela nova forma de comunicação estavam satisfeitos, pois, em uma nota no *Correio Paulistano*, um brotense dizia: “Está funcionando muito bem e tornando animador incremento, a empresa telefônica do sr. Manuel Aranha Cardoso”⁶⁵⁹.

Todavia, faltava ainda aos brotenses o acesso à luz elétrica. Com o salto do rio Jacaré dentro da cidade, reivindicava-se a instalação ali de uma usina hidroelétrica. Foi em outubro de 1907 que se noticiou a apresentação “de uma proposta à Câmara, para o fim de ser montada uma usina de luz elétrica para iluminação pública e particular e uma fábrica de tecidos”⁶⁶⁰. Isso ocorreu, como foi mencionado, quando era o chefe político de Brotas o coronel Edylio Marques. Foi somente em março de 1910 que foi dado início a construção da usina, como mostra a notícia a seguir:

[...] com a chegada do engenheiro encarregado de dar início às obras hidráulicas da Empresa de Força e Luz de Brotas. Seu capital foi todo ele levantado dentro do município [...] São incorporadores da referida empresa os srs. coronéis Idylio Marques, Vicente Neto e Pedro Pinto.

656 *Correio Paulistano*, n. 15346, 11 maio 1906, p. 1.

657 *Id.*, n. 17290, 17 set. 1911, p. 1.

658 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 17.

659 *Correio Paulistano*, n. 15249, 21 jan. 1906, p. 3.

660 *Id.*, n. 15881, 30 out. 1907, p. 3.

Tanto que a câmara como a gerência da referida empresa facilitará a toda indústria que aqui venha a se estabelecer⁶⁶¹.

A inauguração da represa deu-se em agosto de 1910, “com a presença de altas autoridades estaduais e municipais e mais pessoas gradas [...] Nessa ocasião foi oferecido pela diretoria da empresa um copo de água a todos os presentes”⁶⁶². A notícia da inauguração da luz foi dada pelo *Correio Paulistano* da seguinte forma: “Realiza-se hoje, solenemente, em Brotas, a inauguração da luz elétrica daquela cidade. Para esse ato recebemos um convite do sr. Pedro Saturnino de Oliveira, diretor da empresa”⁶⁶³.

Outro melhoramento importante que beneficiou a população da cidade e que estava sendo ansiosamente esperado por ela foi a construção de um prédio para o grupo escolar, mais adequado às necessidades da cidade. Em 1906, segundo Gerson Mendonça, a demanda de alunos era maior do que era oferecido pelo poder público, já que “as escolas providas, na cidade e no município, atendiam cerca de 500 alunos, podendo-se triplicar esse número, se para tanto houvesse lugar”⁶⁶⁴. Depois de muitas solicitações, o Governo do Estado voltou os olhos para essa questão. Em outubro de 1907, quando “Esteve na cidade o sr. dr. Paula Souza, engenheiro da Secretaria da Agricultura, que veio comissionado pelo governo afim de providenciar sobre medidas preliminares para construção de nosso Grupo Escolar”⁶⁶⁵. Porém o decreto da criação do referido estabelecimento só se deu em setembro de 1909⁶⁶⁶. Foi visto que a construção do prédio do grupo escolar foi possível graças ao empenho de Edylio Marques e à intervenção do deputado jauense Vicente Prado, nome que esse grupo recebeu em sua inauguração.

Na verdade, era com certo atraso que os brotenses estavam conquistando seu novo prédio para grupo escolar, pois, desde 1893, com a reforma escolar, um projeto dos republicanos paulistas estava posta em an-

661 O Estado de S. Paulo, ano XXXVI, n. 11499, 24 abr. 1910, p. 3.

662 Id., ano XXXVI, n. 11572, 19 ago. 1910, p. 1.

663 Correio Paulistano, n. 17315, 12 out. 1911, p. 5.

664 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 13.

665 Correio Paulistano, n. 15852, 01 out. 1907, p. 4.

666 Id., n. 16 572, 25 set. 1909, p. 1.

damento para a criação dos grupos escolares, visando à chamada educação popular, considerada fundamental para a consolidação do novo regime e para a formação do cidadão republicano.

Todavia, o progresso da cidade era dependente da economia rural, pois, como afirmou Gerson Mendonça a respeito da economia da cidade, nada se podia dizer em relação à indústria: “pesa-nos confessa-lo, quase despercebidos. Além dos ofícios mais corriqueiros, como sejam os de marceneiro, ferreiro, sapateiro, latoeiro, relojeiro, pedreiro, seleiro, etc. nada mais existe que valha mencionar”⁶⁶⁷. Todavia, mais à frente, no próprio *Almanach* aparece nomeada a existência de uma fábrica de cerveja, uma de móveis, outra de massas alimentícias, e uma de sabão⁶⁶⁸. Fábricas essas que não podiam ser consideradas indústrias, pois eram pequenas manufaturas de fundo de quintal. Embora haja uma indicação no *Almanach de Brotas* de que a fábrica de sabão trazia em sua fachada, de palmo e meio quadrado o nome “Fábrica de Sabão”, sua produção era restrita. Quanto ao meio rural, Mendonça também apresentou um levantamento das condições econômicas do município:

[...] as propriedades agrícolas são em número de 313, entre fazendas e sítios, tendo algumas daquelas, grande importância. O número de cafeeiros é de 10 milhões, e a produção anual é de 600 mil arrobas. A produção de açúcar monta 2000 arrobas, a de fumo 800 arrobas, e a pinga em 800 pipas. As plantações de cereais são bem desenvolvidas e a indústria pastoril vai tendo algum incremento⁶⁶⁹.

Dois anos antes da publicação desse *Almanach*, ou seja, em 1904, o vigário local fez um extenso levantamento das condições da vida na cidade e no meio rural. Por sinal, dados levantados por ele foram utilizados por Mendonça no seu *Almanach*, tanto que ele fez ao padre agradecimento pelas informações disponibilizadas. A respeito da agricultura do município, o relato feito pelo padre no *Livro Tombo* da Igreja Matriz de Brotas, apontava para a diversidade desse ramo:

667 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 16.

668 Ibid., p. 51.

669 Ibid., p. 18.

[...] diversos os gêneros de agricultura [...] a saber o café, o fumo, a cana e o algodão. A maior parte das terras altas acha-se cobertas de cafezais, que produzem anualmente 300 mil arrobas. O fumo ocupa terras baixas, porém de boa qualidade. A sua produção anual é de 1400 arrobas. O algodão foi outrora plantado em grande escala, não sendo vantajosa o preço que alcançava sua cultura foi abandonada [...] Ultimamente novas plantações foram feitas, sem que haja probabilidade de muito progresso. Os cereais em geral são cultivados pelos colonos e pequenos lavradores⁶⁷⁰.

Nesse relato, chama atenção a significativa produção de fumo que, como mencionado, era comercializado pelo menos desde a década de 1850, bem como a importância da pequena propriedade em termos de produção de cereais, ou seja, era ela a principal fornecedora de alimentos.

Em 1908, o *Correio Paulistano*, ao publicar um levantamento feito no ano anterior a respeito da economia de alguns municípios cafeeiros da região, incluiu Brotas. Nessa avaliação, com dados correspondentes ao ano de 1907, indicava que suas terras eram “bastante boas e suas 289 propriedades agrícolas foram avaliadas em 7.000:000\$000, no mínimo. Possuía 6.400.000 cafeeiros, com uma produção média de 340 mil arrobas, com grande plantação nova, que não produz”⁶⁷¹. Ao que parece, foi um pouco exagerada a informação do *Almanach de 1906*, que apresentou a produção de café do município atingindo 600 mil arrobas, pois os dados disponíveis mostram que a produção brotense girava em torno de 300 a 500 mil arrobas, pequena se comparada aos grandes municípios cafeeiros como Jaú, que aparece no mesmo levantamento com uma produção para o ano de 1907 de 1 500 000 arrobas, e São Carlos com um pouco a mais que 1 000 000 de arrobas. Portanto, o que se conclui é que a produção de café no município de Brotas era bem inferior à registrada pelos municípios vizinhos.

Nesse mesmo ano de 1908, o *Correio Paulistano* trouxe um levantamento da população desses mesmos municípios cafeeiros com dados recolhidos no ano de 1905. Nesse arrolamento, o município de Brotas aparece com uma população de 18 000 habitantes. Aqui, vale a pena apre-

670 Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas, [1904-1910].

671 *Correio Paulistano*, n. 15990, 16 fev. 1908, p. 1.

sentar os dados populacionais desses municípios, comparando-os com o levantamento feito no ano de 1875, o que vai permitir verificar o crescimento da população de Brotas em comparação com outras cidades da região no período de 30 anos. Os dados do ano de 1875, já apresentados anteriormente, resultaram de um levantamento feito pela Igreja.

Quadro 2 - Dados populacionais das cidades da região de Brotas

Municípios	Ano	
	1875 ¹⁴	1905 ¹⁵
Brotas	7116	18 000
Araraquara	7128	87 000
São Carlos	6897	52 000
Jaú	6406	51 000

Fonte: Diário de S. Paulo e Correio Paulistano.

Observando esses dados comparativos, o que pode ser constatado de imediato é que, em 1875, Brotas só perdia em termos populacionais para Araraquara, e com uma diferença ínfima, ou seja, doze habitantes. Esses dados põem em evidência que Brotas, em 1875, era um importante município no chamado “alto sertão”, pois se equivalia a Araraquara, São Carlos e Jaú. Foi justamente dentro desses trinta anos que separam os dois levantamentos populacionais que se deu o grande salto do desenvolvimento cafeeiro no chamado Oeste Paulista, no qual o município de Brotas estava inserido. Contudo, verifica-se que esse município não acompanhou o crescimento dos seus vizinhos mais próximos. Como já foi mencionado, as terras brotenses não permitiram um grande desenvolvimento da lavoura cafeeira. Só para se ter uma dimensão, a produção em arrobas de café em Brotas, em 1908, foi de 340 000 arrobas⁶⁷², Jaú quase, dez anos antes, ou seja, em 1897, produziu 1 085 000 arrobas de café⁶⁷³, e em 1909 produziu 2 625 930 arrobas⁶⁷⁴. Portanto, essa foi a principal razão de Brotas ter

672 Id., n. 15990, 17 fev. 1908, p. 1.

673 TEIXEIRA, Sebastião. *Jahu em 1900*. Jaú: Correio do Jahu, 1900. p. 104.

674 SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *O Café: Estatística de Produção e Commercio*, 1920. São Paulo, 1921. p. 89.

ficado para trás. Por outro lado, como apontado anteriormente, as brigas políticas e a falta de uma visão de futuro dos comandantes do poder local, sem dúvida também contribuíram para isso.

A ideia de progresso, no sentido de uma melhora da condição humana atrelada a crescimento, já triunfante na Europa, com as novas perspectivas proporcionadas pela revolução industrial, penetrou no Brasil no fim do século XIX. Foi o avanço do imperialismo que estendeu seus tentáculos para todo o mundo ocidental, carregando consigo o ideário de progresso e crescimento como algo positivo. Essa concepção, embora quase como um ruído, atingiu corações e mentes até mesmo de pessoas que viviam nas pequenas cidades do interior, como Brotas. Como toda forma de crescimento era vista como algo positivo, dados populacionais entravam nessa classificação. A esse respeito, um correspondente de Brotas, em 1907, dizia:

Brotas progride. Não sabemos bem a que atribuir esse progresso, mas, ao certo, é que é um fato. Até pouco tempo as casas para aluguel, a preços ínfimos, pululavam pela cidade toda; não havia a mínima procura. Hoje, porém, é inteiramente indiferente, quer se trate de um prédio modesto, quer de um superior; as chaves são obtidas por empenho, porque aparecem sempre muitos pretendentes. A nosso ver, é essa uma das provas mais evidentes do progresso de uma cidade. E esse progresso, parece, está dificultando a vida. Os gêneros de primeira necessidade estão por um preço exorbitante; mas, que se há de fazer?! A procura e o consumo não são também prova de progresso?⁶⁷⁵

Certamente estava havendo na cidade uma pressão em termos de oferta e procura por imóveis, uma vez que, sobretudo imigrantes europeus estavam afluindo à cidade em grandes levas. Apesar disso, como já foi mencionado, essa afluência em Brotas não foi tão impactante como nos principais municípios cafeeiros, mas, mesmo assim, sua presença foi sentida. Embora a maioria dos imigrantes que chegava era encaminhada para o trabalho do meio rural, como foi visto, muitos vieram da Europa para trabalhar por conta própria, especialmente quando dispunham de algum ofício como pedreiros, pintores, carpinteiros, serralheiros, alfaiates, entre

675 Correio Paulistano, n. 15881, 30 out. 1907, p. 3.

outros, e ainda no comércio. A par desse processo também houve um deslocamento de migrantes de outras áreas do Brasil para as regiões cafeeiras. O impacto sentido pelo referido informante advinha, certamente, do fato de ter sentido as transformações pelas quais Brotas vinha passando desde a década de 1890, no entanto, eram transformações muito modestas se comparadas com as cidades vizinhas, como Jaú e São Carlos.

Porém, chama atenção o fato desse brotense ter levado em consideração parâmetros do progresso baseados em dois pontos: o crescimento da procura por casas para alugar, que certamente para ele significava estar em curso um crescimento populacional, e a procura pelo consumo, também um indicativo de crescimento. Ele demonstrava, dessa maneira, distinguir que a ideia de progresso estava atrelada a formas de crescimento. Portanto, estava claro para esse correspondente de Brotas que o consumo, bem como as transformações urbanas, eram determinantes centrais para a modernização em curso.

Em 1911, novamente apareceu no *Correio Paulistano* um brotense também fazendo uma avaliação sobre a cidade, do ponto de vista do progresso. Todavia, antes de entrar propriamente no assunto relativo à cidade, elaborou uma avaliação sobre o que estava percebendo a respeito das contradições da vida moderna.

A vida é luta, e pela luta nós entramos no vasto campo das agitações humanas [...] Tudo, porém, passa com a visão factua de um sonho que o vento leva. O povo, este povo tão sofredor e tão experimentado de reveses de toda ordem [...] quase sempre vivo por um pouco de ilusão [...] Brotas é a cidade do interior que tem manifestado, nesses últimos tempos, os seus regulares progressos, não obstante as circunstancias críticas da atualidade e a evolução da crise [...] Não possui, profusamente, os recursos, os confortos, os gozos intelectuais que se encontram no seio das grandes capitais; mas tem uma vida simples, afastada das exigências múltiplas e bizarras do luxo desmoderado e deslumbrante, que foi sempre considerado como princípio dominante da corrupção e da miséria humana [...] Esta cidade proporciona [...] toda simplicidade da vida, longe da mistificação prejudicial ao corpo e ao espírito palpitante do ente racional [...] Brotas é um ponto magnífico de residência, que oferece as melhores vantagens à vida econômica dos seus habitan-

tes, e onde se gozam melhoramentos de confortos modernos, como sejam: avenidas arborizadas, boa higiene, água encanada, luz elétrica, prestes a ser inaugurada [...] A cidade é banhada pitorescamente pelo rio Jacaré Pepira, que a divide em duas frações desiguais [...] Brotas é, pois, famosa pelo seu belíssimo salto, que é uma das mais deslumbrantes maravilhas da natureza [...] Brotas tem um lindo jardim público, que constituía inveja das outras cidades do interior do Estado. O seu novo grupo escolar, que será brevemente inaugurado, é um edifício de primeira ordem, que manifesta evidentemente, o adiantamento desta terra. Efetivamente, Brotas oferece todas as vantagens necessárias aos que a procuram. Enfim, os seus inolvidáveis habitantes, hoje só tratam de exercer as suas múltiplas atividades em prol do progresso local, e a eles deve a cidade em grande parte o brilho atual de sua vida.⁶⁷⁶

Mesmo em uma perspectiva de enaltecimento da vida interiorana esse correspondente se mostrava de forma mais crítica que o primeiro correspondente supramencionado, pois, na sua avaliação, apresentava Brotas com “regulares progressos”, ou seja, tinha claro que não era possível compará-la com outras cidades vizinhas em que o progresso era mais evidente. Porém, quando avançou no ajuizamento dos valores postos pela sociedade de consumo, como o “luxo desmoderado e deslumbrante”, não conseguiu perceber que, junto com a modernização e o progresso visto como positivo, vinham acoplados os valores da modernidade que, por sua vez, alimentavam em outro patamar o consumo, uma das alavancas do progresso. Portanto, as contradições da realidade social questionadas por ele faziam parte do próprio progresso.

Ao que tudo indica, esse correspondente brotense tinha passado por vivência, ou pelo menos tomado conhecimento da vida nos grandes centros, como São Paulo ou Rio de Janeiro, pois a clara consciência que teve ao dizer que “nós entramos no vasto campo das agitações humanas”⁶⁷⁷, e que levava ao povo sofredor “reveses de toda ordem”, não era característico do ritmo de vida existente em Brotas. Porém, ao avaliar a realidade dos grandes centros foi arguto em captar com perspicácia que agitação humana ao dizer: “passa com a visão fátua de um sonho que o vento

676 Correio Paulistano, n. 17091, 02 mar. 1911, p. 3.

677 Correio Paulistano, n. 17091, 02 mar. 1911, p. 3.

leva”⁶⁷⁸. Estava aí embutida a sedução que as modernidades impostas pelo capital impõem, sobretudo em termos de consumo e descarte, bem como a aceleração do tempo no cotidiano da vida. Assim, esse correspondente vislumbrava o lado negativo que o progresso carregava consigo.

Contudo, sem a clara percepção de que esse lado negativo era um dos preços pagos pelo progresso, o contrapõe às vantagens da sua confortável adaptação à vida de Brotas, especialmente no que a natureza oferecia, mas sem deixar de lado os confortos modernos que já haviam sido implementados na cidade. Quanto ao atraso, remeteu à própria crise cafeeira esta responsabilidade. No entanto, em outro texto, por ele publicado três meses depois, ao mencionar uma visita à cidade de Jaboticabal, fez uma avaliação do que viu, e que muito o impactou como deixa entrever na avaliação a seguir.

[...] ali notei com satisfação um progresso vertiginoso, que vai sempre desdobrando no aurífugente manto do triunfo. Ali notei um elemento incomparável de ação, assegurador da prosperidade futura daquela cidade. Ali notei, enfim, grande melhoramento material em todas as suas ruas, em todos os seus largos, em todos os seus prédios, em todos os seus recantos [...] A quem devemos essa transformação desejada naquela bela cidade [...] Sem dúvida a seus contribuintes do inevitável imposto, no grande prestígio de sua gente, de seus inolvidáveis habitantes⁶⁷⁹.

Embora este correspondente, a par das críticas, esforce-se para mostrar o desenvolvimento de Brotas, não conseguiu ir além do que havia dito no relato anterior. O argumento da crise do café em si como o principal fator do atraso de Brotas, utilizado também no artigo anterior, não serviria de argumento pois, essa crise atingiu indistintamente toda região cafeeira, inclusive Jaboticabal. Caso ele visitasse a vizinha cidade de Jaú, constataria um impactante desenvolvimento, pois nessa mesma data esta cidade havia se beneficiado com as mesmas infraestruturas de Brotas, contudo, dispunha também de um imponente prédio para funcionamento da Santa Casa de Misericórdia, um prédio moderno para a cadeia, magnífica igreja matriz, além de dispor de um teatro, um cinematógrafo, e de

678 Ibid., p. 3.

679 Id., n. 17158, 08 maio 1911, p. 3.

um comércio diversificado, até com filial de loja de departamento de São Paulo (Casa Alemã), um dos ícones do consumo de luxo da capital paulista. A par disso tudo, estava sendo levantado um conjunto arquitetônico com imponentes residências na área central da cidade, além do calçamento de paralelepípedo estar em andamento.

Portanto, o argumento do recolhimento de impostos por ele apresentado como chave para o desenvolvimento tinha fundamento. Todavia, como levantar avultantes impostos em Brotas se não tinha meios para recolher? Na verdade, o atraso era de outra ordem e já estava dado quando se tomou conhecimento de que grande parte das terras do município não era propícia ao café, causando desinteresse por parte de grandes investidores tanto no meio rural como no urbano. A par disso, a liderança política e econômica local restringiu sua vida ao provincianismo local, não conseguindo se impor além das fronteiras do município. Exemplo disso foi a recusa de brotenses em investir na expansão da ferrovia, na década de 1870, quando esta chegou a Rio Claro, momento que em até pequenos comerciantes de Araras, Pirassununga, Piracicaba, São Carlos compraram ações pensando nos benefícios futuro.

Na segunda década do século XX, brotenses debatiam com o intuito de encontrar um caminho para que a cidade pudesse pautar pelo crescimento econômico. Como as condições para o crescimento do meio rural eram ineficazes pela própria condição dos limites da lavoura cafeeira, somada à crise desse setor, as autoridades locais apelaram por um incentivo à indústria. Foi visto que, no ano de 1912, foi publicada no *Correio Paulistano*, na íntegra, uma decisão da Câmara Municipal de Brotas com o título “Aos Capitalistas e Industriais para investirem em Brotas”, no entanto, nenhuma resposta a essa proposta surgiu.

Sete anos depois, em 1919, a Câmara Municipal de Brotas publicou, no *Correio Paulistano*, com destaque em negrito, o mesmo o anúncio feito em 1912, ou seja, oferta pela prefeitura de Brotas fazendo incentivo aos capitalistas para investirem na instalação de indústrias na cidade. E, pelo visto, o novo anúncio não surtiu efeito, uma vez que a cidade de Brotas adentrou, na década de 1920, com o setor econômico praticamente estancado.

Depois da construção do grupo escolar, inaugurado em 1912, diminuiu o ritmo de instalação de novos benefícios públicos para a cidade. Vários melhoramentos que estavam sendo implementados em cidades como São Carlos, Araraquara, Jaú, como, o calçamento com paralelepípedos e imponentes prédios públicos e particulares, Brotas ficou à margem dessas melhorias. A pavimentação das vias públicas só começou a ser efetivada na década de 1960, com o asfaltamento. Um dos poucos melhoramentos obtidos para cidade que dependeu de ação pública, na década de 1910, foi a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal, aberta em 1918, como pode ser verificado por intermédio do telegrama enviado pela Câmara Municipal ao *Correio Paulistano*:

A Câmara Municipal desta cidade, como representante do povo, por motivo da fundação da Caixa Econômica, congratula-se com vs. exc. Pelo grande melhoramento que dotou esta localidade. – Prefeito Municipal. Diretório Político desta cidade congratula-se com vs. exc. pela inauguração da Caixa Econômica⁶⁸⁰.

Assim, a cidade sobreviveu com uma população estável, mantendo por várias décadas o mesmo perímetro urbano e com poucas modificações em seu interior.

3.5 O leve sopro da modernidade

O individualismo, levado aos exageros destruidores do egoísmo, enfraqueceu os laços de solidariedade [...] Infelizmente [...] a noção de sacrifício se extingue com os progressos do individualismo.

Lima Barreto

Ao findar a década de 1880, estava em andamento no Brasil um amplo processo de desestabilização da velha ordem imperial, cujo resultado foi Proclamação da República. Paralelamente a esse processo, também

680 *Correio Paulistano*, n. 19801, 21 ago. 1918, p. 1.

estava ocorrendo um reajuste da ordem econômica e social, marcado especialmente pela adoção de uma política liberal definida pela livre concorrência, que carregava consigo valores da modernidade. Em termos econômicos, a mola mestra das mudanças concentrava-se nos cafeicultores, pois foram eles que investiram em diferentes setores da vida econômica e sociocultural, por disporem de expressivos recursos advindos do volume de café colocado no mercado internacional. Com o desenvolvimento da economia cafeeira, a proclamação da República, a abolição da escravidão e a emergência do trabalho livre levaram ao surgimento de uma nova configuração de classe social, composta, em especial, pelos filhos da elite econômica e imigrantes enriquecidos pelo comércio, que passaram a ter, entre os instrumentos legitimadores de posições sociais, o consumo centrado, sobretudo, nas importações, em prejuízo de tudo o que fosse nacional.

Dessa forma, era especialmente as regiões cafeeiras, onde as riquezas fluíam, que se davam importantes transformações nas condições materiais e sociais, sobretudo nos espaços urbanos. Essas transformações aliadas às ideias de progresso e inovação passaram a interferir na vida sociocultural, impondo novos costumes, novos valores e novos comportamentos. Assim, parafernália modernas de consumo foram sendo introduzidas e modismos foram assimilados interferindo na escala de valores e nas sensibilidades.

O frequente contato com a Europa, seja por meio de viagens, seja por informações veiculadas pela imprensa, ou ainda pelas novas be-nesses expostas pela modernização, acelerou a divulgação e aceitação de novos comportamentos, novas formas de pensar e viver o cotidiano, ou seja, uma nova cultura urbana enquadrada dentro do que se denominou *Belle Époque*. Iniciada na França, na década de 1870, a *Belle Époque* findou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Foi nesse contexto da *Belle Époque* que, na Europa, começou a se viver a euforia do progresso, desencadeado pela revolução técnico-científica dos meados do século XIX. A chegada de imigrantes de camadas sociais mais diferenciadas como médicos, advogados, engenheiros, professores, grandes comerciantes trouxeram também portadores de novos costumes e novos comportamentos, pessoas que passaram a circular pela cidade pondo em evidência

novas sociabilidades. Em Brotas, o impacto dessas transformações foi muito pequeno, deram-se apenas como um leve despertar às novidades em curso na capital.

Como visto, foi a ferrovia que, ao interligar o interior com a capital e ao porto de Santos, pôs o sertão em contato direto com o que era considerado moderno. No rastro da ferrovia vieram o telégrafo, o telefone, a eletricidade, o automóvel. Transformações culturais vinham a reboque, como a instalação do cinematógrafo, do estúdio fotográfico e, ainda, a abertura de clubes, rinqes para patinação, entre outros. Pairando, por cima de tudo isso, estava o setor financeiro, cujos centros de comandos estavam na Europa, porém, estendiam seus tentáculos pelos mais distantes lugares onde trabalho gerava dinheiro. Brotas não ficou fora desse processo.

Foi visto que, quando a ferrovia chegou a Brotas, em 1886, e foi levantada a estação ferroviária, junto a ela, os irmãos Cesarino abriram uma grande casa comercial que, paralelamente, operava no setor financeiro, remetendo somas em dinheiro para a Europa. Também uma agência especializada em atuar no setor financeiro foi aberta em 1890, por meio da associação de Amador Flávio Simões e Francisco Garcia Simões que angariou um capital de 6:000\$000 para abrir a firma Simões e Garcia. O objetivo dessa firma era “descontar ordens, letras de câmbio e de terra, títulos comerciais à ordem e com prazo fixo, receber dinheiro em conta corrente, dá-lo a jurus sob garantia e fazer movimento de fundos por conta de terceiros para praças nacionais e estrangeiras [...]”⁶⁸¹. O escritório para estas operações funcionava “na casa de residência do gerente, à rua do Comercio n. 36”⁶⁸². Nota-se que, embora fosse efetivamente uma firma atuando no setor financeiro já segundo regras impostas pelo capitalismo, operava em um espaço particular, ou seja, na residência de um dos proprietários, o que demonstra o setor atuando em Brotas com improvisações.

No ano de 1891, outra importante firma com vistas a atuar no setor financeiro estava sendo aberta em Brotas, com capital local. Tratava-se da “Companhia Melhoramentos de Brotas” que, em janeiro de 1891, anunciava no jornal *O Estado de S. Paulo* a convocação de acionistas para

681 A Província de São Paulo, ano XVI, n. 4455, 31 jan. 1890, p. 2.

682 Ibid., p. 2.

“instalação da Companhia, eleição da diretoria e conselho fiscal, aprovação dos estatutos”. Os incorporadores dessa firma eram: “José Pinto de Oliveira e Silva, Cesarino & Irmãos, Miguel Vieira Monteiro”⁶⁸³. Essa Companhia atuou no mercado até o ano de 1905, quando foi liquidada⁶⁸⁴.

Em 1895, no jornal *A Gazeta de Brotas*, aparecia Miguel Vieira Monteiro anunciando que “comprava café pagando mais alto. Também comprava toda e qualquer porção de safra futura (1896) e adiantava metade da importância sem jurus”⁶⁸⁵. Ao adiantar pagamento da safra futura, Monteiro passava a ter em suas mãos o produtor empenhorado com uma dívida. Essa prática vinha sendo feita pelos chamados “comissários de café” que, vinculados ao setor exportador, percorriam as regiões cafeeiras fazendo adiantamentos financeiros das safras futuras. Essa prática era um ganho certo. Contudo, para os produtores, era um grilhão, pois tornava-se muito difícil se livrarem do endividamento. Todavia, o capital levantado por brotenses, como o caso de Miguel Vieira Monteiro, era pequeno diante das grandes casas exportadoras de café de Santos que operavam em Brotas, como o caso da firma de Eduardo Martins & Comp. Comissários. Em anúncio também publicado em *A Gazeta de Brotas*, informava que havia sido “dispensado de representante de nossa casa, o sr. João Chaves Rittam, e aceitamos para substituí-lo no mesmo lugar como nosso representante em toda linha Paulista, o sr. Francisco Ferreira Lorena. Brotas, 13 de setembro de 1895”⁶⁸⁶.

Igualmente atuando no setor financeiro estavam aqueles que exerciam a prática de envio de dinheiro para o exterior, especificamente para imigrantes que, com seu trabalho no município, levantavam um pecúlio e o enviavam prioritariamente para familiares que haviam deixado no país de origem. Foi publicada uma nota em *A Gazeta de Brotas*, por meio da qual Frederico Ferreira Davide anunciava realizar esse tipo de serviço. A nota redigida na língua italiana apareceu nos seguintes termos: “*Frederico Ferreira Davide spedice danaro per tuti le città e villagi d'Italia, Francia, Austria, Spagna e Portutogalo. Il tayo del cambio sarà quello del gior-*

683 O Estado de S. Paulo, ano XVII, n. 4802, 01 mar. 1891, p. 3.

684 Id., ano XXXI, n. 9707, 02 jul. 1905, p. 4.

685 A Gazeta de Brotas, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 3.

686 Ibid., p. 4.

*no*⁶⁸⁷. Portanto, propunha-se enviar quantias em dinheiro para diversos países, porém, como a nota estava em língua italiana, pelo visto atendia prioritariamente imigrantes italianos, embora prestasse o mesmo serviço a imigrantes de outras nacionalidades.

Essa nova realidade no tratamento com o dinheiro e o novo patamar de consumo não deixavam de interferir nas formas de pensar, sentir e agir de parte significativa dos habitantes da cidade. Importante destacar que, o que estava começando a ocorrer era uma série de mudanças que, aos poucos, foram sendo absorvidas pela população, sem que ela se desse conta das implicações de tais alterações em suas vidas. Entre elas estava a aceleração do tempo, que passou a se dar nas transações financeiras, nos meios de transporte e da comunicação, no ritmo do trabalho ao se exigir maior produtividade visando ao maior lucro. Dessa forma, o conhecimento e o saber passaram a se tornar fatores importantes para a nova era que se abria.

Nesse contexto, uma das grandes preocupações da política republicana no âmbito nacional foi de universalizar o ensino público, incentivando e distribuindo verbas para melhoramentos e abertura de escolas. Com esse estímulo, políticos brotenses aproveitaram a oportunidade para oferecer melhores condições para o ensino no município. Uma das solicitações feitas, em maio de 1895, ao diretor geral da Instrução Pública, foi providenciar para que fossem fornecidos móveis necessários às escolas públicas de Brotas⁶⁸⁸. No mesmo mês, a Municipalidade de Brotas pediu ao governo estadual a criação de mais cinco escolas primárias naquele município⁶⁸⁹. Um ano depois, a mesma Câmara enviou um ofício ao “Secretário do Interior pedindo para ser instalado interinamente naquela cidade um grupo escolar”⁶⁹⁰.

Entre as mudanças de atitudes em relação ao ensino implantadas pelo governo republicano estava também a demonstração de maior atenção às normas de disciplina, pois quando o Secretário do Interior recebeu informações de Brotas, a respeito da atitude de “um professor substituto

687 A Gazeta de Brotas, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 3.

688 O Commercio de São Paulo, ano III, n. 660, 22 maio 1895, p. 1.

689 Id., ano III, n. 663, 25 maio 1895, p. 2.

690 Id., ano III, n. 836, 15 jan. 1896, p. 2.

da 2ª cadeira em aplicar castigos corporais aos seus alunos”⁶⁹¹, tomou a decisão de demiti-lo do cargo⁶⁹². Todavia, é preciso tomar certo cuidado em aceitar de imediato o motivo dessa demissão. É sabido que a prática de castigos corporais persistiu praticamente por grande parte do século XX, portanto, a denúncia certamente visou acobertar outros motivos para a demissão do aludido professor. Por outro lado, o referido Secretário também tinha conhecimento da frequência de tais práticas na escola, dessa forma, a publicação da notícia em jornal de grande circulação da demissão do professor visou mais um efeito demonstrativo da nova visão que o governo perseguia em termos de normas disciplinares do que propriamente punição de uma atitude inusitada.

As transformações socioculturais que provocavam ou acompanhavam as intervenções nas estruturas físicas das cidades foram sentidas em Brotas, ainda que chegassem apenas como um acanhado reflexo do que ocorria na capital. Assim, de forma dissimulada, foram sendo alterados comportamentos, especialmente em segmentos das elites que passaram a se esforçar para se integrarem ao novo padrão que estava aparecendo no horizonte. O novo e o moderno significavam uma ruptura com o passado que advinha da colônia, bem como seu esquecimento, gerando, de certa forma, um conflito silencioso entre segmentos sociais, ou seja, elites modernas versus “povo” arcaico que, no entanto, se davam mais em alguns atos pontuais e em discursos, do que propriamente em termos de significativas ações de transformação. Embora a pretensa nova classe social dedicasse tempo às representações do que consideravam o novo, vivenciava um conflito silencioso entre o velho e novo. No cotidiano, a vida seguia pautada nas tradições culturais advindas da sociedade colonial brasileira.

Todavia, para demonstrar as diferenças, segmentos das elites necessitavam de espaços apropriados e, para tanto, esforçaram-se para criá-los. O novo edifício da Câmara Municipal, que por sua própria função já significava um espaço de poder, passou a ser também utilizado para eventos sociais como bailes, jantares e outras comemorações festivas das elites. Chama atenção a sobreposição de formas de uso social efetivadas nesse

691 Id., ano IV, n. 836, 18 dez. 1895, p. 2.

692 O Commercio de São Paulo, ano IV, n. 836, 18 dez. 1895, p. 2.

mesmo prédio: embaixo, a cadeia, onde estavam os presos que representavam os segmentos marginalizados da sociedade; em cima, representantes do poder constituídos, e quando ocorriam eventos sociais, a elite socioeconômica fazia dali seu espaço de representação do novo, condizente com os valores da modernidade.

As formas de comemoração do carnaval em Brotas constituem-se um importante indicativo de comportamentos em mudança. Um texto em que foi descrito o desenrolar do carnaval, ainda em 1888, é exemplar nesse sentido. Diz o correspondente de Brotas:

Correram animados os festejos do carnaval, aparecendo sátiras terríveis às anquinhas e a questão do elemento servil: grupos de pretos fugidos à pedirem serviços e auxílios às autoridades e capitães do mato à procura de escravos fugidos e turcos com ursos e macacos; aparecendo as máscaras em grande número e muito bem vestido; havendo bailes muito frequentados no salão do novo edifício da câmara; e felizmente correram os festejos em perfeita paz, o que foi o melhor da festa⁶⁹³.

O que o texto pôs em destaque a respeito dessa comemoração foi, em especial, a irreverência dos foliões diante das contradições da sociedade em transformação. A sátira às anquinhas, nada mais era que rechaçar formas de trajar em desacordo com o novo tempo, que então exigia maior despojamento das vestes. É sabido que os trajes consubstanciam importante forma de mostrar as diferenças sociais. Portanto, essa crítica recaía ao segmento social mais diferenciado ao qual pertenciam as mulheres que até então usavam esse traje para marcar seu lugar social. No caso, não era evidenciar uma diferenciação de segmentos sociais, mais sim uma crítica do traje das mulheres da própria elite que não estavam mais condizentes com o que o moderno propunha. Assim, com humor, rechaçavam o velho em favor do novo.

Outro aspecto importante posto em evidência pelo correspondente no tocante à representação carnavalesca referente à vida na vila, foi a encenação de “grupos de negros fugidos a pedirem serviços e auxí-

693 Correio Paulistano, ano XXXIV, n. 9439, 17 fev. 1888, p. 2.

lios”⁶⁹⁴. Quanto a isso, é preciso atentar um pouco mais para as condições sociais desse contexto histórico. Importante lembrar que esse foi o último carnaval antes da abolição da escravidão e, como vimos, foi o momento em que as fugas de escravos se intensificaram. Por outro lado, a historiografia sobre escravidão já mostrou que, nesse período, os escravos em fuga objetivavam duas situações: uma, quando sabiam que iriam se inserir no mercado de trabalho, por exemplo, no emprego na construção das ferrovias, cujos empreiteiros, pela urgente necessidade de mão de obra, desconsideravam se os negros que iam à busca de emprego eram libertos ou não. E a outra era fugirem para as cidades com a certeza de que seriam recapturados, visando com as fugas apenas desgastar o sistema escravista. Portanto, nessas duas condições seria muito difícil para os negros sair à procura de empregos e, se ocorriam, era exceção e não regra.

Ao que tudo indica havia sim negros perambulando pelas ruas à procura de emprego e auxílio, mas estes certamente pertenciam ao grupo que já havia obtido a liberdade, pois se fossem fugitivos, facilmente eram reconhecidos na pequena vila e reconduzidos à escravidão. Foi visto que, a partir do final do ano de 1887, deu-se um avanço nas concessões de alforrias, na medida em que os fazendeiros já dispunham da mão de obra imigrante.

Esses negros, se em um primeiro momento comemoraram sua liberdade, em seguida ficaram totalmente desamparados, pois o Estado não propiciou nenhuma política pública que contemplasse essa nova situação dos negros, tornando a sua absorção no mercado do trabalho, especialmente nas cidades, muito limitada. Restava-lhes perambular à procura de emprego. Portanto, a referida encenação carnavalesca dos negros pedindo emprego dificilmente era de escravos em fuga. Tratá-los dessa forma já fazia parte da ideologia da exclusão, ou seja, vagabundos que fugiam do trabalho. O preconceito já estava dado.

As menções aos turcos representados por ursos e macacos, embora não se saiba especificamente como pretendiam com essa representação atingi-los, não deixava de ser uma crítica a imigrantes de origem árabe, em geral libaneses, que adentravam nas cidades como comerciantes, e que por essa indicação já estavam chegando à vila. Estes “turcos”, ao exporem

694 Ibid., p. 2.

língua, comportamentos e costumes da cultura árabe, um mundo muito distante do conhecido pela sociedade local, não deixavam de ser um incômodo, além do que, por meio de uma prática de comércio milenar, estavam tomando espaços importantes na vida comercial da vila. A referência a turcos, é que independente dos países árabes de onde esses imigrantes procediam, entravam no Brasil com o passaporte da Turquia, uma vez que esses países estavam sob o domínio do império turco.

Outra notícia dada pelo correspondente, logo abaixo da coluna que tratou do carnaval, mas de caráter diferente, foi o alerta à população a respeito de um costume na vila que precisava ser abolido. Seus argumentos se sustentavam nas novas informações divulgadas pelo serviço sanitário apoiadas em avanços das ciências. A publicação dizia:

Grassam com intensidade a caxumba e o sarampo, tendo feito já muitas vítimas. O dr. juiz municipal oficiou o rvdmo. pároco ao delegado de polícia, fazendo ver a conveniência de acabar-se com o costume de serem as crianças mortas carregadas ao cemitério por outras crianças, por ser este sistema um meio fácil de propagar qualquer epidemia⁶⁹⁵.

É preciso atentar para o fato de que, nessa época, a maioria dos mortos era conduzida ao cemitério apenas envolta em lençol, portanto, as crianças tinham quase que um contato direto com o corpo a ser enterrado. De qualquer forma, era mais uma informação trazida a reboque pela modernidade, ou seja, o conhecimento científico que atuava na modificação de costumes.

Condizente com valores burgueses, as autoridades buscavam estabelecer parâmetros para enquadrar a cidade de acordo com os novos ideais, ou seja, por um lado, estabelecer espaços de sociabilidade definidos e, por outro, deliberar quem cabia ou não no interior do espaço urbanizado. Para tanto, buscou-se meios legais para esse intento, sendo o principal o próprio código de posturas. Em março de 1888, foi possível verificar esse desígnio mediante uma solicitação feita pela Câmara Municipal de Brotas ao Presidente da Província que a acatou, aprovando artigo, a ser inserido nas posturas da vila, que proibia

695 Correio Paulistano, ano XXXIV, n. 9439, 17 fev. 1888, p. 2.

[...] o estacionamento da malta de ciganos por mais de 24 horas, dentro das povoações do município ou em seus subúrbios, comina, além da multa de vinte mil réis a cada dono de barraca, a pena de expulsão para além das divisas do mesmo município, com auxílio da polícia, contrariando assim a disposição do artigo 72 da lei de 1º de outubro de 1828⁶⁹⁶.

A lei de 1828 foi posta em vigor antes mesmo da fundação da própria vila de Brotas, uma época em que a condescendência com o outro era mais aceitável. Essa mudança da lei refletia a mudança de comportamentos sociais, ou seja, a emergência da sociedade burguesa que trazia em seu bojo valores sociais excludentes, portanto, valores que estavam adentrando no interior da sociedade brotense. O “outro”, no caso os ciganos, deveria ser impedido de circular por espaços da comunidade brotense, mesmo sendo esse um espaço público. Chama atenção o uso do substantivo “malta” para definir os ciganos, ou seja, escória, ralé. Nem de longe a prática de vida social do cigano era vista no âmbito de sua cultura com tradição milenar. Assim, a exclusão se dava rebaixando-os por meio de valores morais.

Entre outras mudanças sociais estavam aquelas que já operavam em meio à burguesia europeia e que agora se insinuavam pela sociedade brasileira que se aburguesava, ou seja, mudanças de comportamentos como o controle de sentimentos individuais pautados pela razão⁶⁹⁷. Nesse contexto, as mulheres pertencentes a segmentos sociais considerados mais distintos, que desde o período colonial estavam compelidas ao espaço privado, começaram a circular pelos espaços públicos, pondo à mostra a diferença por meio dos comportamentos, dos gestos, das expressões faciais, reprimindo qualquer forma de exagero, ou seja, seguindo uma regra dita “dos bons modos”. Homens também adotaram novas posturas. Importante destacar que, na Europa, essa demonstração de mudança de comportamento de controle de emoções ocorreu ao longo de gerações⁶⁹⁸, ao passo que, no Brasil, a partir do final da década de 1880 deu-se a uma metamorfose quase que imediata,

696 Correio Paulistano, ano XXXIV, n. 9459, 11 mar. 1888, p. 2.

697 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2, p. 34.

698 Ibid., p. 215.

e estava acompanhava de uma rejeição de hábitos e costumes ligados a todo passado brasileiro. Rejeitavam-se assim as próprias bases da cultura brasileira, que compreendia desde festas populares, música, danças como a catira e o batuque, até hábitos alimentares.

Contudo, como visto anteriormente, isso se dava mais na montagem do aparato para as representações sociais, uma vez que instâncias da cultura brasileira ainda permaneciam latentes no interior de toda a sociedade. Importante lembrar que sustentando essas mudanças de costumes estava o consumo. Um exemplo era o novo aparato que deveria estar presente nos banquetes oferecidos em ocasiões sociais, ditas importantes, que ia desde a composição da mesa como os aparelhos de jantar em porcelana importada, faqueiros de prata, toalhas ditas de banquete com guardanapos, ambos em linho, e ao que era servido, que em geral seguia cardápios franceses acompanhados de vinhos e licores importados. Somam-se, ainda, os trajes usados pelos convivas nessas ocasiões. Tudo isso fazia parte das novidades oferecidas pelo mercado. Embora numa dimensão muito mais acanhada, se comparado com os eventos que ocorriam na capital, em Brotas tais festividades também passaram a ocorrerem. Foi visto que, com a construção do novo prédio para Câmara Municipal e cadeia, este passou também a ser utilizado para eventos sociais da elite local, como bailes e banquetes. Depois, com a criação do Grêmio e restaurantes mais diferenciados na cidade, estes espaços passaram a comportar tais eventos.

Além disso, foi nesse momento que os mais importantes fazendeiros de café começaram a deixar de residir em suas fazendas e construir suas casas no interior da vila, que logo em seguida galgou o status de cidade e, para tanto, também adotou novos padrões da arquitetura europeia. Entre as novidades dessa arquitetura estava a divisão dos cômodos da casa, separando quartos do casal dos filhos e também a separação de quartos de filhos e filhas. Contudo, o destaque especial nessa arquitetura estava na presença das salas de visita e jantar, tendo como principal função receber as pessoas para encontros sociais, que significavam, em termos de sociabilidade, a redefinição dos espaços de acordo com um novo capital simbólico da modernidade.

Quando ocorriam eventos sociais em Brotas, era frequente anunciá-los em jornais local e até mesmo, por intermédio dos correspondentes,

em jornais da capital visando à divulgação das novas representações que vinham reforçar o status social. Um exemplo foi a notícia dada no jornal *Correio Paulistano*, referente ao aniversário “da gentil Adolfina, filha do nosso amigo José Mariano Soares Júnior, havendo por essa ocasião um animadíssimo sarau dançante que durou até depois da meia noite. Quem este escreve teve o prazer de dançar a primeira quadrilha com aquela interessante jovem”⁶⁹⁹. Nesse momento ainda não estava disponível o espaço do novo prédio da Intendência Municipal, que seria inaugurado em 1894, e do Grêmio, inaugurado em 1897, portanto tal festividade deve ter sido realizada na casa da aniversariante.

Além de espaços circunscritos, como a casa de residência, a nova classe social necessitava, também, de espaços públicos adequados para sua circulação e para demonstração de novos hábitos e comportamentos. Espaço por excelência para isso seria o jardim público, de que até então Brotas não dispunha e, portanto, necessitava ter.

A empreitada para tal fim teve início em 1895. Para organizar o jardim dentro de padrões europeus, no caso francês, as autoridades municipais não mediram esforços, assim, para comandar tal empreendimento foi contratado “o conhecido horticultor francês sr. Thierry”⁷⁰⁰. Além da estrutura do próprio jardim, com passeios sinuosos e espaços para o repuxo e o coreto para banda de música, era preciso ser composto por um paisagismo exótico, com plantas que nada tinham de relação com a vegetação do meio rural em torno da cidade. Para tanto, foi comprada na capital uma diversidade de tipos de plantas que seriam uma novidade para os brotenses. Tanto que, com certo orgulho, o articulista de *A Gazeta de Brotas* anunciava que:

No mês outubro chegou de São Paulo à esta cidade dois vagões trazendo as plantas necessárias para jardim público, as quais já estão sendo plantadas. É provável que até o fim do ano seja inaugurado e entregue ao público aquele aprazível ponto de reunião e recreio de cuja falta muito se ressentia a sociedade brotense. É mais um importante melhoramento que leva a efeito a nossa patriótica municipalidade⁷⁰¹.

699 *Correio Paulistano*, ano XXXVIII, n. 10709, 10 jun. 1892, p. 3.

700 *O Estado de S. Paulo*, ano XXII, n. 6290, 27 nov. 1896, p. 1.

701 *A Gazeta de Brotas*, ano I, n. 157, 13 out. 1895, p. 1.

Referindo-se a esse jardim, em 1906, Gerson Mendonça mencionava que nele existia “uma boa variedade de plantas nacionais e estrangeiras, bem-dispostas em canteiros artísticos, bastante flores e folhagens, um aquário com repuxo, passeios serpentinos e coreto para música”⁷⁰². Todos esses itens estavam de acordo com a proposta dos novos jardins de inspiração europeia que foram construídos em grande número de cidades do interior paulista.



Figura 8 - Jardim público de Brotas

Fonte: Geraldo (1997).

A partir da inauguração desse jardim, a praça ajardinada passou a ser um importante espaço para a sociabilidade burguesa, onde segmentos da elite exibiam em público suas roupas e acessórios, de acordo com as novas tendências da moda, chegadas há pouco ao Rio de Janeiro, como também procuravam demonstrar comportamentos e hábitos considerados civilizados. Assim, davam indicação das regras que determinavam as diferenças sociais. Não era necessária uma lei para a exclusão social, uma vez que o próprio espaço e o status das pessoas que o frequentavam impunham pela

702 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 12.

intimidação, de certa forma a rejeição dos segmentos menos favorecidos da cidade que se sentiam constrangidos de ali circularem. Localizado na Praça Amador Simões, este jardim foi demolido na década de 1970 e substituído pelo atual, pela administração municipal que, certamente desconhecendo ou ignorando seu valor histórico, bem como a população da cidade que, pelo mesmo motivo, sequer se mobilizou para defender sua manutenção.

Outro esforço para a mudança na vida cultural da cidade ocorreu com a abertura de uma escola, entre 1891 e 1992, pelo professor Nivaldo Braga denominada “Ateneu Literário de Brotense, com internato e externato”⁷⁰³. Além do ensino, houve também a preocupação dessa instituição em perseguir a aquisição de uma cultura erudita para ser divulgada, e para tanto, procurou-se pautar pelo mesmo esforço encetado pelos letrados da capital federal, ou seja, um exercício intelectual dentro de um liberalismo progressista, tendo como meta a elevação do nível cultural da população. No entanto, como será abordado adiante, eram muito precários os meios de que dispunham para tal intento, ou seja, a carência estava no capital humano. Pela descrição de um correspondente de Brotas ao *Correio Paulistano*, a respeito de uma reunião nesse Ateneu, tem-se uma noção dos esforços e dos limites para tal propósito: “Com a devida vênia, passo a noticiar-lhe o festim literário, que teve ontem lugar no Ateneu. A data escolhida para esse festim foi nada menos que a comemoração do sete de setembro nesse ano de 1892”⁷⁰⁴. A descrição desse evento demonstra bem no que consistia o que consideravam o esforço da busca do conhecimento literário pela sociedade brotense. Resumindo o andamento do evento, teve início a

Uma hora da tarde, quando se fez ouvir, em frente o edifício colegial, os sons festivos da excelente banda musical “Recreio do Paraíso”, pertencente ao abastado fazendeiro quão ilustre e maestro o sr. tenente-coronel Cherubim Vieira de Albuquerque [...] O certame pedagógico [...] constou de uma seção magna do “Club Flor da Mocidade”, sendo presidida pelo estudante Bento de Moraes [...] Surtiram à tribuna oratória [...] João Braga, que, na qualidade de orador oficial do Club, dissertou magistralmente sobre a difícil tese: – “O que é a alma,

703 Nosso Álbum, 1933.

704 Correio Paulistano, ano XXXIX, n. 10790, 21 set. 1892, p. 2.

qual é sua natureza e que distinção científica há entre ela e o cérebro”; Francisco Pereira do Valle Júnior, que desenvolveu satisfatoriamente a tese: – “Provas da imortalidade da alma e teorias acerca da união da alma com o corpo” [...] Sebastião Gomes Amorim, que dissertou sobre a tese; – “Provas da existência de Deus”; João Marsílio que dissertou a tese; – “Cosmografia, classificação dos seres existentes e das ciências respectivas; Sebastião Soares, que dissertou [...] –: “O que é o sol, qual é sua natureza, que dimensões tem, qual é sua velocidade translativa e qual é sua condição de habitabilidade”; Albuquerque, que desenvolveu a tese complexa: – Aparição da terra no espaço infinito e do homem pré-histórico sobre a superfície da terra”; e Artur Simões, fez apologia devida a data gloriosa de 7 de setembro de 1822.⁷⁰⁵

Além dos oradores mencionados, mais dez meninos recitaram poesias durante o evento. Em seguida, o correspondente nomeia pessoas importantes da cidade presentes nesse acontecimento. Dois aspectos podem ser destacados nesse relato: primeiro, número de oradores que apresentaram temas, ou seja, sete e mais dez crianças que recitaram poesias – essa informação permite considerar que, pela quantidade de temas apresentados e diante da exiguidade do tempo disponível, os temas em questão foram tratados muito superficialmente; segundo, salvo o último orador que tratou de um tema histórico, ou seja, a Independência, três deles giraram em torno da questão existencial e os outros três em questões pertinentes a astronomia. Entretanto, o que chama mais atenção foi o caráter científico que procuraram dar a todos eles. Até mesmo os três primeiros, que abordam assuntos pertinentes a religião, foram tratados nessa perspectiva, tanto que em dois deles a palavra-chave do tema foi a “prova”, e o outro a própria palavra “científica” foi o principal elo de interpretação.

Portanto, estavam eles em perfeita sintonia com a ideia de progresso apoiado nas ciências dentro da filosofia positivista que predominou no pensamento científico no final do século XIX e início do XX. Sem dúvida, embora todos os temas tivessem sido tratados de forma superficial, não deixava de ser um grande esforço por parte dos participantes em acompanhar o que era considerado como pensamento moderno. Contudo,

705 Ibid., p. 2.

como assevera Sérgio Buarque de Holanda, a apropriação de novas ideias não significa uma mudança de mentalidade, uma vez que essa demanda muito tempo para se consolidar.

Outra inovação, que veio reforçar a segmentação social no mundo ocidental de acordo com valores burgueses e que também adentrou no Brasil no final do século XIX, foi a organização de sociedades específicas que abrigavam determinados setores da sociedade. Nesse sentido, logo representantes da sociedade brotense foram sensibilizados para a organização de uma sociedade específica que os abrigasse, no caso a criação do Grêmio Literário Recreativo Brotense, em 13 de maio de 1897. Porém, “foi só em 15 de novembro de 1897 que efetivamente foi inaugurada a sociedade que então achava-se instalada no sobrado de João Janini”⁷⁰⁶. Portanto, um europeu italiano que deu apoio à criação dessa associação. O capítulo referente aos imigrantes europeus em Brotas mostra a organização de algumas associações que representavam segmentos de imigrantes, de acordo da região italiana de onde procediam.

Os iniciadores desse Grêmio, segundo o *Almanach de Brotas de 1906*, foram “os capitães Vicente Neto e Joaquim [o nome correto era José e não Joaquim] Ribeiro de Camargo Barros, auxiliados pelo Dr. A. Albuquerque Pinheiro”⁷⁰⁷. Quando posto em funcionamento passou a realizar suas atividades no prédio da Intendência Municipal. Sua primeira diretoria foi composta pelos seguintes cidadãos: “Presidente – Dr. Manoel Otávio Pereira e Souza; Vice-Presidente – Cap. Júlio Guimaraes; Orador – Dr. A. Albuquerque Pinheiro; 1º secretário – Cap. Joaquim Ribeiro dos Santos; 2º Secretário – Heitor de Almeida Castro; Tesoureiro – Cap. Vicente José Neto; Procurador – Miguel Vieira Monteiro”.

Após sua fundação, a diretoria do Grêmio adquiriu por compra a casa de residência do chefe político local, Cherubim Vieira de Albuquerque. Logo depois que o Grêmio se instalou no seu espaço próprio, saiu no jornal *O Commercio de São Paulo* uma nota informando que no dia 24 de fevereiro de 1902 inaugurou-se “no salão de honra do Grêmio Literário e Recreativo o retrato do coronel Cherubim Vieira de

706 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 70.

707 Ibid., p. 70.

Albuquerque, chefe político daquela localidade e tio do dr. Albuquerque Pinheiro, 4^a delegado de Polícia, que foi convidado pela Diretoria daquela Associação para assistir o ato⁷⁰⁸. No entanto, tal ato foi adiado em consequência da epidemia de varíola que começou a grassar na cidade. No capítulo referente aos imigrantes europeus em Brotas foi abordada a organização de várias associações que representavam segmentos de imigrantes, de acordo com a região italiana de onde procediam.

Importante aqui destacar que, embora a criação do Grêmio – como o próprio nome dado a ele, ou seja, Grêmio Literário e Recreativo –, visasse ao conagração literário paralelo ao recreativo e também apesar do esforço para fazer dele um espaço de divulgação da cultura, foram as atividades sociais as que mais se sobrepuseram naquele espaço. Com a criação do Grêmio, representantes da elite local passaram a ter um espaço privilegiado próprio para suas atividades de lazer, delimitando, assim, eventos sociais marcados por um distanciamento dos demais segmentos sociais da cidade. Todavia, cumprindo o propósito literário demonstrava-se o domínio das normas sociais e culturais nomeadas como civilizadas. E era na realização das atividades culturais que o segmento de sócios do Grêmio podia marcar a distinção. A descrição de um evento no Grêmio, em janeiro de 1900, não deixa de ser uma forma de demonstrar essa distinção:

Na noite de 6 para 7 do corrente, por iniciativa dos srs. capitão Vicente Neto, tenente João Patrício de Oliveira, alferes Pedro Saturnino de Oliveira e alferes Diaulas Marques, realizou-se no vasto salão do nosso Grêmio Literário e Recreativo um magnifico concerto, no qual tomaram parte as exímias pianistas senhoritas Almira de Oliveira, Risoleta e Marieta de Albuquerque, sendo cantados diversos trechos de óperas, pela sra. dona Heriqueta Brandi, exma. Esposa do Dr. Pedro Paulo. Após o concerto teve lugar um animadíssimo baile que se prolongou até seis horas da manhã⁷⁰⁹.

A cultura musical de tradição erudita europeia havia adentrado no Brasil com o início da internacionalização da cultura, no final do século

708 O Commercio de São Paulo, ano X, n. 2850, 18 fev. 1902, p. 2.

709 Correio Paulistano, ano XLVII, n. 13064, 15 jan. 1900, p. 2.

XIX, passando a exercer influências nas camadas consideradas mais diferenciadas da sociedade. Em Brotas, o gosto musical pautado pelo erudito também foi absorvido por segmentos da elite, como indica a citação do evento acima. Contudo, é preciso atentar que esse tipo de evento em que a cultura musical era o motivo principal não se constituía norma em meio a este segmento social.

Alguns contrastes podem ser notados quando são comparados eventos sociais anteriormente realizados em Brotas com os em andamento nesse início do século XX: primeiro, agora as mulheres não eram apenas assistentes e sim eram as principais atrizes participantes desses eventos; segundo, dispensou-se a palavra *soirée* ou aportuguesados saraus dançantes, anteriormente usados para a palavra “baile”; terceiro, esse tipo de evento, que antes prolongava-se no máximo até as duas horas da manhã, estendiam-se agora até o amanhecer, ou seja, seis horas da manhã. Essas informações atestam, sem dúvida, um esforço para mudanças de costumes no comportamento do segmento social da elite brotense.

Além das festas, havia o propósito do Grêmio Recreativo e Literário cumprir efetivamente seu nome, ou seja, ser também um espaço dedicado à literatura. A moda de leitura que adentrou especialmente em meio de segmentos mais diferenciados da sociedade brasileira, que compunha a maior parte dos alfabetizados, advinha dos anseios do ideal burguês em buscar um refinamento cultural. Foi nessa época que, nas cidades maiores, foram criados “gabinetes de leitura” oferecendo à população letrada o espaço e os livros para se dedicar à leitura. Junto com a literatura brasileira adentrava a europeia, sobretudo a portuguesa e a francesa. Essas últimas proporcionavam meios de assimilação da cultura europeia que carregava – em especial nos romances, leitura preferida das mulheres – o conceito de elevação e refinamento nas atitudes, juntamente com ideias e valores dos países imperialistas⁷¹⁰. Dessa forma, sutilmente eram assimiladas as ideias de superioridade europeia e de inferioridade de países ditos coloniais ou de ex-colônia como o caso do Brasil.

Essa preocupação em poder oferecer acesso a uma cultura dita refinada pode ser confirmada na ação da diretoria do Grêmio em manter

710 SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

e ampliar a sua biblioteca. Em nota publicada no jornal *Correio Paulistano*, de fevereiro de 1900, dizia: “A diretoria do Grêmio Literário Recreativo Brotense, em sua última reunião, votou uma verba de 2:500\$000, para compra de livros e aumento de sua biblioteca, que já conta com mais de 700 volumes”⁷¹¹. Não resta dúvida de que era um esforço, pelo menos da diretoria do Grêmio, acompanhar a difusão da cultura erudita europeia no Brasil, que tinham como locais de referência as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

O carnaval também foi sendo redefinindo diante dessa nova realidade. Diferentemente das descrições que foram vistas a respeito do carnaval de 1888, quando se satirizou o uso de anquinhas, grupos de pretos fugidos e turcos com ursos e macacos, que de certa forma correspondiam à representação dos hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional, agora a referência era a Europa. Correspondente de Brotas enviou para o jornal *O Estado de S. Paulo* informações sobre o carnaval ocorrido em 1899 e, a esse respeito, disse: “Sob a direção dos srs. Ernesto Dias de Almeida, Vicente José Neto e João Patrício de Oliveira fundou-se nesta cidade o ‘Club dos Fenianos’, para o fim de festejar este ano o carnaval”. A inspiração do nome veio de uma sociedade carnavalesca do Rio de Janeiro fundada em 1869 e que foi uma das três maiores sociedades do carnaval carioca durante décadas⁷¹², mas a origem primeira dos fenianos, era uma sociedade irlandesa. Também o correspondente informou que:

No último dia do carnaval, às 4 horas da tarde, saíram à rua os sócios do Club dos Fenianos elegantemente fantasiados [...] No edifício da associação italiana Mutuo Socorro desta cidade realizou-se uma soirée, que se prolongou até às 4 horas da manhã. Notava-se no salão do mesmo edifício um gosto apurado na ornamentação interior e exterior⁷¹³.

O destaque ao “gosto apurado” certamente estava dentro do que era avaliado como gosto europeu, tanto que a ênfase foi dada aos que “estavam elegantemente fantasiados”. Afinal, era preciso negar todo elemen-

711 *Correio Paulistano*, ano XLVII, n. 13083, 03 fev. 1900, p. 1.

712 CONGRESSO dos Fenianos. *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_dos_Fenianos>. Acesso em: 17 fev. 2018.

713 *O Estado de S. Paulo*, ano XXV, n. 7400, 23 fev. 1899, p. 1.

to da cultura popular. Assim, o que se desejava era a versão europeia, “com arlequins, pierrôs e colombinas com emoções comedidas, daí o vitupério contra cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas como de índio⁷¹⁴”.

Todavia, sinais de mudanças nas festas carnavalescas já vinham ocorrendo pelo menos desde de 1895. A segmentação da sociedade estava ocorrendo também na apresentação dos blocos carnavalescos que saíam às ruas com participantes preestabelecidos. Embora parte significativa da sociedade brotense saísse às ruas para tal comemoração, a formação dos blocos se apresentava segmentada socialmente. Por exemplo, os empregados do major Júlio Vieira de Albuquerque “organizaram uma sociedade carnavalesca, que havia realizado uma passeata no domingo último”⁷¹⁵, portanto, um bloco composto somente de empregados.

Dentro desse contexto, final do século XIX e início do XX, outra dimensão demarcou a nova ordem social no mundo ocidental. Tratou-se da emergência dos direitos humanos, no qual estava embutido o ideal de solidariedade. Surgido na Europa, onde, desde o início da revolução industrial, principiou-se um intenso aprofundamento das diferenças sociais, tendo de um lado um segmento social com avultado acúmulo de capital, a chamada burguesia, e do outro, a disseminação de um alargamento da pobreza marcando presença especialmente nas cidades metropolitanas europeias. Esta situação fez emergir uma grande visibilidade do pobre, que passou a provocar incômodos. Foi a partir dessa visibilidade da pobreza que os estratos sociais com maior poder econômico passaram a olhar para ela em sua carência e a atuar por meio das paliativas ações de amparo aos pobres, como a formação de sociedades beneficentes.

Embora as condições sociais no Brasil fossem muito diferentes da Europa, aqui igualmente, em face de uma concentração de rendas advinda da lavoura de exportação e de um processo de urbanização, somada a abolição que lançou os negros libertos na marginalidade, também emergiu uma visibilidade da pobreza que se concentrava mais no meio urbano e, assim, também incentivou as ações de benemerência. Foi dentro desse

714 SEVVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 33.

715 Correio Paulistano, ano XLI, n. 1478, 15 fev. 1895, p. 1.

espírito que, em Brotas, foram criados, a partir do início do século XX, a Conferência Vicentina, o Asilo e a Creche Anália Franco e até a Cruz Vermelha de Brotas. A organização da “Conferência de São Vicente de Paulo” foi liderada por Emydio Tourinho Furtado. Essa Conferência criou raízes e se impôs na cidade como um importante valor, tanto que no ano de 1913 a cidade de Brotas sediou a Assembleia Geral da Conferência Vicentina do Estado de São Paulo⁷¹⁶.

Por outro lado, paralelamente a essas transformações, estava sendo mantida uma festa popular religiosa que envolvia todas as camadas sociais da cidade e do município e que vinha ocorrendo todo ano, desde 1886⁷¹⁷. Tratava-se da festa da Santa Cruz. Em março de 1904, chegou ao *Correio Paulistano* a notícia de que “a festa de Santa Cruz a realizar-se em maio, vai ser feita com todo brilhantismo”⁷¹⁸. Com essa nota, infere-se que um novo empenho estava sendo dado à organização dessa festa, com o propósito de melhorá-la, e o uso da palavra “brilhantismo” pelo correspondente exaltava aspectos que despertavam sentimentos na ordem das emoções. Quatro anos depois, foram apresentados por um correspondente de Brotas mais detalhes sobre o que ocorria nesses festejos:

Com extraordinária pompa realizou-se nesta cidade no dia 3 do corrente a festa de Santa Cruz. Os dignos festeiros, sr. Júlio Augusto do Amaral e sr. Inocência do Amaral, foram incansáveis no desempenho de sua árdua missão. Nos dias anteriores ao da festa houve ladainhas e animados leilões de prendas. No último dia da festa, no dia 3 de maio, além de outros atos religiosos, à tarde, percorreu as ruas da cidade pomposa procissão, cujo acompanhamento era extraordinário, calculando-se um número superior a 2000 pessoas. À noite, a praça onde está situada a capelinha oferecia um aspecto deslumbrante⁷¹⁹.

Nota-se que algo novo estava sendo buscado na organização dessa festa, tanto que quem enviou a informação procurou no vocabulário palavras que dimensionassem uma distinção, tais como: “a capelinha com aspec-

716 *Correio Paulistano*, n. 18106, 15 dez. 1913, p. 4.

717 RAMOS *et al.*, 1996.

718 *Correio Paulistano*, n. 14583, 20 mar. 1904, p. 4.

719 *Id.*, n. 16073, 11 ago. 1908, p. 2.

to deslumbrante”, ou ainda, “pomposa procissão”. Portanto, pelo visto, havia a preocupação em dar um novo caráter à festa que já se tornara tradicional.

Em 1911, um correspondente brotense apresentava algumas informações a mais a respeito dessa festa, dando um melhor panorama sobre o que nela ocorria. Iniciava dizendo que

[...] ocorreu ontem, animadíssima nesta cidade, a tradicional festa de Santa Cruz. Houve divertimentos profanos que deram uma magnífica nota de alegria a esta localidade. Está aqui, desde o começo das novenas da referida festa, a conhecida companhia de cavalinhos “Circo Temperanin”, que já tem dado vários espetáculos, tendo havido sempre uma regular concorrência⁷²⁰.

O que se observa é que, ao lado da festa religiosa, acoplou-se divertimentos profanos que já estavam afinados com a readaptação dos sentidos, visando ao aguçamento das sensações. Ou, como bem diz Nicolau Sevcenko a respeito do parque de diversão: o que atraía as pessoas eram os brinquedos que, “ou por submeterem as pessoas a experiências extremas de deslocamento e aceleração ou por lhes propiciarem perspectivas inusitadas, alteravam dramaticamente a percepção do próprio corpo e do mundo ao redor”⁷²¹.

No ano de 1912, a festa contou com a presença do bispo da diocese de São Carlos, Jose Marcondes Homem de Melo, “recebido na cidade por grande massa popular, autoridades, pessoas gradas e a banda musical ‘Lyra Brotense’. D. José presidirá as festas de S. Cruz, que se realizam amanhã, e que tem chamado grande concorrência à cidade”⁷²².

720 Correio Paulistano, n. 17158, 08 maio 1911, p. 3.

721 SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 70.

722 O Estado de S. Paulo, ano XXXVIII, n. 12193, 05 maio 1912, p. 2.



Figura 9 - Fotografia da estrutura montada para a festa no ano de 1913

Fonte: A HISTÓRIA... (2018).

Nota-se que o fotógrafo enquadró detalhes para se visualizar a montagem da estrutura da festa ainda em andamento. A foto expressa na Figura 9 mostra que estão prontos dois coretos, levantados numa estrutura improvisada, e percebem-se, ainda, madeiras no chão sobre as quais duas pessoas sentadas posam para serem fotografadas. Nota-se que a capela mantinha ainda o formato original, sem o acréscimo da torre.

Na cidade, nesse mesmo momento, além da festa da Santa Cruz outra festa religiosa era realizada pela comunidade, embora não com o mesmo envolvimento da primeira. Tratava-se da festa em homenagem a São Benedito, que em 1910 teve como festeiros Vitto La Grotta, Corino Balestrero e Nicola Nazaro. Segundo o informante do jornal *Correio Paulistano*, esses festeiros “estavam empregando ingentes esforços para que estes festejos sejam realizados no dia 10 de julho próximo com o maior realce possível”⁷²³. Chama atenção ao fato de que, apesar de São Benedito ser um santo devotado pelos negros, os três festeiros mencionados eram de origem italiana. Não deixava de ser mais uma mudança que estava ocorrendo na estrutura social da cidade.

⁷²³ *Correio Paulistano*, n. 16831, 13 jun. 1910, p. 3.

Dentro das transformações em curso estava o anseio por melhores comodidades inerentes ao considerado moderno e, assim, instalações confortáveis acompanhavam os novos padrões de consumo que atuavam na modernização da vida cotidiana. É o que se nota na apresentação do anúncio, em 1901, do Hotel Central em Brotas, cujo chamativo em destaque estava o luxo e o conforto:

O Grande Hotel Central. Avenida 7, n. 68 – Brotas. Nuno &Monteiro. Este acreditado e luxuoso estabelecimento, que acaba de passar por uma reforma geral, está em ótimas condições de bem servir o público, pois possui esplêndidas acomodações para seus hóspedes e famílias e é destinada a classe viajante: cozinha brasileira de primeira ordem, vinhos finos de todas as qualidades, licores, conhaque, enfim uma adega bem sortida e tudo legítimo, completo sortimento de cigarros, charutos da Bahia, Hamburgo, Havana. Banhos quentes e frios, jardins primorosos, comida a toda hora. O serviço de hotel nada deixa a desejar, porque é feito sob a gerência dos proprietários Nuno de Melo Viana e José Júlio Monteiro Leite⁷²⁴.

Atendia assim esse hotel àqueles que almejavam dispor de maior conforto propalado pelos valores da vida moderna e, dessa forma, era mais um setor que promovia a remodelação dos hábitos sociais na cidade. Entre eles estava oferecer às famílias brotenses um local para que pudessem almoçar ou jantar, fora dos espaços domésticos, e ali dispor de uma cozinha e carta de vinhos diferenciados, que de certa forma vinham provocar a quebra de comportamentos e costumes alimentares do cotidiano. Para os viajantes, oferecia instalações adequadas para os cuidados de higiene, como os banhos quentes e frios.

No ano seguinte, outro restaurante também passou a oferecer os mesmos serviços de refeições às famílias brotenses. Tratava-se do Restaurante da Estação, que começou a funcionar em 1902, quando a Cia Paulista de Vias Férreas disponibilizou um espaço na estação ferroviária para “arrendamento dos cômodos destinados a restaurante da estação de Brotas”⁷²⁵. Esse restaurante se tornou um importante espaço de eventos

724 O Estado de S. Paulo, ano XXVII, n. 8167, 05 abr. 1901, p. 2.

725 O Commercio de São Paulo, ano X, n. 3011, 30 jul. 1902, p. 6.

sociais da vida moderna em Brotas. Anúncio no *Almanach de Brotas de 1906* procurava demonstrar ser ele um lugar distinto e sofisticado para época, informando que:

[...] o proprietário do “Restaurant da Estação” [...] com longa prática de restaurantes suas compras são feitas em casas especialista [...] oferecendo vantagens especiais, quer na qualidade dos gêneros quer na modicidade dos preços. No restaurante encontra-se variada seção de latarias; grande quantidade das melhores bebidas estrangeiras e nacionais, inclusive toda qualidade de finíssimos licores, cervejas etc; enorme e escolhida seção de artigos para fumantes, e enfim, tudo quanto encontrar-se possa numa casa de 1ª ordem. Serviço feito com todas as etiquetas da *art-nouveau* [...] O proprietário Odorico Cavallari⁷²⁶.

Os destaques dados a alguns produtos estavam no fato de se constituírem grandes novidades, como o caso de alimentos enlatados, que só iriam se popularizar bem mais tarde, e que nada mais eram do que fetiches comestíveis, os quais também faziam parte da sedução carregada pelos ideais modernos. Produtos enlatados não eram facilmente encontrados no mercado brotense bem como as bebidas importadas. Mas o que chama mais atenção é o destaque dado ao “serviço feito com as etiquetas da *art-nouveau*.” A *art nouveau* foi o movimento artístico iniciado na França, no final do século XIX, que perdurou mais ou menos até metade da segunda década do século XX, tendo como uma das principais características o desejo de um estilo que refletisse as inovações da sociedade industrial e representasse a sofisticação moderna. Possivelmente, a forma de servir em restaurante dita “à francesa” ou “à la carte” foi estendida ao conceito de *art nouveau*, embora nada tivesse a ver com o referido estilo de arte.

Portanto, os frequentadores desse restaurante eram atendidos no que de mais de sofisticado e moderno havia nos serviços de restaurante, tanto na refeição propriamente dita como na forma de ser servida. Os seus frequentadores eram representantes de segmentos da elite local. Por exemplo, em fevereiro de 1911, “os amigos e admiradores do dr. Adrelino de Assis, delegado de polícia desta cidade, solenizando a data de seu ani-

726 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 60.

versário natalício, ofereceram-lhe um apiparo banquete no restaurante da estação⁷²⁷. Portanto, eram elementos forasteiros que insidiosamente adentravam no rol dos comportamentos sociais e que, por sua vez, iam modificando-os.

Outra novidade que emergiu com a modernidade foi o aparecimento do futebol, na Inglaterra, no final do século XIX, e que logo em seguida foi disseminado pelo Brasil. Esse esporte se constituía uma nova forma de lazer para os participantes bem como para os que os assistiam. Contudo, o futebol foi mais que isso: a prática futebolística, ao exigir preparo físico, não deixou de ser o prenúncio do que iria ocorrer mais intensamente nos anos pós Primeira Guerra Mundial, quando o corpo humano passou a ser comparado às máquinas produtoras de energia e que podia ser aperfeiçoado; era o estabelecimento de uma conexão do corpo à modernidade. Era os primórdios da valorização do corpo, processo que se intensificou ao longo do século XX.

A criação do “Clube Atlético Brotense” deu-se, portanto, em meio a esse espírito esportivo, quando clubes de futebol se multiplicaram tanto na Europa como no Brasil. Nesse sentido a fundação do Clube Atlético Brotense foi muito precoce, pois data do ano de 1903, antes mesmo de alguns clubes importantes do Rio de Janeiro e São Paulo. Tal iniciativa partiu de Eduardo de Cerqueira Leite⁷²⁸. Nos seus primórdios, o futebol era um esporte que congregava, em campo e na assistência, representantes das elites sociais. Foi só na década de 1930, com sua profissionalização, que o futebol se tornou um esporte popular. Informação a respeito de uma partida de futebol entre o Clube Atlético Brotense e o Futebol Club de Jahu, realizado em abril de 1909 demonstrava bem isso, pois, a chegada do clube de Jaú à estação ferroviária de Brotas, contou com a presença de “grande número de pessoas gradas”, ou seja, pessoas graúdas da sociedade local. “O resultado desse ‘match’ foi ganhar o Club Atlético Brotense por 4 gols a zero”⁷²⁹. Em 1915, quando o clube já contava com jogadores veteranos, programou uma partida entre eles e os novos jogadores, vencendo os jovens⁷³⁰.

727 Correio Paulistano, n. 17073, 11 fev. 1911, p. 2.

728 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 72.

729 Correio Paulistano, n. 16420, 26 abr. 1909, p. 3.

730 Id., n. 18720, 27 ago. 1916, p. 5.

Por outro lado, a vida de outros segmentos da sociedade local seguia um curso muito diferente das elites, que já podiam desfrutar o conforto que a vida moderna oferecia. Por exemplo, operários que, no ano de 1900, trabalhavam numa pequena fábrica de tecidos pertencente a J. Weisson, estavam sendo obrigados a uma jornada de trabalho que se alongava até altas horas da noite e, portanto, sequer dispunham de horas de descanso. O comentário de um informante de Brotas a respeito dessa situação foi o seguinte:

Realmente não tem razão de ser aquela imposição, porquanto no nosso Estado não há uma fábrica que funcione desse modo. Aqui dá-se isso porque os operários são pacatos demais. Promovessem greves como em todos os outros estabelecimentos congêneres não trabalhariam senão até cinco horas da tarde [...] ⁷³¹.

Não aparecem informações se essa ocorrência foi resolvida ou não. Entretanto, sete anos depois, as relações entre operários e dirigentes dessa fábrica haviam mudado, pois emergiu uma situação de grande tensão a ponto de as autoridades locais terem solicitado a presença do 1º Delegado do Estado. Em outubro de 1907 o 1º Delegado Auxiliar “havia partido em diligência policial para Brotas [...] pelo fato de terem alguns operários, despedidos da fábrica de tecidos, ameaçado de morte os respectivos diretores ou chefes de serviço” ⁷³². Não se dispõe de informação para averiguar o que efetivamente ocorreu no tocante a tais demissões para que os operários chegassem a ameaçar os diretores ou chefes do serviço, mas certamente a ausência de leis trabalhistas que sustentassem as mediações entre operários e patrões, que só foram implementadas no Brasil na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, dificultava qualquer mediação entre eles. Sem leis para mediar as relações trabalhistas, o ganho estava com quem dispusesse de mais força, no caso os patrões. Por outro lado, muito provavelmente esses operários foram influenciados pelos movimentos grevistas que eclodiram em grande parte do mundo, repercutindo no Brasil, no ano de 1906, como a greve dos ferroviários. Esses

731 Id., ano XLVII, n. 13104, 24 fev. 1900, p. 1.

732 Id., n. 15870, 19 out. 1907, p. 3.

movimentos eram alimentados pelo anarcossindicalismo, inspirados do anarquismo, que propalava os direitos dos trabalhadores.

Nota-se, porém, que enquanto os operários estavam sendo explorados na sua jornada de trabalho, o poder constituído não interveio para amenizar a situação desta classe, contudo, quando reagiram frente ao que entenderam como uma forma de injustiça, este mesmo poder providenciou a vinda da capital de “uma diligência policial”.

Outra informação a respeito de segmentos da classe de trabalhadores apareceu no *Correio Paulistano*, no ano de 1904. Desta vez tratou-se de uma ocorrência que envolveu cortadores de lenha para a Cia Paulista de Estrada de Ferro. O correspondente de Brotas para o *Correio Paulistano* detalhou, ponto por ponto, os acontecimentos ocorridos, como se pode verificar, a seguir:

O que se vai narrar é alarmante, mas é preciso, é indispensável para punição de um criminoso. Passemos aos fatos. No dia 24 de junho próximo passado, aqui chegou o delegado auxiliar dr. Pinheiro e Prado, para sindicar altos desmandos praticados pelo juiz de direito da comarca. Esse delegado abriu um rigoroso inquérito e provou exuberantemente o seguinte: que no dia 16 de junho próximo passado, o juiz de direito mandou prender, alta noite, os portugueses Pedro Gomes, David Gomes, Bernardo Martins e o brasileiro Bemvindo de Lima na fazenda Aterrado, a légua e meia desta cidade, fazendo-os recolher à cadeia até o dia seguinte. Que além disso o oficial da diligência destruiu os ranchos em que os presos moravam, pôdo fogo nas cobertas que eram de palha; que nenhuma autoridade quis fazer auto de corpo de delito requerido pelos ofendidos, exceção do subdelegado de polícia. Que este ao dirigir-se para o local do delito com escrivão *ad-hoc* e dois peritos foi intimado a retroceder, por um oficial de justiça e seis praças de polícia, cuja intimação foi a ordem do juiz de direito [...] O delegado auxiliar cumprindo com hombridade seu dever: porque de fato o dr. Pinheiro e Prado procederam com a independência que o caracteriza. No dia 27 retirou-se para a capital o delegado auxiliar, e por sua vez retirou-se o juiz no dia 28 com o mesmo destino. O povo de Brotas, assombrado com as brutalidades praticadas por aquele que devia velar pela lei e pelo bem público, recolheu-se ao silêncio porque contava com ação e energia dos poderes superiores do Estado [...]

Fora, porém, uma decepção cruel [...] O inquérito policial [...] ficou dormindo no arquivo das repartições superiores [...] Brotas, 7 de agosto de 1904. As vítimas⁷³³.

O que pode ser inferido dessa informação é que, possivelmente, o juiz tivera alguma indisposição pessoal com esses trabalhadores ou atuara a mando de poderosos do local, no entanto, mostrando seu poder, agiu oficialmente em nome do Estado, praticando violência contra cidadãos indefesos. Ao que tudo indica, a notícia desse acontecimento chegou a alguém que dispunha de poder e que se condeou pela situação das vítimas, pois o ocorrido se deu no mês de junho e até o mês de agosto, quando o correspondente que assinou como “As Vítimas”, expôs os acontecimentos em jornal de grande circulação, nada havia sido feito em favor desses trabalhadores que não tiveram a quem recorrer. Pelo que foi narrado, nada foi feito que redimisse a violência praticada contra aqueles trabalhadores, já que as autoridades policiais e representantes do poder político local nada fizeram, bem como a população da cidade que se manteve em silêncio. Se alguma atitude tenha sido tomada posteriormente à data que o correspondente enviou essas informações, não se sabe, pois nada mais apareceu na imprensa sobre o acontecido.

Por outro lado, a par desses acontecimentos, nos quais a violência contra o outro era o mote principal, segmentos da elite local buscavam meios para ampliar e melhorar os espaços de sociabilidades. O principal espaço onde se dava grande parte dos conagraçamentos das elites locais era o Grêmio. O próprio comentário que aparece no *Almanach de 1906* a seu respeito indica isso:

O Grêmio atualmente possui cerca de 60 sócios entre contribuintes, remidos, correspondentes e honorários. Esta sociedade está destinada a prestar excelentes serviços a Brotas uma vez que as suas diretorias se compenentrem de que ela foi fundada para desenvolver, no seio do povo brotenses, o espírito da sociabilidade e o gosto pelas letras.

Em 1906, a diretoria do Grêmio proporcionou um novo espaço a seus sócios com a “inauguração de um elegante parque que com muito

733 Correio Paulistano, n. 14728, 16 jun. 1904, p. 6.

gosto ali foi plantado”⁷³⁴ e para comemorar tal evento foi promovido para aquela “noite um suntuoso baile”⁷³⁵. Por outro lado, como já mencionado, segmentos sociais com certa diferenciação cultural, como a diretoria desse Grêmio, sabiam que, para aprimorar seus patamares de conhecimento de acordo com a cultura literária em voga, o livro era um dos principais caminhos, tanto que um dos objetivos dessa sociedade foi disponibilizar uma biblioteca com volume expressivo de livros a seus associados.

Em 1906, mantinha

[...] uma biblioteca que, computadas as brochuras, orçava uns 2000 volumes, entre os quais diversas revistas nacionais e estrangeiras. Além da biblioteca e bilhar o Grêmio possui boa mobília, excelentes quadros, um enorme espelho de grande valor e um bom piano⁷³⁶.

O piano, além de proporcionar o prazer da música não deixava de configurar um efeito demonstrativo da diferenciação da cultura advinda da Europa adotada por parte da sociedade brotense. Vale aqui lembrar que o piano era o contraponto do violão, pois este era “por excelência um instrumento popular, o acompanhante indispensável das modinhas [...] que passou a significar, por si só, um instrumento da vadiagem”⁷³⁷. O violão e a viola, que acompanhavam as cantorias da catira nas festas de casamento, batizados, sobretudo no meio rural, passaram a ser execrados pela sociedade burguesa. Além do que, o piano, pelo preço, era acessível a poucos, ao passo que o violão, por ser um instrumento bem menos dispendioso, permitia o acesso até mesmo a pessoas com menor recurso, além do que esse instrumento representava toda uma tradição musical advinda da cultura popular brasileira.

O conjunto de biblioteca, quadros e piano que preenchia os espaços do Grêmio compreendia bens que afiançavam o *status* de quem por ele circulasse, uma vez que expressavam um novo estilo de vida, garantindo a busca de privilégios que incluía o direito de cultivar determinadas artes por diletantismo.

734 Correio Paulistano, n. 15511, 23 out. 1906, p. 3.

735 Ibid., p. 3.

736 MENDONÇA; YANTOK, 1906, p. 69-70.

737 SEVCENKO, 1985, p. 32.

As atividades culturais prosseguiram ao longo da década de 1910. Em janeiro de 1911, foi realizado um importante evento musical com apresentação da professora d. Nirinha Galasso que, às 9 horas abriu o evento executando a “Grande Sonata” de Beethoven, seguida de suas alunas. “A meia noite mais ou menos, sentou novamente ao piano a aludida professora, executando como peça final a ‘Grande Fantasia Triunfal’ de Gottschalk sobre o Hino Nacional Brasileiro”⁷³⁸. Nota-se que todas participantes eram mulheres, pois esse foi o momento em que a mulher, enquanto grupo social, assumia nessa emergente sociedade novos papéis na vida cultural urbana.

Embora nesse início do século XX as mulheres se vestissem ainda com roupas pesadas, se comparadas ao que viria vinte anos depois com o aparecimento das chamadas “melindrosas” com suas saias curtíssimas, pelo menos já haviam se despojado das anquinhas e espartilhos. A forma de vestir-se, a aparência, passou a ser uma questão de demarcação de classe social que, com conhecimento de uma sutilidade na escolha dos detalhes, como nos cortes mais arrojados, no acabamento e nos tecidos luxuosos, dava o ar de modernidade e, por outro lado, era um sinal de refinamento e de bom gosto. Os homens usavam também trajes adequados para essas ocasiões festivas, e era o salão do Grêmio um dos espaços que lhes permitia usar a casaca. Yantok, no *Almanach de Brotas de 1906*, numa charge, de forma sutil, ridiculariza o uso da casaca no Grêmio, pois o personagem ilustrado é apresentado com postura arqueada indicando ser um idoso em que a casaca não o valoriza. Se no caso representava uma pessoa da sociedade local, não se sabe; contudo, seja como for, não somente pela postura, mas também na composição do traje, uma vez que, se por um lado foi dado um destaque a casaca, sequer foi mostrado seu complemento, seja a calça, sejam as mangas da casaca, ou ainda os sapatos. Essas ausências faziam parte da esquematização da ilustração ou poderia dizer algo mais, como o desconhecimento do personagem ilustrado de alguns códigos ou de regras da elegância?

738 Correio Paulistano, n. 17068, 06 fev. 1911, p. 3.



Instantaneo durante o baile no Gremio.

Figura 10 - Ilustração da casaca

Fonte: Mendonça e Yantok (1906).

Outras camadas sociais, especialmente no meio rural, mantinham as práticas festivas dentro do âmbito da cultura tradicional. Como já visto em item anterior, na descrição da festa de casamento ocorrido em 1872, foi a simplicidade o toque dominante, e era uma prática comum naquele meio. Essas formas culturais resistiram às mudanças impostas pelos valores burgueses, pois, em maio de 1910, há menção de uma dessas festas denominada de “samba”, “realizada na fazenda Boa Vista do Jardim”⁷³⁹.

⁷³⁹ Correio Paulistano, n. 15881, 16 out. 1907, p. 3.

Com certeza ocorriam muitas dessas festas, mas menções a elas nos jornais só ocorriam quando algo inusitado nelas ocorria, como nesse caso, foi um crime o principal mote de sua divulgação.

Por outro lado, as benesses da modernidade de forma muito modesta continuavam a aparecer em Brotas, e uma delas foi o cinema que, instalado a partir de 1911, passou a proporcionar uma nova forma de lazer para os habitantes da cidade. Tratava-se do Cassino Cinema, inaugurado em 7 de setembro de 1911⁷⁴⁰. No ano seguinte, outra empresa cinematográfica abriu também uma sala de projeção na cidade, pois em setembro de 1912 anunciava que

[...] a empresa do Cinema Popular estabeleceu prêmios para crianças e adultos que frequentassem seus espetáculos. Os prêmios para crianças são belíssimos e acham-se em exposição no salão da empresa. Os prêmios para adultos, de alto valor, serão expostos no próximo domingo⁷⁴¹.

Por meio dessa informação pode-se inferir que, embora o cinema fosse uma grande novidade moderna em Brotas, pelo visto em seus primeiros anos de existência não causavam grande sensação, uma vez que a empresa cinematográfica fazia incentivos com prêmios para atrair frequentadores. Contudo, o envolvimento pela nova arte foi rápido, já que em janeiro do ano seguinte apareceu um anúncio daquele cinema informando que “no dia anterior a 2 de janeiro teve enorme concorrência. Tocou uma excelente orquestra, sob a direção do maestro capitão Artur Chaves”⁷⁴², o que mostrava ser um grande atrativo. A presença de orquestra ou de músicos tocando durante a sessão de cinema foi uma prática enquanto durou o cinema mudo.

Também em setembro de 1913, um informante de Brotas relatou que “existiam duas casas de diversões (cinema) Excelsior e Popular, a proporcionar aos habitués excelente e finos filmes, fornecidos pelas melhores empresas do gênero”⁷⁴³. É preciso lembrar que, o que se definia

740 O Estado de S. Paulo, ano XXXVII, n. 11972, 25 set. 1911, p. 6.

741 Correio Paulistano, n. 17661, 28 set. 1912, p. 3.

742 Id., n. 17762, 03 jan. 1913, p. 3.

743 Correio Paulistano, n. 17960, 22 jul. 1913, p. 4.

como cinema nesse momento nada mais era do que salas improvisadas nas quais se projetava a fita cinematográfica. No entanto, sua importância não estava no espaço, mas no que ele significava. Por meio dele praticamente os mais diferentes segmentos da população entravam em contato visual com formas culturais, comportamentos e valores da cultura europeia e norte-americana, de onde provinha a maior parte dos filmes. E, assim, de forma sorrateira iam assimilando novos valores e comportamentos distantes das práticas sociais assentadas na cultura popular vividas até pouco tempo. A grande atração advinha do fato de que a maioria dos filmes projetados continha cenas com “truques de corte e montagem que o cinema permitia, superando todos os limites humanos e permitindo proezas jamais imaginadas, nem pelas mais ousadas formas de fantasia”⁷⁴⁴, e que se constituíam em iscas para a conquista de corações e mentes para nova arte. Por outro lado, a nova parafernália moderna constituída no cinema, não deixava de representar o prelúdio da comunicação de massa.

Não se dispõe de informações a respeito dos frequentadores do cinema em Brotas, mas embora se acredite que a sala de projeção congregava representantes de diferentes camadas sociais, todavia, nas grandes capitais, as pessoas mais abastadas consideravam essa diversão como grosseira, vulgar, coletiva, “apropriadas apenas para crianças sem acesso à educação e para as criaturas ignorantes em geral, sem condições de usufruir das belas artes”⁷⁴⁵.

Entretanto, o espaço que servia para a projeção de filmes também era utilizado para apresentação de peças teatrais. Em novembro de 1913, noticiou-se que na sala do Cine Popular recebeu “a apresentação da troupe de variedades, da qual fazem parte a distinta atriz Etelvina Siqueira e o pianista José Leandro. Levaram à cena a interessante comédia *Zaza*”⁷⁴⁶. No entanto, embora tendo à frente uma atriz, ao que tudo indica era uma apresentação marcada pelo improviso, pois, ao lado da mencionada atriz, apresentavam-se amadores da própria cidade, no caso Ortiz Figueira, João de Almeida Castro e Antônio Marques Júnior.

As formas do progresso e da modernidade dispunham de várias maneiras de se apresentar e despertar a sedução. Em 1912 foi o automó-

744 SEVCENKO, 2001, p. 70.

745 Ibid., p. 70.

746 Correio Paulistano, n. 18067, 06 nov. 1913, p. 4.

vel, a máquina moderna por excelência que chegou a Brotas. O modo como esta chegada foi anunciada pelo correspondente para *O Estado de S. Paulo* demonstra bem todo o entusiasmo e a admiração pela novidade: “Pela primeira vez percorreu hoje as ruas da cidade, funcionando com a máxima perfeição, um automóvel da marca (inteligível), de propriedade do sr. Augusto Bastazzini. A poderosa máquina tem a força de 20 HP”⁷⁴⁷. Portanto, os brotenses passaram a ter diante de seus olhos, em meio às carroças, troles e animais de montaria e pessoas, uma reluzente máquina movida por combustível, uma das grandes novidades da era do motor a combustão. Era apenas um automóvel na cidade; mas, por sua autonomia em dispensar os animais de tração para se movimentar, mostrava o poder da nova era das máquinas. Por outro lado, prenunciava-se mais uma mudança do ritmo de vida na cidade, ou seja, a rapidez na locomoção.

Porém, esse início de século XX foi um período em que o velho e o novo conviviam, especialmente nas formas da vida sociocultural. Na tabela de impostos publicada pela Câmara Municipal de Brotas em 1913 é possível avançar um pouco nesse sentido. Essa tabela, que seria aplicada para o ano de 1914, detalhava tudo o que poderia ser cobrado em termos de impostos sobre mercadorias, casas comerciais, produtos fabricados artesanais ou não, ofícios e profissões, e nesse rol constava um destaque para os espetáculos públicos, sobressaindo baile, espetáculo dramático ou lírico, espetáculo equestre, ginástico, acrobático, cinematógrafo, barracão de cavaleiro de pau movido a vapor, exposição de diorama, fonógrafo, corrida de touros, corrida de animais, denominada parelhas, tocar na cidade realejos ou quaisquer outros instrumentos, exhibir animais ensinados⁷⁴⁸. É possível perceber que, nesse rol, constavam duas formas de divertimentos públicos, uma tradicional como os espetáculos equestres, corrida de touros, corrida de animais e o realejo, e a moderna como os espetáculos líricos, cinematógrafos (cinema), cavaleiro movidos a vapor, diorama e o fonógrafo. O baile relacionado poderia estar enquadrado tanto no velho como no novo, pois, dependendo do lugar onde ocorria e do tipo de música apresentada, poderia ser um evento popular em que animação se fazia

747 *O Estado de S. Paulo*, ano XXXVIII, n. 12341, 30 set. 1912, p. 5.

748 *Correio Paulistano*, n. 18070, 09 nov. 1913, p. 3.

com viola e o violão, sendo a dança principal a catira, ou no Grêmio onde as músicas para dançar eram de influência europeia como as quadrilhas, as valsas e as polcas, tendo o piano ou a banda local como fundo musical.

A promoção de eventos culturais era uma mostra de que a sociedade local se esforçava para acompanhar as novidades que estavam chegando nas capitais, e assim ia procurando se enquadrar e aprimorar comportamentos ditos modernos, ainda que muito distante do que ocorria nos centros mais importantes como São Paulo. Em março de 1914, segmentos da sociedade local estavam envolvidos com “espetáculos realizados no cinema popular pela trupe feminino do Asilo e Creche da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo”. Nesse momento, ocorreram três espetáculos e o público apreciou “imensamente o concerto da banda feminina ‘Regente Feijó’ e as execuções da orquestra sob admirável regência da maestrina Ester Monteiro, professora do Asilo”⁷⁴⁹. Na verdade, o objetivo desse espetáculo foi um preparo para a abertura, em Brotas, da Creche Anália Franco.

Também em 1915, no contexto do que se considera bens culturais, um novo jornal passou a ser publicado na cidade. Tratava-se de *O Imparcial*, cujo editor dizia não se envolver nas questões políticas e religiosas, que muito haviam dividido a comunidade local, e pretendia ter como missão tratar “somente os interesses do público e da coletividade”⁷⁵⁰. Proposta difícil de ser seguida, uma vez que qualquer ação visando ao bem do interesse público necessariamente envolve a política, inclusive a própria existência do jornal. Importante lembrar aqui que esse foi o momento no qual Antônio de Albuquerque Pinheiro trabalhava para angariar apoio político no âmbito regional e, por outro lado, o imediatamente posterior àquele em que o chefe político Edylio Marques havia se afastado do poder local. Certamente, seu diretor tinha em mente conquistar leitores, uma vez que a radicalização da política naquele momento havia envolvido os jornais existentes.

Importante destacar que, a partir de 1915, as informações sobre Brotas nos jornais da capital foram rareando. Já ao longo de 1913 nota-se

749 Correio Paulistano, n. 18194, 16 mar. 1914, p. 4.

750 Id., n. 18133, 12 jan. 1915, p. 34.

uma mudança de teor das notícias enviadas da cidade para esses jornais, como pequenas notas sociais que se limitavam a notificar casamentos, aniversários, bailes ou ainda quem havia chegado à cidade, quem viajou e para onde, quem se hospedou na casa de um brotense, além dos falecimentos, porém sem detalhar os contextos desses acontecimentos. Por exemplo, a notificação do banquete oferecido por Antônio de Albuquerque Pinheiro por ocasião de seu aniversário, em 3 de julho de 1914, ocorrido no Hotel Martins, em que estiveram presentes as autoridades brotenses⁷⁵¹. Outro exemplo, o ocorrido em abril de 1917, destacando que “senhoras brotenses, associando-se ao movimento patriótico organizaram uma comissão para promover vários festejos públicos⁷⁵²”. Dados sobre a atuação da política local desapareceram.

Informações mais extensas restringiram-se praticamente a respeito da morte de Albuquerque Pinheiro, em 1916, e quando a gripe espanhola assolou a cidade, em 1918. A esse respeito, dizia um correspondente de Brotas: “Registraram-se, há quinze dias, quase que diariamente, casos novos da ‘gripe espanhola’ nesta cidade, contando-se já para mais de 200 casos, todos, porém com caráter benigno⁷⁵³”. Em seguida, apareceram arrolados os nomes dos que haviam falecido em decorrência dessa gripe.

Dessa forma, pouco foi possível saber da vida sociocultural de Brotas, a partir de meados da década de 1910, isto também porque as principais novidades em termos de modernização que beneficiariam a cidade limitaram-se àquelas já apontadas. Além disso, relatos referentes a eventos culturais e novas formas de comportamentos praticamente desapareceram dos jornais consultados. Apesar de empenhos efetuados, especialmente a partir do final da década de 1890, para efetivação da modernização da cidade e de uma vida social afinada com os parâmetros burgueses, o conservadorismo latente levou os esforços para mostrar a face moderna a se constituírem apenas em um tênue verniz, pois as formas de comportamentos postos em prática na cidade não condiziam com os valores ditos modernos, uma vez que aquela sociedade permanecia ainda arraigada ao

751 Id., n. 18274, 04 jul. 1914, p. 2.

752 O Estado de S. Paulo, ano XLIII, n. 14214, 26 nov. 1917, p. 2.

753 Correio Paulistano, n. 19886, 13 nov. 1918, p. 4.

passado conservador. A adoção de costumes burgueses para afirmação do status social pairava acima dos alicerces da sociedade tradicional de cunho colonial. Brotas seguia, então, o ritmo modorrento das pequenas cidades interioranas, nas quais nada de importante acontecia.

CONCLUSÃO

Em termos conclusivos, pode-se resumir a história da cidade de Brotas no período estudado em três fases. A primeira, que se inicia no aparecimento do arraial, em 1939, e termina em 1859, quando a freguesia foi elevada à categoria de vila. Nesse período, em torno do pouso de tropeiros, localizado à margem esquerda do rio Jacaré, pertencente à Dona Francisca Ribeiro dos Reis, formou-se um arraial onde foi levantada a primeira capela dedicada a Nossa Senhora das Brotas. Em seguida, parte da população do povoado preferiu fixar-se na margem direita do mesmo rio, local onde foi erguida a segunda capela em louvor a Nossa Senhora das Dores, em 1842. Nesse período, o antigo povoado cresceu em termos populacionais, dando início a uma atividade comercial, e encerrou-se com a elevação do povoado à vila, em 1859.

A segunda fase, que se estende de 1859 a 1889, compreendeu o momento em que a freguesia foi elevada à vila e foram postas em execução as instituições pertinentes a ela, passando a se desenvolver no ritmo das demais cidades da região, tornando-se um importante ponto avançado no chamado “alto sertão”. Mas, foi também nesse período que, em face de não dispor de uma expressiva área de terras adequadas para a lavoura cafeeira, o município foi ficando, em termos de desenvolvimento econômico, atrás de outros da região que se tornaram importantes centros cafeeiros.

A terceira fase, cujo início coincide mais ou menos com a Proclamação da República, em 1889, teve como término o fim da segunda década do século XX. Nesse período, embora Brotas fosse uma pequena cidade do interior paulista com costumes arraigados na cultura popular, sentiu, ainda que de forma muito tênue, os reflexos da modernização em curso, o que melhorou o aspecto físico da cidade, bem como contribuiu para algumas alterações nas relações socioculturais.

Ao findar a década de 1910, o atraso da cidade de Brotas já estava consolidado e aceitou-se que a vida da cidade havia perdido o ritmo do progresso, presente em cidades maiores em seu entorno. A conservadora cidade caminhou para um provincianismo arraigado. Com relação à his-

tória que foi escrita a respeito do desenrolar dos acontecimentos do século XIX e início do século XX, praticamente foi esquecido e silenciado, o que efetivamente ocorreu no passado, tanto em termos do desenvolvimento como do atraso. Depois do que foi registrado no *Almanach de Brotas*, em 1906, pouco se avançou em termos do conhecimento do passado. *Nosso Álbum*, editado em 1933, trouxe subsídios novos, porém mais no sentido de apontar fatos e datas do que propriamente entendê-los, aliás, alguns deles equivocados. Além de remeter grande parte das informações contidas no *Almanach de 1906*, reforçou seletivamente a biografia de alguns personagens considerados importantes na história local, e silenciou a respeito de outros que atuaram na vida local, como o caso de Edylio Marques da Costa, ausente nessa publicação. Por outro lado, além do trabalho de Adriana Ramos, pouco empreendimento foi proposto no intuito de ampliar o conhecimento do passado da cidade.

Assim, com o desconhecimento da história das primeiras décadas da cidade que mostrasse os impasses vividos quando da constituição do núcleo populacional inicial e a fixação da memória, bem como o desenrolar da sua história no século XIX, compromete-se a relação da cidade com seu passado e sua própria identidade. Brotas é uma cidade que sequer tem determinado um marco fundador para ser rememorado, bem como dispõe de uma data comemorativa oficial que pode ser posta em dúvida. Para a maior parte da população que ali vive, a história desenrolada no século XIX e início do XX é uma página quase em branco. Embora muitos busquem fragmentos no que restou da memória do passado da cidade, frequentemente, nessa busca, mitos e equívocos são reforçados, mantendo, como afirmou Gerson Mendonça em 1906, o passado nebuloso.

Por outro lado, a roda do tempo que conduz a história é matreira e seu girar pode levar para caminhos inusitados. Em Brotas, um desses giros se iniciou quando a cidade ficou à margem do desenvolvimento, em razão da pobreza de grande parte das suas terras, que a impediu de desenvolver uma expressiva lavoura cafeeira e, também, porque a diminuta cidade não pôde atrair a indústria, dessa forma, estancou no tempo do andar do progresso. Em decorrência desse atraso, em parte das suas terras foi mantida a mata natural e o rio Jacaré não serviu de receptáculo de esgotos

industriais. Quando a ideia de preservação ambiental emergiu, o giro do tempo do acanhado progresso se fechou e uma nova era se abriu. Com alguns ajustes, o município pôde se tornar uma referência de preservação ambiental e do ecoturismo, a partir do limiar do século XXI.



REFERÊNCIAS

ADDUCI, Cássia Crispiniano. *A Pátria Paulista: o separatismo como resposta à crise do final do Império Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

AZEVEDO, Fernando. *Um trem corre para o oeste*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950.

BARBOSA LIMA SOBRINHO. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. XI-XVII.

CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONGRESSO dos Fenianos. *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_dos_Fenianos>. Acesso em: 17 fev. 2018.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. v. II.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979. v. 1.

FAUSTO, Boris. (Dir.). Estrutura de poder e Economia (1889-1930). In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1985. v. 1.

FERNANDES, José. *Vultos e fatos da História de Jaú*. Edição conjunta extraordinária do Correio da Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça. abr. 1955.

GERALDO, João Carlos. *Evolução dos espaços livres públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos – SP*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GHIRARDELLO, Nilson. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

GINSBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSSSEN, Andreas. *Cultura passado-presente: Modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *História*. Disponível em: <www.IPB.org.br/ipb/historia/>. Acesso em: 29 jul. /2017.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasilienses, 1987.

_____. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ; EDUSP, 1994.

MATOS, Alderi Souza. *Biografia Rev. José Manoel da Conceição*. Disponível em: <www.ipparque-guarus.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e memória*. São Paulo: Contexto, 1992.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. A Europa invade o sertão: o impacto da chegada dos imigrantes italianos na cidade de Jaú (1854-1914). *Caravelle*, Toulouse, n. 99, p. 57-75, 2012.

_____. *Faces da Dominação da Terra* (Jaú 1890-1910). Marília: UNESP Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. *Impasses no Novo Mundo*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PERSONALIDADES de Brotas: Benedito Calixto. Disponível em: <<http://www.vemprabrotas.com.br/pcastro/calixto.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo*. São Paulo: IMESP, 1987.

QUEIROZ, Cristina. Caminhos da Liberdade. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, ano 19, n. 267, p. 75-79, 2018.

RAMOS, Adriana *et al.* *Brotas: Cotidiano e História*. Brotas: Prefeitura Municipal de Brotas, 1996.

SAES, Flávio de Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SCHWARCZ, Lília Moritz. As marcas do período. In: _____. *A Abertura para o Mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 19-33.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TEIXEIRA, Sebastião. *Jahu em 1900*. Jaú: Correio do Jahu, 1900.

TORRES, José Carlos Pereira de Almeida. *Discurso* (7 jan. 1843). São Paulo: Typographia do Governo, 1843. (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Fontes

A HISTÓRIA de Brotas. Disponível em: <<http://www.vemprabrotas.com.br/pcastro/brotas.htm>>. Acesso em: 22 set. 2018.

ÁLBUM de fotos da cidade. *A História de Brotas*. Disponível em: <<http://ahistoriadebrotas.blogspot.com/p/como-era-antes.html>>. Acesso em: 07/07/2018.

BROTAS - São Paulo - Brasil. *Destino de viagem*, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://destinodeviagem.blogspot.com/2012/06/brotas-sao-paulo-brasil.html>>. Acesso em: 18/09/2018 2018.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

FAZENDA Monte Alegre, Brotas. *Enciclopédia Itaú Cultural*, 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra24725/fazenda-monte-alegre-brotas>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

Livro Tombo da Igreja Matriz de Brotas. Brotas, [1904-1910]. Data em que constam as informações dadas pelos padres da paróquia. Como os livros anteriores foram perdidos, em 1904 o padre Vicente Pereira Passos recupera a memória do período anterior. Manuscrito cujas páginas não foram todas numeradas. (Manuscrito).

LUNÉ, Antônio José Batista de; FONSECA, Paulo Delfino da. (Org.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

MENDONÇA, G.; YANTOK, C. *Almanach de Brotas para o ano de 1906*. Brotas, 1906.

Nosso Álbum. Brotas: Editado pelo jornal *O Progresso*, 1933.

RIBEIRO, Júlio. *Procelarias*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1887.

Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (DAESP)

DISCURSO com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conselheiro Antônio José Henriques, presidente da província de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no ano de 1861. São Paulo: Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861.

DISCURSO recitado pelo Exmo. Presidente José Carlos Pereira de Almeida Torres, em 7 de janeiro de 1843. São Paulo: Typographia do Governo, 1843, p. 25.

DOCUMENTOS com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo, instrui o relatório da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo: Typographia Dous de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1855.

DOCUMENTOS com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor senador José Joaquim Fernandes Torres, presidente da província de S. Paulo, instruiu o relatório da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 2 de fevereiro de 1858. São Paulo: Typographia Dous de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858.

FALLA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, na abertura da Primeira Sessão da Legislatura, em 16 de Janeiro de 1884, pelo Presidente Barão de Guajará. São Paulo: Typ. da Gazeta Liberal, 1884.

Livro de Doações de Sesmarias. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1994.

MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo digital.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província Antônio Cândido da Rocha. São Paulo: Typographia Americana, 1870.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província Sr. Dr. Sebastião José Pereira, em fevereiro de 1877. São Paulo: Typ. do Diário, 1877.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Barão de Paranahyba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo: Typ. a vapor de Jorge Seckler, 1887.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na segunda sessão da décima quinta legislatura, no dia 2 de fevereiro de 1865, pelo presidente da mesma província, o conselheiro João Crispiniano Soares. São Paulo: Typ. Imparcial de J.R.A. Marques, 1965.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior. São Paulo: Typ Americana, 1871.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Exmo. Presidente da mesma Manoel da Fonseca Lima e Silva, em 7 de janeiro de 1845. São Paulo: Typographia de Silva e Sobral, 1845.

Jornais

A Gazeta de Brotas. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brotas, 1895.

A Gazeta de Campinas. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Campinas, 1869-1875.

A Nação. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São Paulo, 1898-1899.

A Província de São Paulo. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São Paulo, 1875-1890.

Correio Paulistano. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cidade São Paulo, 1854-1920.

Diário de S. Paulo. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São Paulo, 1855-1868.

Jornal da Tarde. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São Paulo, 1871-1881

O Commercio de São Paulo. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São Paulo, 1893-1909.

O Estado de S. Paulo Acervo Digital do jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 1890-1920.

O Piratininga. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São Paulo, 1849.

O Progresso. Brotas, 25 out. 1964. (Recorte de uma página do jornal).

O Publicador Paulistano, São Paulo, n. 59, 24 fev. 1858.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. O Café: Estatística de Produção e Commercio, 1920. São Paulo, 1921.

ÍNDICE REMISSIVO

B

bem-estar 76, 227, 260

C

controle 42, 53, 56, 127, 176, 201, 213, 217, 218, 235, 248, 249, 250, 252, 254, 256, 259, 268, 271, 311

D

Defensoria Pública 311

Dignidade Humana 11, 138, 162, 171, 284, 299, 303, 308, 310, 311, 317, 319, 325, 333, 335, 338

Direito Humano 302, 321

Direito Social 302, 321

Dolo 42, 53, 56, 127, 176, 201, 213, 217, 218, 235, 248, 249, 250, 252, 254, 256, 259, 268, 271, 311

E

efetivação 338

excludentes 311

F

Fundamentalidade 11, 138, 162, 171, 284, 299, 303, 308, 310, 311, 317, 319, 325, 333, 335, 338

I

Improbidade 42, 53, 56, 127, 176, 201, 213, 217, 218, 235, 248, 249, 250, 252, 254, 256, 259, 268, 271, 311

Intangibilidade 135, 165, 168

Integridade 338

Irrenunciabilidade 338

J

Judicialização 67

O

OMS 263, 267, 280

orçamento 68, 82, 83, 86, 194, 215

P

Prevalência 338

prioridade 67

Protagonismo 11, 138, 162, 171, 284, 299, 303, 308, 310, 311, 317, 319, 325, 333, 335, 338

S

saúde 263, 267, 280

serviço público 135, 165, 168

solidariedade 302, 321

V

valores 11, 138, 162, 171, 284, 299, 303, 308, 310, 311, 317, 319, 325, 333, 335, 338

vida 7, 8, 9, 10, 20, 27, 46, 50, 66, 67, 71, 74, 83, 84, 86, 98, 102, 111, 113, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 156, 161, 162, 192, 193, 219, 236, 238, 243, 244, 245, 286, 290, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 307, 308, 310, 311, 315, 325, 326, 328, 331, 332, 336, 338, 341, 342

Vulnerabilidade 311

SOBRE A AUTORA

Flávia Arlanch Martins de Oliveira

Formada em História pela Universidade de São Paulo, bem como o mestrado e doutorado pela mesma universidade. Fez seu pós-doutorado na Università di Nápoli Itália. Atualmente é professora aposentada do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista “Júlio, de Mesquita Filho”, câmpus de Assis. Foi organizadora do livro *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*.(Org.) publicado pela Editora UNESP, 1999. Escreveu os seguintes livros publicados: *Faces da Dominação da Terra (Jaú 1890-1910)*. Marília: UNESP Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999; *Impasses no Novo Mundo*. São Paulo: Editora UNESP, 2008; *(A) cerca de um tempo*. Editora Prismas, 2016. Possui também capítulos livros publicados bem como artigos em revistas especializadas.

Formato: 16x23
Tipologia: Adobe Caslon Pro
Papel: Pólen 80g /m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g / m2

2019
Curitiba/Paraná

Não encontrando nossos títulos na rede
de livrarias conveniadas e informadas em nosso site
contactar a Editora Brazil Publishing:
Tel: (41) 3022-6005
www.aeditora.com.br
aeditora@aeditora.com.br